

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E  
GESTÃO EDUCACIONAL  
MESTRADO PROFISSIONAL

Felipe Batista Ethur

**EVASÃO DISCENTE EM CURSOS DE GRADUAÇÃO DO CAMPUS  
ITAQUI DA UNIPAMPA: ANÁLISE DAS CAUSAS  
E PROPOSTAS DE AÇÕES**

Santa Maria, RS  
2018



**Felipe Batista Ethur**

**EVASÃO DISCENTE EM CURSOS DE GRADUAÇÃO DO CAMPUS  
ITAQUI DA UNIPAMPA: ANÁLISE DAS CAUSAS  
E PROPOSTAS DE AÇÕES**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, Linha de Pesquisa 1: Políticas e Gestão da Educação Básica e Superior, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Políticas Públicas e Gestão Educacional**.

Orientadora: Profa. Dra. Maria de Lourdes Pinto de Almeida  
Coorientadora: Profa. Dra. Rosane Carneiro Sarturi

Santa Maria, RS  
2018

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo autor.

ETHUR, FELIPE BATISTA  
Evasão discente em cursos de graduação do Campus  
Itaqui da UNIPAMPA: análise das causas e propostas de  
ações / FELIPE BATISTA ETHUR.- 2018.  
214 p.; 30 cm

Orientadora: Maria de Lourdes Pinto de Almeida  
Coorientadora: Rosane Carneiro Sarturi  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Maria, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em  
Políticas Públicas e Gestão Educacional, RS, 2018

1. Evasão discente 2. Expansão educação superior 3.  
Planejamento institucional I. Almeida, Maria de Lourdes  
Pinto de II. Sarturi, Rosane Carneiro III. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

♥ 2018

Todos os direitos autorais reservados a Felipe Batista Ethur. A reprodução de partes do texto pode ser realizada, desde que citada a fonte. Dúvidas, contatar por e-mail:

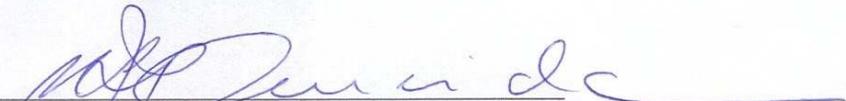
End. Eletr.: felipeethur@gmail.com

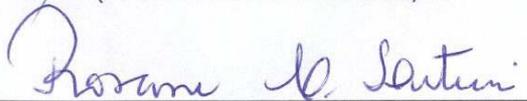
**Felipe Batista Ethur**

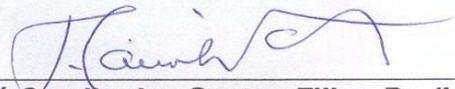
**EVASÃO DISCENTE EM CURSOS DE GRADUAÇÃO DO CAMPUS  
ITAQUI DA UNIPAMPA: ANÁLISE DAS CAUSAS  
E PROPOSTAS DE AÇÕES**

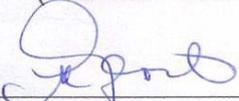
Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, Linha de Pesquisa 1: Políticas e Gestão da Educação Básica e Superior, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Políticas Públicas e Gestão Educacional.

**Aprovado em 08 de agosto de 2018:**

  
**Maria de Lourdes Pinto de Almeida, Dra. (UNOESC)**  
(Presidente/Orientadora)

  
**Rosane Carneiro Sarturi, Dra. (UFSM)**  
(Coorientadora)

  
**José Camilo dos Santos Filho, Dr. (UNICAMP)**  
(Avaliador Externo)

  
**Marilene Gabriel Dalla Corte, Dra. (UFSM)**  
(Avaliadora Interna)

Santa Maria, RS  
2018



## DEDICATÓRIA

*À minha mãe, Lucy Maria Baptista Ethur, que atrasou sua formação superior para criar com muito amor quatro filhos, mas que, depois, se formou em Letras e concluiu mestrado em Linguística, ambos na Universidade Federal de Santa Maria, dando exemplo de dedicação a diferentes esferas da vida. Meu carinho, amor e reconhecimento!*

*Ao meu pai, Fernando Alcione Ethur (in memoriam), que atuou por muitos anos como professor dos departamentos de Engenharia Elétrica e de Física na Universidade Federal de Santa Maria, servindo de exemplo de dedicação e seriedade profissional, além do amor, carinho, alegria e dedicação que sempre teve para com a família e que ficam na nossa memória afetiva para sempre!*

*À minha esposa Luciana Zago Ethur, a quem conheci na Universidade Federal de Santa Maria, onde ela se formou em Biologia e cursou Mestrado e Doutorado em Agronomia. Meu motivo pessoal e especial de transferir-me para Itaquí, para onde ela foi para lecionar na UNIPAMPA. Que a gente siga compartilhando sempre muitas alegrias e realizações!*

*Ao nosso querido filho Vítor Zago Ethur, com 14 anos de idade comemorados em 2/8/2018, que demonstra muita curiosidade sobre tudo. Que sede de aprendizagem! Que se mantenha sempre querido e com essa vivacidade!*

*Aos meus irmãos Eduardo Batista Ethur, Regis Batista Ethur e Marcus Batista Ethur, todos formados em diferentes cursos da Universidade Federal de Santa Maria. Hoje, todos moradores de distantes capitais. Distantes de Itaquí! Por sorte, o desenvolvimento tecnológico nos mantém em contato diário.*

*Ao meu sogro e à minha sogra, ao meu cunhado e às minhas cunhadas, aos demais parentes, tios e tias, minha afilhada Nathália, meu sobrinho Bernardo e demais familiares, pois entre nós a convivência sempre foi maravilhosa e de torcida em conjunto pela felicidade e sucesso buscados e alcançados por todos.*



## AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Profa. Dra. Maria de Lourdes Pinto de Almeida, agradeço imensamente e reconheço sua dedicação intensa, demonstrada através da permanente disponibilidade, atenção, contatos imediatos, orientações de leituras desde o início do curso, inclusive emprestando muitos livros, apontamentos de correção de caminhos e pela visão de totalidade a ser construída por partes. Agradeço pela ênfase com que analisou cada etapa do trabalho, corrigindo muitos passos errados. Aprendi que essa ênfase é característica dos ótimos orientadores!

À minha coorientadora, Profa. Dra. Rosane Carneiro Sarturi, que, muito mais do que acompanhar todo o trabalho desenvolvido, propiciou-me essa oportunidade. Acreditou na importância social desta pesquisa voltada para um campus pertencente a uma universidade em fase de consolidação de sua implantação, localizado em uma cidade pequena da fronteira. Agradeço, ainda, pelas ótimas aulas, indicações de leituras e por orientações para participação em eventos científicos.

A todas as professoras do Curso de Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria, pela dedicação, ótima qualidade das aulas e pela seriedade e comprometimento demonstrados. Exemplos de profissionais! Fizeram a diferença!

Às minhas colegas e aos meus colegas do curso de mestrado, pela amizade, parcerias e ansiedades compartilhadas. A troca de ideias e mesmo de dicas, quando tratávamos de problemas comuns, foi marcante por comprovar nossa solidariedade.

Aos meus colegas, amigas e amigos do setor administrativo da UNIPAMPA – Campus Itaqui, Ciro, Cristina, Graciele, Márcio, Rodrigo, Telmo e Alexander, que se revezaram para suprir minhas ausências ao longo do curso; e aos meus colegas, amigas e amigos de outros setores da UNIPAMPA – Campus Itaqui, especialmente Luciano, Carjone, Edgar, Robson, Lucas, Adriane, Fátima, Liliane, Rodrigo, Ivanessa, Bruna, Marcos, Veraldo, Lorena e Pedro, pelas parcerias e amizades.

À Universidade Federal de Santa Maria, onde trabalhei com orgulho e prazer por 16 anos (novembro 1990 a março 2007) e onde realizei este ótimo curso de mestrado, por ser marcante para minha vida e de tantos familiares meus. Por ter sido, também, o local onde encontrei, conheci e me apaixonei por minha esposa.

Aos 791 discentes evadidos, entre 2012 e 2016, sujeitos desta pesquisa, que transmitiram suas vivências e experiências! E à UNIPAMPA, onde atuo com prazer!



<b>LETRA E MÚSICA DE VIOLETA PARRA; CANTA MERCEDES SOSA*</b>	
<b>Me Gustan Los Estudiantes</b>	<b>Eu Gosto Dos Estudantes</b>
<p>Que vivan los estudiantes            Jardín de nuestra alegría            Son aves que no se asustan            De animal ni policía            Y no le asustan las balas            Ni el ladrar de la jauría            Caramba y zamba la cosa            ¡Qué viva la astronomía!</p>	<p>Que vivam os estudantes,            Jardim da nossa alegria!            São aves que não se assustam            Com animal nem polícia.            E não se assustam com as balas            Nem o ladrar dos cães!            Caramba e samba a coisa,            Que viva a astronomia!</p>
<p>Me gustan los estudiantes            Que rugen como los vientos            Cuando les meten al oído            Sotanas y regimientos            Pajarillos libertarios            Igual que los elementos            Caramba y zamba la cosa            Qué viva lo experimento</p>	<p>Eu gosto dos estudantes,            Que rugem como os ventos            Quando lhes metem nos ouvidos            Batinas e regimentos.            Passarinhos libertários,            Igual aos elementos!            Caramba e samba a coisa,            Que viva o experimento!</p>
<p>Me gustan los estudiantes            Porque levantan el pecho            Cuando les dicen harina            Sabiéndose que es afrecho            Y no hacen el sordomudo            Cuando se presente el hecho            Caramba y zamba la cosa            ¡El código del derecho!</p>	<p>Eu gosto dos estudantes,            Porque levantam o peito            Quando lhes dizem "farinha",            Sabendo-se que é farelo!            E não se fazem de cegos            Quando se apresenta o que foi feito!            Caramba e samba a coisa,            O código do direito!</p>
<p>Me gustan los estudiantes            Porque son la levadura            Del pan que saldrá del horno            Con toda su sabrosura            Para la boca del pobre            Que come con amargura            Caramba y zamba la cosa            ¡Viva la literatura!</p>	<p>Eu gosto dos estudantes            Porque são a levedura            Do pão que sairá do forno            Com todo o seu sabor            Para a boca do pobre,            Que come com amargura.            Caramba e samba a coisa,            Viva a literatura!</p>

\*(Fonte: Site "Músicas ao pé do ouvido: letras de músicas". Tradução: Maurício.  
 Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/mercedes-sosa/63317/traducao.html>>.  
 Acesso em: 17 jul. 2018).



## RESUMO

### **EVASÃO DISCENTE EM CURSOS DE GRADUAÇÃO DO CAMPUS ITAQUI DA UNIPAMPA: ANÁLISE DAS CAUSAS E PROPOSTAS DE AÇÕES**

AUTOR: Felipe Batista Ethur

ORIENTADORA: Profa. Dra. Maria de Lourdes Pinto de Almeida

COORDINADORA: Profa. Dra. Rosane Carneiro Sarturi

Esta dissertação de mestrado integra a Linha de Pesquisa 1- Políticas e gestão da educação básica e superior, do Curso de Mestrado Profissional integrante do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria. O problema investigado questiona: “quais fatores são intervenientes na evasão discente dos cursos de graduação com 4 e 5 anos de duração do Campus Itaqui da UNIPAMPA e quais estratégias e ações institucionais podem contribuir para reduzir essa evasão”? O objetivo geral da pesquisa foi identificar e compreender os principais fatores intervenientes na elevada evasão discente desses cursos, visando a elaboração de um plano de ações para reduzi-la, no intuito de colaborar com a consolidação dos cursos de graduação, do Campus Itaqui e da UNIPAMPA, para que cumpram o papel social a que estão voltados. Definimos os sujeitos da pesquisa como 791 (setecentos e noventa e um) discentes evadidos entre 2012 (último ano de implantação dos cursos) e 2016 (ano anterior ao início da pesquisa) de 5 cursos: Agronomia; Ciência e Tecnologia de Alimentos; Engenharia de Agrimensura, Matemática (Licenciatura) e Nutrição. Optamos por algumas questões norteadoras, que, relacionadas à literatura pesquisada através do estado do conhecimento, auxiliaram na construção do questionário e nos rumos da pesquisa, possibilitando a definição de seus objetivos específicos: caracterizar e analisar o desempenho acadêmico dos discentes evadidos entre 2012 e 2016, observando em que fase do curso a evasão predominou; caracterizar e analisar o perfil socioeconômico e a procedência dos discentes evadidos entre 2012 e 2016; identificar as intenções e planos iniciais (no momento do ingresso) dos discentes; identificar ações que deem suporte aos discentes do Campus Itaqui da UNIPAMPA, visando sua permanência; identificar estruturas que deem suporte aos discentes do Campus Itaqui; verificar qual foi o destino dos discentes evadidos entre 2012 e 2016 do Campus Itaqui da UNIPAMPA e propor ações prioritárias para reduzir a evasão discente, considerando-se aspectos históricos, sociais, políticos e educacionais. A perspectiva epistemológica eleita para esta investigação foi a histórico-crítica e o tipo de pesquisa implementado foi estudo de caso, integrado por procedimentos como revisão de literatura, pesquisa documental, consultas ao sistema acadêmico de dados da UNIPAMPA, abordagem quali/quantitativa e pesquisa on-line (aplicação de questionário). A análise de dados seguiu metodologia de análise de conteúdo proposta por Bardin (2016). Através dessa análise, observamos que os principais problemas determinantes da evasão apontados pelos discentes procedentes de outras cidades (pouco mais da metade da amostra) eram relacionados ao fator financeiro, enquanto os principais problemas apontados pelos discentes procedentes de Itaqui (quase metade da amostra) eram relacionados ao fator pedagógico. Buscamos, com isso, na literatura, a visão da totalidade da realidade, contextualizando a situação do Campus Itaqui com a situação vivenciada da expansão da educação superior em nível internacional e, especialmente, nacional. Através da compreensão dessa realidade, propusemos o plano de ações para reduzir a evasão.

Palavras-chave: Evasão discente. Expansão educação superior. Planejamento institucional.



## **ABSTRACT**

### **STUDENT EVASION IN GRADUATION COURSES OF THE UNIPAMPA ITAQUI CAMPUS: ANALYSIS OF THE CAUSES AND PROPOSITIONS OF SHARES**

**AUTHOR:** Felipe Batista Ethur

**ADVISOR:** Dc. Teacher Maria de Lourdes Pinto de Almeida

**GUIDING CO:** Dc. Teacher Rosane Carneiro Sarturi

This Master's Dissertation integrates the Research Line 1- Policies and management of basic and higher education, of the Professional Master's Course that is part of the Post-Graduate Program in Public Policies and Educational Management, of the Education Center of the Federal University of Santa Maria. The problem investigated asks: "what factors are involved in student dropout in UNIPAMPA's 4 and 5 years undergraduate degree courses and what institutional strategies and actions can contribute to reducing such evasion?" The general objective of the research was to identify and to understand the main factors involved in the high dropout rate of these courses, aiming at the elaboration of a plan of actions to reduce it, in order to collaborate with the consolidation of undergraduate courses, Campus Itaqui and UNIPAMPA, so that they fulfill the social role to which they are directed. We defined the subjects of the study as 791 (seven hundred and ninety-one) students evaded between 2012 (last year of courses implementation) and 2016 (year prior to the beginning of the research) of 5 courses: Agronomy; Food Science and Technology; Engineering of Surveying, Mathematics (Licenciatura) and Nutrition. We have chosen some guiding questions that, related to the literature researched through the state of the knowledge, helped in the construction of the questionnaire and in the directions of the research, enabling the definition of its specific objectives: characterize and analyze the academic performance of students evaded between 2012 and 2016, observing in which phase of the course the evasion predominated; characterize and analyze the socioeconomic profile and the origin of the students evaded between 2012 and 2016; identify the intentions and initial plans (at the moment of entry) of the students; identify actions that support the students of Campus Itaqui of UNIPAMPA, aiming at its permanence; identify structures that support the students of Campus Itaqui; to verify the destination of the students evaded between 2012 and 2016 of Campus Itaqui of UNIPAMPA and to propose priority actions to reduce student evasion, taking into account historical, social, political and educational aspects. The epistemological perspective chosen for the development of this research was historical-critical and the type of research implemented was a case study, integrated by procedures such as literature review, documentary research, consultations to the UNIPAMPA academic data system, qualitative / quantitative approach and research on-line (questionnaire application). The data analysis followed the methodology of content analysis proposed by Bardin (2016). Through this analysis, we observed that the main determinant problems of evasion pointed out by students from other cities (just over half of the sample) were related to the financial factor, while the main problems pointed out by students from Itaqui (almost half of the sample) were related to the pedagogical factor. In this way, we seek in the literature the vision of the totality of reality, contextualizing the situation of the Itaqui Campus with the lived situation of the expansion of higher education at an international and, especially, national level. Through the understanding of this reality, we proposed the actions plan to reduce evasion.

**Keywords:** Student evasion. Expansion of higher education. Institutional planning.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Região de abrangência da UNIPAMPA .....	31
Figura 2 – Vista frontal aérea do Campus Itaqui da UNIPAMPA .....	33
Figura 3 – Vista aérea da cidade de Itaqui – RS .....	35



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Nº de ingressantes, concluintes e evadidos por ano (2013-2016) .....	122
Tabela 2 – Nº de trancamentos de matrículas e de alunos regulares por ano (2013-2016).....	122



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Resultados para primeira categoria (expansão educação superior) .....	45
Quadro 2 – Resultados para segunda categoria (universidade popular) .....	46
Quadro 3 – Resultados para terceira categoria (educação superior/governo Lula) .....	46
Quadro 4 – Resultados para quarta categoria (evasão graduação). .....	47
Quadro 5 – Resultados para quinta categoria (“UNIPAMPA” or “Universidade Federal do Pampa”) .....	47
Quadro 6 – Quantidade de discentes evadidos por curso e período .....	125
Quadro 7 – Sexo de discentes evadidos por curso do Campus Itaqui (2012-2016).....	128
Quadro 8 – Faixa etária de discentes evadidos por curso do Campus Itaqui (2012-2016).....	129
Quadro 9 – “Qual curso de graduação não concluiu?” .....	131
Quadro 10 – “Qual a cidade e estado em que morou antes de Itaqui?” (por estados). .....	131
Quadro 11 – “Qual a cidade e estado em que morou antes de Itaqui?” (por municípios do RS).....	132
Quadro 12 – Procedência provável, por curso, dos discentes evadidos do Campus Itaqui entre 2012 e 2016 (considerando-se a cidade da escola de ensino médio) .....	132
Quadro 13 – “Estado civil atual” .....	135
Quadro 14 – “Exercício de atividade profissional quando estudava na UNIPAMPA” .....	135
Quadro 15 – “Qual sua atividade profissional atual?” .....	136
Quadro 16 – Procedência com relação a escolas públicas ou privadas.....	137
Quadro 17 – Aproveitamento dos discentes evadidos entre 2012 e 2016 dos cinco cursos do Campus Itaqui da UNIPAMPA.....	138
Quadro 18 – Fator intenção inicial no curso (síntese) .....	140
Quadro 19 – Avaliação sobre a cidade de Itaqui (síntese) .....	143
Quadro 20 – Dificuldades ao se mudarem para Itaqui (síntese).....	144
Quadro 21 – Com relação ao relacionamento e à integração (síntese) .....	144
Quadro 22 – Recebimento de auxílios/benefícios financeiros (síntese). .....	146
Quadro 23 – Busca de apoio junto à UNIPAMPA ou à comunidade itaquense (síntese) .....	146
Quadro 24 – Avaliação do Campus Itaqui da UNIPAMPA (síntese).....	147
Quadro 25 – Principais problemas e obstáculos do Campus Itaqui da UNIPAMPA (síntese) .....	148
Quadro 26 – Avaliação do curso de graduação em termos de qualidade (síntese). .....	149
Quadro 27 – Avaliação do curso de graduação em termos de dificuldade (síntese). .....	150
Quadro 28 – Principais problemas e obstáculos enfrentados no curso de graduação (síntese). .....	151
Quadro 29 – “A que fatores atribui as dificuldades no curso?” (síntese). .....	152
Quadro 30 – Principais motivos apontados por discentes evadidos por procedência e geral.....	154



## LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A – Questionário aplicado aos discentes evadidos .....	211
---	-----



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNE	Conselho Nacional de Educação
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
Ibict	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IDS	Índice de Desenvolvimento Social
IDESE	Índice de Desenvolvimento Socioeconômico
IES	Instituição de Ensino Superior
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Insaes	Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação da Educação Superior
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
NuDE	Núcleo de Desenvolvimento Educacional da UNIPAMPA
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional da UNIPAMPA
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PIB	Produto Interno Bruto
PNE	Plano Nacional de Educação
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PROPLAN	Pró-reitoria de Planejamento da UNIPAMPA
PROUNI	Programa “Universidade para Todos”
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
Scielo	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
Sie	Sistema de Informações Educacionais
SiSU	Sistema de Seleção Unificada
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UFPeI	Universidade Federal de Pelotas
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UNIPAMPA	Universidade Federal do Pampa
URCAMP	Universidade da Região da Campanha



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	29
<b>2 FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA</b> .....	43
2.1 DELIMITAÇÃO DO CAMPO - ESTADO DO CONHECIMENTO .....	43
2.2 QUADRO TEÓRICO .....	48
2.2.1 Evasão em perspectiva internacional.....	48
2.2.2 Trabalhador-estudante.....	48
2.2.3 Expansão e interiorização da educação superior .....	50
2.2.4 Evasão na educação superior .....	63
2.2.5 Reflexões sobre universidade popular e educação superior .....	68
2.2.6 Contextualização do estado do conhecimento.....	73
2.2.7 Ampliação da revisão de literatura .....	74
2.3 METODOLOGIA CIENTÍFICA .....	77
2.3.1 Tipo de pesquisa .....	78
2.3.2 Fases, técnicas e instrumentos da pesquisa.....	79
2.3.3 Produto da pesquisa .....	82
<b>3 GÊNESE, HISTÓRICO, MARCOS LEGAIS E DOCUMENTAIS DA UNIPAMPA</b> .....	83
3.1 UNIPAMPA: DE QUE UNIVERSIDADE ESTAMOS TRATANDO? .....	83
3.2 LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB) – LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 .....	93
3.3 PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE) – VERSÃO 2001-2010 – LEI Nº 10.172, DE 9 DE JANEIRO DE 2001.....	95
3.4 PROGRAMA DE APOIO A PLANOS DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS – REUNI .....	96
3.5 LEI DE CRIAÇÃO DA UNIPAMPA .....	98
3.6 PROJETO INSTITUCIONAL DA UNIPAMPA– 2009 .....	100
3.7 ESTATUTO DA UNIPAMPA – 2009 .....	104
3.8 PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE AGRONOMIA .....	105
3.9 PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS .....	107
3.10 PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE NUTRIÇÃO .....	108
3.11 PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ENGENHARIA DE AGRIMENSURA .....	109
3.12 PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO CURSO DE MATEMÁTICA – LICENCIATURA.....	111
<b>4 CONSTRUÇÃO DE DADOS</b> .....	113
4.1 DADOS INSTITUCIONAIS GERAIS DA UNIPAMPA .....	114
4.2 DADOS DO SISTEMA ACADÊMICO DA UNIPAMPA.....	115
4.3 ELABORAÇÃO E APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO .....	117
<b>5 ANÁLISE DE DADOS</b> .....	121
5.1 DIMENSÃO QUANTITATIVA DA EVASÃO DISCENTE .....	121
5.1.1 Situação geral na UNIPAMPA.....	121
5.1.2 Situação da evasão no Campus Itaquí da UNIPAMPA .....	125
5.2 PERFIL DOS DISCENTES EVADIDOS .....	127
5.3 FATORES INTERVENIENTES NA EVASÃO .....	139
5.3.1 Fatores condicionantes da evasão discente .....	140
5.3.1.1 Fator intenção inicial no curso .....	140
5.3.1.2 Fator municipal: cidade de Itaquí.....	142

5.3.1.3 Fator financeiro.....	145
5.3.1.4 Fator institucional.....	146
5.3.1.5 Fator pedagógico.....	149
5.3.1.6 Fator escolar.....	152
<b>5.3.2 Fatores determinantes da evasão discente.....</b>	<b>152</b>
5.3.2.1 Fator financeiro como determinante.....	154
5.3.2.2 Fator pedagógico como determinante.....	155
5.3.2.3 Fator evasão com êxito pessoal do discente como determinante.....	156
5.3.2.4 Fator pessoal como determinante.....	160
<b>6. PLANO DE AÇÕES PARA REDUZIR A EVASÃO DISCENTE EM</b>	
<b>CURSOS DO CAMPUS ITAQUI.....</b>	<b>161</b>
6.1 PROPOSTAS RELACIONADAS AO FATOR PEDAGÓGICO.....	163
6.1.1 Oficinas voluntárias para acolhida, estímulo aos estudos e nivelamento dos ingressantes.....	163
6.1.2 Reforço às monitorias institucionais e criação de monitorias voluntárias em todas as disciplinas do primeiro ano de cada curso.....	165
6.1.3 Programa Ação Tutorial.....	165
6.1.4 Atividades culturais para integração na universidade.....	167
6.1.5 Previsão de espaço de lazer e de integração para ser disponibilizado em breve aos discentes.....	167
6.1.6 Ampliação dos espaços de estudos com melhoria das acomodações.....	167
6.1.7 Investimento e criação de áreas para prática de esportes.....	168
6.1.8 Desenvolvimento e execução de projeto de paisagismo.....	168
6.1.9 Gestão pela retomada da obra do prédio acadêmico III.....	169
6.1.10 Divulgação dos cursos universitários junto à comunidade escolar itaquense e de cidades próximas.....	169
6.1.11 Apresentação detalhada dos cursos aos discentes ingressantes.....	170
6.1.12 Antecipação do período anual de matrículas.....	170
6.1.13 Inserção de dados em relatório geral de evasão do sistema acadêmico de dados institucional.....	171
6.1.14 Considerações finais sobre ações propostas relativas ao fator pedagógico.....	171
6.2 PROPOSTAS RELACIONADAS AO FATOR FINANCEIRO.....	172
6.2.1 Monitoramento da condição financeira dos discentes pela comissão institucional recentemente criada para o combate à evasão e à retenção.....	173
6.2.2 Monitoramento da condição financeira e do desempenho acadêmico dos estudantes-trabalhadores.....	173
6.2.3 Avaliar possibilidade de aumentar valor e de ampliar a quantidade de auxílios-moradia dentre os recursos da assistência estudantil.....	174
6.2.4 Prioridade ao projeto de construção da casa de estudantes no Campus Itaquí.....	174
6.2.5 Equipe institucional voluntária de técnicos-administrativos que estimule, oriente e auxilie os discentes a participar dos editais para obtenção de auxílios/benefícios financeiros.....	175
6.2.6 Equipe para sondar possibilidade de empregos para estudantes da UNIPAMPA.....	175
6.2.7 Ampliar as ações solidárias (muitas já executadas no Campus Itaquí).....	176

6.3	PROPOSTAS RELACIONADAS AO FATOR EVASÃO COM ÊXITO PESSOAL DO DISCENTE .....	176
6.3.1	<b>Proposição de criação de um sistema nacional integrado de dados sobre trajetórias e auxílios/benefícios financeiros dos discentes .....</b>	<b>177</b>
6.3.2	<b>Diferenciação necessária de evasão com êxito pessoal do discente para evasão com desistência .....</b>	<b>179</b>
6.4	PROPOSTAS RELACIONADAS AO FATOR PESSOAL DO DISCENTE .....	179
6.4.1	<b>Necessidade de reduzir esta parcela da accountability .....</b>	<b>180</b>
6.4.2	<b>Monitoramento quantitativo .....</b>	<b>180</b>
6.4.3	<b>Intensificação do contato com os discentes ingressantes.....</b>	<b>180</b>
7	<b>PRODUTO FINAL DA PESQUISA – PLANO SISTEMATIZADO DE AÇÕES PARA REDUÇÃO DA EVASÃO DISCENTE .....</b>	<b>181</b>
7.1	PROPOSTAS RELACIONADAS AO FATOR PEDAGÓGICO.....	181
7.2	PROPOSTAS RELACIONADAS AO FATOR FINANCEIRO.....	184
7.3	PROPOSTAS RELACIONADAS AO FATOR EVASÃO COM ÊXITO PESSOAL DO DISCENTE .....	186
7.4	PROPOSTAS RELACIONADAS AO FATOR PESSOAL DO DISCENTE .....	188
8	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>191</b>
	REFERÊNCIAS.....	203
	APÊNDICE A.....	211



## 1 INTRODUÇÃO

Vivemos um momento histórico marcado, no Brasil, por investigações incessantes e proliferantes sobre corrupção em grande dimensão nas diferentes esferas governamentais – federal, estaduais e municipais – ao longo das últimas décadas. As investigações, decorrentes de denúncias e de fatos já comprovados, retroagem às últimas décadas, mas a corrupção pode ter ocorrido desde sempre, fruto de uma cultura de promiscuidade entre poder público, classe política e setores da iniciativa privada responsáveis por grandes obras e pela infraestrutura do país. As denúncias são tantas, que atingem vários partidos e representantes políticos das mais altas instâncias dos poderes executivo e legislativo, além de empresários. A instabilidade política é grave e afeta também o poder judiciário, cujas decisões muitas vezes não se amparam exclusivamente na legalidade nem na técnica.

Esse cenário prejudica a economia brasileira, que sempre foi muito dependente do capital internacional, gerando desconfiança de investidores e fuga de capitais, tanto de investimentos quanto especulativos. Ressaltamos que há, simultaneamente, uma crise financeira capitalista mundial, fato que agrava a redução dos investimentos, gerando aumento de desemprego, redução de consumo e retração da economia, com diminuição do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro.

Após o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, assumiu o governo o vice-presidente Michel Temer que, alegando a mudança do cenário político e econômico e uma real queda de arrecadação do governo federal, não manteve o compromisso assumido em campanha de dar prioridade a investimentos sociais em áreas estratégicas, como saúde e educação. Aprovou no Congresso Nacional uma emenda constitucional (PEC 55/2016) que congela por vinte anos os investimentos públicos federais, atingindo as áreas da saúde e da educação a partir de 2018. Tal medida representa uma opção clara por um ajuste fiscal radical, e uma inversão de prioridades pelo governo, que passa a se voltar para a redução da dívida pública brasileira, cortando investimentos sociais e, juntamente, tentando suprimir direitos sociais historicamente consagrados dos trabalhadores.

Em anos anteriores a 2016, além de uma conjuntura nacional política, econômica e social diferenciada, vivenciamos, no Brasil, políticas públicas nacionais – oriundas do governo federal – voltadas para a inclusão social dos mais carentes e para a valorização dos direitos humanos e trabalhistas, com ampliação

de investimentos públicos em áreas estratégicas, como saúde e educação. Podemos considerar que a expansão da Educação Superior no Brasil, entre 2003 e 2016, decorreu de políticas públicas do governo federal, relacionadas ao Plano Nacional de Educação (PNE), versão 2001-2010, Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. O PNE, segundo Figueiredo (2015, p. 53),

no que se refere à educação superior, reconhece a necessidade de política de inclusão de alunos de camadas populares, que deve abranger tanto o acesso quanto a permanência com sucesso na graduação. Deve-se, portanto, priorizar a expansão qualitativa do sistema público de ensino, diferentemente do que vem acontecendo, onde há prevalência do crescimento da rede privada.

A interiorização das Instituições Federais de Ensino Superior foi uma política marcante do Ministério da Educação (MEC)/Governo Federal desde 2003, mesmo não atingindo as metas do PNE (2001-2010), conforme analisa Reis (2014, p. 73-74):

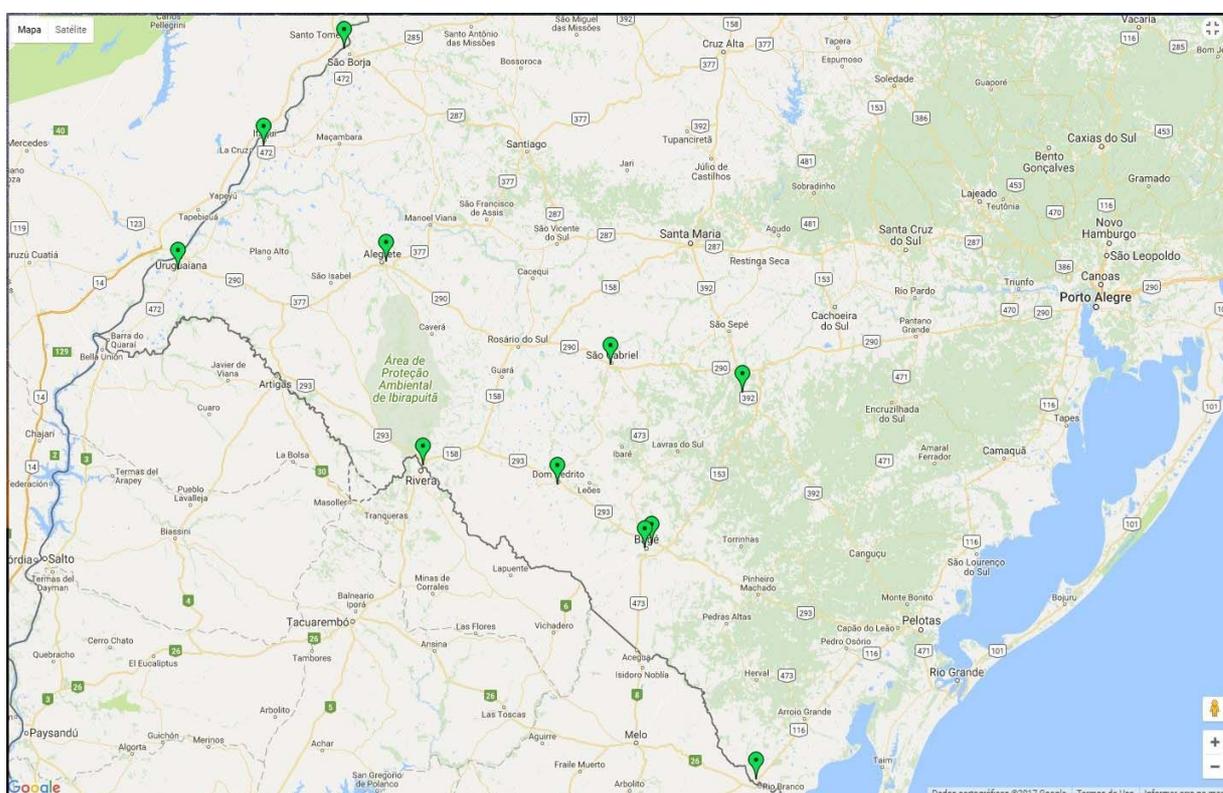
Dentre as propostas e metas para a educação superior no primeiro mandato do governo [Lula] que influenciaram o processo de evolução da expansão, destacam-se: ampliar a oferta de vagas e matrículas no setor público (possivelmente dobrar o total de matriculados no setor público) e “ampliar a oferta de ensino público de modo a assegurar uma proporção nunca inferior a 40% do total de vagas, prevendo inclusive a parceria da União com os Estados na criação de novos estabelecimentos de educação superior” (BRASIL, 2002, p. 49), visando atender à meta 1 do PNE/2001. Pode-se dizer que as metas anunciadas não foram materializadas nem no final do seu segundo mandato [governo Lula], pois o crescimento de IES públicas foi de 42,6%, a ampliação do número de matrículas de 39,0% e a proporção do número de matrículas no setor público de 26,8%, abaixo [este último índice] até mesmo do alcançado no último mandato de FHC (30,2%).

A Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) é produto dessa política pública do primeiro mandato do Governo Lula, que visava a expansão e interiorização da Educação Superior.

Iniciando suas atividades didáticas a partir de setembro de 2006, com auxílio da Universidade Federal de Santa Maria e da Universidade Federal de Pelotas, a UNIPAMPA foi criada oficialmente em janeiro de 2008, com estrutura multicampi implantada em dez cidades do sul e da fronteira oeste do Rio Grande do Sul, região denominada Mesorregião Metade Sul, historicamente mais periférica e econômica-

mente mais carente do estado, conforme demonstra o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) com dados socioeconômicos oficiais do Estado do Rio Grande do Sul de anos anteriores e também da última coleta realizada em 2015, mesmo após a implantação da UNIPAMPA<sup>1</sup>. A Figura 1 apresenta sua região de abrangência, com as cidades destacadas em pontos verdes. Bagé é a sede, possuindo a Reitoria e o campus universitário. Além dela, há campus universitários em Alegrete, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana.

Figura 1 – Região de abrangência da UNIPAMPA.



Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Portal da UNIPAMPA. Disponível em: <<http://www.unipampa.edu.br>>. Acesso em: 30 mar. 2018.

A carência existente nesta região por Ensino Superior agravou-se, em 2005,

<sup>1</sup> (Fonte: RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. **Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: 3. ed. Maio de 2018. Disponível em: <<http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/indice-de-desenvolvimento-socioeconomico-novo-idese>>. Acesso em: 18 jul. 2018).

com a possibilidade de falência de uma Universidade Regional, a qual cumpria o papel de possibilitar a muitos estudantes locais realizarem seus estudos em nível de graduação, sem precisar deslocarem-se para centros urbanos maiores. A crise financeira da instituição gerou mobilização política e social em busca de alternativas. Dentre elas, inicialmente, a federalização da própria universidade regional, que no entanto mostrou-se legalmente inviável, vindo a gerar a UNIPAMPA.

Optamos pela UNIPAMPA como objeto de estudo desta pesquisa pelo importante papel para o desenvolvimento regional e de inclusão social que cumpre e por estar, assim como os 10% do Produto Interno Bruto (PIB) previstos pelo PNE, versão 2014-2024, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, para a Educação, ameaçada pela nova política pública federal de contenção radical de gastos públicos (comprovada pelo ajuste fiscal determinado pela PEC 55/2016 aprovada pelo Congresso Nacional).

O problema desta pesquisa foi levantado pelo pesquisador, graduado em Gestão Pública, em seu cotidiano profissional, após atuar como coordenador administrativo, cargo que compõe a direção do Campus Itaqui da UNIPAMPA, no período compreendido entre 2010 e 2012. Ao longo desse período, foram implantados 4 dos 6 cursos de graduação existentes na unidade. Posteriormente, através da atuação profissional no Campus Itaqui da UNIPAMPA, observamos uma elevada evasão discente em seus cursos de graduação como parte das rotinas acadêmica e administrativa da unidade. O problema desta pesquisa consiste no questionamento: “Quais fatores são intervenientes na evasão discente dos cursos de graduação com 4 e 5 anos de duração do Campus Itaqui da UNIPAMPA e quais estratégias e ações institucionais podem contribuir para reduzir essa evasão”?

Por ser um campus universitário pequeno (Figura 2), instalado em região economicamente carente, de fronteira com a Argentina, no interior do Rio Grande do Sul, compreendemos que a evasão discente representava grave problema que atentava contra os objetivos de ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional, determinados pela lei de criação da UNIPAMPA. Atentava também contra a sustentabilidade e a prestação de contas da universidade para a sociedade, por conta dos altos investimentos realizados.

Por esses motivos, a elevada evasão discente existente nos cursos em Itaqui é, hoje, fator de frustração e de preocupação para o conjunto da comunidade univer-

sitária local, à semelhança de outras unidades da UNIPAMPA. O objetivo de dar um retorno técnico e uma colaboração científica ao Campus Itaqui, através de uma pesquisa sobre esse problema, motivou o pesquisador e caracteriza sua intencionalidade com esta dissertação.

Figura 2 – Vista frontal aérea do Campus Itaqui da UNIPAMPA.



Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Site de Itaqui. Disponível em: <[http://porteiros.unipampa.edu.br/itaqui/index.php?view=article&catid=1%3Anoticias-unipampa&id=597%3Ao-campus-itaqui-visto-de-cima&option=com\\_content](http://porteiros.unipampa.edu.br/itaqui/index.php?view=article&catid=1%3Anoticias-unipampa&id=597%3Ao-campus-itaqui-visto-de-cima&option=com_content)>.

Foto: Carlos Romani – bolsista no LabSIM. Acesso em: 17 jul. 2018.

A gravidade do problema de evasão que enfrenta a UNIPAMPA é demonstrada por dados divulgados pela Pró-reitoria de Planejamento – PROPLAN, que serão analisados. A evasão discente no Brasil, nos tempos atuais, de maior facilidade de acesso ao ensino superior, pela ampliação da oferta de cursos em maior número de

universidades, torna-se um problema que abrange diversas instituições de ensino, tanto privadas quanto públicas.

Consideramos evasão o caso em que o discente inicia um curso, mas o interrompe, não renovando sua matrícula e abandonando-o sem se formar. Conforme definição conceitual de Silva Filho et al. (2007, p. 642),

A evasão anual média mede qual a porcentagem de alunos matriculados em um sistema de ensino, em uma IES, ou em um curso que, não tendo se formado, também não se matriculou no ano seguinte (ou no semestre seguinte, se o objetivo for acompanhar o que acontece em cursos semestrais).

A presente pesquisa sobre evasão foi desenvolvida no Campus Itaqui, localizado na cidade de Itaqui, que integra a fronteira oeste do Estado do Rio Grande do Sul, fazendo divisa através do Rio Uruguai com a cidade de Alvear, na Argentina. Foi motivada também por este ser um campus dentre os que possuem as piores taxas de sucesso (relacionadas à formação de alunos) de toda a UNIPAMPA, segundo apontou estudo da PROPLAN realizado sobre dados de 2016<sup>2</sup>. Além disso, Itaqui é a terceira menor cidade das dez da UNIPAMPA (Figura 3), com população estimada de 39.012 habitantes<sup>3</sup>, e das menos desenvolvidas dentre elas. Itaqui é, ainda, a cidade mais distante da capital do estado (670 Km), dentre todas do Rio Grande do Sul. Esses fatos tornam mais relevante o papel social que a UNIPAMPA deve cumprir na região.

Contribuiu para a pesquisa sobre evasão discente o fato de o pesquisador ser servidor técnico-administrativo do Campus Itaqui, atuar no setor administrativo atualmente, mas já haver atuado na secretaria acadêmica da unidade, onde adquiriu experiência sobre o sistema acadêmico de dados da unidade. Atende também, com isso, à condição de aplicabilidade que a modalidade profissional do Curso de Mestrado em Políticas Públicas e Gestão Educacional que desenvolve na Universidade Federal de Santa Maria – UFSM – requer. A pesquisa desenvolvida é voltada para a linha de pesquisa 1 do curso: Políticas e Gestão da Educação Básica e Superior.

---

<sup>2</sup> (Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Pró-reitoria de Planejamento – PROPLAN. **Relatório consolidado INEP – Censo 2016**. Disponível em: <<http://portais.r.unipampa.edu.br/portais/proplan/files/2016/07/alunos-2016.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2018).

<sup>3</sup> (Fonte: BRASIL. Governo Federal. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil em Síntese**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/itaqui/panorama>>. Acesso em: 18 jul. 2018).

Figura 3 – Vista aérea da cidade de Itaqui – RS.



Fonte: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ITAQUI – RS. Portal. Disponível em: <[http://www.camaraitaqui.rs.gov.br/?action=itaqui\\_conheca](http://www.camaraitaqui.rs.gov.br/?action=itaqui_conheca)>. Acesso em: 18 jul. 2018.

A pesquisa objetivou dar retorno ao Campus Itaqui sobre quais fatores foram intervenientes na elevada evasão discente dos cursos de graduação com duração de 4 e 5 anos da unidade, entre os anos de 2012 e 2016, que oscilou em torno de 30 alunos por curso por ano, e quais estratégias e ações institucionais podem contribuir para reduzir esse problema. Considerando que ingressam 50 discentes por curso por ano, a evasão nesses níveis pode ser considerada insustentável. Medidas emergenciais foram pensadas para sua redução nos cinco cursos pesquisados.

Ocorre que o índice de titulação (formação) recomendado como meta pelo MEC e pactuado com as universidades através do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), de 90% dos ingressantes que iniciaram os cursos, não é obtido nem aproximadamente por nenhum curso da UNIPAMPA. O número total de discentes evadidos, somente no pri-

meiro semestre de 2016, conforme dados oficiais do site da PROPLAN da UNIPAMPA<sup>4</sup>, foi de 1.278 (mil, duzentos e setenta e oito), mantendo-se na instituição 11.371 (onze mil, trezentos e setenta e um) alunos regulares. Ou seja, 10,10% do total de discentes evadiu da UNIPAMPA em um único semestre letivo. Isso é alarmante e requer uma aferição das principais razões da evasão discente, constituindo-se o Campus Itaqui, por ser uma das unidades mais problemáticas e vulneráveis, como objeto desta pesquisa.

A investigação envolveu fatores objetivos e subjetivos em uma temática complexa e foi realizada por pesquisa científica na área educacional que, embora tenha envolvido intencionalidade do pesquisador, não acarretou interesses institucionais diretos nem corporativos, ou seja, não houve interferências. Ressaltamos isso em função de que os sujeitos que foram contatados (discentes evadidos) puderam apresentar livremente, se assim o desejassem, fortes críticas pessoais a cursos, ao nível de ensino, aos projetos pedagógicos, à gestão acadêmica, à gestão universitária, às condições estruturais e infraestruturais, entre outras. Tais críticas, quando atingem direta ou indiretamente a gestão universitária, podem gerar constrangimentos, pudores e receios, comprometendo até mesmo a publicização dos resultados, se a pesquisa for institucional. Por esses motivos, uma pesquisa científica na área educacional torna-se mais independente.

Outro fator relevante, que também demanda a pesquisa científica sobre evasão discente na UNIPAMPA, é a “accountability” em educação. Trabalhamos aqui na perspectiva de modelo de “accountability” que inclui os aspectos “avaliação” (não necessariamente realizada por exames estandardizados de larga escala), “prestação de contas” e “responsabilização”, apresentada por Afonso (2009, p. 16):

Considerando o fato de que há diferentes modelos de accountability e que nem todos os modelos conhecidos se inscrevem em lógicas progressistas, parece-me que, numa concepção mais complexa e potencialmente democrática, não terá muito fundamento que a prestação de contas não seja, com alguma frequência, antecedida (e sucedida) por processos claros e rigorosos de auto-avaliação e/ou avaliação (interna e/ou externa), incluindo ainda, em fase posterior, processos congruentes de responsabilização (não necessariamente com consequências negativas). Neste sentido, um sistema de accountability democraticamente avançado inclui a avaliação, a presta-

---

<sup>4</sup> (Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Pró-reitoria de Planejamento – PROPLAN. **Relatório INEP – Censo 2016.** Disponível em: <<http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/proplan/files/2016/07/ALUNOS-2016.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2018).

ção de contas e a responsabilização, mas dentro de articulações congruentes que se referenciem ou sustentem em valores essenciais como a justiça, a transparência, o direito à informação, a participação, a cidadania – lembrando, a este propósito, o fato de muitos destes valores estarem a ser repensados no âmbito de novas reflexões (críticas e criativas) sobre outras concepções possíveis e desejáveis de democracia no tempo atual.

A UNIPAMPA, por pertencer à nova geração das universidades públicas, implantada sob a pactuação do REUNI, tendo recebido investimentos milionários para sua instalação multicampi, carece de se autoavaliar, abrir-se para avaliações externas e prestar contas à sociedade de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como dos investimentos realizados. A elevada evasão discente atenta contra essa prestação de contas por representar desperdício de investimentos públicos.

Segundo dados da PROPLAN da UNIPAMPA<sup>5</sup>, de 2013 para cá, o MEC alterou a fórmula para cálculo da matriz de custeio das universidades, passando a se basear no número de formados para liberação de recursos (e não mais no número de ingressantes). Essa matriz de custeio calcula o quanto cabe a cada instituição para cobrir seus custos de limpeza, manutenção, segurança, motoristas, pessoal contratado em geral, contas de água, energia elétrica, diárias de servidores e contratados, entre outras. Isso aponta no sentido da redução de investimentos nas universidades, bem como busca responsabilizá-las pelo sucesso e titulação de seus alunos, que passam a integrar a “accountability” em educação da instituição no aspecto relacionado à “responsabilização”. Decorrente da pactuação havida por ocasião do REUNI, todas devem se preocupar com os índices percentuais de alunos formados, perdendo recursos quanto maior for a evasão.

Realmente, cabe ponderarmos que não se pode classificar como “inclusão” um aluno que ingressa por um semestre letivo (ou dois) na universidade, mas logo evade. Concordamos com a análise de Sobrinho (2010, p. 1226), que afirma:

“Democratização” da educação superior não se limita à ampliação de oportunidades de acesso e criação de mais vagas. Além da expansão das matrículas e da inclusão social de jovens tradicionalmente desassistidos, em razão de suas condições econômicas, preconceitos e outros fatores, é imprescindível que lhes sejam assegurados também os meios de permanência sustentável, isto é, as condições adequadas para realizarem com boa qualidade os seus estudos. Assim, acesso e permanência são aspectos essenciais do processo mais amplo de “democratização”.

---

<sup>5</sup> (Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Pró-reitoria de Planejamento – PROPLAN. **Site**. Disponível em: <<http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/proplan/coordenadoria-de-planejamento-e-desenvolvimento/planejamento/matriz-de-custeio/>>. Acesso em: 18 jul. 2018).

Destacamos que os sujeitos desta investigação são os discentes evadidos dos cursos de graduação com 4 e 5 anos de duração do Campus Itaqui da UNIPAMPA, no período entre 2012 e 2016. São 5 cursos: Agronomia; Ciência e Tecnologia de Alimentos; Engenharia de Agrimensura; Matemática (Licenciatura) e Nutrição.

Acreditamos que o Campus Itaqui da UNIPAMPA, ao estar instalado em região periférica e carente do estado do Rio Grande do Sul, pudesse estar cumprindo importante papel de inclusão social ao propiciar ingresso em seus cursos de graduação para estudantes carentes de diferentes regiões do país, que talvez não conseguissem ingressar em universidades federais tradicionais devido à concorrência mais acirrada. No entanto, a relevância desse papel social poderia estar se descaracterizando devido a uma elevada evasão discente que estivesse ocorrendo intensivamente já a partir dos semestres letivos iniciais dos cursos.

O problema analisado por esta pesquisa é composto pela questão: “Quais fatores são intervenientes na evasão discente dos cursos de graduação com 4 e 5 anos de duração do Campus Itaqui da UNIPAMPA e quais estratégias e ações institucionais podem contribuir para reduzir essa evasão”? Diante desse questionamento, elaboramos algumas questões norteadoras para este problema de pesquisa:

1- “Qual é o perfil dos discentes evadidos dos cursos de graduação com 4 e 5 anos de duração do Campus Itaqui da UNIPAMPA, de 2012 a 2016”?

2- “Quais as principais razões internas e externas à universidade alegadas pelos discentes para evasão desses cursos no período analisado (qualidade do curso, dificuldade do curso, assistência estudantil pela UNIPAMPA, opções de trabalho, condições de lazer, culturais e de infraestrutura, distância em Itaqui, ou outras)”?

3- “Quais as razões alegadas pelos discentes para evasão dos cursos com maior evasão”?

4- “Em quais semestres letivos das matrizes curriculares tem ocorrido maior concentração da evasão”?

5- “Os discentes evadidos, quando ingressaram, planejavam cursar integralmente ou visavam transferência logo que possível para outro curso/outra instituição/outra cidade”?

6- “Quais carências foram detectadas pelos discentes evadidos dos cursos, além daquelas que motivaram diretamente sua evasão ”?

7- “Qual o destino dos discentes evadidos? Iniciaram outro curso após a

evasão? Na própria UNIPAMPA ou em outra instituição? Passaram a trabalhar”?

8- “Quais estratégias e ações deve adotar o Campus Itaqui para contrapor-se a esse cenário de elevada evasão discente”?

O objetivo geral desta pesquisa foi identificar e compreender os principais fatores intervenientes na elevada evasão discente dos cursos de graduação com 4 e 5 anos de duração do Campus Itaqui da UNIPAMPA, visando a elaboração de um plano de ações para reduzi-la, no intuito de colaborar com a consolidação dos cursos de graduação, do Campus Itaqui e da universidade, para que cumpram o papel social a que estão voltados.

Como objetivos específicos, destacamos:

1- Caracterizar e analisar o desempenho acadêmico dos discentes evadidos entre 2012 e 2016, observando em que fase do curso a evasão predomina;

2- Caracterizar e analisar o perfil socioeconômico e a procedência dos discentes evadidos entre 2012 e 2016;

3- Identificar ações que deem suporte aos discentes do Campus Itaqui da UNIPAMPA, visando sua permanência;

4- Identificar estruturas que deem suporte aos discentes do Campus Itaqui;

5- Verificar qual é o destino dos discentes evadidos entre 2012 e 2016 do Campus Itaqui da UNIPAMPA;

6- Propor ações prioritárias para reduzir a evasão discente, considerando-se aspectos históricos, sociais, políticos e educacionais.

A metodologia eleita para desenvolvimento desta investigação foi a histórico-crítica e o tipo de pesquisa implementado foi estudo de caso, integrado por procedimentos como revisão bibliográfica, pesquisa documental, quali/quantitativa e pesquisa on-line.

Efetuando resgate histórico, destacamos que, mediante um Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Educação, a Universidade Federal de Santa Maria e a Universidade Federal de Pelotas, firmado em 22 de novembro de 2005, visando sua implantação, a UNIPAMPA foi planejada prevendo a ampliação da oferta da Educação Superior na região econômica menos desenvolvida do Estado do Rio Grande do Sul: a “Metade Sul”. Ressaltamos que a Fase I da Expansão da Educação Superior teve início em 2003, pelo MEC/Governo Federal, atendendo diretrizes do Plano Nacional de Educação (2001-2010). A UNIPAMPA foi decorrência dela com a meta de interiorização da educação superior.

Mais tarde, segundo o histórico contido no Plano de Desenvolvimento Institucional (2014-2018) da UNIPAMPA (p. 13-14):

Em 16 de março de 2007, foi criada a Comissão de Implantação da UNIPAMPA, que [...] promoveu as seguintes atividades: planejamento da estrutura e funcionamento unificados; desenvolvimento profissional de docentes e técnicos-administrativos em educação; estudos para o projeto acadêmico; fóruns curriculares por áreas de conhecimento; reuniões e audiências públicas com dirigentes municipais, estaduais e federais, bem como com lideranças comunitárias e regionais, sobre o projeto de desenvolvimento institucional da futura UNIPAMPA.

Relata ainda o histórico dessa universidade que, em janeiro de 2008, data da sua lei de criação, tomou posse o primeiro reitorado, na condição *pro tempore*, tendo como principal responsabilidade integrar os campi criados pelas instituições integrantes do Acordo de Cooperação Técnica nas cidades de: Alegrete, Bagé (sede), Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana. Em fevereiro de 2010, foi instalado o Conselho Universitário (CONSUNI), do qual foi integrante, entre 2010 e 2012, na condição de representante do corpo técnico-administrativo da instituição, o responsável por esta pesquisa.

Se os campi, por um lado, estavam definidos em que cidades se situariam desde o primeiro momento, ainda em 2006, por outro lado os cursos ofertados por cada campus (exceção aos iniciais) foram sendo definidos com o passar do tempo, em sua maioria até o ano de 2012. A proposição desses cursos partiu da própria comunidade acadêmica de cada campus, considerando-se aspectos como: interesses das comunidades locais, possibilidades de atendimento das novas ofertas com o corpo docente já nomeado, quantidade de novos docentes e de novos técnicos-administrativos necessária para atendimento desses novos cursos, espaço físico existente comparado ao necessário, dentre outros. A proposição de cursos novos sempre foi homologada pelo conselho de cada campus e depois referendada pelo Conselho Universitário.

Considerando ter ocorrido até o ano de 2012 a implantação da maioria de seus cursos de graduação (pois poucos foram implantados após esse ano), a UNIPAMPA, em 2016, já integralizou a matriz curricular da maioria de seus cursos, formando alunos das primeiras turmas, tendo em vista a duração média entre 4 e 5

anos. Essa formação recente das primeiras turmas gera uma oportunidade especial para avaliação das razões da elevada evasão discente que ocorre na maioria dos cursos, na medida em que já dispomos de um ciclo integralizado.

Afirmamos ser elevada esta evasão porque a UNIPAMPA disponibiliza, através de um Procurador Institucional do Gabinete da Reitoria, seus dados quantitativos sobre alunos ingressantes, concluintes, evadidos, que efetuam trancamentos de matrículas e alunos regulares, de todos os seus cursos de graduação, ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)/MEC semestralmente. Tais dados são depois disponibilizados através do site da Pró-reitoria de Planejamento (Proplan) da universidade. Os dados disponíveis atualmente referem-se ao período compreendido entre o 1º semestre de 2013 e o 2º semestre de 2016<sup>6</sup>. Por eles, verificamos que a universidade, embora acolha uma média anual elevada de novos discentes em seus 66 cursos de graduação situados em 10 campi universitários diferentes, não consegue consolidar seu corpo discente como um todo, apresentando pequeno crescimento do número total de alunos regulares cada vez que começa o segundo semestre letivo (número que se manteve inferior a 10.000 discentes). Poderia até ser positivo esse fato, se fosse por conta de a UNIPAMPA estar formando contingente anual de alunos semelhante ao que ingressa, mas não é o que ocorre.

A UNIPAMPA tem possibilitado, no período compreendido entre 2013 e 2016, o ingresso anual de 3.687 novos alunos. Em contrapartida, tem formado, em média também anual, 855 alunos e, por outro lado, tem deparado com a evasão anual, também em média, de 2.346 alunos. Além disso, ocorrem, em média anual, 728 trancamentos de matrículas (antessala da evasão).

Em síntese, podemos constatar que a UNIPAMPA tem ótimo potencial de crescimento e consolidação na região em que atua, se considerarmos o número médio de ingressantes anual. No entanto, terá que elevar o número de formados, que é pouco maior que o número médio de trancamentos de matrículas que são efetuados. Além disso, terá que enfrentar seu principal problema: a elevada evasão discente existente. Ela equivale a quase o triplo do número anual de formados.

---

<sup>6</sup> (Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Pró-reitoria de Planejamento – PROPLAN. **Site**. Disponível em: <<http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/proplan/files/2016/07/alunos-2016.pdf>>, <<http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/proplan/files/2016/07/ALUNOS-2015.pdf>>, <<http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/proplan/files/2016/07/ALUNOS-2014.pdf>>, <<http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/proplan/files/2016/07/ALUNOS-2013.pdf>>. Acessos em: 18 jul. 2018).

Ressaltamos ainda que a média anual de formados pela UNIPAMPA desde 2013 corresponde a somente 23,2% do total anual de ingressantes na universidade. Naturalmente, não pode ser considerado um percentual minimamente satisfatório e deve estar associado a razões como retenção, além da evasão e de trancamentos. Pelo contrário, ele é sintomático de crise institucional, que pode estar sendo gerada por fatores pedagógicos, ou por fatores de desmotivação pessoal dos discentes, ou por fatores sociais. Para se identificar as causas reais da evasão, somente com a realização de pesquisas educacionais aprofundadas.

Nossa intenção não é responder a todas as perguntas, mas através desta pesquisa educacional, incentivar a realização de outras, apontando a importância da continuidade de verificação de singularidades da UNIPAMPA que, somadas às de outras instituições públicas federais, constituam um painel da realidade histórica que se vive no país, relacionada à evasão no ensino superior.

Por meio desta pesquisa, apresentamos também o plano de ações para redução da evasão discente nos cursos de graduação do Campus Itaqui da UNIPAMPA. Esse plano foi desenvolvido de forma contextualizada com a revisão de literatura desenvolvida a partir do estado do conhecimento e relacionado, ainda, com a análise documental e de dados que construímos dos discentes evadidos.

## 2 FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Este capítulo tem por objetivo analisar o estado do conhecimento, pesquisando todas as produções científicas nacionais relacionadas ao estudo da evasão discente na educação superior, no Campus Itaqui da UNIPAMPA, desde o ano de 2012 (ano em que foram implantados os últimos dois cursos), até o ano de 2016 (ano anterior à realização desta pesquisa), juntamente com produções que investigaram a expansão da educação superior no país, que gerou a UNIPAMPA. Partindo dele, definiremos a metodologia científica para realização da pesquisa.

Para a seleção das produções científicas, optamos pela realização de busca nas bases de dados da *Scientific Electronic Library Online (SciELO)*, do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) e do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)/Ministério da Educação (MEC) das produções desenvolvidas entre os anos de 2012 e 2016.

Inicialmente, abordaremos a delimitação efetuada do campo do conhecimento. Na sequência, discutiremos os textos selecionados na revisão de literatura. Uma outra seção deste capítulo está destinada ao detalhamento da metodologia da pesquisa, com os procedimentos metodológicos e os sujeitos da investigação.

Importante ressaltarmos que o problema analisado por este projeto é composto pela questão: “Quais fatores são intervenientes na evasão discente dos cursos de graduação com 4 e 5 anos de duração do Campus Itaqui da UNIPAMPA e quais estratégias e ações institucionais podem contribuir para reduzir essa evasão”?

A nossa pretensão é identificar essas razões e incentivar o questionamento deste problema de pesquisa, trazendo uma contribuição prática para a universidade, que está passando por este obstáculo, logo após sua recente implantação.

### 2.1 DELIMITAÇÃO DO CAMPO DO ESTADO DO CONHECIMENTO

Praticada no meio científico há bastante tempo, especialmente na área da educação, a análise do estado do conhecimento foi um ponto importante da presente pesquisa sobre evasão discente em cursos de graduação.

Pesquisas conhecidas como “estado da arte” ou “estado do conhecimento”, de caráter bibliográfico, conforme Ferreira (2002, p. 258):

São reconhecidas por possuírem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado.

A facilitação dos tempos atuais, proporcionada por buscas de produções científicas diretas na Internet, disponibilizadas para downloads, faz lembrar de épocas anteriores de maiores dificuldades aos pesquisadores, como relata Ferreira (2002, p. 260):

Nos últimos vinte anos, com o fortalecimento da produção acadêmica-científica, com pesquisas que emergem em diferentes programas de pós-graduação pelo país, um movimento se transforma em empenho de diferentes entidades (faculdades e associações de financiamento de pesquisas) para o estabelecimento de uma política de divulgação de seus trabalhos científicos. E uma das formas é através de catálogos, inicialmente impressos e, mais tarde, em forma de CD-ROM. Os catálogos passam a ser produzidos atendendo ao anseio manifestado pelas universidades de informar sua produção à comunidade científica e à sociedade, socializando e, mais do que isso, expondo-se à avaliação. É um sentimento de que trabalhos produzidos ao longo dos anos não devem ficar restritos às prateleiras das bibliotecas das universidades. Por outro lado, é uma resposta exigida por uma sociedade que vê a universidade como prestadora de serviços e que, por isso, deve ser avaliada.

Mudou, de lá para cá, a realidade tecnológica, que trouxe maiores facilidades, mas não mudou o compromisso das universidades e dos órgãos de fomento à pesquisa em dar resposta a uma sociedade exigente, publicizando suas produções científicas e submetendo-as a avaliações e críticas sociais. Tirar proveito dessa realidade é também objetivo da produção do estado do conhecimento, que visa captar a produção científica existente relacionada ao problema da pesquisa.

Optamos por fazer a delimitação do campo científico pelo estado do conhecimento com 5 categorias: “Expansão Educação Superior”, “Universidade Popular”, “Educação Superior / Governo Lula”, “Evasão graduação” e “UNIPAMPA” ou “Universidade Federal do Pampa”. Justificamos essas opções pelo fato de o problema desta pesquisa tratar da evasão discente de cursos de graduação de um campus de uma universidade pública federal multicampi nova, implantada na época do primeiro mandato do governo Lula, visando atender carências sociais regionais. Época tam-

bém de expansão da educação superior no país. A busca pela categoria “Universidade popular” decorre do interesse de realizarmos uma análise identitária da UNIPAMPA. A busca genérica por produções científicas da UNIPAMPA visa dar embasamento teórico, a ser adicionado à pesquisa documental, para o resgate da historicidade da universidade, além de verificar se há produções anteriores sobre evasão discente.

Cada categoria (palavra-chave) foi procurada em cada acervo, sendo que o direcionamento à temática de interesse foi realizado por meio de filtros seletivos descritos, que foram selecionando artigos, teses e dissertações, que a partir daqui serão chamados de produções científicas. Após a leitura de título e resumo, as produções selecionadas por conterem aderência ao problema desta pesquisa foram analisadas por meio de leitura específica e muitas compõem o item quadro teórico, com posicionamentos dos autores, especialmente focados em capítulos como introdução, metodologia e resultados. Optamos por produções selecionadas que realmente possuíam aderência efetiva com o tema desta pesquisa. A área do conhecimento visada foi a Educação.

Quadro 1 – Resultados para primeira categoria (expansão educação superior).

<b>Acervo</b>	<b>Data</b>	<b>Filtros</b>	<b>Nº prods. cients.</b>
Scielo (artigos)	10/07/2017	Coleções: Brasil; Idioma: Português; Anos de public.: 2012 a 2016; Scielo Áreas temáticas: Ciências Humanas.	167 (inicial); 51 (após filtros); 5 (selecionadas após análise de título e resumo por relação com o tema).
Ibict	30/07/2017	Anos da publicação: 2012-2016; Idioma: Português; Assuntos: Ensino superior e Educação Superior.	1.144 (inicial); 102 (após filtros); 5 (selecionadas após análise de título e resumo por relação com o tema).
Portal de Periódicos da CAPES/MEC	31/07/2017	Data de publicação: 2012 até 2016; Nível superior: periódicos revisados por pares; Idioma: Português; Tópico: Education.	1.933 (inicial); 46 (após filtros); 5 (selecionadas após análise de título e resumo por relação com o tema).

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Quadro 2 – Resultados para segunda categoria (universidade popular).

<b>Acervo</b>	<b>Data</b>	<b>Filtros</b>	<b>Nº prods. cients.</b>
Scielo (artigos)	01/08/2017	Idioma: Português; Anos de publicação: 2012 até 2016.	114 (inicial); 32 (após filtros); 4 (selecionadas após análise de título e resumo por relação com o tema).
Ibict	02/08/2017	Idioma: Português; Ano da publicação: 2012-2016; Assunto: Educação.	16.781 (inicial); 151 (após filtros); 3 (selecionadas após análise de título e resumo por relação com o tema).
Portal de Periódicos da CAPES/MEC	04/08/2017	Idioma: Português; Data de publicação: 2012 a 2016; Tópico: Education; Nível superior: periódicos revisados por pares.	14.596 (inicial); 70 (após filtros); 3 (selecionadas após análise de título e resumo por relação com o tema).

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Quadro 3 – Resultados para terceira categoria (educação superior/governo Lula).

<b>Acervo</b>	<b>Data</b>	<b>Filtros</b>	<b>Nº prods. cients.</b>
Scielo (artigos)	04/08/2017	Idioma: Português; Anos de publicação: 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016.	28 (inicial); 6 (após filtros); 3 (selecionadas após análise de título e resumo por relação com o tema).
Ibict	05/08/2017	Idioma: Português; Anos da publicação: 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016.	169 (inicial); 80 (após filtros); 5 (selecionadas após análise de título e resumo por relação com o tema).
Portal de Periódicos da CAPES/MEC	05/08/2017	Idioma: Português; Data de publicação: 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016.	259 (inicial); 84 (após filtros); 3 (selecionadas após análise de título e resumo por relação com o tema).

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Quadro 4 – Resultados para quarta categoria (evasão graduação).

<b>Acervo</b>	<b>Data</b>	<b>Filtros</b>	<b>Nº prods. ciênt.</b>
Scielo (artigos)	06/08/2017	Idioma: Português; Anos de publicação: 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016.	23 (inicial); 12 (após filtros); 5 (selecionadas após análise de título e resumo por relação com o tema).
Ibict	07/08/2017	Idioma: Português; Anos da publicação: 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016; Assunto: higher education	494 (inicial); 267 (após filtros); 4 (selecionadas após análise de título e resumo por relação com o tema).
Portal de Periódicos da CAPES/MEC	08/08/2017	Idioma: Português; Data de publicação: 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016.	300 (inicial); 106 (após filtros); 3 (selecionadas após análise de título e resumo por relação com o tema).

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Quadro 5 – Resultados para quinta categoria (“UNIPAMPA” or “Universidade Federal do Pampa”).

<b>Acervo</b>	<b>Data</b>	<b>Filtros</b>	<b>Nº prods. ciênt.</b>
Scielo (artigos)	09/08/2017	---	12 (inicial); 1 (selecionada após análise de título e resumo por relação com o tema).
Ibict	09/08/2017	Idioma: Português; Anos da publicação: 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016.	208 (inicial); 183 (após filtros); 4 (selecionadas após análise de título e resumo por relação com o tema).
Portal de Periódicos da CAPES/MEC	10/08/2017	Idioma: Português; Data de publicação: 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016.	196 (inicial); 64 (após filtros); 2 (selecionadas após análise de título e resumo por relação com o tema).

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

## 2.2 QUADRO TEÓRICO

Apresentados os resultados obtidos por categoria e por base de dados, por esta pesquisa do estado do conhecimento, comentaremos, agora, os trabalhos selecionados, que possuem aderência ao problema levantado por esta pesquisa.

### 2.2.1 Evasão em perspectiva internacional

O artigo intitulado “Expansão da educação superior: permanência e evasão em cursos da Universidade Aberta do Brasil”, de Andréia Sousa e Carina Maciel (2016), aponta ser a evasão estudantil um problema que extrapola a realidade brasileira e que tem ganhado visibilidade no contexto mundial através de projetos como Alfa GUIA, que envolve 4 países europeus (Espanha, Portugal, França e Itália) e 12 países da América Latina (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Uruguai e Venezuela), com o objetivo de melhorar os índices de permanência dos estudantes na Educação Superior.

Apontam as autoras que o Brasil ainda carece de estudos sobre esse fenômeno complexo denominado evasão e que são poucas as Instituições de Educação Superior que possuem programa institucional de combate à evasão, com planejamento de ações, acompanhamento de resultados e coleta de experiências bem-sucedidas (apud Silva Filho, 2007). Como conclusão, sugerem que o primeiro passo na direção da compreensão do problema é saber quem são os alunos evadidos, conhecer o perfil socioeconômico e acompanhar os estudantes com potencial preditivo de evasão, buscando-se criar estratégias e mecanismos que passem pelo envolvimento de toda a comunidade universitária na luta por sua permanência (SOUSA E MACIEL, 2016).

### 2.2.2 Trabalhador-estudante

O artigo intitulado “A inclusão do estudante-trabalhador e do trabalhador-estudante na Educação Superior: desafio público a ser enfrentado”, de Hustana Vargas e Maria de Paula (2013), trabalha como principal hipótese a de que a ênfase na política de ampliação do acesso não esgota o projeto de democratização da educação superior. Esse processo só se completará se tivermos igual proporção de cres-

cimento na taxa de concluintes, com inclusão crescente das camadas marginalizadas socialmente, sobretudo dos estudantes de baixa renda. Apontam as autoras a necessidade de vigilância constante sobre as taxas de conclusão e sobre o perfil socioeconômico dos concluintes e dos evadidos. Refletem sobre ações legais adotadas em Portugal e ações pedagógicas adotadas em Cuba visando possibilitar a permanência do trabalhador-estudante e do estudante-trabalhador na educação superior. Os autores concluem que o sistema de educação superior federal brasileiro está estruturado para contemplar somente o estudante que dispõe de tempo integral para ele, enquanto seu maior contingente possui perfil oposto (VARGAS E PAULA, 2013).

Em seu artigo intitulado “Jovens trabalhadores: expectativas de acesso ao ensino superior”, Maria Carla Corrochano (2013) defende a necessidade de incorporar, nos estudos sobre a universidade e suas transformações recentes, um olhar para os sujeitos sociais, dando ênfase aos jovens. Trabalho de natureza sociológica, considera que um renovado olhar para as jovens gerações universitárias pode contribuir para a compreensão de mudanças recentes na sociedade brasileira e para a reflexão sobre o lugar da universidade neste processo.

Aponta que no Brasil muitos jovens envolvem-se trabalham em tempo integral e mesmo com “bicos” desde muito cedo, mobilizando múltiplas estratégias para ganhar a vida. Que nos últimos anos, mesmo que a presença dos jovens na escola básica e na universidade tenha se ampliado de maneira significativa, o trabalho é intensamente presente em seus trajetos. Trabalhar para estudar constitui o percurso dominante entre os jovens de baixa renda.

Após ouvir 4 grupos de jovens paulistas: um que começou a trabalhar cedo, outro que passou do sonho com o trabalho de verdade à busca pelo trabalho possível (o maior grupo), outro grupo que se encontra em busca de melhores empregos e o último (para além do trabalho, em busca de novas possibilidades), concluiu que os jovens em maioria necessitam de maior presença de instituições em suas vidas, para além do grupo familiar, na perspectiva de tornar menos dramáticos e solitários seus percursos em direção à vida adulta.

E, por fim, que entender a origem, as experiências, os projetos e os sonhos desses jovens trabalhadores estudantes, para construir uma educação superior que amplie as perspectivas pessoais e profissionais de um amplo contingente da população, persistindo na trajetória política de sua efetiva democratização, são, portanto,

desafios contemporâneos dos estudos sobre juventude, trabalho e educação (CORROCHANO, 2013).

O artigo de Souza, Weschenfelder e Toassi (2014), intitulado: “Expansão da Educação Superior no Brasil a partir do REUNI: o curso noturno de Odontologia da UFRGS” é resultado de um estudo que teve por objetivo analisar o perfil do estudante ingressante no curso noturno de Odontologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), bem como os motivos de escolha, expectativas em relação à profissão e perspectivas de atuação profissional. Iniciado no segundo semestre de 2010, o curso noturno de Odontologia da UFRGS propõe-se a inserir na universidade o estudante que trabalha durante o dia. Foram convidados a participar da pesquisa todos os estudantes que realizaram matrículas no curso em 2010, 2011 e 2012 e chegou-se ao perfil majoritário dos ingressantes: mulheres, jovens, brancas, solteiras, sem filhos, com até dois irmãos, naturais do Rio Grande do Sul, que residem com os pais e que trabalham. As autoras recomendam o acompanhamento permanente da experiência dos cursos criados com base na proposta REUNI em cada instituição federal (SOUZA, WESCHENFELDER E TOASSI, 2014).

### **2.2.3 Expansão e interiorização da educação superior**

No artigo “A expansão das fronteiras da educação pública superior: uma análise da experiência da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) em Laranjeiras do Sul”, Naira Mohr, Felipe Monteiro, Joaquim Costa e João de Oliveira (2012) analisam a criação e consolidação da Universidade Federal da Fronteira Sul, no campus de Laranjeiras do Sul, no Estado do Paraná.

Afirmam os autores que, desde sua origem, a unidade vem propondo dispositivos de combate às desigualdades sociais e regionais, visando garantir condições de acesso e permanência no ensino superior, especialmente da população proveniente de escolas públicas. Buscam avaliar em que medida as ações afirmativas conseguem se materializar de forma efetiva no interior da instituição, analisando dados acadêmicos do primeiro ano letivo. Tais elementos, afirmam os autores, apontam avanços, limites e muitos desafios, que deverão constar no debate permanente da construção política e pedagógica da universidade.

Questionam os autores, ao longo do artigo: “Em que medida é possível conciliar excelência acadêmica com o processo de democratização do ensino superior,

tão anunciado e tão pouco difundido?”. Relatam, ainda, ter sido a UFFS uma universidade reivindicada por entidades populares, movimentos sociais, comunitários e políticos locais e que a coordenação política teve como tarefa convencer o Ministro da Educação, Fernando Haddad, e sua equipe, juntamente com outros ministros afins, sobre a necessidade e a importância da criação da nova universidade, fato que nos remete à semelhança de papel que as prefeituras das cidades que reivindicaram a UNIPAMPA cumpriram junto ao Ministro Tarso Genro em sua época.

Uma curiosidade interessante apontada pelos autores é que a UFFS seleciona candidatos para seus cursos no Campus Laranjeiras do Sul aplicando o “Fator Escola Pública” na nota obtida pelos mesmos no ENEM. Esse fator é de 1,0 para aqueles que não cursaram nenhum ano do Ensino Médio em escola pública; de 1,1 para aqueles que cursaram somente 1 ano do Ensino Médio em escola pública e assim sucessivamente (1,2 para dois anos e 1,3 para quem integralizou o Ensino Médio em escola pública). Os autores avaliaram que esse mecanismo foi bastante significativo na democratização dos cursos oferecidos.

Outras questões de caráter pedagógico foram abordadas ao longo deste artigo, entre elas as principais razões para as dificuldades enfrentadas pelos discentes em sua adaptação ao nível de ensino superior (exemplos: ausência de cultura universitária e desconhecimento de técnicas e práticas de estudo, procedência de ensino médio deficitário, falta de disciplina, interesse e motivação, entre outras) e medidas propostas pela universidade para minimizá-las (divisão do currículo em 3 eixos: domínio comum, domínio conexo e domínio específico, intensificação de oferta de bolsas de estudos, auxílios para moradia, alimentação, transporte, entre outras).

Os autores, em suas considerações finais (que apontam como inconclusivas), refletem sobre o papel social da universidade, que acolhe um perfil diferenciado de estudantes, muitos deles com enormes lacunas oriundas da formação básica, afirmando não poder universidades que buscam se afirmar como instituições diferenciadas exercer um preconceito “às avessas”, constrangendo esse “novo” público universitário. Temos aqui outra semelhança da UFFS com a UNIPAMPA (MOHR et al., 2012).

O artigo “Educação Superior no Brasil Contemporâneo: transição para um sistema de massa”, de Alfredo Gomes e Karine de Moraes (2012), analisa o processo de expansão da educação superior no Brasil nas últimas três décadas, com especial atenção para o período que cobre os governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz

Inácio Lula da Silva. Esse estudo apoia-se na perspectiva teórica de Trow e em dados estatísticos gerados pelo Censo da Educação Superior e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para avaliar se o Brasil contemporâneo já produziu um sistema de massa em nível do ensino superior. Analisa, com esse fim, as fases de crescimento e as políticas que têm sido implementadas. Os autores ressaltam que Trow (2005) elaborou um conjunto de dimensões para pensar a transição do “sistema de elite” para o “sistema de massa” e, deste, para o “sistema de acesso universal”.

Segundo essas dimensões, a causa irradiadora do processo de transição de uma fase para outra do sistema reside no volume de matrículas. Para Trow, esclarecem os autores, o sistema de elite tende a atender até 15% do grupo etário de 18 a 24 anos, sendo que o acesso se dá quase que exclusivamente em função da origem de classe social dos estudantes, constituindo privilégio social, mesmo que associado a critérios meritocráticos. Já o sistema de massa atende entre 16% e 50% do grupo etário entre 18 e 24 anos, estando plenamente consolidado em relação ao sistema de elite quando passa a admitir mais de 30% das matrículas do grupo etário relevante. O volume de matrícula é uma variável central no processo de transição de um sistema para o outro. O sistema de massa, portanto, atende a um público bem mais amplo e diferenciado proveniente das classes sociais cujos filhos/as concluíram o ensino médio e é realizado por meio de políticas públicas. E o sistema de acesso universal, também segundo Trow, relatam os autores, caracteriza-se por um volume de matrículas que compreende mais de 50% da população entre 18 e 24 anos.

A principal referência para a literatura dessa área é a taxa de matrícula líquida, gerada pela divisão do total de matriculados com idade entre 18 e 24 anos pelo total da população nessa mesma faixa etária. No entanto, os autores apelam para a taxa de matrícula bruta, gerada pela divisão do total geral de matriculados de todas as idades pelo total da população na faixa etária entre 18 e 24 anos, para considerar que houve, no Brasil, no ano de 2003, uma transição do “sistema de elite” para o “sistema de massa”, quando o volume de matrículas atingiu a casa de 16%. Analisam que a intensificação da taxa bruta de matrículas ocorreu especialmente a partir do ano de 1995, quando após 15 anos estagnada em 8%, ultrapassou o patamar de 9% e iniciou trajetória ascendente constante. Avaliam os autores que foi no Governo de Fernando Henrique Cardoso, portanto, que o Brasil começou a adotar políticas públicas de intensificação de matrículas na educação superior, sobretudo via setor

privado.

Esse processo teve continuidade no Governo Lula, também com priorização do setor privado (especialmente através do Programa Universidade para Todos – Prouni), mas com novos investimentos no setor público (Programa de Expansão das Instituições Federais de Ensino Superior a partir de 2003), com 10 novas universidades federais e a criação ou consolidação de 49 campi em 5 regiões brasileiras com vistas a promover a inclusão social, reduzir as desigualdades regionais e reorientar a organização do ensino superior no Brasil – ressaltamos que a UNIPAMPA estava entre elas.

Observamos que a média de campi por universidade não chegou a 5, enquanto a UNIPAMPA foi criada com 10. Outro programa com impacto na organização das universidades federais – e que também comprovou um diferencial do Governo Lula com o de Fernando Henrique Cardoso, segundo os autores – foi o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que teve como meta a criação de condições para a ampliação do acesso e permanência dos estudantes nas universidades federais, no nível de graduação. Mas, analisam os autores que, no somatório desses processos, ainda ficamos muito distantes da meta educacional do Plano Nacional de Educação (2001-2010): “prover, até o final da década, a oferta de educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos”, já que essa meta se refere à taxa de matrícula líquida (GOMES E MORAES, 2012).

A tese de doutorado intitulada “Expansão e interiorização da Educação Superior: o caso singular do município de Jataí – GO”, de Márcia Santos Anjo Reis (2014), também analisa as transformações da educação superior ocorridas no Brasil sob o modelo teórico de Trow. A tese documenta e historiciza aprofundadamente o processo de expansão do ensino superior no Brasil entre os anos de 1985 e 2010. Baseia-se, no entanto, diferentemente do trabalho de Gomes e Moraes (2012), na taxa líquida de matrículas, para afirmar que o Brasil ainda não deu o salto de qualidade e não migrou do sistema de elite para o sistema de massa, com relação ao sistema de educação superior. A autora salienta que tal salto só estaria efetivamente consolidado, conforme Trow, se já se atingisse 30% da população entre 18 e 24 anos de idade sob esse critério (índice que coincide com a meta proposta pelo Plano Nacional de Educação, versão 2001-2010).

Manifestamos concordância com esta análise/visão. Embasada em pesquisa

bibliográfica e documental, análises estatísticas e entrevistas com 18 sujeitos (gestores, professores, membros da comunidade que tiveram relação com a implantação das instituições de ensino), a autora analisa, com propriedade, as singularidades da educação superior em Jataí - GO e sinaliza a importância de novos estudos que as vinculem às políticas nacionais. Identificamos muitas semelhanças com a realidade vivenciada pela UNIPAMPA no interior do Rio Grande do Sul e ressaltamos, como parte delas, o que escreveu Dourado (apud Reis): “O processo de expansão do ensino superior no estado de Goiás, por intermédio da interiorização, na década de 1980, foi respaldado por um discurso de desenvolvimento regional, fundamentado em apelos e compromissos eleitoreiros” (REIS, 2014).

O artigo “A educação superior no Brasil diante da mundialização do capital”, de Deise Mancebo, João dos Reis Silva Júnior e Daniel Schugurensky (2016), também discute o processo de expansão da educação superior brasileira, mas considerando as demandas do capitalismo monopolista contemporâneo de predominância financeira. Também faz um recorte das últimas décadas, mas com especial atenção para a produção de conhecimento mercantilizada, pelo impacto que tem provocado na cultura institucional universitária.

Os autores analisam que as frações adeptas do capitalismo financeiro foram insistentes e vitoriosas nas diversas tentativas de reposicionar sua hegemonia mundial. Impingiram, por exemplo, novos contornos à área dos serviços. Seu núcleo hegemônico pôde impor um novo marco ao comércio mundial com a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 1995, com a definição da educação no rol de serviços. Esse processo provocou impactos no Brasil, que aderiu à globalização, expressando-se através da edição do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, que afetou todas as instituições, inclusive as de educação superior. A elaboração do Plano, comentam os autores, foi liderada pelo Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE), visando a adesão do Brasil ao momento histórico que o capitalismo experimentava de transição do regime de acumulação monopolista para o de predominância financeira. Assim, o Plano Diretor pretendia inserir a educação entre os “serviços competitivos ou não exclusivos do Estado” e estabelecia um novo precedente para as parcerias público-privadas na educação superior brasileira.

Uma segunda fase, sempre segundo os autores, que abrangeu os mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso e do presidente Luiz Inácio Lula da Silva,

foi marcada pela busca na educação superior brasileira da pesquisa aplicada; cursos mais rápidos, inclusive apoiados em novas tecnologias de informação e comunicação; processos avaliativos ou de regulação calcados em resultados, entre outros. Adicionalmente, destacam a gradativa perda da autonomia universitária perante interferência do setor empresarial. Isso já ocorria, relatam os autores, nos países de economia central, como os da União Europeia, especialmente com o Processo de Bolonha (1999), Canadá e Estados Unidos da América.

Em uma terceira fase, marcada pelos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff, a contrarreforma continuou, analisam os autores, por meio de programas como “Universidade para Todos” (Prouni), Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), com generalizações de isenções fiscais e previdenciárias, além da criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB), do Reuni (sem o devido financiamento), entre outros. Ressaltam ainda que o critério para oferecimento de cursos e de matrículas nas instituições privadas são suas planilhas financeiras. Assim, a expansão se dá sob a influência direta de demandas mercadológicas, a partir dos interesses da burguesia desse setor de ampliar a valorização do seu capital, com a venda de serviços educacionais.

Analisam ainda os autores que, por seu turno, o ensino – muitas vezes aligeirado, voltado às exigências de mercado ou ainda mediante o uso da educação a distância (EAD) – nem sempre se encontra adaptado às necessidades dos novos estudantes que adentraram na universidade pública, criando sérios problemas de evasão. E que o setor privado, por sua vez, detém a maior taxa de matrículas na graduação – aproximadamente 75% das presenciais e a distância –, conforme Censo da Educação Superior de 2015.

Concluem os autores que os novos valores que passaram a guiar as instituições poderiam ser sintetizados pela privatização do conhecimento, em busca de lucros pelas universidades e a reivindicação das corporações em ser prioridade antes do cidadão. A relevância econômica sobrepõe-se, claramente, à relevância cognitiva, social e cultural do conhecimento. Para tal, é exigido um professor empreendedor, disposto a produzir ensino comercializável, que minimiza os efeitos dos cortes e ajustes perpetrados pelo Estado e, correlativamente, aumenta a dependência da universidade pública em relação ao mercado e às grandes corporações empresariais e financeiras.

A saída que apontam ocorreria pelos movimentos sociais antissistêmicos em

defesa de um lugar estratégico para a universidade pública, crítica e autônoma no projeto de nação, em busca de um conhecimento crítico, reflexivo e recuperador da missão histórica da universidade no processo civilizatório, por isso mesmo um conhecimento insubmisso aos interesses mercantis (MANCEBO et al., 2016).

A dissertação de mestrado de Jacqueline Oliveira Lima Zago (2013), intitulada: “A implementação do Programa Expansão (2003) e do REUNI (2007) na Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM” busca compreender a transformação e expansão da UFTM, ocorrida a partir de 2005, tendo como ápice o Programa REUNI em 2007. Para isso, visa compreender a reconfiguração da UFTM na mediação micro e macro do contexto social no qual ela está inserida. Relata que a Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro (FMTM) foi transformada em Universidade (UFTM) em 2005, não como um fato isolado, mas como um movimento promovido pela Contra-reforma (termo utilizado por Roberto Leher quando presidente da Associação Nacional dos Docentes da Educação Superior – Andes – SN) da Educação Superior, como resposta do executivo federal à demanda por Educação Superior estatal. O executivo criou o Grupo de Trabalho Interministerial, coordenado pelo Ministério da Educação, em 2003, que recebeu como missão analisar a situação da Educação Superior brasileira e propor um plano de ação que revitalizasse este nível de ensino.

Segundo a autora, esse trabalho culminou numa síntese chamada “Reforma da Educação Superior – reafirmando princípios e consolidando diretrizes”. Posteriormente, em 2007, foi lançado o Programa “REUNI”, como já visto, como uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). E a UFTM submeteu sua proposta de reestruturação e expansão, pactuando 43 metas a serem cumpridas entre 2008 e 2012 por seu intermédio. A forma de construção dessa proposta, sem a devida participação da comunidade local, e também sem a devida participação do conjunto da comunidade universitária, é problematizada pela autora, que apresenta, detalha e analisa a íntegra do plano que foi pactuado para a UFTM. A autora também relaciona o cenário educacional brasileiro com o cenário da macroeconomia, onde são gestadas as diretrizes para o desenvolvimento nacional.

O Brasil, afirma, pretendeu adequar-se socioeconomicamente visando sua inserção na economia mundial e, por isso, tem seguido as orientações expressas por agências transnacionais como garantia financeira aos seus projetos de desenvolvimento – via mundialização da economia. Com esse viés, analisa ainda a migração da educação superior de ser entendida como direito e bem público para serviço,

bem como os números da expansão da oferta da educação superior pública.

A autora problematiza o fato de que em 2001 as instituições públicas respondiam por 24% das matrículas de ingressantes e por 34% das matrículas de concluintes, enquanto em 2010, elas responderam por 23% dos ingressantes e por somente 19% dos concluintes. Então indaga: “Onde estão esses alunos? Retidos em algum período do curso ou desistiram por alguma razão?” (ZAGO, 2013). Nossa pesquisa pretende investigar problema semelhante na UNIPAMPA - Campus Itaqui.

A dissertação de mestrado de Claudemir Osmar da Silva (2014), intitulada “Programa REUNI: ampliação do acesso ao Ensino Superior?”, analisa, na Universidade Federal de Santa Catarina, a política de expansão do Ensino Superior promovida nos Governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, expressa no Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni (Brasil, 2007). Destacamos, na análise da literatura acadêmica realizada nesta dissertação, que a autora evidenciou duas perspectivas de análise.

A primeira caracteriza o Programa Reuni como integrante do processo de contrarreforma universitária, uma ação generalista de caráter neoliberal que aflui para a ressignificação do conceito de universidade e reconfiguração da universidade pública a fim de atender os interesses capitalistas. A segunda considera que o Reuni constitui um novo padrão de intervenção do Estado; uma nova gestão pública e instrumento de democratização e expansão capaz de responder à crise enfrentada pelas universidades federais (SILVA, 2014).

De nossa parte, consideramos que o Reuni não pode ser desprezado, pela importância de trazer de volta investimentos públicos às instituições públicas, por propiciar a expansão e interiorização da educação superior, mas por outro lado não deixamos de considerar como fatores negativos aqueles relacionados a um maior intervencionismo governamental, ferindo a autonomia de muitas instituições públicas federais com relação ao estabelecimento de metas e de políticas educacionais. As contrapartidas exigidas pelo governo para realização dos investimentos demonstram esse caráter político intervencionista.

No artigo de Graziela Perosa e Taline de Lima e Costa (2015) intitulado: “Uma democratização relativa? Um estudo sobre o caso da expansão da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP”, as autoras apresentam resultados parciais de uma pesquisa sobre as características sociais dos estudantes da UNIFESP, instituição de ensino que apresentou expressivo crescimento de matrículas na última década.

Os procedimentos incluíram uma análise de dados estatísticos sobre os ingressantes de 2011 e a realização de entrevistas com estudantes. O objetivo principal do estudo foi interrogar como antigos padrões de ingresso no ensino superior brasileiro teriam sido preservados ou modificados após a expansão. Os resultados permitem identificar uma “democratização quantitativa” do acesso, mas também os significados do ingresso em uma universidade pública na percepção de estudantes que se beneficiaram dessa recente expansão. A democratização quantitativa é problematizada pelas autoras como segregativa por possuir ênfase em cursos mais populares, enquanto os cursos mais seletivos seguiram menos acessíveis às classes populares.

Trabalho eminentemente sociológico, que divide a UNIFESP em seus campi de São Paulo, Osasco e Guarulhos e detecta que o aumento da participação dos jovens desprivilegiados, de primeira geração no ensino superior, se dá principalmente nas carreiras de humanidades, que tendem a conduzir ao exercício do magistério público (PEROSA e COSTA, 2015).

No artigo de Valdemar Sguissardi (2013), intitulado: “Regulação estatal e desafios da expansão mercantil da educação superior”, em vista da tramitação no Congresso Nacional, em 2013, do projeto de lei nº 4.372/12 do Poder Executivo, que propõe a criação do Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação da Educação Superior (Insaes), o autor questiona o caráter público da regulação estatal, que se faz na educação superior, em geral, em detrimento da efetiva avaliação institucional.

Mostra, em seguida, a acelerada e questionável mercantilização da educação superior, enfatizando, em especial, os desafios que tal fato representa para a regulação estatal. Problematizando o tema, o autor examina conceitos como: estatal, público, privado, privado/mercantil, regulação, agências reguladoras, regulação, supervisão e avaliação da educação superior. Analisa como seria a conformação profissional para essa função de regulação estatal, salientando como necessária uma genuína regulação de interesse público do sistema federal de ensino e que, atualmente, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e, em seu âmbito, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) não possuem um corpo permanente de avaliadores especialistas e que, de igual modo, a quase totalidade das mais de 20 mil avaliações *in loco* de cursos de graduação do último decênio foi realizada por não-especialistas.

Salienta ainda o autor que a criação do Insaes talvez se constitua em impor-

tante primeiro passo para a unificação do processo de regulação da educação superior no Brasil, que ainda se vê dividido por diversos órgãos (Conselho Nacional de Educação, Secretaria de Ensino Superior do MEC, Inep e Capes) e, em especial, cindido entre graduação e pós-graduação, embora o ranking das Instituições de Educação Superior, composto a partir dos índices divulgados pelo Inep, já considere os escores dos programas de pós-graduação *stricto sensu* de alçada da Capes. Sobre as mudanças efetuadas em 2007/2008 no Sinaes – introdução de índices como Conceito preliminar de cursos (CPC), Indicador de desempenho esperado e observado (IDD, este de 2005) e Índice Geral de Cursos (IGC), mudança de pesos atribuíveis a esses índices e desvalorização da avaliação institucional, em especial da autoavaliação – comenta a posição de Sobrinho (2008): “As recentes ações do Inep interrompem a construção desse processo participativo e promovem o retorno a posturas, axiomas e enfoques próprios do paradigma técnico-burocrático”, afirmando que a avaliação mais geral é de que se praticou verdadeiro retrocesso teórico e político a pretexto de se resolverem questões práticas, como a dos atrasos burocráticos relativos à autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos e de credenciamento e recredenciamento de Instituições de Ensino Superior (SGUIS-SARDI, 2013).

No artigo de Vera Lúcia Jacob Chaves (2015) “Política de financiamento e a expansão da educação superior no Brasil: o público e o privado em questão”, a autora analisa o perfil do financiamento para a expansão do ensino superior, visando discutir a parceria público-privada para tanto, nos governos de Lula da Silva e de Dilma Rousseff. Considerou que o financiamento da educação superior pública está diretamente relacionado à política de ajuste fiscal do Estado, implementado no Brasil desde 1990, como parte das reformas neoliberais adotadas nos países da América Latina, por orientações dos organismos internacionais, em especial o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Com metodologia quanti-qualitativa, a autora coletou fontes documentais e dados do INEP e do orçamento executado da União, no período de 2003 a 2012.

Observou que, apesar do crescimento das matrículas no setor público federal, o setor privado foi mais favorecido por meio de incentivos governamentais, especialmente pelos programas PROUNI e FIES. E, através de análise detalhada do orçamento da União, considerando movimentação entre receitas e despesas, eviden-

ciou a política de ajuste fiscal implementada pelo governo, com reduções percentuais significativas nos orçamentos das universidades públicas federais.

Analisa a autora que o governo federal passou a incentivar a expansão tanto do setor público quanto do setor privado, mas que se pode afirmar, no entanto, que a expansão das instituições públicas se deu com contenção de gastos, enquanto que para o setor privado o estudo evidenciou que o governo adotou uma política de liberalização e de estímulo, em especial, por meio da criação do PROUNI e do FIES. O artigo demonstra de forma consistente, portanto, a diferença entre discurso e prática dos governos Lula e Dilma Rousseff com relação aos investimentos realizados nas universidades públicas federais em seus mandatos, baseando-se praticamente na simples diferenciação entre valores absolutos de investimentos e valores proporcionais (relativos) (CHAVES, 2015).

No artigo de Reginaldo Moraes (2015), intitulado: “Expansão do Ensino Superior: o que isso nos ensina sobre o vínculo entre as relações sociais e as políticas de educação”, o autor reflete sobre os termos em que devemos colocar a análise da conexão entre as relações sociais estabelecidas e as políticas públicas de educação. Ele avalia o processo de expansão do ensino superior no século XX, mas com foco em três países com realidades política e econômica muito diferentes do Brasil: Estados Unidos, Alemanha e França.

Examina como e por que a expansão desse nível de ensino superior tem diferentes motivações e desenhos em diferentes países e situações históricas. Em especial, procura mostrar como a forma adquirida pelas relações sociais e o desenho do estado modelam as opções dos formuladores de políticas, tanto quanto as demandas de seus beneficiários. Desse modo, afirma o autor, o leitor pode confrontar os diferentes modos de inclusão e de exclusão que estes países adotam. Em especial, a comparação entre o caso norte-americano e a Europa Ocidental permite ver como o modelo de sociedade interfere no desenho das políticas educativas, um tema que neste artigo apenas se sugere, uma vez que demanda investigação mais demorada.

No transcorrer do artigo, o autor afirma que a sociedade alemã é aquela em que o funil seletivo concentra suas formas nos andares iniciais. Aos 11 anos, a criança já tem praticamente definida a trilha que seguirá. A escola média, a seguir, já reflete essa divisão. O caminho francês, afirma, também tem sua peculiaridade. A escola média comum, o liceu, desemboca em diferentes qualificações para a conti-

nuidade de estudos – os diferentes tipos de “bac”. E, a partir desse filtro, definem-se os acessos aos diferentes (e muito estratificados) formatos de ensino superior (grandes escolas, universidades, IUTs, STS, etc). Já nos Estados Unidos, o lado mais forte da desigualdade de acesso se transfere para dentro do sistema de educação superior – pela estratificação das instituições e cursos, estratificação que se estabelece, sobretudo, a partir da renda, isto é, pelo modo como o gasto em educação é efetivamente distribuído.

Esse gasto deve ser entendido, afirma o autor, em dois sentidos: pelo gasto público (financiamento desigual das escolas e cursos) e gasto privado (renda das famílias para pagar escolas desiguais). Embora não tenhamos um sistema de educação tão descentralizado e desigualmente financiado como o americano, nem algo tão estruturado, hierarquizado e centralizado quanto o alemão ou o francês, o autor conclui que, guardadas as características de nosso “pacto federativo” e do regime de cooperação que implica, estamos a sofrer um preocupante processo de americanização. (MORAES, 2015).

No artigo de Vilma Aguiar (2016), intitulado: “Um balanço das políticas do governo Lula para a educação superior: continuidade e ruptura”, a autora analisa as principais políticas para o setor privado de educação superior adotadas pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003/2010). Mediante retrospectiva histórica e análise crítica de sua implementação, as políticas são analisadas através de revisão de literatura e dos dados oficiais. O trabalho demonstra que, apesar de ter realizado políticas para o setor público bastante distintas das do governo de Fernando Henrique Cardoso, no caso do setor privado, há antes um aprofundamento das opções políticas já desenvolvidas durante o governo de Cardoso.

Essas opções, segundo a autora, se traduzem em ações de fomento ao desenvolvimento do setor privado, na medida em que ampliaram o financiamento deste e consolidaram um marco legal que proporcionou segurança jurídica às mantenedoras. Esse fomento, entretanto, veio acompanhado de um sensível aumento e aperfeiçoamento dos mecanismos de controle sobre o crescimento do setor privado (AGUIAR, 2016).

Segundo Paulo Gomes Lima (2013), no artigo intitulado: “Políticas de educação superior no Brasil na primeira década do século XXI: alguns cenários e leituras”, o processo de expansão e democratização do acesso à educação superior no Brasil ocupou em larga escala a agenda de governo de Luiz Inácio Lula da Silva, entre

planos e programas. Menciona o Plano de Desenvolvimento da Educação, reunindo metas para a educação básica (Decreto N° 6094 de 24/04/2007), as Diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica para fins de constituição dos IFETS (Decreto N° 6095 de 24/04/2007) e o Decreto N° 6096 de 24/04/2007, que instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - Reuni, como exemplos significativos dessa ênfase, objeto de discussão nesse artigo.

Este trabalho discute até que ponto tais ações contribuíram efetivamente para a finalidade a que estavam destinadas, considerando as contradições estruturais do sistema capitalista, trazendo também reflexões quanto à possibilidade de se construir uma universidade no Brasil não excludente e promotora da dimensão de democracia e universalização. Aqui, o autor se aproxima das possibilidades de uma universidade popular, abraçando suas causas.

A universidade tem sido objeto de distintas discussões, apresentando posicionamentos diversos, incluindo aqueles que insistem que o processo de expropriação histórica é mais cultural do que socioeconômico, sem se ater na totalidade da relação capital-trabalho que efetivamente promove a manutenção da não universalização, mesmo em face de um discurso que afirme o contrário. Qual o caminho? Recuperar o sentido entre direito, democracia, universalização e humanização como objetos inalienáveis da história e manifestações humanas que não se dará de forma gratuita ou naturalmente, mas por meio da manifestação do homem na história e com a história. Nesse olhar, enquanto há enfrentamentos de fervorosos grupos sociais organizados na lógica da defesa ou não desse arranjo, não há porque alterar qualquer disposição de estrutura social que conduza à democratização da universidade no Brasil. Observa-se que o exercício da educação superior somente alcançará uma dimensão humanizadora, democrática e universal quando não se limitar a medidas paliativas, que se preocupam muito mais em esvaziar as vozes do que promover uma transformação social verdadeiramente qualitativa. Mas é sim por meio da problematização de tais medidas que outros encaminhamentos poderão ser considerados. A trajetória de uma universidade no âmbito da justiça social rompe com tal lógica, conferindo aos homens indistintamente, tornarem-se homens, pela superação das práticas dissimuladoras na centralidade capital-trabalho; pela ação comunicacional entre direito e democracia sem particularismos; pela leitura e encaminhamentos das problemáticas da educação e sociedade por meio da dialética do concreto e pelo esclarecimento que emancipa sem distorção de seu campo real e conceitual. Não pode haver silenciamento em detrimento de qualquer mudança substancial que transforme o acesso à universidade em seu sentido mais profundo de libertação, humanização e universalização, articulando a mobilização pela superação da divisão social do trabalho e de classes (LIMA, 2013, p. 103).

Caracterizamos esta conclusão do autor (LIMA, 2013) como um posiciona-

mento pela universidade que propicie uma formação humana dirigida à transformação social, não-reformista, nem conformista.

#### **2.2.4 Evasão na educação superior**

Na tese de doutorado de Silvio Luiz da Costa (2016), intitulada: “A luta pelo ensino superior: com a voz, os evadidos”, o autor, por dificuldade extrema em contactar discentes evadidos de um curso de Administração, ao qual visava analisar, recorreu a acessos por meios esporádicos a evadidos de quaisquer cursos, prescindindo a nosso ver de rigor metodológico. O autor relatou dificuldade de obter dados dos discentes evadidos, fato que se repete em outras pesquisas. A propósito, Costa (2016, p. 26) afirma:

Observei ainda que os dados do Censo do Ensino Superior trazem os vencedores: ingressos, matrículas, concluintes. Não trazem o abandono, a evasão. Não há dados mais objetivos sobre a evasão. Os evadidos não aparecem no censo escolar. Nessa ambiência, descortinei a possibilidade de realizar uma pesquisa sobre os novos personagens do ensino superior, com foco naqueles que atendem ao apelo de realizar uma graduação e que não conseguem concluir o projeto desenhado. Desse modo, foi se delineando o objeto desta pesquisa em torno dos evadidos do ensino superior, com um recorte para os estudantes advindos das camadas desfavorecidas. Nesse ínterim, foram aparecendo algumas perguntas: “O que os evadidos têm a dizer?”, “Que memória ficou do sonho não realizado?”, “O que estão fazendo?”, “Estão inseridos no mercado de trabalho, em que condições?”, “Que inclusão lhes fora reservada?”. Ou, ainda: “Como lidam com o fato de não terem concluído?”, “Que expectativas nutrem?”, “Como foram recebidos pela família?”, “Como explicam o fato de ter deixado a faculdade?”. Em síntese: “O que é ser um evadido?”.

A abordagem dos sujeitos da pesquisa deu-se primeiramente por meio de um questionário, para construção, em uma análise de natureza mais quantitativa, de um perfil ampliado do grupo. O formato da entrevista, aplicada a um número mais restrito de sujeitos, foi o instrumento utilizado para uma análise de natureza mais qualitativa.

Cabe ressaltar uma boa e crítica historicidade realizada pelo autor com relação a expansão da educação superior no Brasil desde 1980 até 2013, baseada em análises do crescimento de matrículas em cursos de graduação presenciais e a distância. Relata que em uma década, de 2002 a 2012, teve-se um aumento de 100% no número de matrículas, ou seja, de 3,5 milhões, para 7 milhões, e 15% desse to-

tal, em 2012, estão na modalidade a distância. Nessa perspectiva, pode-se afirmar, segundo o autor, que se consolida no ensino superior no Brasil um processo persistente de passagem de um sistema de elite para um sistema de massa, com os dados do Censo 2012 corroborando essa avaliação.

O autor problematiza também a questão da finalidade da formação e da educação superior: se deve ser voltada para preparar o discente para toda sua vida, com viés reflexivo, crítico e incluindo a preocupação do exercício da cidadania, tratando a educação como direito e como bem público, a ser oferecido por um Estado Republicano ou se deve ser voltada exclusivamente ao mercado de trabalho, visando desenvolver habilidades técnicas específicas e sendo oferecida como serviço ou como mercadoria, prioritariamente por instituições privadas. O posicionamento do autor é pela primeira opção.

Retomando importante análise sobre a questão da evasão, o autor afirma que não faltam apenas maior objetividade nos dados do Censo do Ensino Superior, mas também uma dificuldade de enfrentamento por parte das Instituições de Ensino Superior, pois o aluno que evade costuma ir sumindo aos poucos. Quando ocorre o trancamento da matrícula, já faz um tempo que ele deixou de comparecer de forma mais efetiva, isso sem considerar que muitas vezes sequer acontece o trancamento da matrícula, o que amplia ainda mais o ônus do abandono, tanto acadêmico quanto financeiro. Costuma haver um longo tempo entre a ausência na sala de aula e a retirada do nome do evadido da lista, pela secretaria. Se para acompanhar os egressos observa-se enorme dificuldade, pode-se imaginar também grande dificuldade para o acompanhamento dos que vão paulatinamente ficando à beira do caminho, isso sem considerar que nas esteiras de um sistema fechado os intrusos nem lá deveriam ter entrado.

O autor propõe, então, que fica o desafio de olhar para o problema da evasão, não apenas da perspectiva da instituição que perde alunos, ou, ainda considerando as principais causas da evasão, mas de dar eco para as falas daqueles que ficaram à beira do caminho.

E outra problemática relatada pelo autor foi a de que, em muitos contatos mantidos com discentes evadidos, ele foi informado de que os mesmos já se encontravam estudando em outras instituições de ensino superior, não podendo mais ser considerados evadidos – segundo sua avaliação. Isso confere com seu relato de que os evadidos são aqueles que conseguiram chegar ao ensino superior, mas não con-

seguiram concluir. E, na medida em que abandonaram esse projeto, ganharam uma invisibilidade. Quando ficam fora do circuito, não são mais reconhecidos. Deixam de existir, são ocultados. Eles desaparecem. Primeiro vão desaparecendo da sala de aula, depois da instituição de ensino superior. Em geral, os colegas não costumam ter maiores informações sobre eles, e as instituições têm informações limitadas sobre os seus evadidos. Não aparecem nos dados do INEP e nem nas formaturas. A esse contexto chamamos de ocultamento, em parte decorrente de um processo de silenciamento.

Por fim, destacamos ainda uma medida alternativa de combate à evasão levantada por esta tese após o autor entrevistar discentes evadidos: a exemplo da universidade espanhola de Alicante, aponta o Programa Ação Tutorial direcionado para as turmas iniciais. Nesse programa, duas atividades complementares se realizam, nas quais um professor tutor se responsabiliza por um pequeno grupo de alunos durante o primeiro ano do curso, em uma Tutoria Direta, e um segundo acompanhamento se realiza por alunos tutores rigorosamente selecionados dentre os do último ano dos cursos, em uma Tutoria de Pares. Dessa forma, a acolhida e recepção aos novos acadêmicos é intensa e efetiva em Alicante – Espanha, em exemplo que pode ser irradiado (COSTA, 2016).

O artigo de Barlem, Lunardi et al. (2012), intitulado: “Opção e evasão de um curso de graduação em enfermagem: percepção de estudantes evadidos”, foi elaborado com base em pesquisa qualitativa. Os autores realizam uma pesquisa qualitativa, desenvolvida na Fundação Universidade Federal de Rio Grande - RS, que objetivou conhecer quais foram os motivos para opção e evasão do Curso de Graduação em Enfermagem, na percepção de estudantes evadidos. A construção de dados ocorreu mediante envio de questionário, por meio eletrônico, cujos endereços foram obtidos junto a secretaria acadêmica da unidade, a dezenove estudantes evadidos. Os nove questionários devolvidos foram submetidos, segundo relato dos autores, à Análise Textual Qualitativa, de onde emergiram duas categorias: motivos da opção pelo curso de graduação em enfermagem e motivos para evasão do curso de graduação em enfermagem.

Os resultados mostraram que a opção pelo curso está associada à vocação pessoal, à percepção da enfermagem como profissão do cuidado e sua aproximação com a área da saúde. Já a evasão está relacionada à aprovação no curso de primeira opção, ao desconhecimento acerca da profissão, às dificuldades financeiras e à

desvalorização profissional. Os autores ressaltam, ao longo do artigo, que muitos estudantes ingressam na Enfermagem após suas primeiras opções (Medicina, Odontologia,...) terem sido frustradas. E que, depois, se frustram nesta segunda opção. Como conclusão, os autores enfatizam a necessidade de maior disseminação do conhecimento sobre o trabalho da Enfermagem, os campos de atuação e as atribuições (BARLEM, LUNARDI et al., 2012).

O artigo de Paulo Lima Júnior, Fernando Lang da Silveira e Fernanda Ostermann (2012), intitulado: “Análise de sobrevivência aplicada ao estudo do fluxo escolar nos cursos de graduação em física: um exemplo de uma universidade brasileira”, faz análise do fluxo escolar, ou seja, da trajetória estudantil no curso de graduação. Escrevem os autores:

O fluxo escolar é um conceito amplo que compreende diversas características das trajetórias estudantis dentro das instituições de ensino e está entre os objetos mais tradicionais da pesquisa educacional. Seus aspectos mais destacados são a evasão – que consiste da desistência do curso pelo discente – e a retenção – que consiste da permanência prolongada no curso. Desses, a evasão tem recebido maior destaque recentemente tanto nas políticas federais brasileiras para a educação superior quanto na pesquisa em educação científica. Tanto a evasão quanto a retenção podem representar prejuízos para o estudante e para a instituição de ensino – que é pressionada pelos seus financiadores a produzir mais egressos em períodos cada vez menores. Com efeito, a questão do fluxo escolar ocupa um papel destacado no debate sobre a qualidade do ensino superior, em geral, e da educação científica superior, em particular. Na literatura, são encontrados diversos fatores relacionados ao fluxo escolar de graduação, por exemplo: desempenho no vestibular, sucesso acadêmico, orientação vocacional prévia, adequação do trabalho ao estudo, relações de gênero. Como cada instituição possui suas particularidades, é importante que as instituições de educação científica superior elaborem seus próprios indicativos, buscando caracterizar quais dos fatores apontados pela literatura são mais relevantes em seu contexto e elaborando políticas institucionais eficazes de combate à evasão e à retenção (LIMA JÚNIOR et al., p. 1403-1 - 1403-2, 2012).

Concordamos com os autores e constatamos que outros autores (a exemplo de COSTA, 2016) comentam surpreender-se quando tomam conhecimento que discentes evadidos tornaram a ingressar em outras instituições de ensino, algumas vezes em um mesmo curso do qual evadiram, outras vezes em cursos distintos.

Maria Fernanda Diogo et al. (2016), em seu artigo intitulado: “Percepções de coordenadores de curso superior sobre evasão, reprovações e estratégias preventivas”, buscaram investigar as concepções de coordenadores de cursos de uma universidade pública brasileira acerca dos determinantes da evasão e reprovação e as

estratégias de intervenção desenhadas para intervir nesses fenômenos. Os autores entrevistaram os coordenadores de 10 cursos de graduação com elevados índices de reprovação e evasão.

Constataram que a evasão e a reprovação são aspectos claramente diagnosticados no cotidiano dos entrevistados, mas os relatos apresentaram discrepâncias na indicação de razões e nas estratégias adotadas ou planejadas para o enfrentamento da questão. De modo geral, os determinantes da evasão e reprovação citados foram, prioritariamente, externos ao curso.

De maneira geral, segundo os autores, é possível identificar dois grupos de fatores relacionados ao fenômeno: os externos à instituição, como vocação, aspectos socioeconômicos e problemas de ordem pessoal dos alunos; e os internos à instituição, como infraestrutura da IES, corpo docente e assistência socioeducacional (DIAS et al., 2006). A maioria dos cursos não realizava avaliação institucional, impossibilitando à coordenação um diagnóstico contextual do problema.

As entrevistas demonstraram iniciativas isoladas e bem-intencionadas que buscavam minimizar os problemas, mas que podem ter pequena efetividade, uma vez que estavam desarticuladas dos planos estratégicos da universidade (DIOGO et al., 2016). Observamos, quanto a este trabalho, que normalmente, quando as razões de evasão são buscadas no âmbito institucional, as citadas são prioritariamente externas à instituição, como se fossem, principalmente, derivadas de razões pessoais dos discentes.

Rafaela Rios (2016), em sua dissertação de mestrado intitulada: “Análise do plano de permanência de estudantes da Universidade Federal do Pampa”, pesquisou e entrevistou alunos beneficiários do plano de permanência, gestores de assistência estudantil de universidades federais e da UNIPAMPA, bem como representantes dos Núcleos de Desenvolvimento Educacional (NuDEs) da UNIPAMPA. Considerando o advento e a ampliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), e sua exigência quanto à fixação de mecanismos de acompanhamento e avaliação pelas universidades federais, sua pesquisa teve por temática as ações subsidiadas pela política de assistência estudantil.

Assim, o objetivo da pesquisa foi analisar as ações realizadas no Plano de Permanência da UNIPAMPA em termos de promover resultados quanto à permanência, combate à evasão e à retenção e visando à conclusão dos alunos da instituição. Para tanto, a autora realizou um estudo de caso, com uma abordagem quali-

quantitativa, e de caráter exploratório-descritivo, com as seguintes fontes de evidência: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, observação participante e questionário.

Relata a autora que o questionário foi estruturado com base em cada sujeito da pesquisa: beneficiários do Plano de Permanência da UNIPAMPA no período 2009-2015 (alunos regulares e egressos); Pró-Reitores de assistência estudantil (ou equivalentes) das IFES; Pró-Reitores de Graduação e de Assistência Estudantil da UNIPAMPA; e representantes dos NuDEs, que são os setores responsáveis pela materialização das ações de assistência estudantil na UNIPAMPA.

A análise dos dados foi realizada por meio de estatística descritiva e pelo método de Análise de Conteúdo. Como resultados, a autora verificou que não foram encontradas informações nos sites ou estas foram insuficientes sobre a forma com que as IFES avaliam suas ações de permanência, com vistas ao cumprimento do Decreto 7234/2010-PNAES, no que tange ao seu Artigo 5º, que estabelece que “cabe às instituições federais de ensino superior fixar mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES”. Os resultados indicam, também, que as ações realizadas no Plano de Permanência contribuem para promover a permanência e o sucesso acadêmico dos alunos, mas não são os únicos fatores a serem considerados pela gestão.

Concluiu que as IFES estão avançando na implementação de mecanismos para acompanhar e avaliar a execução do PNAES (RIOS, 2016). Destacamos, nesta pesquisa, alguns estudos sobre evasão realizados por amostragem discente, na UNIPAMPA como um todo.

### **2.2.5 Reflexões sobre universidade popular e educação superior**

O artigo de Kelly Victor e Margarita Gomez (2013), intitulado: “A universidade popular na perspectiva de Michel Onfray”, apresenta o livro de Michel Onfray: “La comunidad filosófica: manifiesto por una universidad popular. Trad. e notas de Antonia García Castro. Barcelona: Gedisa, 2008. 155 p.”, referindo que o mesmo apresenta as propostas de ensino e as motivações filosóficas que levaram a construir a Universidade Popular em Caen, na França.

Michel Onfray, doutor em Filosofia, atuou durante 20 anos como professor do ensino médio no Liceu de Caen. Em 2002, pediu demissão do Liceu e, no mesmo

ano, em outubro, fundou a Universidade Popular de Caen, junto com um pequeno grupo de professores, cujas concepções fundam-se na filosofia epicurista e numa pedagogia libertária. Neste livro, dividido em duas partes, o autor propõe a defesa de seu projeto de uma universidade popular, que na verdade é um ideal de educação de acesso a todos e uma crítica extremamente enfática ao ensino elitista de filosofia.

Na primeira parte, segundo as autoras do artigo, o autor do livro traz uma reflexão sobre o conceito de filosofia e sobre as peculiaridades do ensino da disciplina no meio escolar e acadêmico. Na segunda parte do livro, a discussão volta-se para suas experiências na construção de uma nova definição do ensino de filosofia na Universidade Popular. Defende a liberação da filosofia de sua posição estritamente ideológica, propondo uma mais popular e democrática, acessível a todos os cidadãos. Onfray, segundo as autoras deste pequeno artigo, defende o ato de questionar, que é inato no ser humano, dando como exemplo as crianças que, desde pequenas, possuem o hábito de argumentar sobre as coisas do mundo.

Concluem as autoras: “O livro é notável. De postura crítica e intencionalmente provocadora, resume o breve projeto de Michel Onfray para ensinar a filosofia” (VICTOR E GOMES, 2013).

O artigo de José Eustáquio Romão (2013), intitulado: “Paulo Freire e a Universidade”, trata de uma reflexão de Paulo Freire sobre a educação superior, uma vez que o educador brasileiro se tornou conhecido em todo o mundo como pensador e promotor da alfabetização e da educação de adultos. Dado o movimento, recentíssimo, aponta o autor, de criação, implantação e implementação de novas matrizes institucionais diferentes dos modelos clássicos de Instituição de Ensino Superior (IES) no mundo, este artigo relaciona o conceito de educação popular – a maior contribuição da América Latina e, certamente de Paulo Freire, ao pensamento pedagógico mundial – à nova concepção de universidade, identificando nichos universitários de produção de ciência pública e democracia cognitiva omnilateral.

O autor contextualiza que no atual estágio da acumulação capitalista, o conhecimento tornou-se a matéria-prima básica. E que a universidade, apesar de contribuir para sua produção, sofre concomitantemente os efeitos da crise social generalizada, econômica e política. E questiona: como poderá a universidade, com seus próprios referenciais, superar a crise que, presente na chamada sociedade ocidental, acabou por se espalhar por todo o Planeta por meio dos mecanismos de acumulação do sistema econômico que criou?

Aponta que a saída não está na própria universidade, mas na possibilidade de sua própria superação institucional, curricular, científica, etc. E “superar-se” não significa negar-se nem negar sua história, mas descobrir-se em um novo contexto, a partir da síntese de suas próprias contradições internas, o que significa encarar a superação dialética como autotransformação, como substituição do imediato pelo mediato, em suma, enquanto “mediatização”, como gostava de dizer Paulo Freire.

Relata o autor que surge na primeira década do século XXI, no cenário da educação superior brasileira, uma tentativa de resposta às críticas tanto ao ensino superior tradicional, referenciado nas universidades europeias, quanto ao neoliberal pautado nas orientações norte-americanas: as universidades populares. Elas constituem, sempre segundo o autor, uma tentativa de superação, seja ao corporativismo da “Universidade do Brasão”, seja ao mercantilismo da “Universidade do Logotipo” (metáfora que intitulou a tese de Cleide Rita Silvério de Almeida, de 2001). Este novo modelo de instituição de ensino superior tenta, por um lado, fazer eco à chamada de atenção de um líder de um dos movimentos sociais que integrou uma rede de lutas pela construção da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS): “Não queremos mais uma universidade que diplome profissionais para a produção, mas que os forme para a igualdade” – em uma reunião dos movimentos sociais na UFFS em 2011.

Por outro lado, ela reconhece a fragilidade das soluções nacionais e tenta construir uma matriz institucional que responda, ao mesmo tempo, à necessidade de configuração de institucionalidades supranacionais. Tanto a universidade mencionada quanto as demais, que constituem objeto atual de pesquisa na Rede Ibero-Americana de Investigação em Políticas Educativas (RIAIPE III) fazem este movimento, nos dois sentidos: superação da lógica do mercado e contraposição de uma matriz institucional supranacional de ensino superior ao modelo transnacional neoliberal. O autor afirma ainda que a experiência histórica tem demonstrado que uma instituição como a Universidade não pode ser construída, nem substituída, da noite para o dia.

Para transformá-la estruturalmente, precisa-se partir de sua própria realidade, de sua concretude, da universidade que existe. Nos últimos anos, analisa o autor, o movimento de reconfiguração da educação superior, que é mundial, ocorre no contexto dos fenômenos contemporâneos denominados “globalização econômica” e “mundialização cultural”, sob o entendimento de que está a emergir uma “sociedade

do conhecimento”.

Nesse processo, duas direções mais gerais apontam: as World Class Universities são instituições de ensino superior contemporâneas pautadas em programas unificados, em avaliações comparativas voltadas para classificações (rankings) e credencialismo transfronteiriço, em plataformas de trabalho e de intercâmbio virtuais previamente formatadas. Conduzem, assim, a uma homogeneização cultural baseada na racionalidade derivada do centro difusor do capitalismo neoliberal. Exemplos: universidades transnacionais e as corporativas. E a segunda direção, sempre segundo o autor, é constituída pelas universidades populares, que têm como principais referências as concepções da Educação Popular e os debates críticos sobre a elitização da Educação Superior e seu papel na “sociedade do conhecimento”.

A proposta que fundamenta as Universidades Populares está ancorada nas demandas de formação superior dos países considerados de baixo ou de emergente desenvolvimento. Situam-se, ainda tentativamente, no campo da inovação institucional e curricular, no universo da diversidade e da valorização do pensamento e dos interesses das maiorias, da construção de uma sociedade baseada na justiça social e na equidade.

Esse projeto de universidade popular é o projeto ao qual também pertence a UNIPAMPA. No entanto, ela, como veremos, não foi fruto de mobilizações de grupos sociais específicos, mas sim de articulações de políticos – especialmente de prefeitos municipais e de deputados estaduais e federais – integrantes de partidos aliados, componentes da base política do Governo Federal. Finaliza, após mencionar alguns exemplos brasileiros dessas universidades, dentre eles a UNIPAMPA, afirmando Romão (2013, p. 102-103):

As propostas e os modelos não são únicos, mas considerando a constituição recente dessas instituições e que os desafios teóricos e práticos que estão enfrentando são imensos – especialmente por força (da) inércia histórica, tanto da dinâmica interna das universidades quanto pela correlação de forças conservadoras hegemônicas –, a relevância social do estudo dessas instituições é importantíssimo, especialmente por sua disposição inicial para construir matrizes alternativas de Educação Superior ao modelo neoliberal que tenta se transformar em consenso.

É deste pensamento que compartilhamos e com ele pretendemos agir através da presente pesquisa. Consideramos que este artigo (ROMÃO, 2013) contribuiu pa-

ra a compreensão tanto da origem quanto do papel histórico que cumpre a UNIPAMPA.

No artigo de Júlia Benzaquen (2012), intitulado: “A universidade popular dos movimentos sociais: entrevista com o Prof. Boaventura de Sousa Santos”, a autora relata que no desenvolvimento do Fórum Social Mundial (FSM) algumas organizações dos movimentos sociais, ONGs, sindicatos e intelectuais optaram por dar mais atenção à diversidade dos conhecimentos da sociedade para fortalecer as lutas sociais, o que Boaventura de Sousa Santos sintetizou na frase “não há justiça social global sem uma justiça cognitiva global”.

Nesse contexto, originou-se a ideia da constituição da Universidade Popular dos Movimentos Sociais (UPMS), a qual amadureceu nas edições subsequentes do Fórum. Durante o encontro de 2003 do Fórum Social Mundial, foi lançada a *Universidade Popular dos Movimentos Sociais* por uma democracia cognitiva global. E o idealizador desta proposta, o professor Boaventura de Sousa Santos, do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra (Portugal), é entrevistado neste artigo para falar sobre o que vem a ser a Universidade Popular dos Movimentos Sociais, quais são seus objetivos e aspectos sociais.

A entrevista é rica e ilustrativa das possibilidades de transformação educacional, algumas já ocorrendo em nível da educação superior, mediante alternativas voltadas para as classes populares, que abrangem diferentes agrupamentos culturais que se organizam por intermédio dos movimentos sociais, não mais de partidos nem de sindicatos – como tradicionalmente as diferentes classes sociais se organizavam antigamente –, segundo o professor Boaventura (BENZAQUEN, 2012).

Em artigo de Eduardo Santos e Maurício da Silva (2014), intitulado: “Equidade e igualdade na reconfiguração da educação superior brasileira – governos FHC e Lula”, os autores analisam que a reconfiguração da Educação Superior no Brasil é contemporânea dos fenômenos de globalização econômica e mundialização cultural, vistos como a expressão mais acabada da atual fase de desenvolvimento do capitalismo.

Os autores focam no estudo de um aspecto desse processo no país: as políticas públicas (e suas justificativas e contextos) voltadas à inclusão de setores sociais que, historicamente, não tinham acesso à universidade ou condição de nela permanecer. Os autores fazem comparações entre as políticas desenvolvidas nos governos FHC (1995-2002) e Lula da Silva (2003-2010), admitindo, como hipótese, que

nos primeiros mandatos se imprimiu uma orientação mais evidente e direta pela agenda neoliberal, enquanto nos mandatos de Lula, mesmo se valendo desta mesma agenda, buscou-se marcar alguma diferença ideológica com a adoção de políticas mais efetivas de inclusão – os autores mencionam que os governos FHC focaram a igualdade, e os governos Lula, a equidade.

Utilizam uma bibliografia básica de autores acadêmicos para apoiar pontos de vista críticos em torno do tema. Como principais conclusões, apontam a existência, nos referidos governos, de paradigmas distintos a orientar as reformas da Educação Superior brasileira e a sugestão de que o paradigma da equidade tende a estabelecer políticas mais consistentes e adequadas de inclusão (SANTOS E SILVA, 2014).

### **2.2.6 Contextualização do estado do conhecimento**

Apresentados os trabalhos selecionados com aderência à temática da presente pesquisa, cujas leituras foram realizadas e apresentadas, observamos que a UNIPAMPA foi criada inserida em um contexto internacional de expansão da educação superior, com características que a tornam peculiar. O contexto nacional de expansão da educação superior dos últimos anos foi muito bem retratado por várias produções científicas aqui mencionadas. A leitura dessas produções acendeu-nos diversas curiosidades científicas sobre a universidade, visando desenvolver o tema da elevada evasão discente.

Propomo-nos a realizar uma discussão identitária da UNIPAMPA, analisando e discutindo sobre a UNIPAMPA possuir ou não o caráter de universidade popular, considerando que a princípio não se apresenta como tal por seus documentos oficiais, nem se reivindica como tal por sua comunidade universitária, embora seja apontada como parte deste projeto por um autor aqui apresentado.

Cabe também a pesquisa, análise e discussão sobre a sua real origem, se ocorreu de movimentos sociais, como apontado eventualmente em alguns documentos institucionais, ou se de fato foi decorrente de reivindicações de políticos da base governamental federal da época, como prefeitos municipais e deputados estaduais e federais, que é a hipótese que levantamos como mais provável, pela história que vivenciamos.

Cabe, ainda, a pesquisa, resgate, análise e discussão de sua historicidade, de quais foram as instâncias decisórias sobre suas cidades de abrangência e seus pri-

meiros cursos ofertados, bem como as razões que justificam essas decisões, que a princípio também não constam em sua documentação oficial e não são de conhecimento da comunidade universitária. Precisamos, enfim, conhecer um tanto a mais da UNIPAMPA, para podermos buscar de forma consistente as razões da elevada evasão discente que a universidade apresenta como um todo.

O estado do conhecimento sobre o objeto de nossa pesquisa trouxe-nos uma contextualização nacional, através de obras recentes, de dados e informações sobre estudantes evadidos em diversas instituições. O elo se rompe entre instituição e discente a partir do momento em que ele evade. Não podemos deixar de considerar isso como um grande paradoxo com a era em que vivemos, a era da tecnologia da informação, da informação eletrônica, do acesso público à informação e da transparência.

Estamos tratando de um assunto do maior interesse público, já que há recursos públicos investidos em cada estudante que ingressa em instituição pública de ensino superior.

Por fim, ressaltamos que o estado do conhecimento da presente pesquisa atestou a originalidade do estudo da evasão discente no Campus Itaqui da UNIPAMPA, bem como sua importância para colaboração com a política institucional da universidade. E contribuiu para a elaboração da metodologia científica para a produção da pesquisa, que apresentaremos mais adiante.

### **2.2.7 Ampliação da revisão de literatura**

Através do estado do conhecimento desta pesquisa, tomamos conhecimento do Projeto Alfa Guia, como mencionado. Identificamos algumas produções científicas importantes sobre evasão no ensino superior, desenvolvidas por profissionais que atuaram nesse projeto aqui no país. É o caso, entre outras produções que serão analisadas e contextualizadas no transcorrer desta pesquisa, do artigo intitulado “A evasão na Educação Superior no Brasil: uma análise da produção de conhecimento nos periódicos Qualis entre 2000-2011”, de autoria de Morosini, M. C. et al (2011).

Nesse artigo, os autores apresentam uma revisão sobre a evasão na Educação Superior no contexto brasileiro. Analisam a produção acadêmica sobre o tema nos principais periódicos da área de Educação no país. A busca realizada privilegiou as revistas de classificação A e B, segundo os critérios de qualidade postulados pelo

sistema Qualis da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no período compreendido entre 2000 e 2011 (ou seja, no período imediatamente anterior ao pesquisado do estado do conhecimento desta pesquisa, que abrangeu o período entre 2012 e 2016).

Relatam os autores que (2011, p. 1):

A análise sobre o material encontrado procedeu-se a partir de três categorias, definidas a priori: 1) conceitos de evasão; 2) Resultados das investigações analisadas; e 3) Causas e consequências da evasão. Sob essas categorias, buscou-se descrever os principais aspectos apresentados em cada um dos trabalhos, possibilitando uma análise abrangente sobre a produção recente relacionada à evasão acadêmica no Brasil. A análise realizada oportunizou a identificação de tendências e fragilidades na referida produção, além de proporcionar reflexões para futuros estudos sobre o tema.

Concordamos com a avaliação de terem sido de grande relevância os estudos publicados, mas ressalvamos que foram em pequena quantidade, conforme apontam os próprios autores (2011, p. 2):

O resultado inicial da pesquisa revelou aproximadamente 70 (setenta) trabalhos, segundo os critérios estabelecidos. Entretanto, uma análise de conteúdo sobre o material encontrado identificou que somente 7 (sete) trabalhos atendiam à especificidade do tema, no contexto da Educação Superior. Esses sete trabalhos constituíram o corpus do presente artigo.

Com relação ao conceito de evasão, esse artigo traz a visão de Polydoro (2000), que chama a atenção para a distinção entre dois conceitos: a evasão do curso – que consiste no abandono do curso sem a sua conclusão – e a evasão do sistema – que reflete o abandono do aluno do sistema universitário. Observamos aqui que atualmente acrescentamos a elas a evasão da universidade como intermediária, ou seja, quando o aluno abandona a instituição universitária, prosseguindo, entretanto, seus estudos em outra instituição. Ainda segundo esse artigo, Cardoso (2008) refere-se aos conceitos acima a partir de diferentes nomenclaturas: a evasão aparente – enquanto a mobilidade do aluno de um curso para o outro – e a evasão real – que se refere à desistência do aluno em cursar o ensino superior. Incorporamos nesta pesquisa, por ser voltada a cinco cursos de graduação do Campus Itaqui da UNIPAMPA, o conceito de evasão de curso, ou seja, o abandono do curso pelo discente, sem concluí-lo. Independente, portanto, de qualquer destino.

Com relação às investigações, os autores relatam (2011, p. 3):

A partir da análise no material encontrado sobre evasão nos principais periódicos brasileiros, possibilitou-se identificar algumas características. Dentre os sete trabalhos analisados, verificou-se um predomínio de investigações de natureza qualitativa, sendo esta a orientação metodológica em cinco dos trabalhos analisados, enquanto que somente dois trabalhos basearam-se nos métodos quantitativos de pesquisa.

Quanto aos métodos e técnicas empregadas nas investigações, verificou-se que dentre os trabalhos qualitativos, dois estudos utilizaram entrevistas em profundidade a partir de roteiro semi-estruturado, outros dois trabalhos realizaram análise documental e, um realizou uma análise bibliográfica sobre o tema da evasão. Nas pesquisas quantitativas, o principal método utilizado consistiu na estatística descritiva e, também, na proposição de modelo causal explicativo, a partir de técnicas de regressão e correlações.

Ao verificar a abrangência das pesquisas analisadas, constatou-se que a maioria realizou investigações sobre contextos específicos e locais, investigando aspectos relacionados à evasão em um determinado curso de graduação. Destaca-se que nos cinco trabalhos que realizaram estudos em um único curso de graduação, todos foram realizados em instituições públicas federais.

Apenas dois, dentre os trabalhos analisados, voltaram-se para contextos abrangentes, sendo um deles realizado a partir de dados de uma instituição pública, enquanto que o outro apresentou um estudo macroscópico da evasão no contexto brasileiro, a partir de dados oficiais divulgados nos Censos da Educação Brasileira.

Já com relação às principais causas para evasão da educação superior, os autores desse artigo sintetizam, mencionando (2011, p. 7):

Baggi e Lopes (2011) mencionam as causas da evasão apontadas por Braga, Peixoto e Bogutchi (2003) os quais afirmam que a evasão é resultado da decisão do aluno ou de uma combinação de fatores sociais, econômicos e pessoais, quer seja a necessidade precoce de ingresso do aluno no mercado de trabalho, ou as dificuldades encontradas em razão das condições desfavoráveis do currículo, dos docentes e da organização da instituição.

Baggi e Lopes (2011) também salientam as causas apontadas por Polydoro (2000) o qual reporta os principais motivos apresentados pelos alunos no momento do trancamento da matrícula, conforme segue: suporte financeiro (50%), condições relacionadas ao trabalho (17,69%), dificuldade de integração acadêmica (16,54%) e baixo grau de compromisso com o curso (12,69%).

Cardoso (2008) aponta, além dos fatores econômicos e baixo desempenho acadêmico, a falta de identidade com o curso; escolha equivocada da profissão; desencanto com a universidade; baixa demanda pelo curso; baixo prestígio social do curso elegido.

Andriola et al. (2006, p. 366-367), com base na opinião de Tinto (1975 *apud* Andriola, 2006), refletem acerca da trajetória dos estudantes na universidade.

Os fatores aqui levantados serão considerados e ponderados durante o de-

envolvimento desta pesquisa.

### 2.3 METODOLOGIA CIENTÍFICA DA PESQUISA

A Modalidade Profissional do Curso de Mestrado que o pesquisador realiza junto à Universidade Federal de Santa Maria possibilitou atender duas preocupações manifestadas por Triviños (1987, p. 93):

Do ponto de vista instrumental, prático, parece-nos recomendável que o foco de pesquisa de um estudante de pós-graduação deve estar essencialmente vinculado a dois aspectos fundamentais: 1º) O tópico da pesquisa deve cair diretamente no âmbito cultural de sua graduação (secundariamente no da especialização); 2º) O assunto deve surgir da prática cotidiana que o pesquisador realiza como profissional. Este esquema, naturalmente, não é rígido, mas, quando o aluno de pós-graduação foge a estas duas condições estimadas como necessárias para o estabelecimento do problema de pesquisa, as dificuldades do investigador tornam-se maiores. Adquirir o domínio geral de um setor do conhecimento em prazo breve não é fácil.

O problema desta pesquisa foi levantado pelo pesquisador, graduado em Gestão Pública, em seu cotidiano profissional, após atuar como coordenador administrativo, cargo que compõe a direção do Campus Itaqui da UNIPAMPA, no período compreendido entre 2010 e 2012. Ao longo desse período, foram implantados 4 dos 6 cursos de graduação existentes na unidade. Hoje, a elevada evasão discente existente na maioria dos cursos em Itaqui é fator de frustração para o conjunto da comunidade universitária local, à semelhança de outras unidades da UNIPAMPA. O objetivo de dar um retorno técnico e uma colaboração científica, através de uma pesquisa sobre esta problemática, motivou o pesquisador e caracterizou sua intencionalidade com este projeto.

Temos um universo constituído por 791 (setecentos e noventa e um) discentes evadidos de 5 cursos de graduação do Campus Itaqui, no período compreendido entre 2012 e 2016, que foram os sujeitos desta pesquisa. Vivências múltiplas, procedências e experiências diversificadas e razões das mais variadas para suas desistências justificaram a opção pela abordagem metodológica qualitativa e quantitativa para esta pesquisa em educação.

Considerando a evasão discente no Campus Itaqui da UNIPAMPA como um importante fragmento da realidade histórica, econômica, social e política que vive-

mos no Brasil, afiliamo-nos à vertente do materialismo dialético para buscar compreendê-la relacionada à totalidade concreta, ou seja, relacionando-a sempre a um cenário mais amplo – fato que exige investigação da realidade.

Esclarece Kosik (1976, p. 36):

A totalidade concreta não é um método para captar e exaurir todos os aspectos, caracteres, propriedades, relações e processos da realidade; é a teoria da realidade como totalidade concreta. Se a realidade é entendida como concreticidade, como um todo que possui sua própria estrutura (e que, portanto, não é caótico), que se desenvolve (e, portanto, não é imutável nem dado uma vez por todas), que se vai criando (e que, portanto, não é um todo perfeito e acabado no seu conjunto e não é mutável apenas em suas partes isoladas, na maneira de ordená-las), de semelhante concepção da realidade decorrem certas conclusões metodológicas que se convertem em orientação heurística e princípio epistemológico para estudo, descrição, compreensão, ilustração e avaliação de certas seções tematizadas da realidade, quer se trate da física ou da ciência literária, da biologia ou da política econômica, de problemas teóricos da matemática ou de questões práticas relativas à organização da vida humana e da situação social.

Buscamos compreender tal realidade pela análise de fatores subjetivos específicos, provenientes do sujeito da pesquisa (discente evadido), mas sem desprezar fatores objetivos históricos da realidade brasileira, regional e mundial que unificam e contextualizam as diferentes situações em uma mesma realidade. Buscamos não somente descrever esse importante fragmento, que é o Campus Itaquí, com suas práticas, seu importante papel social e suas contradições, mas também nele intervir, colaborando para o diagnóstico da situação de evasão discente e para a elaboração de um plano de ações a ser avaliado e possivelmente referendado pela comunidade universitária local para amenizar esse problema vivenciado.

### **2.3.1 Tipo de pesquisa**

A metodologia eleita para desenvolvimento desta investigação foi a histórico-crítica e o tipo de pesquisa implementado foi estudo de caso, integrado por procedimentos como revisão bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa on-line.

Com relação à pesquisa bibliográfica, Marconi e Lakatos afirmam (2003, p. 183): “a pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, etc.”.

A principal característica da pesquisa documental, segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 174), é que: “a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois”.

Já sobre a pesquisa on-line, quem comenta é Mendes (2009, p. 1):

O número de computadores conectados à internet vem crescendo rapidamente e, como consequência, as pessoas, cada vez mais, se comunicam através dessa rede, composta de vários ambientes. Em alguns deles, configura-se a comunicação mediada pelo computador (CMC), que consiste no uso direto de computadores em um processo de comunicação baseado em textos, e que pode ocorrer de forma síncrona ou assíncrona.

Questionários aplicados por e-mails foram exemplos de possibilidades desta comunicação mediada por computador utilizadas atualmente e a que recorreremos nesta pesquisa.

Para definir estudo de caso, mencionamos Gil (1987, p. 58):

o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante os outros delineamentos considerados.

### **2.3.2 Fases, técnicas e instrumentos da pesquisa**

Ressaltamos que a pesquisa foi totalmente desenvolvida na linha do materialismo dialético, que preponderou na sistematização metodológica, conforme as seguintes recomendações de Triviños (1987, p. 73-74):

1º) Existe um procedimento geral que orienta o conhecimento do objeto que, em síntese, pode assim ser esboçado:

- a) A “contemplação viva” do fenômeno (sensações, percepções, representações). É a etapa inicial do estudo. Nela se estabelece a singularidade da “coisa”, de que esta existe, que é diferente de outros fenômenos. Realizam-se as primeiras reuniões de materiais, de informações, fundamentalmente através de observações e análises de documentos (dispositivos legais, diretrizes, dados estatísticos, etc). Identificam-se as principais características do objeto. Delimita-se o fenômeno. A “coisa” apresenta-se como ela é, como o que representa, com seu significado para a existência da sociedade. O objeto é assim captado em sua qualidade geral. Neste primeiro instante do estudo, é muito importante verifi-

car as informações recolhidas do mesmo modo que as observações realizadas. Esta fase é valiosa também porque nela se levantam as hipóteses que guiarão o estudo.

- b) Análise do fenômeno, isto é, a penetração na dimensão abstrata do mesmo. Observam-se os elementos ou partes que o integram. Estabelecem-se as relações sócio-históricas do fenômeno. Elaboram-se juízos, raciocínios, conceitos sobre o objeto. Aprecia-se sua situação no tempo e no espaço. Determina-se, estatisticamente, a amostragem que possa ser representativa das circunstâncias nas quais se apresenta a realidade do fenômeno. Fixam-se os tratamentos estatísticos no tratamento dos dados. Elaboram-se e aplicam-se diferentes tipos de instrumentos para reunir informações (questionários, entrevistas, observações, etc.). Determinam-se os traços quantitativos do fenômeno.
- c) A realidade concreta do fenômeno. Isto significa estabelecer os aspectos essenciais do fenômeno, seu fundamento, sua realidade e possibilidades, seu conteúdo e sua forma, o que nele é singular e geral, o necessário e o contingente, etc. Para atingir a realidade concreta do fenômeno, realiza-se um estudo das informações, observações, experimentos, etc. A descrição, a classificação, a análise, a síntese, a busca da regularidade estatística que determina com precisão o concreto do objeto, as inferências (indutivas e dedutivas), a experimentação, a verificação das hipóteses, etc. são momentos da investigação que tendem a estabelecer a realidade concreta do fenômeno.

A natureza dos métodos e das técnicas para o estudo do fenômeno depende, principalmente, das características do conteúdo do mesmo.

A fase “a” consistiu, nesta pesquisa, da construção de dados qualitativos e quantitativos dos alunos evadidos, no período de 2012 a 2016, dos cursos de graduação com duração de 4 e 5 anos do Campus Itaqui da UNIPAMPA. São esses cursos: Agronomia; Ciência e Tecnologia de Alimentos; Engenharia de Agrimensura, Matemática (Licenciatura) e Nutrição. Esses alunos evadidos, contabilizados por relatórios de dados em 791, são os sujeitos desta pesquisa. Dados para contato (e-mail, telefone) e outros, como perfil (sexo, idade), curso que frequentou, tempo que cursou, região e tipo de escola de procedência e histórico escolar, que contém desempenho acadêmico dos discentes evadidos, foram obtidos junto ao sistema acadêmico de dados da UNIPAMPA, ao qual o pesquisador teve acesso habilitado e autorizado pela direção do Campus Itaqui. Através desses dados, buscamos construir o perfil e o desempenho do aluno quando esteve na universidade.

A busca de dados quantitativos de evasão que possibilitassem comparação entre os 5 cursos estudados, se estavam crescentes ou decrescentes ao longo do tempo, bem como sua contextualização com a situação geral da UNIPAMPA, foram aferidos nessa fase. Também nessa etapa ocorreu o início da revisão e a complementação da pesquisa bibliográfica (aprofundada a partir do estado do conhecimento que foi levantado). Nela, ainda, foi revisado o questionário elaborado e aplicado

como pré-teste a discentes evadidos.

A fase “b” representou o aprofundamento da construção de dados (mediante pesquisa on-line em que aplicamos questionários semi-estruturados e realizamos contatos por e-mails e rede social – Facebook – com discentes evadidos), juntamente com a análise aprofundada da situação (estudo de caso, mediante análise dos dados qualitativos e processamento dos dados quantitativos obtidos). Nessa etapa, realizamos a pesquisa documental (abrangendo o Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018 da UNIPAMPA e Projetos Pedagógicos dos cursos estudados). Essa pesquisa documental aprofundou elementos que continham relação com o tema da evasão discente na universidade. Iniciamos, ainda nessa etapa, a classificação e categorização dos dados coletados.

A fase “c” compreendeu a etapa de análises de dados e resultados finais, de compreensão da essência do fenômeno, de distinção do que foi singular na evasão em Itaqui e do que correspondeu a uma situação geral das universidades brasileiras após o período de expansão e interiorização iniciado em 2003 (após o Plano Nacional de Educação, versão 2001-2010) e ampliado em 2007 pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. A análise de conteúdo contextualizou criticamente a realidade histórica e social da evasão discente em universidades federais brasileiras e ponderou os fatores específicos sociais e econômicos da região de fronteira onde se localiza a UNIPAMPA.

Utilizamos, nessa etapa, a sistemática de triangulação de dados, construída pela análise de documentos, de respostas dos questionários e dos dados obtidos do sistema acadêmico pelo pesquisador. Objetivamos, por meio dela, gerar categorias gerais e específicas de análise, seguindo as etapas recomendadas por Bardin (2009, p. 121): “pré-análise, exploração do material e tratamento de resultados por inferência e interpretação”. Porém, sempre atentamos para a opção feita pela metodologia histórico-crítica, procurando “articular texto e contexto, analisando os documentos históricos que se constituem em fontes para nosso trabalho numa perspectiva dialética” (CORSETTI, 2010, p. 87). Corsetti salienta ainda que: “a metodologia histórico-crítica fundamenta-se nos pressupostos teóricos da pedagogia histórico-crítica, cuja base é a dialética, essa relação do movimento e das transformações”. Tratamos de uma dialética histórica expressa no materialismo histórico, que é justamente ‘a concepção que procura compreender e explicar o todo desse processo, abrangendo desde a forma como são produzidas as relações sociais e suas condi-

ções de existência até a inserção da educação nesse processo' (SAVIANI, 2008, p. 141 apud CORSETTI)".

### **2.3.3 Produto da pesquisa**

Foi concluída a fase "c" através da proposição do plano de ações para redução da evasão discente nos 5 cursos de graduação estudados do Campus Itaqui, com proposição conjunta de uma política pública, a ser adotada inicialmente em âmbito da UNIPAMPA, se houver aceitação, mas com possibilidade de expansão nacional para outras universidades federais, devido ao cenário observado. Almejamos, através dessa proposta, suprir as deficiências de monitoramento que detectamos estar ocorrendo com relação à trajetória escolar dos discentes evadidos, incluindo nas proposições alternativas concretas para esse aprimoramento.

O plano de ações foi construído com base na contextualização da literatura que compôs o estado do conhecimento desta pesquisa, com os problemas vivenciados pelos discentes evadidos do Campus Itaqui e com a análise documental da UNIPAMPA.

### 3 GÊNESE, HISTÓRICO, MARCOS LEGAIS E DOCUMENTAIS DA UNIPAMPA

Buscando analisar os fatos e elementos que contribuíram para a criação e o desenvolvimento da UNIPAMPA, em busca de sua gênese, verificamos que sua implantação ocorreu em período típico de expansão e interiorização da educação superior no Brasil, caracterizado por investimentos públicos em políticas públicas que visaram atender a demandas estabelecidas primeiramente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (1996) e posteriormente reforçadas pelo Plano Nacional de Educação (2001-2010) e pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI (2007), que detalharemos mais adiante neste capítulo.

#### 3.1 UNIPAMPA: DE QUE UNIVERSIDADE ESTAMOS TRATANDO?

Para analisarmos a elevada evasão discente que a UNIPAMPA enfrenta, especificamente acentuada em sua unidade de Itaqui, precisamos definir primeiramente de que universidade estamos tratando. Portanto, a discussão sobre o perfil, o papel, a identidade e o projeto pelo qual a universidade foi criada se impõe necessária e realizamos aqui uma revisão de literatura relacionada com esses temas.

Analisamos, no estado do conhecimento, o artigo de José Eustáquio Romão (2013), intitulado: “Paulo Freire e a Universidade”, que mencionou a UNIPAMPA como integrante do Projeto “Universidade Popular”, por estar focada na solução de questões históricas de desenvolvimento regional e fronteiriço.

Tal projeto seria constituído pelas universidades modernas que visam implantar um modelo contra-hegemônico e popular de educação superior, que trata a educação como bem público e direito social, valorizando o conhecimento popular e os movimentos sociais, visando transformar a realidade. Esse modelo seria alternativo ao modelo neoliberal em voga no mundo globalizado, que é hegemônico e trata o ensino como mercadoria e considera a universidade com a função exclusiva de preparar o discente para o mercado de trabalho atual.

Para detalhar melhor tal projeto, referenciamos aqui, primeiramente, no artigo “Os jovens das camadas populares na universidade pública: acesso e permanência”, de Joviles Trevisol e Rosileia Nierotka (2016). Neste artigo, os autores consideram a elitização do ensino superior comprovada pelo fato de que enquanto

87,3% dos alunos de ensino médio frequentam escolas públicas, no ensino superior esse percentual é de apenas 27%, sendo que os restantes 73% (ampla maioria) frequentam instituições privadas de ensino superior. Essa inversão demonstra que os alunos que concluíram ensino médio em escolas públicas estão, em maior parte, cursando ensino superior em instituições privadas, por não obterem sucesso nos processos seletivos à universidade pública. As vagas públicas, por estas razões, têm sido historicamente ocupadas pelos estudantes de maior renda, formados em escolas privadas de educação básica, afirmam os autores. Inverter essa realidade vivenciada seria um dos objetivos essenciais do projeto “Universidade Popular”.

Os autores afirmam ainda que sua universidade, a Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, foi a primeira universidade pública a implementar uma política de acesso centrada na escola pública, praticando percentuais muito acima dos exigidos pela Lei das Cotas, já que atribuía bônus às notas do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM – proporcionais ao número de anos estudado em escola pública pelo aluno no ensino médio. A UNIPAMPA, embora poucos anos mais antiga que a UFFS, realmente nunca adotou política semelhante, detendo-se nos percentuais fixados pelo processo seletivo nacional (Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM – e Sistema de Seleção Unificada – SiSU). Essa política, adotada pela UFFS, impactou fortemente, sempre segundo os autores, o perfil dos ingressantes na universidade, abrindo-a para um percentual maior de pretos, pardos, indígenas e amarelos do que outras universidades da região. Também preponderou amplamente, com 85,9%, a população que vive em localidades distantes até 90 Km do campus universitário e 98,6% oriundos da Região Sul, sendo ainda que pouco mais da metade dos discentes ingressantes trabalha.

Outros dados percentuais importantes observados pelos autores foram o de que 69,3% dos ingressantes têm renda de até 3 salários mínimos e o de que 97,4% cursaram a maior parte ou todo o ensino médio em escolas públicas (NIEROTKA e TREVISOL, 2016). Tais índices, especialmente este último, demonstram realmente êxito de uma política social inclusiva de parte da universidade, o que não ocorre na UNIPAMPA, nem na grande maioria das universidades do país – talvez até em nenhuma outra.

O artigo de Joviles Trevisol (2014), intitulado: “Movimentos sociais e universidade popular no Brasil: a experiência de implantação da UFFS”, traz a análise de Santos (1995) para os novos movimentos sociais, que considera que os mesmos

estão mais voltados para temáticas centradas na cultura e na qualidade de vida (meio ambiente, direitos humanos, paz, gênero, questões indígenas, entre outras), do que propriamente em questões decorrentes das relações de produção (exploração capitalista sobre trabalhadores). A intenção do autor ao longo do artigo foi analisar a participação de atores da sociedade civil no processo de criação e implantação da UFFS.

Afirma Trevisol (2014, p. 3): “A UFFS é, notadamente, a primeira universidade oriunda dos processos de participação social e política dos movimentos sociais e das redes do associativismo civil” e acrescenta (2014, p. 14):

Além de inseri-la na história do ensino superior brasileiro como a primeira universidade pública federal nascida dos movimentos sociais, tal fator atua decisivamente sobre a construção de sua identidade e na definição de sua missão, objetivos, diretrizes e políticas.

Menciona que há um denso tecido de organizações sociais da região – berço de alguns dos principais movimentos sociais do campo do Brasil – que foi decisivo na pressão que exerceu sobre o governo federal para implantação da universidade na região. Mais uma vez, somos forçados a ressaltar que a UNIPAMPA é mais antiga que a UFFS, mas a concordar que, pela história narrada em seus documentos, e também pela história efetivamente vivenciada desde 2007 pelo pesquisador deste projeto, que atua na UNIPAMPA, não se identifica participação de entidades nem de movimentos sociais específicos em sua criação. Há somente menções genéricas a mobilizações populares. Tais mobilizações, no entanto, foram incentivadas por políticos (prefeitos, deputados federais, deputados estaduais, dentre outros), principalmente integrantes da base aliada do governo federal, visando efetuar lobby (um lobby válido e necessário, que referendamos) para aprovação da universidade para a região.

Narra Trevisol, ao longo do artigo, várias dificuldades vivenciadas por quem vive em região de fronteira, com as quais a região de fronteira da UNIPAMPA, com a Argentina e com o Uruguai, também se identifica plenamente: distância dos grandes centros do poder, do desenvolvimento e do conhecimento; precariedades de infraestrutura, de assistência social, de saúde e de educação por ausência do Estado, escassez de recursos, dentre outras. Tais razões fortaleceram a reivindicação pela

UNIPAMPA por essa região, que de tão carente, poderia exaurir-se, já que havia forte emigração. Trevisol desenvolve, ao longo deste artigo, um histórico tão completo da UFFS, que também não encontramos similaridade nos documentos oficiais da UNIPAMPA: as instâncias que decidiram as cidades-sede e os primeiros cursos da universidade, por exemplo, além de relatos detalhados de procedimentos históricos adotados voltados à sua implantação (TREVISOL, 2014).

O artigo de Manuel Tavares (2013), intitulado “A Universidade e a pluridiversidade epistemológica: a construção do conhecimento em função de outros paradigmas epistemológicos não ocidentocêntricos”, defende a ideia de que as universidades convencionais, por possuírem compromissos com o poder econômico-financeiro e com agendas internacionais impostas por organizações neoliberais, e também pelo caráter colonial, não têm capacidade para incluir os diversos saberes e nem para promover a interculturalidade. O autor critica a caracterização de “sociedade do conhecimento” para a sociedade contemporânea, afirmando tratar-se mais de sociedade de profusão de dados e informação do que de conhecimento. O conhecimento científico, segundo o autor, é uma construção que supõe trabalho conceitual e metodologia que são inacessíveis à maioria da população. No entanto, o conhecimento ocupa, atualmente, reconhece o autor, um lugar central nos processos de produção.

A partir disso, discute a centralidade das universidades e da educação superior como instituições estratégicas do desenvolvimento e formação cidadã. Ressalta que o conhecimento deve ser patrimônio da humanidade, fator de inclusão e de aprofundamento da democratização das sociedades, diferentemente do que ocorre hoje, que, por lógica perversa – a lógica do mercado financeiro – transforma o conhecimento em mercadoria. Afirma Tavares (2013, p. 63) que:

os desafios que se colocam às novas universidades são, sem dúvida, gigantescos, tendo em consideração a necessidade de resistência a um modelo universitário hegemônico que se globaliza, à racionalidade instrumental neoliberal que lhe serve de fundamento e ao modelo de saber que reproduz e perpetua. Importa que a caminhada que as novas universidades iniciaram não desemboque em “guetos universitários” na periferia e semiperiferia do sistema universitário.

O autor menciona ainda que (p. 70): “novas universidades vão surgindo com projetos pedagógicos diferenciados, para contribuir para o desenvolvimento regional, combatendo o processo de litoralização, tal como permitir o acesso à educação su-

perior de estratos populacionais antes arredados desse nível de educação”. Cita diversas universidades que estão desempenhando importante papel de renovação no Brasil (entre elas a UFFS), mas não menciona a UNIPAMPA. Afirma, por fim, (2013, p. 75) que:

A educação superior como educação popular implica a aceitação e o respeito por outras leituras e visões do mundo, o que quer dizer que se confere dignidade epistemológica aos saberes invisibilizados ao longo da história, mas também dignidade ontológica aos protagonistas desses saberes. Aqui reside a função revolucionária da educação que não é, apenas, uma luta política e ideológica, mas também pedagógica, epistemológica, ética e ontológica. Se a educação não transforma direta e radicalmente a sociedade, ela é “uma alavanca para a transformação” (1994, p. 34), considerando as suas dimensões crítica e problematizadora na formação dos cidadãos.

Nossa preocupação com a não-menção da UNIPAMPA por Tavares agrava-se com o fato (que talvez justifique esse “esquecimento”) de detectarmos que na sua Lei de Criação, em seu Projeto Institucional, em seu Estatuto, em seu Plano de Desenvolvimento Institucional e em seu Regimento Interno, ou seja, em seus principais documentos, não há uma única menção à expressão “Universidade Popular”. E há, ainda, uma única e solitária vez a inserção da palavra “popular”, quando menciona entre seus objetivos valorizar o conhecimento científico e popular. Ou seja, a UNIPAMPA não se reivindica nem se assume como universidade popular, mesmo integrando o conjunto de novas universidades federais brasileiras.

Também na percepção deste pesquisador nunca ocorreu essa discussão por ocasião de sua implantação, nem mesmo no seu primeiro Conselho Universitário, do qual foi integrante. Um fator atenuante é o de que as discussões sobre “Universidade Popular” se intensificaram no Brasil a partir de eventos realizados em 2009, quando a UNIPAMPA já completava 3 anos de atividades didáticas. Neste ano, a UFFS, mais nova, não tinha ainda assinada sua Lei de Criação e discutia amplamente o perfil que intentava possuir.

Na dissertação de mestrado de Donizete Mariano (2016), intitulada: “Novos modelos de educação superior: um estudo sobre as matrizes institucional e curricular da Universidade Federal da Fronteira Sul sob a ótica da inclusão da diversidade cultural e epistemológica”, a autora analisa, a partir das matrizes institucional e curricular da UFFS, a inclusão da diversidade cultural e epistemológica, bem como as

dimensões de sua estrutura, funcionamento, acesso de estudantes e outras que permitam classificar a universidade em questão como uma Universidade Popular, tendo em vista a autodenominação, pela referida instituição, em seus documentos fundacionais. Analisa se se adequa, ou não, tal denominação para a instituição. A autora procede a minuciosa análise teórica de três modelos de universidade (Napoleônico, Humboldtiano e Popular) e realiza pesquisa qualitativa através de entrevistas sobre o histórico e ações da UFFS com dirigentes institucionais.

Avalia como extremamente positivos o processo de seleção de discentes ingressantes na universidade (já mencionado em trabalho anterior) e o histórico de criação da universidade com interferência forte de movimentos sociais. Ressalta como fator importante, no entanto, para caracterizar-se uma universidade como popular, a possibilidade de a instituição de ensino superior promover o reconhecimento do saber popular, habilitando-o epistemologicamente. Aborda teoricamente os conceitos de diversidade cultural, relacionando-o com diversidade epistemológica. Ressalta a importância de a universidade popular possuir uma proposta contra-hegemônica de currículo, que responda às necessidades dos grupos sociais mais desfavorecidos e visando sua formação cidadã. Mariano (2016, p. 68) afirma que: “uma universidade para todos significa incluir nela a diversidade cultural e epistemológica de modo a promover todas as culturas e saberes e, dessa forma, contribuir para a justiça e a equidade social e para ampliar a riqueza do mundo”.

A autora concorda com Romão e Loss (2013, p. 94), que escreveram: “trata-se da primeira universidade pública federal (a UFFS) cuja criação deveu-se, diretamente, ao poder de mobilização e de convencimento público dos movimentos sociais e das lideranças políticas e comunitárias”. Menciona a importância da Via Campesina e da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Região Sul neste processo. Nas análises finais, avalia que o Fator Escola Pública, adicionado à nota do ENEM, permite a inclusão de alunos oriundos de famílias desfavorecidas da região sul do país e de outros países. Assim, a UFFS, do ponto de vista da matriz institucional, como princípio político, contempla a diversidade cultural e epistemológica. Do ponto de vista curricular, avalia que a UFFS soma ponto positivo ao estabelecer três domínios – o comum (voltado ao nivelamento), o conexo e o específico, colaborando com isso para a formação de indivíduos reflexivos e atuantes na sociedade em que estão inseridos.

Aponta, no entanto, dificuldades de adaptação da prática pedagógica de mui-

tos docentes (devido à sua formação tradicional) ao projeto vigente de universidade popular. Essa problemática é apontada pela autora também como presente em muitos discentes, que desejam realizar seus estudos em uma universidade federal de modelo tradicional, para conseguirem as melhores vagas nas empresas. A autora, então, aponta a importância de que estudos direcionados para essas questões poderiam ser analisados na evasão escolar da UFFS e como se dá a atuação dos egressos em suas comunidades depois de formados pela universidade. Define sua pesquisa como inconclusa, portanto (MARIANO, 2016). Cabe-nos, aqui, ressaltar que esta dissertação apontou a importância do estudo da evasão e que, para o nosso estudo de evasão (de outra instituição), também consideramos fundamental o estudo do perfil e da prática da universidade. Se a própria UFFS, que se autodefine como universidade popular, é questionada como tal, cumpre-nos problematizar não só a historicidade, mas também o perfil almejado de universidade pela UNIPAMPA, motivo por que essa questão será desenvolvida ao longo desta pesquisa.

Analizamos até aqui produções científicas que referenciam o histórico e a identidade da UFFS, por tratarem elas do projeto “Universidade Popular”, o qual abarcaria, também, a UNIPAMPA, uma universidade nova, criada para atender um público regional fronteiriço, carente e com diversas peculiaridades. Fonseca (2013), em sua tese de doutorado, definiu como temática a incidência da sociedade civil na criação da UNIPAMPA. Pesquisando na perspectiva da teoria marxista gramsciana, optou pela vertente do materialismo histórico e dialético como orientação teórico-metodológica, realizando importante revisão bibliográfica.

A autora narra e comprova por recortes de notícias dos principais jornais da imprensa estadual do Rio Grande do Sul, dos anos de 2005 e 2006, que a história da UNIPAMPA nasce decorrente de reivindicações populares da região onde atuava a Universidade da Região da Campanha (URCAMP), uma instituição comunitária de ensino superior multicampi de maior abrangência na região, pela sua preservação, já que a instituição se encontrava em grave crise financeira, e federalização. O maior objetivo das reivindicações era assegurar a oferta de ensino superior em uma região de fronteira já tão debilitada por tantas outras carências de desenvolvimento econômico e social e de infraestrutura. Compreendemos, através desta narrativa de Fonseca, alguns motivos pelos quais a UNIPAMPA encontra dificuldade em historicizar sua verdadeira origem, pois teria que atrelá-la a outra instituição, o que fica formal e oficialmente difícil de ser assumido e reconhecido. Fonseca, no entanto, discorre

com liberdade sobre o assunto e narra que um primeiro momento importante para a deliberação governamental pela criação da UNIPAMPA foi, exatamente, a crise financeira da URCAMP. Fonseca reproduz matéria do jornal “Correio do Povo”, de Porto Alegre, um dos principais do Estado do Rio Grande do Sul, de 24 de março de 2005, com manchete “URCAMP tem planos para federalização”, destaca:

O Conselho Diretor da Fundação Attila Taborda – entidade mantenedora da Universidade da Região da Campanha (URCAMP) – esteve reunido ontem, pela segunda vez este ano. O presidente Francisco Arno Vaz da Cunha, que acumula o cargo de reitor da URCAMP, apresentou o resultado de ações iniciadas no final de 2004, para viabilizar economicamente a instituição, e seu consequente crescimento tecnológico. Outro dos principais temas debatidos foi a possibilidade de que a URCAMP venha a se tornar uma universidade federal. A hipótese de “federalização”, segundo Cunha, foi aventada durante audiência com o ministro de Educação, Tarso Genro, no encontro mantido com o reitor e seus vice-reitores em Brasília, no último dia 10. O reitor deverá iniciar discussões com todos os setores que envolvem o funcionamento da URCAMP nos oito campi em que atua (CORREIO DO POVO, 24/03/2005, apud FONSECA).

Fonseca relata, sempre embasada em textos jornalísticos, período vivenciado pela URCAMP de atrasos de pagamentos de salários de seus professores, por conta de um déficit mensal de quase um milhão de reais, que atribuía a pendências de matrículas e mensalidades de seus alunos. Esse déficit punha em risco a solvência da instituição. A autora caracterizou um segundo momento como de mobilização nos municípios pela federalização da URCAMP, relatando, também embasada em textos jornalísticos, mobilizações de milhares de pessoas nos municípios que seriam prejudicados pela falência da URCAMP, por absoluta falta de opções para suas populações realizarem cursos superiores.

A federalização passou a ser a alternativa recorrente nos discursos das autoridades locais em defesa dos interesses das populações. Somente o terceiro momento caracterizado por Fonseca é que aponta o surgimento da UNIPAMPA, mas ainda como uma invisibilidade, por haver confusão com relação à federalização da URCAMP. Este momento é determinado pela vinda do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à cidade de Bagé, no dia 27/07/2005. Neste dia, Lula anunciou, em ato de expressiva participação popular, a criação da UNIPAMPA, a ser instalada na região. Houve reclamações de alunos da URCAMP, que não passariam a integrar a nova universidade e de políticos da região norte do Rio Grande do Sul, até mesmo do par-

tido do governo, que afirmaram que a escolha dos municípios da nova universidade não havia seguido critérios democráticos. Fonseca vincula a participação da sociedade civil, sua influência na esfera pública e nas políticas de educação superior do Governo Lula, ressaltando ser esta época de expansão da educação superior, com ampliação de investimentos públicos, visando reduzir a elevada proporção existente entre alunos de instituições privadas e instituições públicas (quase 3 por 1 favorável às instituições privadas).

Outro momento que consideramos extremamente importante da história da UNIPAMPA, também não relatado em seus documentos oficiais, mas aqui nesta tese retratado por uma notícia do Jornal Correio do Povo, de 18 de outubro de 2005, intitulada: “MEC revela Universidade do Pampa”, é chamado por Fonseca como “a revelação do não dito”. Neste texto, relata Fonseca, a UNIPAMPA é apresentada como um projeto inovador, em reunião com MEC, prefeitos de dez municípios e reitores da UFSM e UFPel. A estrutura preliminar, incluindo já 62 cursos de graduação, é informada pelo Ministério da Educação (fato que corrobora nossa crítica feita anteriormente de que a universidade nasce em sistema ‘prêt-à-porter’, ou seja, pré-definida pelo MEC em aspectos fundantes essenciais, que condicionarão seu futuro em larga escala, sem aguardar-se pela conformação da comunidade universitária).

Alguns prefeitos solicitam a substituição dos cursos anunciados, justificando as demandas regionais. Esse fato demonstra o caráter predominantemente político e não sob influência de movimentos sociais, como ocorreria alguns anos depois com a UFFS. Ressaltamos, neste mesmo contexto político, a importante influência, por motivo de total e histórico alinhamento político com o Ministro da Educação Tarso Genro, do Prefeito Municipal da cidade de Bagé, Luís Fernando Mainardi, que deve ter interferido decisivamente para a decisão sobre a sede da UNIPAMPA ser nesta cidade, já que não foram nela que ocorreram as maiores mobilizações populares.

O quarto momento caracterizado por Fonseca é o início da UNIPAMPA. A autora ressalta a abertura de cursos e vagas sem diagnóstico da demanda social da graduação na região (FONSECA, 2013). Em nossa opinião, esse foi outro fato que “atropelou” a autonomia da universidade recém criada. Um atropelamento exagerado, pois se havia necessidade da abertura de alguns cursos para posterior contratação de servidores docentes e técnico-administrativos, não precisava ser na exagerada quantidade inicial já estabelecida pelo MEC, nem ter todas as cidades de inserção da UNIPAMPA também decididas desde seu início e também pelo MEC.

A partir da tese de doutorado de Fonseca, fica mais claro visualizarmos e compreendermos de que universidade estamos tratando, quando falamos de UNIPAMPA: uma universidade criada pelo MEC e pelo Governo Lula em época de expansão e interiorização do ensino superior público, em criticável sistema “prêt-à-porter”, porém voltada, afirmativamente, para inclusão social de população regional fronteira do Estado do Rio Grande do Sul, historicamente excluída de processos de desenvolvimento econômico e social e esquecida pelo aparelho estatal. As carências históricas desta população não eram meros argumentos de políticos. São realidades concretas que estamos vivenciando.

Pelos objetivos da criação da UNIPAMPA determinados em sua Lei de Criação (que detalharemos mais adiante), que mencionam que as atividades de ensino, de pesquisa e de extensão da universidade devem caracterizar sua inserção regional, mediante atuação multicampi na mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul, cabe-nos ressaltar que a UNIPAMPA foi a primeira universidade criada já com estrutura multicampi no Brasil e afirmativamente com o objetivo de promover inclusão social de uma população historicamente excluída, como reconhece sua própria documentação oficial, que será analisada a seguir.

Por esse contexto, identificamos que a UNIPAMPA precisa debater, decidir e optar por integrar o modelo de universidade popular, democrática e engajada, evitando o modelo de universidade tradicional, que preze somente por uma excelência acadêmica. Essa caracterização e definição são importantes para a universidade, que almeja cada vez mais atingir seu objetivo de promoção da inclusão social através de uma educação voltada para formação humanística, reflexiva, crítica e transformadora da sociedade como apontam os projetos pedagógicos dos cursos que estamos pesquisando e que também serão detalhados adiante nesta pesquisa. A oportunidade que identificamos, neste momento, é a de inserir esse tema entre os debates que a universidade inicia, visando a elaboração do seu Plano de Desenvolvimento Institucional para o período 2019-2023.

Como vimos no trabalho selecionado e analisado no estado do conhecimento desta pesquisa, de Júlia Benzaquen (2012), onde a autora relata entrevista em que o Prof. Boaventura de Sousa Santos afirma: “não há justiça social global sem uma justiça cognitiva global”, concordamos com a ideia de que uma universidade que opte por atuar neste modelo popular deve dar atenção à diversidade dos conhecimentos da sociedade para fortalecer as lutas sociais. Sempre em busca de justiça social.

### 3.2 LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB) – LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Em seu Art. 1º, a LDB estabelece uma visão genérica progressista de que a educação abrange processos formativos da vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. Ela se propõe, no entanto, a disciplinar a educação escolar, que deve vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

Ressaltamos os Arts. 2º e 3º, que determinam como princípios a liberdade e os ideais de solidariedade humana, bem como a finalidade da Educação e do Ensino, que corresponde ao pleno desenvolvimento do educando.

Sete anos depois de realizar sua primeira eleição presidencial direta, após o regime militar, o Brasil avançou em alguns aspectos legais, com a LDB definindo princípios inclusivos e democráticos para o ensino; um deles especificando a gestão democrática do ensino público. Mesmo considerando-se que tais avanços ocorrem primeiramente no terreno idealista, contraditoriamente com o fato de já estarem estabelecidos em Lei, para depois serem almejados no terreno concreto e material, não há como negar que foram avanços importantes.

No entanto, a conjuntura internacional da época de sua aprovação, favorável à expansão educacional prioritária do setor privado, e com a mercantilização da educação através da formação voltada somente para o mercado de trabalho, foi observada também no Brasil e a LDB “abriu portas” para sua flexibilização e realização. A regulamentação da Educação pelo Estado foi favorável a esta lógica capitalista da globalização e de prioridade ao setor privado sobre o público na área educacional, especialmente no ensino superior. O setor privado, desde então, passou a aumentar consistente e sistematicamente sua proporção de vagas ocupadas na educação superior com relação ao setor público.

Mas outro avanço legal que representou a LDB foi trazido por seu Art. 9º, que estabeleceu a necessidade de elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE) pela União, em colaboração com Estados, Distrito Federal e Municípios. Foi a obrigatoriedade do PNE que possibilitou o posterior planejamento da expansão das vagas na educação superior, implantada intensivamente a partir do final do século XX, primeiramente com forte ênfase nas instituições privadas e, depois, com evolução

intensa das instituições públicas, embora mantida a ênfase nas instituições privadas. O PNE também estabeleceu metas de valorização profissional dos professores, que, no entanto, não foram cumpridas, mesmo tendo adquirido força de lei.

E é por meio desse mesmo Art. 9º, em seu inciso V, que fica estabelecida outra incumbência da União que será problematizada nesta pesquisa: “- coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação”. Ressalte-se que muitos autores, teóricos e estudiosos da Educação identificam falta de dados sobre evasão discente na educação superior, mesmo no Censo da Educação Superior e em quaisquer levantamentos de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira - INEP. Isso ocorre em um momento em que a evasão se agrava ano a ano na maioria das instituições de educação superior e em que a expansão intensa implantada nas últimas décadas ainda não possibilitou o mapeamento e a análise dos fluxos migratórios dos discentes, nem a apuração das razões que os mesmos apontam para suas evasões. Por fim, destacamos do Art. 9º, como fator positivo relativo à Educação Superior, a criação do Conselho Nacional de Educação.

Ressaltamos como positivo, também, o Art. 47 da LDB, incluído pela Lei nº 13.168, de 2015, que estabelece a obrigatoriedade de publicização, através do sítio eletrônico de cada instituição, do corpo docente, das matrizes curriculares de cada curso e de informações complementares.

Já o Art. 53 da LDB trata da autonomia das universidades:

Art. 53. No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições:

**I - criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior previstos nesta Lei, obedecendo às normas gerais da União e, quando for o caso, do respectivo sistema de ensino; (Regulamento) (grifo nosso);**

**II - fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes;**

**IV - fixar o número de vagas de acordo com a capacidade institucional e as exigências do seu meio;**

**Parágrafo único. Para garantir a autonomia didático-científica das universidades, caberá aos seus colegiados de ensino e pesquisa decidir, dentro dos recursos orçamentários disponíveis, sobre:**

**I - criação, expansão, modificação e extinção de cursos (grifo nosso).**

A aplicação deste Art. 53 da LDB, como já analisamos anteriormente e veremos mais adiante, junto à análise da Lei de criação da UNIPAMPA, não ocorreu na ocasião da criação dos primeiros cursos da UNIPAMPA.

### 3.3 PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE) – VERSÃO 2001-2010 – LEI Nº 10.172, DE 9 DE JANEIRO DE 2001

Historicamente almejou-se no Brasil, desde a instalação da República, mas especialmente a partir do início do século XX, um plano educacional que abrangesse todo o território nacional, visando a unificação de metas e finalidades. A Constituição Federal de 1988, por seu Art. 214, determinou:

~~Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do Poder Público que conduzam à:~~ (esse texto foi alterado em 2009 pelo que segue):

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - melhoria da qualidade do ensino;

IV - formação para o trabalho;

V - promoção humanística, científica e tecnológica do País.

VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009).

Esse artigo original da Constituição Federal do Brasil foi reforçado, posteriormente, pelo Art. 9º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), conforme já mencionado, servindo ambos para dar origem ao Plano Nacional de Educação – PNE, decretado pelo Congresso Nacional e sancionado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso em 9/01/2001, como Lei nº 10.172.

Com isso, o PNE caracterizou-se não somente como plano de governo, mas como plano de Estado, envolvendo todos os níveis de governo e a sociedade, com metas que se estendiam além do mandato presidencial vigente.

Com relação à temática da expansão da educação superior, que ressaltamos em função de manter relação com a problemática desta pesquisa, o PNE afirma que se deve assegurar que o setor público tenha uma expansão de vagas tal que, no mínimo, mantenha uma proporção nunca inferior a 40% do total.

Entre os objetivos e metas para a Educação Superior definidos pelo PNE,

destacamos por estarem direta ou indiretamente relacionadas à problemática desta pesquisa:

1- Prover, até o final da década, a oferta de educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos;

3- Estabelecer uma política de expansão que diminua as desigualdades de oferta existentes entre as diferentes regiões do país;

6- Institucionalizar um amplo e diversificado sistema de avaliação interna e externa que englobe os setores público e privado, e promova a melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão acadêmica;

19- Criar políticas que facilitem às minorias, vítimas de discriminação, o acesso à educação superior, através de programas de compensação de deficiências de sua formação escolar anterior, permitindo-lhes, desta forma, competir em igualdade de condições nos processos de seleção e admissão a esse nível de ensino;

31- Incluir, nas informações coletadas anualmente, através do questionário anexo ao Exame Nacional de Cursos, questões relevantes para a formulação de políticas de gênero, tais como trancamento de matrícula ou abandono temporário dos cursos superiores motivados por gravidez e/ou exercício de funções domésticas relacionadas à guarda e educação dos filhos.

Essa meta 31 será problematizada e ampliada mais adiante nesta pesquisa para outros fatores causadores de evasão.

Por fim, o Plano Nacional de Educação determina a necessidade imediata dos planos estaduais (coerentes com o nacional) e, em seguida, dos planos municipais (coerentes com os estaduais e com o nacional). Por meio da articulação entre eles, será objetivado o cumprimento das metas propostas.

Estabelece, ainda, que cabe ao Ministério da Educação importante papel indutor e de cooperação técnica e financeira para corrigir acentuadas diferenças regionais, elevando a qualidade geral da educação no país (p. 184).

### 3.4 PROGRAMA DE APOIO A PLANOS DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS – REUNI

Consolidando um processo de expansão das universidades federais, ocorrido desde 2003 até 2006, o Governo Federal lança, em 24 de abril de 2007, o Decreto nº 6.096, que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão

das Universidades Federais – REUNI.

Esse Programa objetiva ampliar investimentos para a expansão e interiorização das instituições federais de ensino superior, atendendo aos preceitos estabelecidos pela LDB e pela primeira versão do PNE, já relatados. Tem como objetivos, também, ampliar o acesso e possibilitar a permanência de estudantes em cursos de graduação das universidades federais. Fixa como meta, para isso, que a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais deve atingir 90% e a proporção de alunos por professor deve passar para 18/1 ao final de 5 anos após a implantação do programa. Como contrapartida aos recursos investidos para tais finalidades, estabelece o compromisso das instituições em reconhecer tais metas, devendo trabalhar para atingi-las, sob pena de responsabilização financeira futura em caso de não alcançá-las. Determina, ainda, que o Ministério da Educação estabelecerá os parâmetros de cálculo dos indicadores que compõem a meta de elevação do percentual de conclusão média dos cursos de graduação.

Destacamos do Art. 2º do REUNI algumas diretrizes:

Art. 2º O Programa terá as seguintes diretrizes:

- I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
- II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;
- V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil.

Como desdobramento posterior do REUNI, as matrizes de custeio das universidades tiveram de adotar nova fórmula, pactuada entre o Ministério da Educação e a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior do Brasil. Essa nova fórmula passou a tomar por base paulatinamente o número de alunos formados pelas instituições e não mais o número de alunos ingressantes, o que reduziu bastante os investimentos federais em custeio. Isso condiz, no entanto, com a meta proposta pelo REUNI de elevação do índice de formados. E tratou-se, portanto, da responsabilização (“*accountability*”) das instituições pelo governo.

### 3.5 LEI DE CRIAÇÃO DA UNIPAMPA

A Lei nº 11.640, de 11 de janeiro de 2008, decretada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República, instituiu a Fundação Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, de natureza pública, vinculada ao Ministério da Educação, com sede e foro na cidade de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul. Por seu artigo 2º, determinou que:

Art. 2º. A Unipampa terá por objetivos ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional, mediante atuação multi-campi na mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul.

A mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul é a menos desenvolvida do Estado, como demonstram dados sócio-econômicos já analisados na introdução desta pesquisa. No entanto, cabe ressaltarmos aqui a intenção do governo federal, como apontam documentos que analisaremos em seguida, em revitalizar economicamente uma região carente por meio da instalação de uma universidade federal. Normalmente, seria o desenvolvimento educacional, social, científico e tecnológico a meta de uma universidade federal e não propriamente o desenvolvimento econômico, que ocorre, em outras regiões de fronteira, por meio de implantação de zonas francas de comércio e de outras medidas especificamente econômicas, como incentivos fiscais, por exemplo. Não estamos apontando que tais medidas poderiam ser mais recomendadas ou mais eficazes do ponto de vista econômico, apenas analisando que são mais comuns.

A lei de criação também oficializa, em seu art. 3º, as dez cidades que compõem a UNIPAMPA: Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana. E o art. 4º determina que os cursos criados pela Universidade Federal de Santa Maria e pela Universidade Federal de Pelotas, nessas cidades, passam a integrar a UNIPAMPA.

Com base no Art. 53 da LDB, já analisado anteriormente e que estabelece autonomia às universidades, desejamos retomar aqui a problematização já mencionada de uma questão relevante da história da UNIPAMPA, que não é abordada em seu Estatuto, nem em seu Regimento, nem em seu Plano de Desenvolvimento Insti-

tucional, nem em qualquer outro documento institucional: o fato de que seu planejamento inicial, suas cidades de inserção regional, os cursos iniciais a serem ofertados e até mesmo a definição de sua sede, não foram objetos de discussão no âmbito da própria universidade.

A UNIPAMPA foi gestada pelo MEC, com interesses políticos e por agentes políticos, sendo ferida em seu início a autonomia universitária, mesmo que ainda não houvesse comunidade universitária instituída. Decisões cruciais, que condicionariam a estrutura e o futuro da UNIPAMPA, foram tomadas em gabinetes dos Ministros da Educação da época (Tarso Genro até julho de 2005 e Fernando Haddad após) e, muito provavelmente, influenciadas por deputados federais e estaduais aliados, conforme campanhas eleitorais levantaram como mérito posteriormente, e pelos próprios prefeitos dos municípios atendidos. Quando os primeiros servidores docentes e técnico-administrativos concursados, nos anos de 2006 e 2007 (por meio do Consórcio formado pelas Universidades Federais de Santa Maria e de Pelotas para darem início à UNIPAMPA), apresentaram-se para trabalhar na UNIPAMPA (ainda não criada oficialmente), já o fizeram para atender demandas criadas por cursos já implantados em cidades decididas por essas instâncias políticas.

Ressalvamos que professores, para serem concursados, precisavam ter áreas de atuação realmente definidas previamente. Mas qual o melhor caminho democrático para isso? Quais decisões eram efetivamente iminentes e precisavam ser tomadas antes de a comunidade universitária ser instituída/instalada? E tais decisões foram debatidas pelas universidades que auxiliaram na implantação da UNIPAMPA? Os primeiros cursos implantados foram debatidos e decididos/votados pela Universidade Federal de Santa Maria e pela Universidade Federal de Pelotas ou somente pelo Ministério da Educação? Tais decisões constam em atas de reuniões oficiais?

Temos aqui um grave problema, pois embora a UNIPAMPA abranja uma região carente economicamente do Estado do Rio Grande do Sul, quais foram os critérios técnicos para definição de que cidades seriam essas? Na mesma região, outras cidades também carentes foram renegadas para possuírem campus universitário. O comentário corrente, para quem chegou na época inicial da universidade, era de que havia sido planejada, primeiramente, uma federalização da Universidade Regional da Campanha - URCAMP, existente na região, mas que, com a inviabilização técnica de migração do quadro de pessoal daquela universidade para o quadro federal

(que obrigatoriamente tinha que ser concursado), abandonou-se o projeto de federalização pelo novo projeto da UNIPAMPA – que realmente incluiu os 8 municípios onde a URCAMP atuava e mais 2 próximos.

Outro comentário corrente à época era o de que a opção para a sede ser Bagé devia-se ao fato de o seu Prefeito Municipal ter maior expressão política, dentre os prefeitos da região aliados do governo federal. No entanto, nada sobre isso, nem sobre os critérios para criação dos primeiros cursos em cada cidade, que são informações que integram uma historicidade relevante da universidade, está oficializado, nem documentado pela UNIPAMPA, como veremos a seguir. Essas observações aqui levantadas são condizentes com a análise já efetuada da tese de doutorado de Fonseca (2013), que consideramos conter o histórico mais relevante da universidade.

A lei de criação definiu fontes de recursos financeiros, de saldos orçamentários, de bens patrimoniais, bem como o formato da administração superior da UNIPAMPA e a necessidade de ela definir seu estatuto e regimento. Criou, ainda, 400 (quatrocentos) cargos de Professor da Carreira do Magistério de 3º grau e disponibilizou 400 (quatrocentas) vagas para técnicos-administrativos em educação à instituição, estas últimas decorrentes de cargos federais extintos.

### 3.6 PROJETO INSTITUCIONAL DA UNIPAMPA – 2009

Referente à metodologia de construção, conforme apresentação própria constante no Projeto Institucional da UNIPAMPA, temos que (2009, p. 2):

O documento balizador das ações institucionais, denominado de Projeto Institucional da Universidade Federal do Pampa, que contempla o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), é resultado da construção coletiva da comunidade acadêmica, representada pelos dez campi que compõem a Universidade e pela Reitoria... No curso do processo, houve a necessidade de concentrar os esforços do grupo na construção do Estatuto da Universidade.

Já no capítulo “Origem e contexto”, é apresentado o histórico mais antigo, completo e relevante que a universidade possui em termos documentais (2009, p. 4):

A UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA é resultado da reivindicação da comunidade da região, que encontrou guarida na política de expansão e renovação das instituições federais de educação superior, que vem sendo promovida pelo governo federal. Veio marcada pela responsabilidade de contribuir com a região em que se edifica - um extenso território, com críticos problemas de desenvolvimento socio-econômico, inclusive de acesso à educação básica e à educação superior - a “metade sul” do Rio Grande do Sul. Veio ainda para contribuir com a integração e o desenvolvimento da região de fronteira do Brasil com o Uruguai e a Argentina. O reconhecimento das condições regionais, aliado à necessidade de ampliar a oferta de ensino superior gratuito e de qualidade nesta região, motivaram a proposição dos dirigentes dos municípios da área de abrangência da UNIPAMPA a pleitear, junto ao Ministério da Educação, uma instituição federal de ensino superior. O atendimento a esse pleito foi anunciado no dia 27 de julho de 2005, em ato público realizado na cidade de Bagé, com a presença do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Nessa mesma ocasião, foi anunciado o Consórcio Universitário da Metade Sul, responsável, no primeiro momento, pela implantação da nova universidade. Em 22 de novembro de 2005, esse consórcio foi firmado mediante a assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Educação, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Universidade Federal de Pelotas (UFPel), prevendo a ampliação da educação superior no Estado. Coube à UFSM implantar os campi nas cidades de São Borja, Itaqui, Alegrete, Uruguaiana e São Gabriel e, à UFPel, os campi de Jaguarão, Bagé, Dom Pedrito, Caçapava do Sul e Santana do Livramento. As instituições tutoras foram responsáveis pela criação dos primeiros cursos da instituição, sendo eles: - Campus de Alegrete: Ciência da Computação, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica; Campus de Bagé: Engenharia de Produção, Engenharia de Alimentos, Engenharia Química, Engenharia da Computação, Engenharia de Energias Renováveis e de Ambiente, Licenciatura em Física, Licenciatura em Química, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Letras (Português e Espanhol), Licenciatura em Letras (Português e Inglês); - Campus de Caçapava do Sul: Geofísica; - Campus de Dom Pedrito: Zootecnia; - Campus de Itaqui: Agronomia; - Campus de Jaguarão: Pedagogia e Licenciatura em Letras (Português e Espanhol); - Campus de Santana do Livramento: Administração; - Campus de São Borja: Comunicação Social – Jornalismo e Comunicação Social - Publicidade e Propaganda e Serviço Social; - Campus de São Gabriel: Ciências Biológicas, Engenharia Florestal e Gestão Ambiental; - Campus de Uruguaiana: Enfermagem, Farmácia e Fisioterapia. Em setembro de 2006, as atividades acadêmicas tiveram início nos campi vinculados à UFPel e, em outubro do mesmo ano, nos campi vinculados à UFSM. Para dar suporte às atividades acadêmicas, as instituições tutoras realizaram concursos públicos para docentes e técnico-administrativos em educação, além de desenvolverem e iniciarem a execução dos projetos dos prédios de todos os campi. Nesse mesmo ano, entrou em pauta no Congresso Nacional o Projeto de Lei número 7.204/06, que propunha a criação da UNIPAMPA. Em 16 de março de 2007, foi criada a Comissão de Implantação da UNIPAMPA que teve seus esforços direcionados para constituir os primeiros passos da identidade dessa nova universidade. Para tanto, promoveu as seguintes atividades: planejamento da estrutura e funcionamento unificados; desenvolvimento profissional de docentes e técnicos-administrativos em educação; estudos para o projeto acadêmico; fóruns curriculares por áreas de conhecimento; reuniões e audiências públicas com dirigentes municipais, estaduais e federais, bem como com lideranças comunitárias e regionais, sobre o projeto de desenvolvimento institucional da futura UNIPAMPA. Em 11 de janeiro de 2008, a Lei 11.640, cria a UNIPAMPA – Fundação Universidade Federal do Pampa... No momento de sua criação, a UNIPAMPA já contava com 2.320 alunos, 180 servidores docentes e 167 servidores técnico-administrativos em educação. Ainda em janeiro de 2008, foi dado posse ao primeiro reitorado que, na condição pró-tempore, tem como principal

responsabilidade integrar os campi criados pelas instituições tutoras, constituindo e consolidando-os como a Universidade Federal do Pampa. As ações da primeira gestão têm sido marcadas por um amplo esforço para que os campi tenham a visão da Universidade em construção e para que seus servidores e alunos sejam incluídos nessa grande tarefa. Para tanto, foi constituído o Conselho Provisório, integrado pela Reitora, Vice-Reitor, Pró-Reitores e Diretores de Campus, com a função de exercer a jurisdição superior da instituição, deliberando sobre todos os temas de relevância acadêmica e administrativa.

Esse histórico corrobora a análise já feita de que a UNIPAMPA nasceu decorrente da reivindicação de dirigentes políticos dos municípios de sua região de abrangência. E não apresenta as origens nem razões das opções realizadas, tanto com relação aos municípios acolhidos, quanto com relação a sua quantidade e aos cursos iniciais que foram oferecidos em cada cidade. Não menciona se tais decisões foram tomadas pelo Ministério da Educação ou se pela Universidade Federal de Santa Maria ou se pela Universidade Federal de Pelotas, todas elas instituições integrantes do Consórcio Universitário da Metade Sul (responsável pela implantação da UNIPAMPA).

A quantidade abrangida de municípios, totalizada em 10 (dez), é outro fator relevante que condicionou a estrutura definitiva e atual da UNIPAMPA. A realidade vivenciada hoje pela universidade é multifragmentada. E teremos que analisar se suas condições não interferem diretamente em razões motivadoras do cenário de forte evasão discente que vive a universidade. Porque levantamos aqui a hipótese de que uma universidade que se divide em 10 cidades pode perder o caráter de uma universidade integralizada. Agravado, além do mais, por essas cidades não abarcarem cursos de uma mesma área de conhecimento. Ressaltamos que a UNIPAMPA, para reunir seus servidores, sejam docentes ou técnicos-administrativos, para qualquer finalidade, precisa efetuar elevado investimento em diárias e passagens ou deslocamentos por veículos oficiais. Tais investimentos precisam ser efetuados, também, para reuniões de gestão e de comissões superiores (Conselho Universitário, Comissão Superior de Ensino, Comissão Superior de Pesquisa, Comissão Superior de Extensão, entre outras). Lembremos que, se já há dificuldade para reunir os gestores e os servidores, maior ainda é a dificuldade em reunir estudantes que vivem em 10 cidades diferentes, e isso é um fator que prejudica a percepção de universidade como um todo para sua comunidade. Em análise simplista, se tivéssemos a UNIPAMPA dividida em 2 cidades, cada segmento universitário seria muito maior e

mais completo do que os 10 segmentos que possuímos hoje. E ressaltamos que muitas das cidades são muito próximas (menos de 100 Km de distância entre si), o que bem caracteriza o componente político que norteou sua ampla divisão (fragmentação). Alguns campi menores, hoje existentes, apresentam estrutura física que mais lembram uma faculdade ou até mesmo um colégio, do que propriamente uma universidade.

Importante análise da conjuntura econômica que vive a região da UNIPAMPA é apresentada no Projeto Institucional (2009, p. 7-8):

A região em que a UNIPAMPA está inserida já ocupou posição de destaque na economia gaúcha. Ao longo da história, porém, sofreu processo gradativo de perda de posição relativa no conjunto do estado. Em termos demográficos, registrou acentuado declínio populacional. Sua participação na produção industrial foi igualmente decrescente. Em termos comparativos, destaca-se que as regiões norte e nordeste do estado possuem municípios com altos Índices de Desenvolvimento Social - IDS, ao passo que, na metade sul, os índices variam de médios a baixos. A metade sul perdeu espaço, também, no cenário do agronegócio nacional devido ao avanço da fronteira agrícola para mais próximo de importantes centros consumidores. A distância geográfica, o limite na logística de distribuição e as dificuldades de agregação de valor à matéria-prima produzida regionalmente, colaboram para o cenário econômico aqui descrito. A realidade impõe grandes desafios. Com a produção industrial em declínio, a estrutura produtiva passa a depender, fortemente, dos setores primários e de serviços. Outros fatores, combinados entre si, têm dificultado a superação da situação atual, entre os quais podem ser citados: o baixo investimento público per capita, o que reflete a baixa capacidade financeira dos municípios; a baixa densidade populacional e a alta dispersão urbana; a estrutura fundiária caracterizada por médias e grandes propriedades e a distância geográfica dos polos desenvolvidos do estado, que prejudica a competitividade da produção da região. Essa realidade vem afetando fortemente a geração de empregos e os indicadores sociais, especialmente, os relativos à educação e à saúde. A região apresenta, entretanto, vários fatores que indicam potencialidades para diversificação de sua base econômica, entre os quais ganham relevância: a posição privilegiada em relação ao MERCOSUL; o desenvolvimento e ampliação do porto de Rio Grande; a abundância de solo de boa qualidade; os exemplos de excelência na produção agropecuária; as reservas minerais e a existência de importantes instituições de ensino e pesquisa. Em termos mais específicos, destacam-se aqueles potenciais relativos à indústria cerâmica, cadeia integrada de carnes, vitivinicultura, extrativismo mineral, cultivo do arroz e da soja, silvicultura, fruticultura, alta capacidade de armazenagem, turismo, entre outros. Sem perder sua autonomia, a UNIPAMPA deve estar comprometida com o esforço de fortalecimento das potencialidades e com a superação das dificuldades diagnosticadas. Assim, os cursos oferecidos, a produção do conhecimento, as atividades de extensão e de assistência deverão refletir esse comprometimento. A gestão, em todas as suas instâncias, deverá promover a cooperação interinstitucional e a aproximação com os atores locais e regionais, visando à constituição de espaços permanentes de diálogo voltados para o desenvolvimento regional, implicando, este, em mudanças estruturais integradas a um processo permanente de progresso do território, da comunidade e dos indivíduos. As atividades da UNIPAMPA devem estar igualmente apoiadas na perspectiva do desenvolvimento sus-

tentável, que leva em conta a viabilidade das ações econômicas, com justiça social e prudência quanto à questão ambiental. Essa será a forma empregada para que, a partir da apreensão da realidade e das suas potencialidades, contribua-se para o enfrentamento dos desafios, com vista à promoção do desenvolvimento regional.

Essa realidade econômica difícil da região pode também exercer influência relevante sobre os fatores de evasão discente, cabendo-nos analisar a possibilidade.

O mesmo projeto define (2009, p. 10-11):

MISSÃO: “A Universidade Federal do Pampa, como instituição social comprometida com a ética, fundada em liberdade, respeito à diferença e solidariedade, assume a missão de promover a educação superior de qualidade, com vistas à formação de sujeitos comprometidos e capacitados a atuarem em prol do desenvolvimento sustentável da região e do país”.

VISÃO: “Constituir-se como instituição acadêmica de reconhecida excelência, integrada e comprometida com o desenvolvimento sustentável da região e do país”.

PERFIL DO EGRESSO: A UNIPAMPA, como universidade pública, deve proporcionar uma sólida formação acadêmica generalista e humanística aos seus egressos. Essa perspectiva inclui a formação de sujeitos conscientes das exigências éticas e da relevância pública e social dos conhecimentos, habilidades e valores adquiridos na vida universitária e inserção em respectivos contextos profissionais de forma autônoma, solidária, crítica, reflexiva e comprometida com o desenvolvimento local, regional e nacional sustentáveis, objetivando a construção de uma sociedade justa e democrática.

A partir disso, o projeto institucional passa a abordar aspectos relacionados à: concepção de formação acadêmica; infraestrutura acadêmica; infraestrutura física; estrutura organizacional; políticas de ensino, de pesquisa, de extensão, de assistência estudantil, de gestão, de gestão de pessoal, de planejamento e avaliação e de comunicação social. Define objetivos, estratégias e metas.

### 3.7 ESTATUTO DA UNIPAMPA – 2009

Portaria assinada pela Profa. Reitora Maria Beatriz Luce, em 03 de junho de 2009, aprovou outro documento basilar da UNIPAMPA: seu estatuto, do qual destacamos (2009, p. 1):

Art. 1º A Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA, criada pela Lei 11.640 de 11 de janeiro de 2008, como Fundação Universidade Federal do Pampa, de natureza pública, com sede e foro na cidade de Bagé, no Estado

do Rio Grande do Sul, é dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, observada a Legislação vigente e o presente Estatuto, bem como o Regimento Geral e os regimentos dos órgãos que compõem a estrutura institucional e as resoluções de seus órgãos colegiados.

Art. 2º A UNIPAMPA, como instituição social comprometida com a ética, fundada em liberdade, respeito à diferença e solidariedade, é bem público que se constitui como lugar de exercício da consciência crítica, no qual a coletividade possa repensar suas formas de vida e sua organização política, social e econômica.

Art. 3º A UNIPAMPA é uma instituição federal de educação superior multicampi, com os Campi de Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana.

Art. 4º A autonomia didático-científica consiste na capacidade de estabelecer o projeto acadêmico institucional e de: I. criar, organizar, modificar e extinguir cursos e programas, fixando os respectivos planos de formação, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais e demais normas; II. definir o regime didático dos diferentes cursos, bem como os objetivos pedagógicos, científicos, tecnológicos, artísticos, culturais e sociais dos programas de pesquisa e de extensão; III. deliberar sobre os critérios e normas de seleção, admissão, promoção, habilitação e desligamento de discentes, observada a legislação vigente; IV. fixar o número de vagas para os cursos de graduação e pós-graduação, de acordo com a sua capacidade institucional e as exigências do seu contexto.

Analisando itens que contêm relação com o tema desta pesquisa (evasão discente), destacamos o Art. 7º do Estatuto, que realça a democracia e transparência na gestão como um dos princípios da UNIPAMPA, e o Art. 9º, integrante do Título II – Dos fins, que determina entre as finalidades da universidade: educação superior e produção de conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico, integrada no ensino, na pesquisa e na extensão. Para a consecução dessa finalidade, determina que a UNIPAMPA realizará estudos da problemática social, econômica e ambiental da região, do país e do planeta (Estatuto, 2009, p. 2).

É com o intuito de avaliarmos as razões da elevada evasão discente que, através da presente pesquisa, buscaremos conhecer, compreender e nos atualizar sobre quais premissas a UNIPAMPA tem atuado no período compreendido entre 2012 e 2016 e quais podem ser suas debilidades, com base em consultas que planejamos realizar aos discentes evadidos de 5 cursos do Campus Itaqui.

### 3.8 PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE AGRONOMIA

O Curso de Agronomia foi o primeiro criado no Campus Itaqui, com suas atividades didáticas iniciando em 16 de outubro de 2006. Curso de modalidade pre-

sencial, realizado em turno integral, tem 50 vagas anuais ofertadas para ingresso no primeiro semestre letivo, por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Teve seu projeto pedagógico reformulado em outubro de 2009, que segue vigente atualmente. Confere o título de Bacharel em Agronomia aos discentes que cumprirem com aprovação a carga horária do curso em prazo mínimo previsto de 10 semestres letivos. Seu projeto pedagógico afirma que “a concepção de universidade não se restringe apenas à formação profissionalizante, mas se firma em uma proposição humanística e generalista, assumindo o compromisso com o direito à vida e promovendo a ética em todas as suas práticas” (2009, p. 4). O projeto pedagógico realiza um resgate histórico documental importante: afirma que “o curso foi criado pelo Parecer 070/06 do Conselho Universitário da Universidade Federal de Santa Maria (CONSU/UFSM), publicado na ata da 657ª Sessão em 30 de junho de 2006” (2009, p. 7). Com relação ao perfil desejado do egresso, afirma o projeto pedagógico: “pretende-se uma universidade que intente formar egressos críticos e com autonomia intelectual, construída a partir de uma concepção de conhecimento socialmente referenciado e comprometidos com as necessidades contemporâneas locais e globais” (2009, p. 8).

Ressaltamos aqui o objetivo principal determinado pelo projeto pedagógico para o Curso de Agronomia (2009, p. 9):

O Curso de Agronomia da UNIPAMPA tem como objetivo formar engenheiros agrônomos comprometidos com a inovação tecnológica, com capacidade técnico-científica e responsabilidade social, aptos a promover, orientar e administrar a utilização e otimização dos diversos fatores que compõem os sistemas de produção, transformação e comercialização, em consonância com os preceitos de proteção ambiental, além de planejar, pesquisar e aplicar técnicas, métodos e processos adequados à solução de problemas e à promoção do desenvolvimento sustentável. O curso permitirá ao profissional a atuação crítica e criativa na identificação e resolução de problemas, considerando seus aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, com visão ética e humanística, em atendimento às demandas da sociedade.

Para atingir esse objetivo, o Curso de Agronomia do Campus Itaqui foi definido, segundo seu projeto pedagógico, com um núcleo de disciplinas básicas (composto de 600 horas/aula), um núcleo específico profissionalizante (composto de 150 horas/aula) e um núcleo profissionalizante essencial (composto de 3150 horas/aula), totalizando 3900 horas/aula, com caráter multidisciplinar, que permite interações de

conhecimentos e recursos humanos entre as diferentes áreas, visando a complementação de conhecimentos. Como infraestrutura necessária para sua execução, o projeto pedagógico estabelece grande quantidade de laboratórios e extensa área de campo.

### 3.9 PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS

O Curso de Ciência e Tecnologia de Alimentos foi o segundo criado no Campus Itaquí, com documento de credenciamento datado de 11/01/2008. O início de suas atividades didáticas ocorreu em março de 2009. Curso de modalidade presencial, foi realizado em turno noturno (entre 2009 e 2010) e em turno integral (a partir de 2011), com 50 vagas anuais ofertadas para ingresso no primeiro semestre letivo, por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Teve seu projeto pedagógico reformulado em 2011, que segue vigente atualmente. Confere o título de Bacharel em Ciência e Tecnologia de Alimentos aos discentes que cumprirem com aprovação carga horária em prazo mínimo previsto de 8 semestres letivos para sua integralização. Seu projeto pedagógico afirma que (2011, p. 7):

O Curso de Bacharelado em Ciência e Tecnologia de Alimentos integra as áreas de produção, transformação, análise, marketing, segurança, higiene e inocuidade dos alimentos, considerando todos os elementos de gestão das atividades envolvidas, formando um profissional com visão integradora do alimento-ser humano-ambiente. Aliado a essa formação inovadora, os demais cursos que integram o campus só vêm a contribuir para o aprimoramento da formação desse profissional.

Com relação ao perfil desejado do egresso, afirma o projeto pedagógico: “a concepção de universidade não se restringe apenas à formação profissionalizante, mas se firma em uma proposição humanística e generalista, assumindo o compromisso com o direito à vida e promovendo a ética em todas as suas práticas” (2011, p. 8).

Ressaltamos aqui o objetivo principal determinado pelo projeto pedagógico para o Curso de Ciência e Tecnologia de Alimentos (2011, p. 23-24):

O Curso de Ciência e Tecnologia de Alimentos objetiva formar o profissional que, além de deter o conhecimento dos alimentos sob todos os aspectos tecnológicos, bioquímicos, toxicológicos, higiênico-sanitários e sensoriais, tenha a capacidade de identificar problemas e formular soluções para atuar na cadeia produtiva alimentar, desde a propriedade rural até a mesa do consumidor, sugerindo ações que visem a melhoria da alimentação da população de acordo com princípios de sustentabilidade e da ética profissional.

Para atingir esse objetivo, a estrutura curricular do Curso de Ciência e Tecnologia de Alimentos do Campus Itaqui foi definida, segundo seu projeto pedagógico, com uma carga horária mínima de 2610 horas, perfazendo um total de 174 créditos, sendo que um crédito corresponde a 15 horas, distribuídas em componentes curriculares teóricos, teórico-práticos, práticas, estágio e atividades complementares de graduação. Nesse conjunto estão inseridos componentes curriculares obrigatórios, estágio supervisionado, trabalho de conclusão de curso, componentes curriculares complementares de graduação e atividades complementares de graduação, distribuídos em semestres e organizados em quatro áreas baseadas nos eixos norteadores do curso: desenvolvimento, gestão da qualidade, processamento e comercialização (2011, p. 45).

Como infraestrutura necessária para sua execução, o projeto pedagógico demanda grande quantidade de laboratórios.

### 3.10 PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE NUTRIÇÃO

O Curso de Nutrição foi o terceiro criado no Campus Itaqui, com documento de criação datado de 09/07/2009. O início de suas atividades didáticas ocorreu em março de 2010. Curso de modalidade presencial, é realizado em turno integral, com 50 vagas anuais ofertadas para ingresso no primeiro semestre letivo, por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Teve seu projeto pedagógico elaborado em 2012 e o mesmo segue vigente atualmente. Confere o título de Bacharel em Nutrição aos discentes que cumprirem com aprovação carga horária em prazo mínimo previsto de 8 semestres letivos para sua integralização.

Com relação ao perfil desejado do egresso, o projeto pedagógico, à semelhança dos demais cursos da UNIPAMPA e em consonância com o Projeto Institucional da universidade, afirma o compromisso com a busca de uma sólida formação acadêmica generalista e humanística. Destaca, no entanto, o perfil que busca para

um egresso nutricionista (2012, p. 23):

(...) um profissional com formação generalista, humanista e crítica. Capacitado a atuar, visando à segurança alimentar e a atenção dietética, em todas as áreas do conhecimento em que alimentação e nutrição se apresentem fundamentais para a promoção, manutenção e recuperação da saúde e para a prevenção de doenças de indivíduos ou grupos populacionais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida, pautado em princípios éticos, com reflexão sobre a realidade econômica, política, social e cultural (BRASIL, 2001).

O projeto pedagógico define como objetivo geral do curso (2012, p. 21):

O Curso de Nutrição da UNIPAMPA busca a formação de um profissional nutricionista qualificado, com sólida formação geral, com capacidade teórica e de desenvolvimento de ações na área da saúde humana visando à promoção, manutenção e recuperação da saúde no âmbito individual e/ou coletivo, fundamentado na Atenção Dietética, Segurança Alimentar e Nutricional. Além disso, é objetivo do Curso de Graduação em Nutrição da UNIPAMPA formar profissionais nutricionistas capazes de interagir com a comunidade a fim de provocar transformações relevantes na população, particularmente através da geração de uma prática profissional voltada às pessoas e à sociedade.

Para atingir esse objetivo, a estrutura curricular do Curso de Nutrição do Campus Itaqui foi definida, segundo seu projeto pedagógico, com uma carga horária mínima de 3.300 horas, perfazendo um total de 220 créditos, com 15 horas cada. Contempla uma sequência lógica de componentes curriculares teóricos, teórico-práticos, práticas, estágios, trabalho de conclusão de curso e atividades complementares, distribuídos em semestres e organizados nas quatro áreas baseadas nos eixos norteadores do curso: “Ciências Biológicas e da Saúde”, “Ciências Sociais, Humanas e Econômicas”, “Ciências da Alimentação e Nutrição” e “Ciências dos Alimentos” (2012, p. 55).

### 3.11 PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ENGENHARIA DE AGRIMENSURA

O Curso de Engenharia de Agrimensura foi o penúltimo criado, até 2016, no Campus Itaqui, com suas atividades didáticas iniciando em março de 2012. Curso de modalidade presencial, realizado em turno integral, tem 50 vagas anuais ofertadas

para ingresso no primeiro semestre letivo, por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Teve seu projeto pedagógico elaborado em julho de 2011, que segue vigente atualmente. Confere o título de Engenheiro Agrimensor aos discentes que integralizarem carga horária mínima de 3.915 horas em prazo mínimo previsto de 10 semestres letivos para sua integralização. Seu projeto pedagógico afirma (2011, p. 7):

a formação humana é um processo por meio do qual os indivíduos tomam consciência de si e das relações sociais a que estão sujeitos. Busca-se, assim, a consciência da realidade com fundamentação teórica e instrumentação técnica, objetivando a ação comprometida de ensinar para a realização de mudanças. As práticas de educação não devem ser de adaptação à realidade tal e qual, mas serem construções intelectuais que possibilitem a transformação requerida.

Com relação ao perfil desejado do egresso, afirma o projeto pedagógico (2011, p. 15):

compreenderá uma sólida formação técnico-científica e profissional geral que o capacite a absorver e desenvolver novas tecnologias, estimulando a sua atuação crítica e criativa na identificação e resolução de problemas, considerando seus aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, com visão ética e humanística, em atendimento às demandas da sociedade.

Ressaltamos aqui o objetivo principal determinado pelo projeto pedagógico para o Curso de Engenharia de Agrimensura (2011, p. 15):

O Curso de Engenharia de Agrimensura tem como finalidade a formação do Engenheiro Agrimensor por meio do trabalho com o conhecimento. Esse processo formativo tem dois componentes: um se refere à formação técnico-científica, que se distingue pelo manejo e pela elaboração de conhecimento, no sentido de o profissional se tornar capaz de analisar a realidade, conceber e praticar soluções criativas; outro é o componente de formação sociopolítica, inerente ao processo de trabalho com o conhecimento como construção histórica, caracterizado por uma orientação humanística e ecológica, no sentido de o profissional se tornar capaz de participar e intervir na sociedade.

Para atingir esse objetivo, o projeto pedagógico do Curso de Engenharia de Agrimensura do Campus Itaqui definiu como percurso de formação pedagógica: a

formação nas áreas científicas da matemática, física e química; uma visão geral da Engenharia; a formação de habilidades específicas; a incorporação das novas tecnologias da informação e da comunicação e a formação social e ética do Engenheiro Agrimensor (2011, p. 15). Especificamente, os componentes curriculares do curso foram subdivididos em quatro grupos: disciplinas, estágios obrigatórios, atividades complementares de graduação e trabalho de conclusão de curso (2011, p. 18).

### 3.12 PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO CURSO DE MATEMÁTICA – LICENCIATURA

O Curso de Matemática - Licenciatura foi o último criado, até 2016, no Campus Itaqui, com suas atividades didáticas iniciando em março de 2012. Curso de modalidade presencial, realizado em turno noturno, tem 50 vagas anuais ofertadas para ingresso no primeiro semestre letivo, por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Teve seu projeto político-pedagógico reformulado em março de 2014, que segue vigente atualmente. Confere o título de Licenciado em Matemática aos discentes que integralizam carga horária total de 3.080 horas em prazo mínimo previsto de 8 semestres letivos para sua integralização. Seu projeto político-pedagógico afirma (2014, p. 22):

Seguindo a proposta de formação acadêmica de um licenciando da UNIPAMPA, o curso proporciona ao futuro professor uma educação generalista, humanista e também específica para a área de Matemática, mas que transcenda a compreensão de um simples especialista, que trabalha bem com um único tipo de conhecimento e sabe explicá-lo; o futuro professor de Matemática necessita perceber os fenômenos na sua totalidade e buscar, a partir disso, (re)significar os saberes e fazeres da profissão, segundo as Diretrizes Orientadoras para Elaboração dos PPCs das Licenciaturas da UNIPAMPA.

Com relação ao perfil desejado do egresso, afirma o projeto político-pedagógico (2014, p. 25):

O egresso do Curso de Matemática – Licenciatura da UNIPAMPA – Campus Itaqui deve ser um profissional com conhecimento no âmbito generalista e humanista, isto é, com autonomia intelectual, com consciência reflexiva, crítica e solidária; passível de diagnosticar e amenizar os problemas educacionais contemporâneos locais, regionais e nacionais. Além disso, com sólidos

dos conhecimentos científicos, no âmbito dos conceitos matemáticos, no âmbito da didática, da pedagogia, da história, da epistemologia, da psicologia e da filosofia; bem como com conhecimentos acerca das tecnologias no contexto da educação.

Ressaltamos aqui o objetivo principal determinado pelo projeto político-pedagógico para o Curso de Matemática - Licenciatura (2014, p. 24):

O Curso de Matemática – Licenciatura tem por objetivo geral formar professores para atuar na Educação Básica, séries finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, com sólida formação nas áreas de Matemática e Educação Matemática; capazes de assumir o compromisso de melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem matemática.

Para atingir esse objetivo, o projeto político-pedagógico do Curso de Matemática - Licenciatura do Campus Itaquí definiu como componentes curriculares do curso: 37 componentes curriculares obrigatórios (2.160 horas); 3 componentes curriculares eletivos (180 horas); 2 componentes curriculares de Trabalho de Conclusão de Curso (120 horas); 4 componentes curriculares de estágio supervisionado (420 horas) e atividades complementares de graduação (200 horas) (2014, p. 27).

## 4 CONSTRUÇÃO DE DADOS

Respaldados pela fundamentação teórica apresentada, damos início à etapa empírica da pesquisa. Analisar as razões da evasão de setecentos e noventa e um discentes, de cinco cursos de graduação do Campus Itaqui da UNIPAMPA, entre os anos de 2012 e 2016, requer uma construção ampla e rigorosa de dados.

Este capítulo tem por objetivo cumprir e executar as fases, técnicas e instrumentos da pesquisa planejados em sua metodologia científica (constantes do item 2.3.2), atendendo ao preconizado por Triviños (1987, p. 73-74), com relação às fases “b” – análise do fenômeno – e “c” – a realidade concreta do fenômeno –, que no nosso caso é a evasão discente.

A construção de dados visa o desenvolvimento das questões norteadoras da pesquisa, sendo estas relacionadas ao perfil dos discentes evadidos, a dados quantitativos da evasão por cursos, à identificação do período de evasão, à intenção inicial do discente quando ingressou em seu curso, às principais carências para não concluírem seu curso, às razões determinantes internas e externas à universidade para evadir e ao destino dos discentes após a evasão.

Almejamos possibilitar critérios de codificação e categorização posteriores compatíveis para uma efetiva análise de conteúdo. Por tratarmos de um estudo de caso explicativo, optamos pelas estruturas analíticas lineares. Segundo Yin (2015, p. 191):

Esta é a abordagem padrão para a composição de relatórios de pesquisa. A sequência de subtópicos inicia com o aspecto ou o problema sendo estudado e com uma revisão da literatura anterior relevante. Os subtópicos prosseguem, então, para cobrir os métodos usados, os dados coletados, a análise de dados e as descobertas, terminando com as conclusões e suas implicações para a questão ou o problema original estudado.

Quanto à definição de categorização, Bardin (2016, p. 147) assevera:

A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comuns destes elementos.

As categorias de análise que elaboramos estão também relacionadas aos tópicos gerados pelas questões norteadoras da pesquisa e amparam-se na análise temática de texto recomendada por Bardin (2016, p. 77):

Se nos servirmos da análise temática – quer dizer, da contagem de um ou vários temas ou itens de significação, numa unidade de codificação previamente determinada –, apercebemo-nos de que se torna fácil escolhermos, neste discurso, a frase (limitada por dois sinais de pontuação) como unidade de codificação.

Considerando o contexto da evasão discente e a revisão de literatura realizada, optamos pelas seguintes categorias de análise: expansão da educação superior, dimensão quantitativa da evasão, perfil dos discentes evadidos, trajetória escolar, planejamento institucional para redução da evasão, fatores intervenientes na evasão (fatores condicionantes e determinantes - internos e externos à UNIPAMPA), fator intenção inicial no curso, fator municipal (relacionado à cidade de Itaqui), fator financeiro, fator institucional (relacionado ao Campus Itaqui e ao curso de graduação, exceto questões pedagógicas), fator pedagógico, fator escolar (relacionado à educação básica), fator evasão com êxito pessoal e fator pessoal/familiar.

Com relação à codificação, Bardin (2016, p. 133) cita O. R. Holsti: “A codificação é o processo pelo qual os dados brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição exata das características pertinentes do conteúdo”.

As diferentes unidades de codificação associadas às categorias que elaboramos podem representar fatores favoráveis à permanência do discente na UNIPAMPA, e serão consideradas positivas, ou podem representar fatores contrários à sua permanência, contribuindo para a evasão e, nesse caso, serão consideradas negativas.

#### 4.1 DADOS INSTITUCIONAIS GERAIS DA UNIPAMPA

A UNIPAMPA disponibiliza, através de um Procurador Institucional do Gabinete da Reitoria, seus dados quantitativos sobre alunos ingressantes, concluintes, evadidos, que efetuam trancamentos de matrículas e alunos regulares, ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)/Ministério da

Educação (MEC) periodicamente. Tais dados são utilizados para integração ao Censo da Educação Superior e são disponibilizados pelo site da Pró-reitoria de Planejamento (Proplan) da universidade. Os dados disponíveis atualmente referem-se ao período compreendido entre 1º semestre de 2013 e 2º semestre de 2016.

#### 4.2 DADOS DO SISTEMA ACADÊMICO DA UNIPAMPA

Para construção de dados desta pesquisa, obtivemos autorização formal da direção do Campus Itaqui da UNIPAMPA para acesso ao sistema acadêmico da unidade, que é o Sistema de Informações Educacionais – SIE – adquirido junto à Universidade Federal de Santa Maria na ocasião de implantação da UNIPAMPA, ou seja, desde 2006. O SIE, segundo a Fundação de Apoio à Tecnologia e Ciência, órgão vinculado à Universidade Federal de Santa Maria (2016, p. 4), trata-se de:

uma solução na área de Administração de Ensino com métodos ágeis, acessíveis e de fácil compreensão. Esse Sistema agrega ao software tecnologia e praticidade para auxiliar o processo de administração das Instituições. Foi desenvolvido pelo Projeto de Tecnologia de Informação da FATECIENS, em parceria com a Universidade Federal de Santa Maria.

Atuamos com liberdade para realizar downloads de relatórios de dados acadêmicos e, após migração para planilhas em programa Excel, de editar, ampliar e agregar novos dados (originários de outros relatórios). O relatório mais completo sobre evasões que a UNIPAMPA possui em seu sistema acadêmico é acessado através dos campos: 1– Acadêmico; 1.1– Controle Acadêmico; 1.1.06– Cadastro do Aluno; 1.1.6.20– Relatórios; 1.1.6.20.10– Relatório Geral de Evasão. Esse relatório, quando carregado para determinado curso, certo ano e correspondente semestre letivo, apresenta os seguintes dados de discentes evadidos: nome, e-mail, matrícula do aluno, ano de evasão, forma de evasão, período (primeiro ou segundo semestre letivo), data de nascimento, forma de ingresso, ano de ingresso e sexo.

Através desse relatório, foi possível detectarmos que, no Campus Itaqui da UNIPAMPA, o Curso de Agronomia teve, no período delimitado pela pesquisa, entre os anos de 2012 e 2016, 174 discentes evadidos (média anual de 34,8); o Curso de Ciência e Tecnologia de Alimentos teve, no mesmo período, 166 discentes evadidos (média anual de 33,2); o Curso de Engenharia de Agrimensura teve, sempre no

mesmo período, 136 discentes evadidos (média anual de 27,2); o Curso de Matemática – Licenciatura teve 161 discentes evadidos (média anual de 32,2) e o Curso de Nutrição teve, por sua vez, 154 discentes evadidos (média anual de 30,8). Somados, os cinco cursos constituíram uma população de 791 (setecentos e noventa e um) discentes evadidos entre 2012 e 2016, com média anual global de 158,2 (ou 31,64 discentes evadidos por curso/ano). Essa população de 791 discentes evadidos constitui os sujeitos da presente pesquisa. E o relatório proporcionou conhecimento de seus nomes completos e respectivos e-mails pessoais, além dos demais dados mencionados.

Optamos, após transferir esse primeiro relatório para planilha do Excel, em buscar outros dados originados através do Histórico Escolar de cada discente evadido, relatório esse acessado através dos campos: 1– Acadêmico; 1.1– Controle Acadêmico; 1.1.05– Histórico Escolar; 1.1.5.20– Relatórios; 1.1.5.20.17– Histórico Escolar (carregado após digitação da matrícula de cada aluno evadido). Esse procedimento foi muito extenso e lento, consumindo muito tempo de pesquisa devido à busca individual, mas nos gerou os seguintes dados: carga horária vencida no núcleo básico, carga horária total (exigida pelo projeto pedagógico) no núcleo básico, carga horária vencida no núcleo específico, carga horária total (exigida) no núcleo específico, carga horária vencida no núcleo profissional e carga horária total (exigida) no núcleo profissional de cada discente evadido. Agregamos esses dados à mesma planilha anterior.

E, posteriormente, acessando o relatório “Súmula de Documentos”, através dos campos: 1– Acadêmico; 1.1– Controle Acadêmico; 1.1.06– Cadastro do Aluno; 1.1.6.20– Relatórios; 1.1.6.20.02- Súmula de Documentos (também carregado após digitação da matrícula de cada aluno evadido), agregamos, ainda, os seguintes dados: cidade de naturalidade, estado de naturalidade, ano de conclusão do ensino médio, tipo de escola do ensino médio, cidade da escola e estado da escola onde o discente evadido cursou seu ensino médio. A necessidade de carregamento individual desses dados de 791 discentes evadidos mais uma vez exigiu dedicação de bom tempo da pesquisa. Isso ocorreu em consequência de que a liberdade de acesso que possuíamos não se dava para efetuar processamentos internos no sistema de dados da UNIPAMPA (por razões de segurança institucional), mas somente para emissão e downloads de dados de relatórios já previamente existentes. E a maioria dos relatórios disponíveis não se relaciona a discentes evadidos, mas sim ao conjun-

to dos discentes da universidade. Isso nos gerou a necessidade de “catar” as informações de interesse da pesquisa. Deixaremos como sugestão, para a UNIPAMPA, a inclusão dos dados que aqui coletamos no Relatório Geral de Evasão (1.1.6.20.10), o que facilitará a realização de novas pesquisas educacionais sobre este tema na universidade.

A necessidade de captação de todos esses dados está relacionada às questões norteadoras, foi mencionada na metodologia desta pesquisa e possibilitará análises e cruzamentos que faremos com dados dos questionários que aplicamos, primeiramente como pré-teste e, posteriormente, como instrumento final para coleta de dados.

#### 4.3 ELABORAÇÃO E APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

O questionário-piloto foi elaborado no Google Drive, com 25 questões: concordância em participar da pesquisa, confirmação de desistência de curso de graduação iniciado no Campus Itaqui da UNIPAMPA, especificação de qual foi esse curso, idade, sexo, estado civil atual, cidade e estado em que morou antes de Itaqui, intenção quando começou a cursar, ano e semestre em que ingressou e em que evadiu, nota obtida no ENEM, tipos de auxílios recebidos, avaliação da cidade de Itaqui, dificuldades ao mudar-se para Itaqui, avaliação do Campus Itaqui, principais problemas e obstáculos enfrentados no Campus Itaqui, avaliação do curso de graduação em termos de qualidade, avaliação do curso de graduação em termos de dificuldade, principais problemas e obstáculos do curso de graduação, se enfrentou dificuldades financeiras, se apresentou dificuldades para relacionar-se na cidade, se procurou auxílio na cidade ou na universidade visando continuar seu curso, quais foram os principais motivos para desistir do curso e, por fim, se após a desistência havia iniciado outro curso em outra instituição/cidade e, em caso afirmativo, quanto tempo após a desistência isso ocorreu.

Optamos por aplicá-lo, na fase de pré-teste, a 79 discentes evadidos, ou seja, para uma amostra correspondente a 10% do total da população evadida dos cinco cursos investigados do Campus Itaqui entre 2012 e 2016. Alguns e-mails retornaram como inválidos, obrigando-nos a substituir por outros já nessa ocasião. O período de recebimento das respostas foi de 01/11/2017 (primeira resposta recebida) a 09/11/2017 (última resposta recebida). Somente 13 respostas foram recebidas,

mesmo após envio insistente de três e-mails com pedidos de colaboração e explicação sobre a importância para a pesquisa. Isso demonstrou-nos a primeira dificuldade a ser enfrentada: a necessidade de maior estímulo à participação dos discentes evadidos na pesquisa.

As respostas obtidas nos demonstraram, também, uma necessidade de adaptar o formato de construção das questões, que se alternava entre “totalmente aberto” (questões subjetivas) ou “totalmente fechado” (somente com alternativas objetivas). Notamos que muitas vezes os discentes não se sentiram contemplados pelas opções apresentadas e passamos a optar por construir um questionário semi-estruturado com três opções objetivas mais apontadas pelos discentes evadidos que responderam o questionário-piloto mais uma questão aberta: “Outro (qual?)”, que possibilitava a todos manifestarem ideias e vivências próprias e diferentes da maioria. Reformulamos, também, algumas questões que se mostraram de compreensão equivocada para boa parte dos discentes evadidos e que não nos trouxeram as abordagens temáticas que desejávamos.

O novo modelo do questionário (apêndice A) foi aplicado entre 7 e 15 de abril de 2018, com envio inicial diretamente pelo Google Drive. Havia um limite diário para envio de até 100 questionários. A primeira questão correspondia a uma apresentação da pesquisa e a um termo de consentimento livre e esclarecido do aluno que iria responder, que autorizava, por meio dela, a utilização dos dados de forma anônima. Além do envio através do Google Drive, mantivemos, simultaneamente, os primeiros contatos por e-mail, apresentando mais detalhadamente o projeto de pesquisa com seus objetivos.

Obtivemos retornos a este primeiro e-mail de alguns discentes informando que não haviam recebido o questionário (embora algumas respostas já estivessem sendo recebidas de outros). Tornamos a enviá-lo, para esses discentes que reclamaram, diretamente do Google Drive, mas alguns discentes tornavam a informar que não o recebiam (mesmo manifestando interesse em respondê-lo). Avaliamos, então, que poderia estar havendo incompatibilidade entre provedores diferentes de e-mails (Gmail e Yahoo, por exemplo). Para resolver, enviamos o questionário diretamente no corpo do e-mail e não mais diretamente do Google Drive. Os alunos confirmaram, então, o recebimento do mesmo. Passamos a adotar essa conduta (de enviar novamente o questionário com o e-mail), então, a todos os demais. E o número de respostas passou a aumentar, embora não significativamente.

Até o final do mês de abril, enviamos, além deste, 2 novos e-mails insistindo na importância das respostas e tentamos contatar por Facebook os 77 discentes cujos e-mails haviam retornado por não mais existirem. Esse procedimento mostrou-se eficaz para parte da amostra, que comunicou não trabalhar mais com o e-mail antigo (registrado no sistema acadêmico).

Em 29 de abril, quando contávamos 72 (setenta e duas) respostas, aproximando-nos de 10% do total da população, consideramos esse percentual ainda inexpressivo e partimos, então, para a generalização do procedimento de tentar contatar toda a população de discentes evadidos (791 ao todo) através do Facebook/Messenger. E tal procedimento demonstrou-se realmente mais dinâmico, eficaz, vívido. Buscamos cada um pelo nome completo e só enviamos mensagem àqueles que possuíam Facebook plenamente identificável como sendo de um ex-aluno almejado.

Entre 29 de abril e 8 de maio, enviamos 383 mensagens por Facebook-Messenger, assim distribuídas: Agronomia - 81; Engenharia de Agrimensura - 59; Ciência e Tecnologia de Alimentos - 78; Nutrição - 77; Matemática - Licenciatura - 88.

Em resposta a elas, muitos discentes identificaram-se, informaram não estar mais usando seus e-mails antigos, disponibilizaram-se em responder e desejaram sucesso à pesquisa.

Recebemos até 10/05/2018, quando encerramos o recebimento de respostas, 173 (cento e setenta e três) respostas ao questionário. Isso correspondeu a 21,87% do total da população evadida entre 2012 e 2016 (791 discentes) dos cinco cursos do Campus Itaquí, percentual considerado satisfatório para a pesquisa. Essa fase do Facebook-Messenger nos permitiu, portanto, passar de 72 respostas para 173 respostas.



## 5 ANÁLISE DE DADOS

Este capítulo tem por objetivo concatenar e analisar os dados obtidos de diferentes fontes, por meio de uma análise temática associada às categorias de análise definidas para a pesquisa.

Consideramos nossas opções pelas seguintes categorias de análise: expansão da educação superior, dimensão quantitativa da evasão, perfil dos discentes evadidos, trajetória escolar, planejamento institucional para redução da evasão, fatores intervenientes na evasão (fatores condicionantes e determinantes - internos e externos à UNIPAMPA), fator intenção inicial no curso, fator municipal (relacionado à cidade de Itaqui), fator financeiro, fator institucional (relacionado ao Campus Itaqui e ao curso de graduação, exceto questões pedagógicas), fator pedagógico, fator escolar (relacionado à educação básica), fator evasão com êxito pessoal e fator pessoal/familiar.

Fatores condicionantes da evasão são aqueles decorrentes de avaliações pontuais dos discentes evadidos sobre temáticas específicas que lhes foram questionadas. Definimos essas temáticas tendo por base o estado do conhecimento e a revisão de literatura desta pesquisa, além da realidade vivenciada pelo pesquisador junto ao Campus Itaqui da UNIPAMPA.

Fatores determinantes da evasão são aqueles decorrentes das respostas a uma pergunta do questionário realizada aos discentes evadidos: “24- Quais foram os principais motivos que levaram você a desistir do curso”? Realizamos essa distinção porque nessa questão os alunos são questionados diretamente sobre os principais motivos que apontam para sua própria evasão. Nas demais, eles manifestam opiniões sobre pontos que podem também ter contribuído para a evasão, em caráter somatório, mas que não consideraram decisivos. Separamos, assim, possíveis causas (fatores condicionantes) de consequências (fatores determinantes).

### 5.1 DIMENSÃO QUANTITATIVA DA EVASÃO DISCENTE

#### 5.1.1 Situação geral na UNIPAMPA

Dados informados pela UNIPAMPA ao Censo da Educação Superior do MEC e depois disponibilizados pelo site da Pró-reitoria de Planejamento da universidade

demonstram, entre o 1º semestre de 2013 e o 2º semestre de 2016, que a universidade, embora tenha acolhido uma média anual elevada de novos discentes em seus 66 cursos de graduação, situados em 10 campi universitários diferentes, não conseguiu consolidar seu corpo discente como um todo, apresentando pequeno crescimento do número total de alunos regulares cada vez que chegou no segundo semestre letivo (número que se manteve inferior a 10.000 discentes). Poderia até ser positivo esse fato, se fosse por conta de a UNIPAMPA estar formando contingente anual de alunos semelhante ao que ingressa, mas não é o que ocorre.

Quando analisamos relatórios de dados estatísticos, devemos sempre ponderar sobre suas limitações em função das razões subjetivas que devem ser buscadas. Não será por equações matemáticas que compreenderemos um tema complexo e multidimensional como é o da evasão discente. No entanto, os dados são apontamentos importantes para análise e levantamento de hipóteses a serem investigadas. Analisemos, sob essa perspectiva, as tabelas que seguem.

Tabela 1 – Nº de ingressantes, concluintes e evadidos por ano (2013-2016).

<b>ANO</b>	<b>Ingressantes</b>	<b>Concluintes</b>	<b>Evadidos</b>
2013	3854	710	1993
2014	3533	822	2070
2015	3474	878	2626
2016	3889	1012	2697
<b>TOTAL</b>	<b>14.750</b>	<b>3.422</b>	<b>9.386</b>
<b>MÉDIA</b>	<b>3687,5</b>	<b>855,5</b>	<b>2346,5</b>

Fonte: PI – Procurador Institucional – Gabinete da reitoria – site da Proplan – UNIPAMPA (Adaptada).

Tabela 2 – Nº de trancamentos de matrículas e de alunos regulares por ano (2013-2016).

<b>ANO</b>	<b>Trancamentos</b>	<b>Alunos regulares (TOTAL ANUAL)</b>
2013	1116	8695
2014	506	9279,5
2015	766	9519
2016	526	9653
<b>TOTAL</b>	<b>2.914</b>	<b>37.146,5</b>
<b>MÉDIA</b>	<b>728,5</b>	<b>9286,6</b>

Fonte: PI – Procurador Institucional – Gabinete da reitoria – site da Proplan – UNIPAMPA (Adaptada).

O fator principal que gera o que podemos caracterizar até mesmo como estagnação da universidade é a elevada evasão discente. A média anual elevada de alunos evadidos, desde 2013, constitui-se em grave problemática para a UNIPAMPA. Somada a outra média anual significativa de alunos que optam por trancar suas matrículas (antessala da evasão), chega próximo de equivaler quantitativamente ao ingresso dos novos discentes a cada ano.

O campo da média é de grande significação. A UNIPAMPA tem possibilitado, no período compreendido entre 2013 e 2016, o ingresso anual de 3.687 novos alunos. Em contrapartida, tem formado, em média também anual, 855 alunos. E, por outro lado, tem deparado com a evasão anual, também em média, de 2.346 alunos. Além disso, demonstra a tabela 2 que há, em média anual, 728 trancamentos de matrículas (antessala da evasão) efetuados e que o número total de alunos subiu de 8.695 (em 2013) para 9.287 (em 2016). Ou seja, a universidade não conseguiu firmar, até 2016, a quantidade de 10.000 alunos.

Em síntese, podemos constatar através das tabelas-resumos criadas de forma adaptada a partir daquelas disponíveis no site da Pró-reitoria de Planejamento que a UNIPAMPA tem ótimo potencial de crescimento e consolidação na região que atua, se considerarmos o número médio de ingressantes anual (3.687). No entanto, terá que elevar o número de formados (somente 855 anuais), que é pouco maior que o número médio de trancamentos de matrículas que são efetuados (728). Além disso, terá que enfrentar sua principal problemática: a elevada evasão discente demonstrada pelo número médio anual de 2.346. Isso é próximo do triplo do número de formados.

Observamos ainda que a média anual de 855 formados pela UNIPAMPA desde 2013 corresponde a somente 23,2% da média de ingressantes na universidade (3.687). Naturalmente, não pode ser considerado um percentual satisfatório e deve estar associado a razões como retenção, além da evasão e de trancamentos (já mencionados). Não pode ser considerado minimamente satisfatório esse percentual.

Cabe resgatarmos aqui que o Decreto Nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, determinava para as universidades que aderissem ao Programa (caso da UNIPAMPA) a meta de, em 5 anos, a contar da data de adesão, formarem 90% (noventa por cento) de seus alunos ingressantes:

Portanto, o índice de formação de 23,2% dos ingressantes é sintomático de crise institucional, que pode estar sendo gerada por fatores pedagógicos ou por fatores pessoais/familiares do discente ou por fatores sociais e financeiros (dificuldades de adaptação à cidade; dificuldades de sustentação financeira, etc). Todas são hipóteses que investigaremos nesta pesquisa.

O Governo Federal segue, há muito tempo no Brasil, os ditames da política internacional estabelecidos por organismos internacionais como o Banco Mundial, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (Ocde) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), um tanto por subserviência voluntária e outro tanto em troca da obtenção de investimentos internacionais na área educacional.

A política do Governo Federal para a responsabilização (um dos três fundamentos da “accountability”, além da prestação de contas e da avaliação) das universidades por essa meta de formação de 90% de seus ingressantes deu-se através da criação da nova Matriz “ANDIFES” – desenvolvida junto à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior –, que calcula e fixa os valores para recursos de custeio (manutenção, serviços terceirizados, energia elétrica, água, diárias, contratos e outros) de cada universidade participante. Gradativamente, ano a ano, a antiga matriz, que calculava os custos de acordo com o número de ingressantes nas universidades, migra para a nova matriz, que calcula os recursos a serem repassados para manutenção das universidades proporcionalmente ao número de formados. Ou seja, se houver grave disparidade, como há no caso da UNIPAMPA, entre o número de ingressantes e o de formados, os recursos de custeio serão escassos para cobrir as necessidades básicas da universidade. Segundo a política do governo, este é um problema a ser resolvido pela própria universidade!

Manifestamos compreensão de que essa política governamental, por sua severidade, é exemplo do que asseveram Schneider e Nardi (2015), com relação à “accountability”:

temos que a accountability é um conceito em transformação, mas cuja significação não fica circunscrita à sua terminologia. Trata-se de uma acepção que, na esfera das políticas administrativas, compreende relações entre controle e poder, justificação, informação, responsabilização e sanção (p. 62).

Visando colaborar com a UNIPAMPA para evitar essas sanções, bem como para evitar o dano social que é causado aos alunos que apostam na instituição, mas desistem em seguida, além dos investimentos públicos desperdiçados, aprofundaremos a investigação das causas da elevada evasão discente no Campus Itaqui da universidade, um dos muito problemáticos.

### 5.1.2 Situação da evasão no Campus Itaqui da UNIPAMPA

O relatório 1.1.6.20.10– Relatório Geral de Evasão, obtido do sistema acadêmico de dados da UNIPAMPA (Sistema de Informações Educacionais – SIE), nos proporcionou os seguintes dados de cada discente evadido: nome do curso, nome completo do discente, e-mail, matrícula, ano da evasão, forma de evasão, período da evasão, data de nascimento, forma de ingresso, ano de ingresso e sexo.

Através desse relatório, pudemos aferir as dimensões quantitativas da evasão discente nos cinco cursos do Campus Itaqui da UNIPAMPA no período determinado pela pesquisa (entre os anos de 2012 e 2016).

Quadro 6 – Quantidade de discentes evadidos por curso e período.

(continua)

ANO DE EVASÃO	PERÍODO DE EVASÃO	CURSO	QUANTIDADE DE DISCENTES EVADIDOS
2012	1º SEMESTRE	Agronomia: Ciência e Tecnologia de Alimentos: Engenharia de Agrimensura: Matemática – Licenciatura: Nutrição:	10 11 6 1 14
2012	2º SEMESTRE	Agronomia: Ciência e Tecnologia de Alimentos: Engenharia de Agrimensura: Matemática – Licenciatura: Nutrição:	20 23 11 16 20
2013	1º SEMESTRE	Agronomia: Ciência e Tecnologia de Alimentos: Engenharia de Agrimensura: Matemática – Licenciatura: Nutrição:	17 13 14 13 19
2013	2º SEMESTRE	Agronomia: Ciência e Tecnologia de Alimentos: Engenharia de Agrimensura: Matemática – Licenciatura: Nutrição:	23 17 12 13 6

Quadro 6 – Quantidade de discentes evadidos por curso e período.

(continuação)

ANO DE EVASÃO	PERÍODO DE EVASÃO	CURSO	QUANTIDADE DE DISCENTES EVADIDOS
2014	1º SEMESTRE	Agronomia: Ciência e Tecnologia de Alimentos: Engenharia de Agrimensura: Matemática – Licenciatura: Nutrição:	25 18 21 22 22
2014	2º SEMESTRE	Agronomia: Ciência e Tecnologia de Alimentos: Engenharia de Agrimensura: Matemática – Licenciatura: Nutrição:	17 12 17 29 16
2015	1º SEMESTRE	Agronomia: Ciência e Tecnologia de Alimentos: Engenharia de Agrimensura: Matemática – Licenciatura: Nutrição:	17 15 15 19 12
2015	2º SEMESTRE	Agronomia: Ciência e Tecnologia de Alimentos: Engenharia de Agrimensura: Matemática – Licenciatura: Nutrição:	17 19 12 19 18
2016	1º SEMESTRE	Agronomia: Ciência e Tecnologia de Alimentos: Engenharia de Agrimensura: Matemática – Licenciatura: Nutrição:	16 22 13 9 9
2016	2º SEMESTRE	Agronomia: Ciência e Tecnologia de Alimentos: Engenharia de Agrimensura: Matemática – Licenciatura: Nutrição:	12 16 15 20 18
TOTAIS DE EVASÃO (2012-2016)		Agronomia: Ciência e Tecnologia de Alimentos: Engenharia de Agrimensura:  Matemática – Licenciatura:  Nutrição:	174 (média: 34,8/ano = 22%); 166 (média: 33,2/ano = 21%); 136 (média: 27,2/ano = 17,19%); 161 (média: 32,2/ano = 20,34%); 154 (média: 30,8/ano = 19,47% do total);  TOTAL GERAL: 791 (média 158,2/ano) =100%.

Fonte: Sistema de Informações Educacionais – SIE – UNIPAMPA.

Para contextualizarmos quanto elevada é a evasão discente nestes cinco cursos de graduação do Campus Itaqui da UNIPAMPA, ressaltamos que cada curso disponibiliza cinquenta novas vagas anuais para ingressantes. Trinta discentes evadidos por ano equivalem, portanto, a 60% das vagas disponibilizadas para novos

ingressantes. Os demais processos seletivos de ingresso extraordinários são para preenchimento de vagas que ficaram ociosas, já decorrentes de evasão, ou para vagas eventualmente não preenchidas.

Verificamos, como resposta a uma das questões norteadoras da pesquisa (quais os cursos com maior evasão?), que o Curso de Agronomia apresentou a maior média anual de evasão (34,8) e o Curso de Engenharia de Agrimensura foi o que apresentou a menor média de evasão anual (27,2). Os demais cursos oscilaram com médias de evasão anual pouco acima de 30. Todos, portanto, apresentaram médias elevadas e significativas. Registramos que o Curso de Matemática – Licenciatura, o único curso noturno oferecido e, também, única licenciatura, que oferece maior possibilidade para seus alunos trabalharem simultaneamente ao estudo, ficou com média de evasão também elevada.

Constatamos por esses dados dos cursos do Campus Itaquí que a universidade não está atingindo o objetivo da permanência de seus discentes, apontado por SOBRINHO (2010):

“democratização” da educação superior não se limita à ampliação de oportunidades de acesso e criação de mais vagas. Além da expansão das matrículas e da inclusão social de jovens tradicionalmente desassistidos, em razão de suas condições econômicas, preconceitos e outros fatores, é imprescindível que lhes sejam assegurados também os meios de permanência sustentável, isto é, as condições adequadas para realizarem com boa qualidade os seus estudos. Assim, acesso e permanência são aspectos essenciais do processo mais amplo de “democratização” (p. 1226).

## 5.2 PERFIL DOS DISCENTES EVADIDOS

O perfil dos discentes evadidos integra uma questão norteadora e uma categoria de análise desta pesquisa. Sousa e Maciel (2016), em artigo intitulado “Expansão da educação superior: permanência e evasão em cursos da Universidade Aberta do Brasil”, que discutimos no estado do conhecimento, sugerem que o primeiro passo na direção da compreensão do problema da evasão é (2016, p. 3):

saber quem são os alunos evadidos, conhecer o perfil socioeconômico e acompanhar os estudantes com potencial preditivo de evasão, buscando-se criar estratégias e mecanismos que passem pelo envolvimento de toda a comunidade universitária na luta por sua permanência.

Para desenvolvê-lo, destacaremos dentre os dados obtidos do relatório 1.1.6.20.10– Relatório Geral de Evasão, do sistema acadêmico de dados da UNIPAMPA, aqueles relacionados ao sexo e à data de nascimento por curso pesquisado.

Quadro 7 – Sexo de discentes evadidos por curso do Campus Itaqui (2012-2016).

CURSO	SEXO	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Agronomia	Masculino	122	70,11%
	Feminino	52	29,89%
	Total:	174	100%
Ciência e Tecnologia de Alimentos	Masculino	52	31,33%
	Feminino	114	68,67%
	Total:	166	100%
Engenharia de Agrimensura	Masculino	86	63,24%
	Feminino	50	36,76%
	Total:	136	100%
Matemática - Licenciatura	Masculino	95	59%
	Feminino	66	41%
	Total:	161	100%
Nutrição	Masculino	24	15,58%
	Feminino	130	84,42%
	Total:	154	100%
Total dos 5 cursos	Masculino	379	47,91%
	Feminino	412	52,09%
	Total:	791	100%

Fonte: Sistema de Informações Educacionais – SIE – UNIPAMPA.

A análise da distribuição entre sexos dos cursos pesquisados nos permite visualizar uma distribuição tradicional e conservadora de ampla maioria masculina nos cursos de Agronomia, Engenharia de Agrimensura e Matemática – Licenciatura (área das ciências rurais e exatas) e de ampla maioria feminina nos cursos de Ciência e Tecnologia de Alimentos e Nutrição (área de processamento de alimentos e saúde).

Com relação à faixa etária dos discentes evadidos, calculamos a mesma a partir da data de nascimento registrada no sistema acadêmico de dados da UNIPAMPA, considerando o ano da evasão do discente.

Quadro 8 – Faixa etária de discentes evadidos por curso do Campus Itaqui (2012-2016).

(continua)

CURSO	FAIXA ETÁRIA	Nº	%	IDADE MÉDIA NO ANO DA EVASÃO
Agronomia	Até 20 anos	54	31,04%	24 anos
	21 a 25 anos	65	37,36%	
	26 a 30 anos	28	16,10%	
	31 a 35 anos	20	11,49%	
	36 a 40 anos	2	1,15%	
	41 a 45 anos	3	1,72%	
	46 a 50 anos	0	0%	
	51 a 59 anos	1	0,57%	
	61 a 69 anos	1	0,57%	
	Total	174	100%	
Ciência e Tecnologia de Alimentos	Até 20 anos	66	39,76%	24 anos
	21 a 25 anos	52	31,33%	
	26 a 30 anos	21	12,65%	
	31 a 35 anos	12	7,23%	
	36 a 40 anos	9	5,42%	
	41 a 45 anos	5	3,01%	
	46 a 50 anos	0	0%	
	51 a 59 anos	1	0,60%	
	61 a 69 anos	0	0%	
	Total	166	100%	
Engenharia de Agrimensura	Até 20 anos	56	41,18%	24 anos
	21 a 25 anos	45	33,09%	
	26 a 30 anos	16	11,76%	
	31 a 35 anos	9	6,62%	
	36 a 40 anos	4	2,94%	
	41 a 45 anos	2	1,47%	
	46 a 50 anos	1	0,73%	
	51 a 59 anos	3	2,21%	
	61 a 69 anos	0	0%	
	Total	136	100%	
Matemática - Licenciatura	Até 20 anos	30	18,63%	27 anos
	21 a 25 anos	51	31,68%	
	26 a 30 anos	31	19,26%	
	31 a 35 anos	22	13,66%	
	36 a 40 anos	12	7,45%	
	41 a 45 anos	10	6,21%	
	46 a 50 anos	5	3,11%	
	51 a 59 anos	0	0%	
	61 a 69 anos	0	0%	
	Total	161	100%	

Quadro 8 – Faixa etária de discentes evadidos por curso do Campus Itaqui (2012-2016).

(continuação)

CURSO	FAIXA ETÁRIA	Nº	%	IDADE MÉDIA NO ANO DA EVASÃO
Nutrição	Até 20 anos	41	26,62%	25 anos
	21 a 25 anos	57	37,02%	
	26 a 30 anos	25	16,23%	
	31 a 35 anos	8	5,19%	
	36 a 40 anos	14	9,09%	
	41 a 45 anos	3	1,95%	
	46 a 50 anos	4	2,60%	
	51 a 59 anos	1	0,65%	
	61 a 69 anos	0	0%	
	Absurda	1	0,65%	
	Total	154	100%	

Fonte: Sistema de Informações Educacionais – SIE – UNIPAMPA.

Observamos que os cursos de Agronomia, Ciência e Tecnologia de Alimentos e Engenharia de Agrimensura concentraram cerca de 70% de seus discentes evadidos em duas faixas etárias: até 20 anos e entre 21 e 25 anos de idade. Esses três cursos tiveram idade média no ano de evasão de seus discentes de vinte e quatro anos de idade. O Curso de Nutrição elevou para 25 anos a idade média, elevando um pouco também as faixas etárias de seus discentes. E o curso de Matemática – Licenciatura elevou ainda mais essas faixas etárias, passando a idade média de seus discentes, no ano da evasão, para 27 anos de idade. Salientamos se tratar de um curso noturno.

Como a idade foi calculada considerando o ano da evasão do discente, e mesmo assim houve grande concentração nas camadas mais jovens (até 25 anos de idade), concluímos que a ampla maioria desses discentes estava realizando sua primeira experiência em curso de graduação. Ou seja, era procedente do ensino médio.

Por não constar registrada no sistema acadêmico de dados da UNIPAMPA a informação direta e específica sobre cidade de procedência de seus alunos, optamos por buscar essa informação via questionário aplicado, comparando-a depois com a cidade onde o aluno concluiu seu ensino médio (esta registrada no sistema

acadêmico de dados, a qual denominamos de procedência provável).

Com relação ao questionário, lembramos que obtivemos 173 (cento e setenta e três) respostas de discentes evadidos, que constituíram uma amostra de 21,87% da população total de 791 (setecentos e noventa e um) discentes evadidos entre 2012 e 2016. Todos autorizaram o uso das informações de forma anônima por esta pesquisa e afirmaram-se livres e esclarecidos a respeito do objetivo da mesma.

Quanto ao curso de graduação do Campus Itaqui da UNIPAMPA que não concluíram, as 173 respostas obtidas constam no quadro.

Quadro 9 – “Qual curso de graduação não concluiu?”

Curso	Agronomia	Ciência e Tecnologia de Alimentos	Nutrição	Engenharia de Agrimensura	Matemática - Licenciatura
Número	52	32	38	24	27
Percentual	30%	18,5%	22%	13,9%	15,6%

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Observamos que a participação foi maior dos cursos mais antigos do Campus Itaqui. Os dois últimos cursos implantados (Engenharia de Agrimensura e Matemática – Licenciatura) trouxeram menor quantidade de respostas.

Questionados sobre qual sua cidade e estado de procedência, 66 não responderam por serem procedentes de Itaqui. As respostas mais comuns encontram-se registradas no quadro que segue.

Quadro 10 – “Qual a cidade e estado em que morou antes de Itaqui?” (por estados).

(continua)

ESTADO	NÚMERO	PERCENTUAL
RS	88 (identificados) 66 (não responderam por ser de Itaqui) Total: 154	89,01%
SP	9	5,20%
MG	3	1,73%
RJ	2	1,16%
Brasília - DF	1	0,58%

Quadro 10 – “Qual a cidade e estado em que morou antes de Itaqui?” (por estados).  
(continuação)

ESTADO	NÚMERO	PERCENTUAL
MT	1	0,58%
SC	1	0,58%
GO	1	0,58%
PR	1	0,58%
TOTAL	173	100%

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Quadro 11 – “Qual a cidade e estado em que morou antes de Itaqui?” (por municípios do RS).

MUNICÍPIO	NÚMERO	PERCENTUAL
Itaqui - RS	21 (identificados) 66 (não responderam por ser de Itaqui) Total: 87	50,28%
Uruguaiana - RS	21	12,13%
São Borja - RS	8	4,62%
Maçambará - RS	1	0,6%
Cidades mais distantes, porém, do RS	37	21,38%
TOTAL	154	89,01% (total gaúcho)

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Adicionamos, a seguir, o quadro com a procedência provável, por curso, de todos os 791 sujeitos pesquisados, a partir da cidade de conclusão do ensino médio.

Quadro 12 – Procedência provável, por curso, dos discentes evadidos do Campus Itaqui entre 2012 e 2016 (considerando-se a cidade da escola de ensino médio).

(continua)

MUNICÍPIO/ESTADO	CURSO/NÚMERO	PERCENTUAL
Itaqui - RS	Agronomia: 47	27,01%
	Ciência e Tecnologia de Alimentos: 85	51,20%
	Engenharia de Agrimensura: 66	48,53%
	Matemática – Licenciatura: 113	70,18%
	Nutrição: 72	46,75%
	TOTAL: 383	48,42%
Uruguaiana - RS	Agronomia: 25	14,37%
	Ciência e Tecnologia de Alimentos: 23	13,86%
	Engenharia de Agrimensura: 20	14,71%
	Matemática – Licenciatura: 15	9,32%
	Nutrição: 22	14,28%
	TOTAL: 105	13,27%

Quadro 12 – Procedência provável, por curso, dos discentes evadidos do Campus Itaqui entre 2012 e 2016 (considerando-se a cidade da escola de ensino médio).

(continuação)

MUNICÍPIO/ESTADO	CURSO/NÚMERO	PERCENTUAL
São Borja - RS	Agronomia: 11 Ciência e Tecnologia de Alimentos: 6 Engenharia de Agrimensura: 4 Matemática – Licenciatura: 11 Nutrição: 5 TOTAL: 37	6,32% 3,61% 2,94% 6,83% 3,25% 4,68%
Maçambará - RS	Agronomia: 4 Ciência e Tecnologia de Alimentos: 7 Engenharia de Agrimensura: 2 Matemática – Licenciatura: 1 Nutrição: 0 TOTAL: 14	2,30% 4,22% 1,47% 0,62% 0% 1,77%
Cidades mais distantes, porém, do RS	Agronomia: 64 Ciência e Tecnologia de Alimentos: 21 Engenharia de Agrimensura: 19 Matemática – Licenciatura: 15 Nutrição: 33 TOTAL: 152	36,78% 12,65% 13,97% 9,32% 21,43% 19,22%
TOTAL DO RS	Agronomia: 151 Ciência e Tecnologia de Alimentos: 142 Engenharia de Agrimensura: 111 Matemática – Licenciatura: 155 Nutrição: 132 TOTAL: 691	86,78% 85,54% 81,62% 96,27% 85,71% 87,36%
SP	Agronomia: 7 Ciência e Tecnologia de Alimentos: 15 Engenharia de Agrimensura: 6 Matemática – Licenciatura: 1 Nutrição: 9 TOTAL: 38	4,03% 9,06% 4,40% 0,62% 5,84% 4,80%
RJ	Agronomia: 1 Ciência e Tecnologia de Alimentos: 2 Engenharia de Agrimensura: 6 Matemática – Licenciatura: 4 Nutrição: 5 TOTAL: 18	0,57% 1,20% 4,40% 2,49% 3,25% 2,28%
MG	Agronomia: 6 Ciência e Tecnologia de Alimentos: 2 Engenharia de Agrimensura: 5 Matemática – Licenciatura: 1 Nutrição: 0 TOTAL: 14	3,46% 1,20% 3,68% 0,62% 0% 1,77%
PR	Agronomia: 3 Ciência e Tecnologia de Alimentos: 1 Engenharia de Agrimensura: 3 Matemática – Licenciatura: 0 Nutrição: 1	1,72% 0,60% 2,20% 0% 0,65%
SC	Agronomia: 2 Ciência e Tecnologia de Alimentos: 1 Engenharia de Agrimensura: 0 Matemática – Licenciatura: 0 Nutrição: 1	1,15% 0,60% 0% 0% 0,65%

Quadro 12 – Procedência provável, por curso, dos discentes evadidos do Campus Itaqui entre 2012 e 2016 (considerando-se a cidade da escola de ensino médio).

(continuação)

MUNICÍPIO/ESTADO	CURSO/NÚMERO	PERCENTUAL
RO	Agronomia: 2 Ciência e Tecnologia de Alimentos: 2 Engenharia de Agrimensura: 1 Matemática – Licenciatura: 0 Nutrição: 1	1,15% 1,20% 0,74% 0% 0,65%
AM	Agronomia: 1 Ciência e Tecnologia de Alimentos: 0 Engenharia de Agrimensura: 1 Matemática – Licenciatura: 0 Nutrição: 1	0,57% 0% 0,74% 0% 0,65%
TO	Agronomia: 1	0,57%
SE	Ciência e Tecnologia de Alimentos: 1	0,60%
PI	Engenharia de Agrimensura: 1	0,74%
MT	Engenharia de Agrimensura: 1	0,74%
DF	Engenharia de Agrimensura: 1	0,74%
PA	Nutrição: 1	0,65%
GO	Nutrição: 1	0,65%
PE	Nutrição: 1	0,65%
BA	Nutrição: 1	0,65%
TOTAL OUTROS ESTADOS	Agronomia: 23 Ciência e Tecnologia de Alimentos: 24 Engenharia de Agrimensura: 25 Matemática – Licenciatura: 6 Nutrição: 22 TOTAL: 100	13,22% 14,46% 18,38% 3,73% 14,29% 12,64%
TOTAL GERAL	Agronomia: 174 Ciência e Tecnologia de Alimentos: 166 Engenharia de Agrimensura: 136 Matemática – Licenciatura: 161 Nutrição: 154 TOTAL: 791	22,00% 21,00% 17,19% 20,35% 19,46% 100%

Fonte: Sistema de Informações Educacionais – SIE – UNIPAMPA.

Identificamos, tanto através das respostas à questão, quanto por meio da busca dos dados da procedência provável, que o Campus Itaqui da UNIPAMPA está cumprindo efetivamente o papel definido por sua lei de criação de caracterizar sua inserção regional, com grande maioria (87,36%) de estudantes procedentes do Rio Grande do Sul. Além disso, 383 discentes (48,42%) são procedentes de Itaqui e 156 (19,72%) são procedentes de três cidades vizinhas: Uruguaiana, São Borja e Maçambará, distantes menos de 100 Km. As proporções guardam muita semelhança com aquelas que havíamos levantado entre os que responderam ao questionário.

Embora esse estudo seja sobre uma população evadida, ele reflete uma proporção que deve ter relação ao menos similar à de discentes que ingressam na instituição.

Objetivando ampliar a análise do perfil do discente evadido dos cinco cursos pesquisados do Campus Itaqui da UNIPAMPA, trazemos as respostas a algumas outras questões do questionário.

Com relação ao estado civil:

Quadro 13 – “Estado civil atual”.

Estado civil	Solteiro(a)	Casado(a)	União estável	Separada judicialmente	Divorciado
Número	115	35	21	1	1
Percentual	66,5%	20,2%	12,1%	0,6%	0,6%

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Considerando uma população jovem, confirmou-se a expectativa de ampla maioria (dois terços) ser solteira.

Com relação à possibilidade de trabalhar juntamente com a realização do curso, cento e cinquenta e quatro discentes evadidos responderam. Dezenove não responderam porque não deviam exercer atividade profissional naquele momento.

As respostas mais comuns seguem apontadas no quadro a seguir.

Quadro 14 – “Exercício de atividade profissional quando estudava na UNIPAMPA”.

(continua)

FUNÇÃO	NÚMERO	PERCENTUAL
TRABALHAVAM	59	34,10%
Militares	8	4,62%
Auxiliares de escritório	5	2,89%
Secretários administrativos	3	1,73%
Secretárias	3	1,73%
Autônomos	3	1,73%
Vendedores	3	1,73%
Profissões que não exigiam nível superior	50	84,74% (dos ativos)
NÃO TRABALHAVAM	114	65,9%
Declararam-se somente estudantes	59	34,10%
Declararam não exercer nenhuma atividade profissional na época em que estudaram	25	14,45%

Quadro 14 – “Exercício de atividade profissional quando estudava na UNIPAMPA”.

(continuação)

FUNÇÃO	NÚMERO	PERCENTUAL
Não responderam por não exercer atividade profissional na época em que estudavam na Unipampa	19	10,98%
Desempregados	10	5,78%
Aposentado	1	0,6%

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Sobre a condição atual do discente evadido do Campus Itaqui da UNIPAMPA, cento e cinquenta e nove discentes evadidos responderam. Catorze não responderam porque não devem exercer atividade profissional no momento. As respostas mais comuns seguem apontadas no quadro 15.

Quadro 15 – “Qual sua atividade profissional atual?”

FUNÇÃO	NÚMERO	PERCENTUAL
<b>TRABALHAM</b>	<b>103</b>	<b>59,53%</b>
Professores	8	4,62%
Funcionários Públicos	8	4,62%
Militares	6	3,47%
Engenheiros Agrônomos	5	2,89%
Assistentes Comerciais	5	2,89%
Administradores	4	2,31%
Auxiliares de Contabilidade	4	2,31%
<b>NÃO TRABALHAM</b>	<b>69</b>	<b>39,87%</b>
Declararam-se somente estudantes	39	22,54%
Não responderam por não exercer atividade profissional atualmente	14	8,09%
Desempregados	14	8,09%
Aposentados	2	1,15%

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Comparando a situação social dos discentes evadidos entre as diferentes épocas, verificamos que houve uma inversão (até certo ponto natural) entre a maioria não trabalhar quando estudava na UNIPAMPA (65,9%) e estar trabalhando atualmente (59,53%). Esse dado nos possibilita concordar com Vargas e Paula (2013), em artigo intitulado “A inclusão do estudante-trabalhador e do trabalhador-estudante na Educação Superior: desafio público a ser enfrentado”, que discutimos no estado

do conhecimento, quando afirmam que: “o sistema de educação superior federal brasileiro está estruturado para contemplar somente o estudante que dispõe de tempo integral para ele, enquanto seu maior contingente possui perfil oposto”. Essa é a realidade que identificamos no Campus Itaqui da UNIPAMPA. Salientamos aqui esse indicador para retomá-lo mais adiante, visando compreender se a busca de emprego foi uma causa determinante ou não para a evasão.

Ainda com relação à constituição do perfil do discente evadido, buscamos, através do sistema acadêmico de dados da UNIPAMPA, identificar os quantitativos da procedência de escolas públicas ou privadas de ensino médio (quadro 16).

Quadro 16 – Procedência com relação a escolas públicas ou privadas.

CURSO	TIPO DE ESCOLA / NÚMERO	PERCENTUAL
Agronomia	Pública: 113 Privada: 42 ENEM: 10 (validados) Não registradas: 9 TOTAL: 174	64,94% 24,14% 5,75% 5,17% TOTAL: 100%
Ciência e Tecnologia de Alimentos	Pública: 124 Privada: 23 ENEM: 8 (validados) Não registradas: 11 TOTAL: 166	74,69% 13,86% 4,82% 6,63% TOTAL: 100%
Engenharia de Agrimensura	Pública: 96 Privada: 27 ENEM: 8 (validados) EJA: 1 (validado) Não registradas: 4 TOTAL: 136	70,59% 19,85% 5,88% 0,74% 2,94% TOTAL: 100%
Matemática – Licenciatura	Pública: 121 Privada: 25 ENEM: 4 (validados) EJA: 4 (validados) Não registradas: 7 TOTAL: 161	75,16% 15,53% 2,48% 2,48% 4,35% TOTAL: 100%
Nutrição	Pública: 105 Privada: 28 ENEM: 10 (validados) EJA: 2 (validados) Não registradas: 9 TOTAL: 154	68,18% 18,18% 6,50% 1,30% 5,84% TOTAL: 100%
TOTAL GERAL DOS CURSOS	Pública: 559 Privada: 145 ENEM: 40 (validados) EJA: 7 (validados) Não registradas: 40 TOTAL: 791	70,67% 18,33% 5,06% 0,88% 5,06% 100%

Fonte: Sistema de Informações Educacionais – SIE – UNIPAMPA.

Observamos que a UNIPAMPA cumpre importante critério social de oportunizar estudos em nível superior para ampla maioria (em torno de 70%) de alunos procedentes do ensino médio realizado em escolas públicas (índice bem superior ao percentual legal de 50% reservado pelo SiSU). No entanto, não está conseguindo mantê-los no curso, menos ainda formá-los.

Com relação ao aproveitamento dos discentes evadidos, buscamos nos seus históricos escolares, através do sistema acadêmico de dados da UNIPAMPA, a carga horária vencida pelos mesmos, que consta no quadro a seguir.

Quadro 17 – Aproveitamento dos discentes evadidos entre 2012 e 2016 dos cinco cursos do Campus Itaqui da UNIPAMPA.

(continua)

CURSO E CARGA HORÁRIA EXIGIDA	CARGA HORÁRIA VENCIDA PELO TOTAL DE EVADIDOS	CARGA HORÁRIA MÉDIA POR EVADIDO
<p>Agronomia: 174 discentes evadidos.</p> <p>CARGA HORÁRIA EXIGIDA:</p> <p>Núcleo básico: 600 horas.</p> <p>Núcleo profissional: 3.045 horas.</p>	<p>Núcleo básico: 43.215 horas vencidas com aprovação pelos 174 discentes evadidos.</p> <p>Núcleo profissional: 55.920 horas vencidas com aprovação pelos 174 discentes evadidos.</p> <p>A carga horária recomendada pelo projeto pedagógico do Curso de Agronomia para o primeiro semestre letivo é de 375 horas. E para o segundo semestre letivo é de 405 horas Total de 780 horas no primeiro ano do curso para cada discente.</p>	<p>Núcleo básico: 248 horas/ discente (com aprovação).</p> <p>Núcleo profissional: 321 horas/ discente (com aprovação).</p> <p>Os alunos evadidos venceram, com aprovação, em média, 569 horas.</p> <p>Faltaram, portanto, 211 horas, também em média, para vencerem o primeiro ano do curso.</p>
<p>Ciência e Tecnologia de Alimentos: 166 discentes evadidos.</p> <p>CARGA HORÁRIA EXIGIDA:</p> <p>Currículo fixo: 2.400 horas.</p>	<p>Currículo fixo: 24.190 horas vencidas pelo total de evadidos.</p> <p>A carga horária recomendada pelo projeto pedagógico do Curso de Ciência e Tecnologia de Alimentos para o primeiro semestre letivo é de 315 horas.</p>	<p>Currículo fixo: 146 horas/ discente (com aprovação).</p> <p>Faltaram, em média, 169 horas de aprovação para os alunos evadidos vencerem o primeiro semestre letivo do curso.</p>
<p>Engenharia de Agrimensura: 136 discentes evadidos.</p> <p>CARGA HORÁRIA EXIGIDA:</p> <p>Núcleo básico: 1.185 horas.</p> <p>Núcleo específico: 825 horas.</p> <p>Núcleo profissional: 1.320 horas.</p>	<p>Núcleo básico: 17.955 horas.</p> <p>Núcleo específico: 570 horas.</p> <p>Núcleo profissional: 3.705 horas.</p> <p>A carga horária recomendada pelo projeto pedagógico do Curso de Engenharia de Agrimensura para o primeiro semestre letivo é de 330 horas.</p>	<p>132 horas/ discente.</p> <p>4 horas/ discente.</p> <p>27 horas/ discente.</p> <p>Total: 163 horas/ disc.</p> <p>Faltaram, em média, 167 horas de aprovação para os alunos evadidos vencerem o primeiro semestre letivo do curso.</p>

Quadro 17 – Aproveitamento dos discentes evadidos entre 2012 e 2016 dos cinco cursos do Campus Itaqui da UNIPAMPA.

(continuação)

CURSO E CARGA HORÁRIA EXIGIDA	CARGA HORÁRIA VENCIDA PELO TOTAL DE EVADIDOS	CARGA HORÁRIA MÉDIA POR EVADIDO
Matemática – Licenciatura: 161 discentes evadidos.  CARGA HORÁRIA EXIGIDA: Currículo fixo: 2.160 horas.	Currículo fixo: 23.240 horas.  A carga horária recomendada pelo projeto pedagógico do Curso de Matemática (Licenciatura) do Campus Itaqui da UNIPAMPA para o primeiro semestre letivo é de 360 horas.	144 horas/ discente.  Faltaram, em média, 216 horas de aprovação para os alunos evadidos vencerem o primeiro semestre letivo do curso.
Nutrição: 154 discentes evadidos.  CARGA HORÁRIA EXIGIDA: Currículo fixo: 3.135 horas.	Currículo fixo: 55.845 horas.  A carga horária recomendada pelo projeto pedagógico do Curso de Nutrição para o primeiro semestre letivo é de 420 horas.	362 horas/ discente.  Faltaram, em média, 58 horas de aprovação para os alunos evadidos vencerem o primeiro semestre letivo do curso.

Fonte: Sistema de Informações Educacionais – SIE – UNIPAMPA.

Através da análise desse levantamento, pudemos identificar que o tempo médio de estudo produtivo (contando somente as horas de disciplinas em que obtiveram aprovações) dos discentes evadidos só foi superior ao primeiro semestre letivo para o Curso de Agronomia. Todos os demais cursos tiveram alunos evadidos que, em média, não concluíram com aprovação os créditos do primeiro semestre letivo recomendado pelo projeto pedagógico.

### 5.3 FATORES INTERVENIENTES NA EVASÃO

Considerando como fatores intervenientes na evasão discente dos cinco cursos de graduação do Campus Itaqui da UNIPAMPA as principais avaliações e as principais razões apontadas pelos próprios discentes evadidos, através do questionário aplicado, dividimos esses fatores entre: fatores condicionantes e fatores determinantes da evasão, que serão apresentados como tópicos; fatores internos e fatores externos à UNIPAMPA, que serão analisados transversalmente. Além dessas divisões iniciais, para melhor caracterizarmos os problemas enfrentados, subdividimos esses fatores em: fator intenção inicial, fator municipal, fator financeiro, fator pedagógico, fator pessoal/familiar, fator institucional e fator escolar.

### 5.3.1 Fatores condicionantes da evasão discente

Consideramos como fatores condicionantes todos aqueles que podem influenciar, de uma forma qualquer, a tomada de decisão de evasão por parte do discente, sem, necessariamente, ser apontado como o fator determinante (principal) pelo discente, ou seja, excetuamos dos fatores condicionantes somente os fatores determinantes, sendo que estes últimos são decorrentes de uma pergunta específica sobre quais os principais motivos para o discente haver desistido de seu curso. Constituem os fatores condicionantes desde as intenções do discente ao iniciar o curso até suas vivências e experiências no Campus Itaqui da UNIPAMPA.

#### 5.3.1.1 Fator intenção inicial no curso

Questionados sobre sua intenção ao começar o curso de graduação em Itaqui, 80 discentes (46,24% da amostra, ou seja, dos 173 discentes evadidos que responderam) afirmaram planejar cursá-lo integralmente em Itaqui; 43 discentes (24,9%) afirmaram desejar outro curso, mas optar pelo seu em função da nota que haviam obtido no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); 35 discentes (20,2%) afirmaram planejar transferência para outro curso, outra instituição ou outra cidade; 4 discentes (2,31%) afirmaram haver vacilado ou errado com relação à opção de curso; 3 discentes (1,73%) afirmaram haver escolhido seu curso limitados às opções existentes na cidade de Itaqui; 8 discentes (4,62%) emitiram respostas que não se aplicavam à questão. O quadro a seguir contém a síntese das respostas.

Quadro 18 – Fator intenção inicial no curso (síntese).

INTENÇÃO INICIAL NO CURSO	NÚMERO	PERCENTUAL
Planejavam cursá-lo integralmente em Itaqui	80	46,24%
Desejavam outro curso, mas optaram pela nota do ENEM	43	24,9%
Planejavam transferência para outro curso, instit. ou cidade	35	20,2%
Respostas específicas	15	8,66%

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Consideramos relevante para a constituição do cenário de evasão o fato de

que 45,1% dos discentes tenha afirmado que, desde o início de seus cursos, não desejavam exatamente aqueles cursos ou que, pelo menos, não o desejavam até sua conclusão na UNIPAMPA – Campus Itaqui. Esse é um fator condicionante que problematizamos ao considerar que, em anos anteriores à intensificação da expansão da educação superior pública no Brasil, os candidatos faziam suas opções de curso de graduação ao iniciar o processo seletivo, ou seja, sem saber seu desempenho. Após a intensificação da expansão da educação superior pública, por política pública inclusiva, passou a ser possível que o candidato fizesse esta opção ao final do processo de seleção, atualmente o Sistema de Seleção Unificado (SISU), para que ela não se tornasse ilusória e para que se evitasse, com isso, acúmulo de alunos eliminados em cursos tradicionalmente muito concorridos (como os da área da saúde) e falta de alunos para preenchimento de vagas que sobravam disponíveis em outros cursos/áreas.

Tal política possibilitou efetivamente melhor distribuição e aproveitamento das vagas públicas pelos candidatos que detêm, no momento de realizar sua opção de curso, conhecimento da nota já obtida no ENEM, a qual passa a valer como “passaporte” para ingressar em uma universidade. No entanto, em contradição dialética, gerou casos como esses relatados aqui por 43 discentes (24,9%) que afirmaram desejar outro curso, mas optar pelo seu em função da nota que haviam obtido no ENEM. Somamos a eles os 35 discentes (20,2%) que afirmaram que desejavam desde o início transferência para outro curso, ou outra instituição de outra cidade como geradores do fator de insatisfação inicial, constituído por 45,1% da amostra.

Quando tratamos de accountability em Educação, ou seja, neste momento delicado da conjuntura política nacional, em que o Governo Federal vê a educação superior como custo e não como investimento e tenta responsabilizar as universidades federais, passando a elas “a conta da evasão”, é importante compreendermos que a causa de evasão desses discentes (quase metade da nossa amostra) é gravemente condicionada por contradição dialética de uma política pública educacional positiva, inclusiva, porém de caráter nacional, que está gerando esse tipo de consequência que constitui fator de evasão externo às universidades. Naturalmente, este não é um caso específico da UNIPAMPA, muito menos do Campus Itaqui.

A parcela de 35 discentes (20,2% da amostra), que declarou não planejar realizar seu curso em Itaqui até o final, é constituída por aqueles discentes que iniciam seus estudos universitários afinados com seus cursos, mas, no entanto, com projeto

peçoal/familiar de se transferirem logo que possível para outras universidades, seja por serem mais antigas, reconhecidas e estruturadas, seja por se localizarem em centros maiores ou em cidades mais próximas de seus familiares. Esse interesse, desde o início do curso, em transferir-se é um fator que caracterizamos como pessoal/familiar, mas que também lega dificuldades especiais ao projeto de consolidação da UNIPAMPA em sua região de abrangência. E mantém relação de contradição dialética com as políticas públicas de expansão da educação superior no Brasil, pois foram elas que abriram, de forma positiva, maiores possibilidades de vagas em diversos cursos e instituições universitárias.

Analisamos que o caso de discentes que ingressam em cursos do Campus Itaqui da UNIPAMPA, obtêm bom desempenho em disciplinas, acumulam créditos e obtêm o direito de se transferir pouco tempo depois para outra instituição de ensino localizada em um centro maior, não pode ser caracterizado como uma evasão decorrente de fracasso universitário. Pelo contrário, compõe outra contradição dialética: um caso de evasão com êxito pessoal do discente. Ele atingiu sua meta pessoal, embora a UNIPAMPA o tenha perdido e sofrido sua evasão. O Campus Itaqui da UNIPAMPA também deu a esse discente, mesmo que parcialmente, sua contribuição para a formação acadêmica. Essa caracterização correta também se demonstra importante neste momento de ofensiva do Ministério da Educação e do Governo Federal em tentativas de responsabilizar exclusivamente as instituições federais de ensino pelo “fracasso” da evasão. Criamos, por esse motivo, o fator evasão com êxito pessoal, que será abordado mais adiante como fator determinante da evasão.

#### *5.3.1.2 Fator municipal: cidade de Itaqui*

Quando questionados sobre outro possível fator condicionante da evasão, a avaliação sobre a cidade de Itaqui, 87 discentes (50,29% da amostra) afirmaram que ela correspondeu à sua expectativa; 45 discentes (26,01%) afirmaram que ficou abaixo de suas expectativas e 23 discentes (13,29%) afirmaram que ficou acima de suas expectativas; 11 discentes (6,36%) preferiram não responder por comentarem que eram de Itaqui; 7 discentes (4,05%) afirmaram não terem vivenciado nem conhecido a cidade por não terem sequer se mudado. Segue síntese no quadro 19.

Quadro 19 – Avaliação sobre a cidade de Itaqui (síntese).

AVALIAÇÃO SOBRE A CIDADE DE ITAQUI	NÚMERO	PERCENTUAL
Itaqui correspondeu às expectativas	87	50,29%
Itaqui ficou abaixo das expectativas	45	26,01%
Itaqui ficou acima das expectativas	23	13,29%
Respostas específicas	18	10,41%

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Com relação às dificuldades enfrentadas ao se mudarem para Itaqui, 101 discentes responderam. 72 não responderam por serem de Itaqui. Dos que responderam, 38 (37,63%) afirmaram serem a distância / localização / difícil acesso as dificuldades principais; 27 (26,73%) afirmaram ser sua situação financeira pessoal difícil; 17 (16,83%) afirmaram ser o custo do aluguel / dificuldade de achar apartamento ou casa; 9 discentes (8,91%) afirmaram já serem de Itaqui; 4 discentes (3,96%) afirmaram não terem chegado a se mudar para a cidade; 2 discentes (1,98%) afirmaram não terem tido nenhum problema; 2 discentes (1,98%) afirmaram terem tido problemas pessoais; 1 discente (0,99%) afirmou ter sido o tempo e horários do curso diurno e 1 discente (0,99%) afirmou ser a falta de empregos na cidade (até mesmo para quem é dela, segundo ele) o principal problema. Consideramos válido somar os que apontaram problemas financeiros por converterem um fator municipal em fator financeiro. O total desse fator, nessa questão, é significativamente de 44,55%. Além disso, 37,63% dos que responderam apontaram a distância / localização da cidade / difícil acesso os principais problemas vivenciados, ou seja, um fator também gerador de despesas. Para quem se desloca de outra cidade, Itaqui se mostra dispendiosa, no sentido de exigir recursos financeiros pessoais que boa parte dos estudantes não possui. Segue a síntese no quadro 20.

Quadro 20 – Dificuldades ao se mudarem para Itaqui (síntese).

DIFICULDADES AO SE MUDAREM PARA ITAQUI	NÚMERO	PERCENTUAL
Distância / localização / difícil acesso	38	37,63% das resp.
Situação financeira pessoal	27	26,73% das resp.
Custo do aluguel / dificuldade de achar apto ou casa	17	16,83% das resp.
Respostas específicas	19	18,81% das resp.

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Outra questão apresentada pertinente à cidade de Itaqui, foi também para os alunos que não fossem procedentes da cidade: se tiveram dificuldades para se relacionar ou se integrar com a população local. 100 discentes responderam. Deles, 7 somente afirmaram serem procedentes de Itaqui. Somados aos 73 que não responderam (por serem procedentes de Itaqui), totalizam 80 discentes (46,24%) procedentes da cidade. 50 discentes (28,90% da amostra) afirmaram não terem experimentado problemas de relacionamento ou integração com ninguém na cidade; 18 discentes (10,41% da amostra) afirmaram que tiveram problemas de relacionamento ou integração com a população da cidade; 11 discentes (6,36%) afirmaram terem enfrentado esses problemas com colegas (alunos/alunas da UNIPAMPA) e 8 discentes (4,62%) afirmaram terem enfrentado com docentes ou técnicos-administrativos da universidade. Segue a síntese no quadro 21.

Quadro 21 – Com relação ao relacionamento e à integração (síntese).

RELACIONAMENTO E INTEGRAÇÃO	NÚMERO	PERCENTUAL
Não tiveram problemas de relacionamento	50	28,90%
Tiveram problemas de relacionamento com a população	18	10,41%
Tiveram problemas de relacionamento com colegas	11	6,36%
Tiveram problemas de relacionamento com servidores	8	4,62%

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Essas três questões sobre a cidade de Itaqui nos permitiram concluir que, em média, um a cada quatro discentes manifestou descontentamento com a cidade,

proporção que não chega a ser relevante porque essa razão não foi apontada posteriormente como causa principal de suas evasões. Pode até ter agravado eventuais desmotivações, mas não foi a principal barreira que se demonstrou intransponível para os discentes. A grande barreira apareceu nas respostas à questão sobre quais foram suas principais dificuldades ao se mudar para Itaqui e foi apontada por 82,18% dos respondentes (alunos transferidos para Itaqui): a distância / localização da cidade e o decorrente custo financeiro para se manter nela. Esse foi um fator fortemente condicionante da evasão dos discentes que precisaram se mudar para Itaqui (53,76% da amostra).

Também nos chamou a atenção haver sete discentes evadidos que sequer tenham se mudado para Itaqui. Isso ocorre quando matrículas são realizadas por procuração e os discentes depois optam por outros cursos em universidades mais próximas de suas cidades.

### *5.3.1.3 Fator financeiro*

Ainda relacionado a fatores condicionantes da evasão discente, questionados sobre se receberam algum auxílio/benefício financeiro enquanto estudavam na UNIPAMPA, 137 discentes (71% das 193 respostas, que podiam ser múltipla nessa questão) afirmaram não haver recebido nenhum tipo de auxílio/benefício financeiro; 23 discentes (11,9%) afirmaram haver recebido auxílio-moradia; 25 discentes (12,95%) afirmaram haver recebido auxílio-alimentação; 6 discentes (3,11%) afirmaram haver recebido auxílio-transporte; 1 discente (0,52%) afirmou haver recebido bolsa de extensão e outro discente (0,52%) bolsa de monitoria.

Se compararmos o número de discentes que não recebeu nenhum tipo de benefício ou auxílio (137) com o número total de discentes que respondeu ao questionário (173), a proporção dos não-contemplados com benefícios/auxílios sobe para 79,2%, percentual bastante elevado considerando-se a região da universidade, o perfil dos discentes e as razões depois apontadas para evasão. Em contrapartida, houve 36 discentes que receberam 56 benefícios/auxílios. Segue a síntese no quadro 22.

Quadro 22 – Recebimento de auxílios/benefícios financeiros (síntese).

RECEBIMENTO DE AUXÍLIOS/BENEFÍCIOS FINANCEIROS	NÚMERO	PERCENTUAL
Não receberam nenhum tipo de auxílio/benefício financeiro	137	79,2%
Receberam algum tipo de auxílio/benefício financeiro	36	20,8%

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Apresentamos outra questão aos discentes: se eles procuraram auxílio na cidade e/ou na universidade, visando continuar seus cursos. Em grave contradição dialética, que requer aprofundamento da busca das causas, 133 discentes (76,88% da amostra) afirmaram que não buscaram auxílio; 31 discentes (17,92%) afirmaram terem buscado auxílio junto à UNIPAMPA; 5 discentes (2,89%) afirmaram terem buscado auxílio junto à comunidade itaquense; 4 (2,31%) discentes emitiram respostas que não se aplicavam. Considerando a intensidade com que os próprios discentes evadidos apontaram suas dificuldades financeiras pessoais, foram poucos os alunos que obtiveram apoio/auxílio financeiro para sua subsistência ou mesmo que o buscaram. Uma hipótese para isso pode ser a dificuldade em participar de editais ou julgarem não serem os mais necessitados (mais carentes) dentre os discentes do curso. Segue a síntese no quadro 23.

Quadro 23 – Busca de apoio junto à UNIPAMPA ou à comunidade itaquense (síntese).

BUSCA DE APOIO	NÚMERO	PERCENTUAL
Não buscaram apoio	133	76,88%
Buscaram apoio junto à UNIPAMPA	31	17,92%
Buscaram apoio junto à comunidade itaquense	5	2,89%

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

#### 5.3.1.4 Fator institucional

Passando para outro fator condicionante de evasão, a avaliação do Campus Itaqui da UNIPAMPA, 85 discentes (49,13%) afirmaram que o campus correspondeu

às suas expectativas; 60 discentes (34,68%) afirmaram que o campus ficou abaixo das expectativas; 19 discentes (10,98%) afirmaram que o campus superou as expectativas; 6 discentes (3,47%) afirmaram que não conheceram o Campus Itaqui porque não chegaram a se mudar para a cidade; 1 discente (0,58%) afirmou que o campus está em construção, mas possui bom potencial; 1 discente (0,58%) afirmou ser muito ruim e 1 discente (0,58%) emitiu resposta que não se aplicava. Segue a síntese no quadro 24.

Quadro 24 – Avaliação do Campus Itaqui da UNIPAMPA (síntese).

AVALIAÇÃO DO CAMPUS ITAQUI DA UNIPAMPA	NÚMERO	PERCENTUAL
Correspondeu às expectativas	85	49,13%
Ficou abaixo das expectativas	60	34,68%
Superou as expectativas	19	10,98%
Respostas específicas	9	5,21%

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Em outra pergunta relacionada ao mesmo tema, sobre os principais problemas e obstáculos que observaram no Campus Itaqui da UNIPAMPA, 120 discentes (69,4%) responderam se tratar de atraso nas obras (deficiência de laboratórios, de área de lazer, de restaurante universitário); 21 discentes (12,11%) afirmaram se tratar da localização do campus em relação à cidade; 8 discentes (4,6%) afirmaram se tratar de problemas de infraestrutura (internet insatisfatória, segurança insuficiente, falta de rede de água potável, entre outros); 6 discentes (3,47%) afirmaram não terem conhecido o Campus Itaqui por não haverem se mudado para a cidade; 5 discentes (2,89%) afirmaram não terem observado nenhum problema; 2 discentes (1,16%) afirmaram ser os horários quebrados entre manhã e tarde que os impossibilitavam de trabalhar; 2 discentes (1,16%) afirmaram serem problemas de conflitos ideológicos os mais graves; 2 discentes (1,16%) afirmaram serem os problemas pessoais e familiares; 1 discente (0,58%) afirmou ser a reoferta insuficiente de matérias; 1 discente (0,58%) afirmou ser a falta de acessibilidade; 1 discente (0,58%) afirmou ser o transporte deficitário e 4 discentes (2,31%) emitiram respostas que não se aplicavam à questão. Segue a síntese no quadro 25.

Quadro 25 – Principais problemas e obstáculos do Campus Itaqui da UNIPAMPA (síntese).

PRINCIPAIS PROBLEMAS E OBSTÁCULOS DO CAMPUS ITAQUI DA UNIPAMPA	NÚMERO	PERCENTUAL
Atraso nas obras	120	69,4%
Localização do campus em relação à cidade	21	12,11%
Infraestrutura (internet, segurança, rede elétrica, de água, etc.)	8	4,6%
Respostas específicas	24	13,89%

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Podemos desprender dessas duas questões que foi relevante o percentual de discentes evadidos (74%) que apontou problemas estruturais (especialmente atraso de obras) e de infraestrutura no Campus Itaqui como os principais. Também foi significativo o percentual de estudantes evadidos (34,68%) que declarou que o Campus Itaqui ficou abaixo de suas expectativas, mesmo considerando que a maioria (49,13%) afirmou que o campus correspondeu às suas expectativas, além de 10,98% que consideraram que superou essas expectativas. Contextualizamos que o Campus Itaqui não possuía, no período da pesquisa, entre 2012 e 2016, seu restaurante universitário concluído. Atualmente, já está em funcionamento e disponível de forma subsidiada para todos os estudantes. Não possuía e segue sem possuir residências estudantis. Possui obras inacabadas como o prédio administrativo, que está tendo continuidade de sua obra atualmente, e o prédio acadêmico III, que segue paralisado e somente com a fase externa concluída. Não possui áreas de convivência (espaços acadêmicos) para os estudantes. Há professores atendendo em salas de prédio locado (externo ao campus, embora próximo), onde também atuam servidores técnico-administrativos do setor administrativo, como o autor desta pesquisa. E até mesmo as salas de aulas no campus estão limitadas, próximas de um esgotamento físico. Ou seja, as limitações de espaço físico, decorrentes de atrasos em obras estruturais, que tiveram licitações vazias, suspensão de contratos, litígios, falta de recursos para retomada em algumas ocasiões, entre outros motivos, geram um estresse em toda a comunidade universitária. Constitui-se assim outro fator condicionante para a evasão.

### 5.3.1.5 Fator pedagógico

Outro fator abordado no questionário foi o pedagógico, primeiramente através da avaliação do curso de graduação em termos de qualidade. 97 discentes (56,07%) afirmaram que o curso correspondeu às suas expectativas; 34 discentes (19,65%) afirmaram que o curso superou as suas expectativas; 31 discentes (17,92%) afirmaram que o curso ficou abaixo das suas expectativas; nessa questão, 10 discentes (5,78%) afirmaram que não chegaram a conhecer por não haver se mudado para a cidade; 1 discente (0,58%) afirmou haver boa estrutura oferecida aos estudantes. Verificamos, aqui, uma análise mais positiva com relação ao curso do que aquela realizada com relação ao Campus Itaquí. E ressaltamos que estamos tratando de uma população de discentes evadida, ou seja, que poderia ter forte insatisfação com relação à qualidade dos seus cursos. Não foi o que declararam.

Quadro 26 – Avaliação do curso de graduação em termos de qualidade (síntese).

AVALIAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO (QUALIDADE)	NÚMERO	PERCENTUAL
Correspondeu às expectativas	97	56,07%
Superou as expectativas	34	19,65%
Ficou abaixo das expectativas	31	17,92%
Respostas específicas	11	6,36%

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Referente a avaliação do curso quanto à dificuldade, 103 discentes (59,53%) consideraram-no difícil, mas de acordo com suas expectativas; 38 discentes (21,96%) consideraram-no difícil, acima das expectativas; 11 discentes (6,36%) consideraram-no muito difícil; 7 discentes (4,05%) não consideraram o curso difícil; 7 discentes (4,05%) deram respostas não aplicadas à questão; 6 discentes (3,47%) afirmaram não terem chegado a se mudar para a cidade de Itaquí; 1 discente (0,58%) afirmou possuir bases escolares anteriores fracas. Essa avaliação de dificuldade por parte dos alunos aponta, independente das expectativas iniciais dos mesmos, que 81,49% da amostra considerou seu curso de graduação difícil, além de 6,36% que o considerou muito difícil. Isso nos faz considerar esse fator como um dos preponderantes e principais dentre todos os fatores condicionantes à evasão.

Quadro 27 – Avaliação do curso de graduação em termos de dificuldade (síntese).

AVALIAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO (DIFICULDADE)	NÚMERO	PERCENTUAL
Difícil, mas de acordo com as expectativas	103	59,53%
Difícil, acima das expectativas	38	21,96%
Muito difícil	11	6,36%
Respostas específicas	21	12,15%

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Como esse fator era uma das questões norteadoras da pesquisa, realizamos outras duas perguntas relacionadas a ele: “Quais foram os principais problemas e obstáculos enfrentados em seu curso de graduação?” e “A que fatores atribui as dificuldades que encontrou no curso?”.

Para a primeira pergunta, 55 discentes (31,79%) afirmaram serem problemas na relação ensino aprendizagem; 47 discentes (27,17%) afirmaram serem problemas de falta de estrutura/infraestrutura para atender as necessidades do curso; 33 discentes (19,07%) afirmaram serem problemas relacionados à metodologia de ensino; 9 discentes (5,20%) afirmaram serem problemas de saúde, familiares ou pessoais; 6 discentes (3,47%) afirmaram ser a dificuldade em conciliar o curso com o trabalho; 6 discentes (3,47%) afirmaram não terem identificado problemas; 4 discentes (2,31%) afirmaram não terem se mudado para a cidade; 3 discentes (1,73%) afirmaram terem dificuldade de estudar; 3 discentes (1,73%) afirmaram ser os horários de oferta das disciplinas; 2 discentes (1,16%) afirmaram ser a relação com professores; 2 discentes (1,16%) afirmaram ter sido a escolha equivocada do curso; 1 discente (0,58%) acusou ser o fato de ter ingressado no curso com as disciplinas já adiantadas (fato que ocorre com quem ingressa por chamadas posteriores do SiSU); 1 discente (0,58%) afirmou ter sido falta de base do ensino médio; 1 discente (0,58%) emitiu resposta não aplicada à questão. Considerando os dois principais fatores pedagógicos: relação ensino aprendizagem e metodologia de ensino, atingimos 50,86% da amostra mencionando os mesmos, fato que nos aponta um problema relevante, na opinião dos discentes evadidos. Segue a síntese no quadro 28.

Quadro 28 – Principais problemas e obstáculos enfrentados no curso de graduação (síntese).

PRINCIPAIS PROBLEMAS E OBSTÁCULOS ENFRENTADOS NO CURSO DE GRADUAÇÃO	NÚMERO	PERCENTUAL
Problemas na relação ensino aprendizagem	55	31,79%
Falta de estrutura e infraestrutura do curso	47	27,17%
Problemas na metodologia de ensino	33	19,07%
Respostas específicas	38	21,97%

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Para a pergunta: “A que fatores atribui as dificuldades que encontrou no curso?”, 57 discentes (32,96%) afirmaram ter sido falta de base teórica na formação escolar anterior à universidade; 44 discentes (25,44%) afirmaram ter sido as dificuldades para compreender a metodologia de ensino dos docentes; 31 discentes (17,91%) apontaram dificuldades no processo ensino aprendizagem; 12 discentes (6,93%) afirmaram não haver identificado dificuldades; 12 discentes (6,93%) afirmaram terem sido fatores pessoais ou familiares; 5 discentes (2,89%) apontaram seu próprio desinteresse; 5 discentes (2,89%) comentaram que não chegaram a se mudar para Itaquí; 4 discentes (2,31%) afirmaram que não conseguiram conciliar curso com trabalho; 2 discentes (1,16%) atribuíram à falta de estrutura/infraestrutura da universidade para atender as exigências do curso; 1 discente (0,58%) emitiu resposta que não mantinha relação com a pergunta. Novamente, ao somarmos os fatores pedagógicos universitários: metodologia de ensino dos docentes ou dificuldades no processo ensino aprendizagem, teremos a maior parcela (43,35%). No entanto, cabe ressaltar que, separadamente, a maior parcela de responsabilidade foi atribuída à falta de base teórica na formação escolar anterior à universidade (32,96%), outro fator significativo, portanto. Segue a síntese das respostas obtidas no quadro 29.

Quadro 29 – “A que fatores atribui as dificuldades no curso?” (síntese).

A QUE FATORES ATRIBUI AS DIFICULDADES NO CURSO	NÚMERO	PERCENTUAL
Falta de base teórica na formação anterior à universidade	57	32,96%
Dificuldades para compreender a metodologia de ensino	44	25,44%
Dificuldades no processo ensino aprendizagem	31	17,91%
Respostas específicas	41	23,69%

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

### 5.3.1.6 Fator escolar

Para a pergunta: “A que fatores atribui as dificuldades que encontrou no curso?”, 57 discentes (32,96%) afirmaram ter sido falta de base teórica na formação escolar anterior à universidade nos remete a um fator especial: o fator escolar. Identificamos, na análise de perfil realizada de todos os discentes evadidos, que a procedência é de ampla maioria de escola pública: 70,67%. Ao apontarem sua própria deficiência na formação escolar anterior à universidade, e também suas dificuldades identificadas no fator pedagógico ao ingressar na universidade, demonstram a necessidade de a universidade avaliar que medidas podem ser adotadas para amenizar o choque da diferença entre os níveis de ensino. Medidas educacionais que visem o nivelamento dos alunos, que visem a criação de hábito de estudos em maior intensidade e contínuos devem ser avaliadas e serão propostas no plano de ações desta pesquisa.

### 5.3.2 Fatores determinantes da evasão discente

Os fatores determinantes da evasão discente foram buscados por intermédio de uma questão-chave do questionário, a de número 24, que perguntava: “Quais foram os principais motivos que levaram você a desistir do curso?”

Frente a ela, 54 discentes (31,21%) responderam “dificuldades financeiras pessoais”; 40 discentes (23,12%) responderam: “descontentamento com o curso iniciado”; 25 discentes (14,45%) afirmaram que foi porque “conseguiram transferência para outro curso de outra instituição”; 22 discentes (12,72%) apontaram “proble-

mas pessoais e familiares”, especificando-os muitas vezes; 13 discentes (7,52%) responderam: “dificuldades com o nível de exigência do curso”; 9 discentes (5,20%) apontaram a dificuldade de conciliar o trabalho com o estudo; 4 discentes (2,31%) apontaram a distância como o principal motivo; 3 discentes (1,73%) apontaram a dificuldade com os horários do curso como o principal motivo; 1 discente (0,58%) apontou a pouca aceitação de aproveitamento de disciplinas de curso universitário anterior; 1 discente (0,58%) apontou ter sido uma greve ocorrida na instituição o principal motivo para seu abandono; 1 discente (0,58%) apontou ter sido uma reopção de curso interna; 1 discente (0,58%) não ter se adaptado a Itaquí; 1 discente (0,58%) comentou não ter se mudado para Itaquí; 1 discente (0,58%) apontou ter sido a falta de estrutura da universidade o motivo principal para sua desistência e 1 discente (0,58%) emitiu resposta que não se aplicava à questão.

Consideramos que devem ser somados aos 54 discentes (31,21%) que responderam “dificuldades financeiras pessoais”, os 9 discentes (5,20%) que apontaram a dificuldade de conciliar o trabalho com o estudo, constituindo o fator financeiro como principal motivo para abandono de curso em Itaquí, com um total de 36,41%.

O fator pedagógico, constituído por dois tipos de apontamentos (descontentamento com o curso iniciado e dificuldades com o nível de exigência do curso), constou como o segundo mais relevante, com 30,64%.

Procedemos um recorte dos motivos que obtiveram índice maior de 5% de apontamentos, para efetuar uma análise aprofundada de suas razões bem como para avaliar ações que possam mitigá-los. Efetuamos, no quadro 30, apresentado a seguir, um cruzamento dos dados com a procedência dos discentes evadidos para verificar se os fatores apontados têm relação com esse aspecto.

Quadro 30 – Principais motivos apontados por discentes evadidos por procedência e geral.

MOTIVOS/FATOR	QTDE. ITAQUI	%	QTDE. OUTROS	%	TOTAL	%
Dificuldades financeiras pessoais / fator financeiro	25	31,25	38	40,86	63	36,41
Descontentamento com o curso iniciado / fator pedagógico	25	31,25	15	16,13	40	23,12
Conseguiram transferência para outro curso de outra instituição /evasão com êxito	9	11,25	16	17,20	25	14,45
Problemas pessoais e familiares / fator pessoal	9	11,25	13	13,98	22	12,72
Dificuldades com o nível de exigência do curso / fator pedagógico	7	8,75	6	6,45	13	7,52
Respostas específicas	5	6,25	5	5,38	10	5,78
TOTAIS	80	100	93	100	173	100

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Ressaltamos do quadro acima que a ênfase dos problemas para os discentes evadidos procedentes de outros municípios foi o fator financeiro (dificuldades financeiras pessoais), com 40,86% dos apontamentos, contra 22,58% de dois tipos de apontamentos do fator pedagógico, 17,20% do fator evasão com êxito (transferência) e 13,98% de fator pessoal (problemas pessoais e familiares), além de 5,38% de respostas com problemas específicos.

Com relação aos discentes evadidos procedentes de Itaquí, destacamos que a ênfase dos problemas foi o fator pedagógico, com 40% nos dois tipos de apontamentos relacionados, contra 31,25% de apontamentos do fator financeiro, 11,25% do fator evasão com êxito (transferência) e 11,25% de fator pessoal (problemas pessoais e familiares), além de 6,25% de respostas específicas.

#### 5.3.2.1 Fator financeiro como determinante

Este fator financeiro pesou de forma mais significativa para estudantes que vieram de outras cidades, com 40,86% dos apontamentos, mas também obteve 31,25% dos apontamentos de discentes evadidos de Itaquí. Ele foi o mais relevante e reflete uma realidade econômica internacional, de crise antiga e crescente do sistema capitalista e também nacional, de dificuldades reais de segmento amplamente

majoritário da população brasileira. A revista VEJA (p. 38), em edição de 30 de maio de 2018, registra que “em 2017, cerca de 170.000 estudantes entre 19 e 25 anos largaram a faculdade, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tratando-se de uma alta de 48% na evasão em relação a 2016”. A dificuldade dos cursos de graduação muitas vezes requer dedicação exclusiva dos discentes para progredirem. E nem sempre isso é possível em função dessa dura realidade econômica.

Com relação aos discentes que se deslocam de outros municípios ou de outros estados para cursar em Itaqui, o principal obstáculo relatado foi a dificuldade de se manterem financeiramente na cidade, com dificuldade de conciliar trabalho e estudo, principalmente pela carga horária de aulas exigida pelos cursos, mas também pela pouca oferta de empregos na cidade de Itaqui.

Verificando o apontamento do fator financeiro como determinante para a evasão da maior parcela dos discentes evadidos, retomamos aqui o fato apontado como fator condicionante de que o número de discentes que não recebeu nenhum tipo de benefício ou auxílio da UNIPAMPA foi de 137, ou seja, em proporção de 79,2% dos que responderam. Retomamos também que, em outra questão apresentada, 133 discentes (76,88% da amostra) afirmaram que não buscaram auxílio junto à UNIPAMPA nem junto à comunidade itaquiense. Uma hipótese para isso, que também retomamos, pode ser a dificuldade em participar de editais ou julgarem não serem os mais necessitados (mais carentes) dentre os discentes do curso.

O fator financeiro ser apontado como determinante para a evasão discente é um fator de relevância tanto externa quanto interna à universidade. Externa por estar vinculado a uma realidade econômica que não é da esfera de influência direta da universidade. Interna porque envolve gestão de recursos de assistência estudantil em que a UNIPAMPA possui certa autonomia. Trataremos dessa questão no plano de ações para o Campus Itaqui combater a evasão.

#### *5.3.2.2 Fator pedagógico como determinante*

O fator pedagógico foi apontado como determinante com maior intensidade pelos discentes procedentes de Itaqui, dentre os quais atingiu a parcela de 40%; mas também foi apontado por 22,58% dos discentes procedentes de outros municípios e estados. Ele foi o segundo mais relevante, e, integrando-o, constaram dois

tipos de apontamentos: descontentamento com o curso iniciado e, em menor proporção, dificuldades com o nível de exigência do curso.

Retomamos aqui o fator intenção inicial, em que 45,1% dos próprios discentes afirmaram que não planejavam realizar seus cursos até o final em Itaqui, fosse por não o desejarem e terem ingressado somente devido à nota que obtiveram no ENEM, fosse por conta de desejarem transferência para outro curso ou outra instituição. A frustração, com isso, tende a ser acirrada.

Com relação à avaliação da qualidade do curso, lembramos que a maioria constou positiva. Mas, com relação à dificuldade do curso, embora apontada como determinante para a evasão por somente 7,52% dos discentes, retomamos que 81,49% da amostra considerou seu curso de graduação difícil, além de 6,36% que o considerou muito difícil. Isso, aliado à avaliação que realizamos dos históricos escolares desses discentes, pelos quais eles apresentaram pouco avanço, demonstra o grau necessário de preocupação que devemos ter para esse quesito na elaboração do plano de ações para reduzir a evasão nos cursos do Campus Itaqui.

Analisamos, frente a esse cenário, que muitas vezes a UNIPAMPA cumpre inicialmente seu papel de inserção regional, possibilitando o acesso ao ensino superior a discentes da região, mas não consegue consolidá-los devido a problemas pedagógicos decorrentes de frustração com a própria opção de curso que foi realizada, ou de frustração mesmo com o curso depois de iniciado, ou de frustração com o nível de exigência do curso escolhido, ou mesmo devido ao baixo nível de escolaridade prévia ao ingresso na universidade.

### *5.3.2.3 Fator evasão com êxito pessoal do discente como determinante*

Abrimos aqui outro fator devido à quantidade significativa de 25 discentes (14,45%) afirmarem ter evadido por obter transferência para outro curso de outra instituição de ensino em outra cidade. Resgatamos o fator intenção inicial, onde havíamos identificado que 35 discentes (20,2%) desejavam essa transferência, para afirmar que a mesma, quando ocorre, não pode ser considerada fracasso da UNIPAMPA nem de qualquer outra universidade. Os discentes iniciaram seus cursos universitários, obtiveram sucesso em algumas disciplinas e atingiram seu objetivo inicial de se transferir para cidades mais próximas de suas famílias ou centros urbanos maiores, aproveitando os créditos obtidos. A universidade lamenta esse tipo de

evasão, de qualquer forma, mas o discente não.

Como essa questão, relativa ao destino do discente evadido, constituiu nossa última questão norteadora da pesquisa, elaboramos duas questões sobre o tema: “25 - Após desistir de seu curso em Itaqui, você iniciou outro? Em caso afirmativo, qual e onde?” e “26 - No caso de haver iniciado outro curso em outro campus ou em outra instituição após sair de Itaqui, quanto tempo decorreu entre o fim do curso em Itaqui e o início deste outro?”.

À pergunta 25, 120 discentes (69,37% da amostra) responderam que iniciaram outro curso em outra instituição após sair da UNIPAMPA; 30 discentes (17,34%) responderam que não iniciaram outro curso; 23 discentes (13,29%) que não responderam à questão também não devem ter iniciado. Destacamos que esse elevado percentual de discentes que iniciou outro curso de graduação após evadir da UNIPAMPA é uma notícia positiva, pois demonstra que os discentes criaram uma cultura universitária, ou seja, da importância de sua formação superior para suas vidas. Observamos que dos 120 discentes evadidos que retomaram os estudos em cursos de graduação, somente 25 afirmaram ter sido esse o motivo para evadirem dos cursos de Itaqui. Os demais 95 discentes não evadiram por motivo de transferência de curso, mas optaram por retomar seus estudos após evadir. Retomamos a tese de doutorado de Costa (2016), intitulada “A luta pelo ensino superior: com a voz, os evadidos”, analisada no estado do conhecimento, em que o autor comenta que, ao manter contatos com discentes evadidos, tomou conhecimento de muitos já terem retomado estudos em outras instituições de ensino superior. Situação como a de muitos sujeitos da evasão do Campus Itaqui.

E os cursos, instituições e cidades para os quais se destinaram foram os mais variados possíveis: 41 de instituições privadas e 69 de instituições públicas de ensino, inclusive da própria UNIPAMPA. 10 discentes não especificaram a quais instituições se vinculavam seus novos cursos. Com relação a discentes que procuraram instituições privadas, retomamos aqui a análise de Mancebo, Silva Júnior e Schugurensky (2016), no artigo intitulado “A educação superior no Brasil diante da mundialização do capital”, analisado no estado do conhecimento: “o ensino – muitas vezes aligeirado, voltado às exigências de mercado ou ainda mediante o uso da educação a distância (EAD) – nem sempre se encontra adaptado às necessidades dos estudantes”. A UNIPAMPA precisa refletir sobre como evitar perder discentes para essas instituições que optam por cursos mercadológicos, sem imitar suas fórmulas e

metodologias. Somos diferentes, temos projetos diferentes e precisamos disputar e conquistar os discentes para que tenham consciência sobre o significado dessas diferenças entre formação profissional qualificada e formação profissional “aligeirada”, estritamente mercadológica.

Agregamos, aqui, nossa visão, após a análise desses dados, de que há necessidade de novas políticas públicas educacionais que visem o monitoramento social, ou seja, pela sociedade, das trajetórias dos discentes de instituições públicas. Esse monitoramento que propomos é necessário desde a educação básica, disponibilizando publicamente acesso a dados como os anos de ingresso dos discentes em instituições públicas e os anos de conclusão e/ou evasão, bem como auxílios e benefícios financeiros que recebam. Ter ciência das trajetórias escolares e universitárias dos discentes é importante para pesquisas educacionais sobre evasão, retenção, formação escolar, mas também para a accountability em educação (relacionada à prestação de contas de investimentos sociais), haja vista que analisamos e consideramos como situação diferenciada aquela de discentes que evadem com êxito pessoal, seguindo seus estudos em outra instituição, daquela de discentes que evadem e abandonam seus estudos. A única forma através da qual tivemos conhecimento dessas transferências foi por questionamento e declarações dos próprios discentes evadidos, ou seja, a UNIPAMPA não dispõe de controle sobre o destino de seus alunos após abandonarem seus cursos. E o mesmo ocorre com as demais instituições de ensino, conforme identificamos e já apontamos através do estado do conhecimento. Rompem-se todos os elos no momento da evasão.

O sistema de dados que propomos deve ser integrado entre as instituições públicas de ensino. Não é possível que não haja, entre duas instituições públicas federais de ensino, inclusive com regiões de abrangência aproximadas, conhecimento de que um aluno evadido de uma ingressou em outra para dar continuidade aos seus estudos. E isso ocorre hoje, quando o discente ingressa prestando novo processo seletivo.

A proposição de controle social a ser implantado vai ao encontro da análise de Lima Júnior, Silveira e Ostermann (2012), no artigo “Análise de sobrevivência aplicada ao estudo do fluxo escolar nos cursos de graduação em física: um exemplo de uma universidade brasileira”, analisado no estado do conhecimento:

O fluxo escolar é um conceito amplo que compreende diversas características das trajetórias estudantis dentro das instituições de ensino e está entre os objetos mais tradicionais da pesquisa educacional. Seus aspectos mais destacados são a evasão – que consiste da desistência do curso pelo discente – e a retenção – que consiste da permanência prolongada no curso. (...) Tanto a evasão quanto a retenção podem representar prejuízos para o estudante e para a instituição de ensino – que é pressionada pelos seus financiadores a produzir mais egressos em períodos cada vez menores. Com efeito, a questão do fluxo escolar ocupa um papel destacado no debate sobre a qualidade do ensino superior, em geral, e da educação científica superior, em particular. Na literatura, são encontrados diversos fatores relacionados ao fluxo escolar de graduação, por exemplo: desempenho no vestibular, sucesso acadêmico, orientação vocacional prévia, adequação do trabalho ao estudo, relações de gênero. Como cada instituição possui suas particularidades, é importante que as instituições de educação científica superior elaborem seus próprios indicativos, buscando caracterizar quais dos fatores apontados pela literatura são mais relevantes em seu contexto e elaborando políticas institucionais eficazes de combate à evasão e à retenção (LIMA JÚNIOR et al., p. 1403-1, 1403-2, 2012).

Ressaltamos ainda que um motivo adicional para a evasão discente rumo a instituições privadas (como ocorreu com esses 41 discentes evadidos do Campus Itaqui da UNIPAMPA) é decorrente de políticas públicas que visam intensificar matrículas na educação superior, mas sobretudo via setor privado, conforme apontam Gomes e Moraes (2012), em artigo intitulado “Educação Superior no Brasil Contemporâneo: transição para um sistema de massa”, analisado no estado do conhecimento, que começou a ocorrer no Governo Fernando Henrique Cardoso, através do Fundo de Financiamento Estudantil – FIES – e depois seguiu no Governo Lula, através do Programa Universidade para Todos (PROUNI), que investe recursos públicos federais em matrículas de alunos em instituições privadas de ensino e segue vigente desde então.

À pergunta 26, 45 discentes (41,28% do total de 109 que responderam) afirmaram haver iniciado outro curso imediatamente após sair de Itaqui; 24 discentes (22,02%) afirmaram ter iniciado um semestre após sair de Itaqui; 17 discentes (15,6%) iniciaram um ano após sair de Itaqui e 23 (21,1%) iniciaram mais de um ano após sair de Itaqui.

Retomamos dados do perfil dos discentes evadidos para comparar que, quando estudavam em Itaqui, somente 34,10% dos discentes conseguia trabalhar conjuntamente e, após a evasão, esse índice de trabalhadores subiu para 59,53%. Isso confirma a informação dada por muitos discentes que apontaram o fator financeiro como determinante para sua evasão. Se, aliado ao trabalho, muitos deles, co-

mo mencionado, conseguiram também retomar os estudos em nível de graduação, isso demonstra que não houve acomodação nem fracasso em seus objetivos, mas somente necessidade de adaptação. Houve uma reordenação da vida pessoal, envolvendo reopção de curso e necessidade de trabalho para sustento. Típica da juventude que tenta seu primeiro curso de graduação, conforme também demonstrado no perfil do discente evadido. Naturalmente, o Campus Itaqui da UNIPAMPA não pode deixar de analisar nem de lamentar suas perdas, de qualquer forma. Mas pode ter dado uma parcela importante de contribuição para o destino de seus discentes evadidos, tanto em nível cultural, quanto de formação parcial e de conscientização e estímulo à continuidade da busca pela formação integral.

Essa nossa observação vai ao encontro do que afirma Ristoff (1999), apud Santos, Santos e Davoglio (2013, p. 99), no livro “Una visión integral del abandono”:

Parcela significativa do que chamamos evasão, no entanto, não é exclusão, mas mobilidade, não é fuga, não é desperdício, mas investimento, não é fracasso – nem do aluno nem do professor, nem do curso ou da Instituição – mas tentativa de buscar o sucesso ou a felicidade, aproveitando as revelações que o processo natural de crescimento do indivíduo faz sobre suas reais potencialidades (p. 99).

#### *5.3.2.4 Fator pessoal como determinante*

O fator pessoal inclui problemas pessoais e familiares mencionados pelos discentes como fator determinante para sua evasão. 9 discentes procedentes de Itaqui (11,25% desse segmento) e 13 discentes de outros municípios e estados (13,98%) apontaram esse tipo de problema para justificar sua evasão. Muitos não especificaram. Dentre os que especificaram, os casos mais comuns foram problemas de saúde pessoais ou familiares ou transferência de familiares por motivo de trabalho que implicaram em necessidade de acompanhamento e conseqüente evasão. Verificou-se, com isso, uma parcela total de 12,72% dos discentes que apresentou razões externas à UNIPAMPA para evadir. Sobre os quais a universidade não tem muito a interferir e também a ela não caberia justificar a evasão (excetuando mais essa parcela da “accountability”).

## 6. PLANO DE AÇÕES PARA REDUZIR A EVASÃO DISCENTE EM CURSOS DO CAMPUS ITAQUI

Ao levantarmos as razões da evasão discente ocorrida entre 2012 e 2016 nos cinco cursos do Campus Itaqui integrantes desta pesquisa, retomamos o artigo intitulado “Expansão da educação superior: permanência e evasão em cursos da Universidade Aberta do Brasil”, de Sousa e Maciel (2016), analisado no estado do conhecimento. Esse artigo mencionou o projeto internacional GUIA (Gestión Universitaria Integral del Abandono), de combate à evasão no ensino superior, desenvolvido em 4 países europeus e 12 países da América Latina, que demonstrou que o fenômeno da evasão é de natureza internacional. As autoras recomendavam, como conclusão, que o primeiro passo na direção da compreensão do problema é saber quem são os alunos evadidos, conhecer o perfil socioeconômico e acompanhar os estudantes com potencial preditivo de evasão, buscando-se criar estratégias e mecanismos que passem pelo envolvimento de toda a comunidade universitária na luta por sua permanência.

Concordando com as autoras, após realizar o estudo do perfil e das razões apresentadas pelos discentes de Itaqui para evadir e após pesquisar dados de seu desempenho diretamente no sistema acadêmico de dados da universidade, passamos a apresentar nossas proposições para constituição do Plano de Ações para reduzir a evasão discente em cursos do Campus Itaqui da UNIPAMPA. Esse plano visa o envolvimento profissional, mas muitas vezes também voluntário, de toda a comunidade universitária do Campus Itaqui na luta pela permanência dos novos discentes do campus a cada ano.

Para seu desenvolvimento, buscamos amparo na revisão de literatura. O projeto internacional GUIA, concluído em novembro de 2013, desenvolveu materiais bibliográficos importantes, como o “Marco conceptual sobre el Abandono”, em que Enríquez, (2013, p. 22-23) menciona, em tradução do autor:

A evasão estudantil constitui um evento educacional explicado ao longo do tempo de diferentes maneiras e de diferentes pontos de vista. A diversidade de formas de tratar o tema parece estar relacionada com o aumento da produção investigativa e com a ampliação do campo de conhecimento que começa a cobrar interesse a respeito, como resultado da visibilidade que os organismos nacionais e internacionais estão dinamizando – especialmente na última década – às instituições de educação superior, e como conse-

quência da declaração da evasão estudantil como um problema multidimensional, dinâmico e complexo. Em geral, a revisão de estudos recentes em torno do tema revela uma oscilação entre duas macro tendências explicativas: uma que localiza as causas do abandono no circuito pessoal/privado e outra que as situa na esfera escolar e social (TINTO, 2005).

Dado que nenhuma das duas tendências obteve êxito individual de maneira significativa na diminuição do problema, particularmente em grupos humanos que se encontram em situação de vulnerabilidade ou marginalização, o campo investigativo começou a dar conta de obter aproximações que integram fatores ou aspectos de ambos os marcos explicativos, com a disposição de gerar propostas mais amplas, potentes e eficazes para entender e abordar os casos.

Compreendemos que essa integração dos fatores pessoais, institucionais e sociais vem ao encontro da sistemática de nossa pesquisa, que buscou uma compreensão dialética para o fenômeno da evasão discente nos cursos pesquisados do Campus Itaqui da UNIPAMPA. Concordamos com Enríquez (acima), quando afirma que o fenômeno da evasão possui natureza multidimensional, dinâmica e complexa.

Também nos identificamos com Enríquez, que nesta mesma produção aponta (2013, p. 53-54), também em tradução livre do autor desta pesquisa:

Considera-se fundamental o momento inicial ou prévio em que se inicia a vida universitária e ao qual se chega com condições acadêmicas e pessoais que afetam o desempenho no âmbito universitário. Condições como o raciocínio lógico, a habilidade de escrita, o pensamento matemático, entre outras, são identificadas por distintos estudos a nível internacional [...] como fundamentais no desempenho acadêmico. Igualmente, os sistemas educacionais estão dando cada vez mais importância à necessidade de fortalecer os ciclos de formação secundária com o fim de fornecer habilidades e conhecimentos básicos que permitam responder às exigências acadêmicas próprias do terceiro ciclo educacional. O início da vida acadêmica universitária adiciona novos desafios relacionados com processos de adaptação social e acadêmica. Neste sentido, cabe anotar que o ciclo que se inicia de formação universitária é o cenário que permite identificar fortalezas e debilidades com as quais se conta para enfrentar as tarefas acadêmicas de nível superior. Quando seu desenvolvimento ou aquisição não é o adequado e não é superada rapidamente esta condição, se termina favorecendo a evasão universitária. Múltiplas investigações dão conta de maiores níveis de abandono nesta etapa inicial de formação do terceiro ciclo. Torna-se fundamental, então, nos primeiros meses de vida universitária, a oportuna avaliação das condições favoráveis de aprendizagem, de integração social e sua pronta intervenção e acompanhamento.

Mais do que concordarmos com Enríquez na explanação acima, identificamos com ela a situação diagnosticada no Campus Itaqui, de vulnerabilidade inicial na condição dos discentes. O baixo nível de aproveitamento na universidade, com

aprovações que na média de quatro cursos não ultrapassam o primeiro semestre letivo do curso e somente no Curso de Agronomia chega ao segundo semestre letivo, conforme diagnosticamos, comprova a necessidade de ações imediatas pela comunidade universitária desde o início das aulas. Somado a isso, 57 discentes evadidos (32,96% dos que responderam ao questionário) afirmaram ter sido a falta de base teórica na sua formação escolar anterior à universidade o fator principal gerador das dificuldades que encontrou no curso (essa foi a maior parcela, gerando o fator escolar, levantado pela pesquisa).

A busca do nivelamento entre os discentes ingressantes mostra-se, dessa forma, essencial. Mas, simultaneamente a ela, há que se trabalhar a criação do hábito de estudos em nível superior. Criar-se a conscientização de que não é mais tempo de estudar para provas. Que é tempo de se estudar desde a primeira semana de aulas. Que é tempo de o discente ingressante verificar cedo suas maiores dificuldades para poder contatar até mesmo individualmente os docentes responsáveis pelas disciplinas (como é ofertado a todos).

## 6.1 PROPOSTAS RELACIONADAS AO FATOR PEDAGÓGICO

Considerando que classificamos os fatores determinantes da evasão discente em Itaqui como: fator financeiro, fator pedagógico, fator evasão com êxito pessoal do discente e fator pessoal, optamos por começar a apresentar nossas proposições para reduzir a evasão discente em Itaqui pelo fator pedagógico.

### 6.1.1 Oficinas voluntárias para acolhida, estímulo aos estudos e nivelamento dos ingressantes

A oportunidade especial que visualizamos para integração do discente ingressante à UNIPAMPA e para criação de novos hábitos de estudos que a educação superior requer é a de realização de oficinas a serem organizadas de forma voluntária por docentes, técnicos-administrativos ou discentes em nível mais avançado de seus cursos. Atualmente, o Campus Itaqui já vivencia uma preocupação coletiva com relação à situação da evasão, devido ao fato de ela ser realmente tão elevada. Então, a criação de um grupo de voluntários é viável. As oficinas abordariam diferentes temáticas recomendadas como importantes de nivelamento (algumas já citamos,

mencionadas por Enríquez, 2013): criação de hábito de estudos em nível universitário, leitura, escrita científica, raciocínio lógico. Outros temas que propomos como ênfase para as oficinas são os temas transversais, necessários para o desenvolvimento integral dos estudantes, conforme outro artigo produzido pelo Projeto GUIA: “La implantación del espacio europeo de educación superior y su impacto sobre el abandono universitario”, analisa Andoaín (2013, p. 67), em tradução do autor desta pesquisa:

O conceito de competência abre também novos horizontes ao tipo de aprendizagens do estudante e, em consequência, se há incorporado as chamadas “competências transversais”, das quais as que são mais destacadas são (VILLA, 2007; POBLETE 2007): capacidade de aprender e adquirir com relativa rapidez novos conhecimentos e habilidades; conhecimentos e habilidades em tecnologia da informação e comunicação; capacidade de ler, escrever e falar em idiomas estrangeiros, capacidade de comunicar e expor ideias de forma oral e escrita; capacidade para trabalhar em equipe; capacidade de organizar, planejar, gestionar e coordenar; capacidade para adaptar-se a mudanças e a ambientes de pressão; capacidade para inovar e ser criativo; capacidade para ser autônomo(a) e ter iniciativa; capacidade crítica e orientação à qualidade.

Caberá à comunidade universitária do Campus Itaqui, especialmente aos setores que se engajarem com essa proposta, definir as melhores temáticas, aquelas que se aplicam especialmente aos projetos dos cursos do campus.

Recomendamos como ocasião propícia para realização dessas oficinas as manhãs de sábados, entre 9 horas e 12 horas. O motivo é que, além de as cargas horárias dos cursos consumirem o tempo durante as semanas, consomem também o espaço físico que o Campus Itaqui dispõe. E como a participação deve ser voluntária de parte dos alunos, as oficinas não poderão ser realizadas em horários concomitantes com as aulas. Ressaltamos, ainda, que o aluno que possui atividades universitárias realizadas nas manhãs de sábados adquire o direito a um almoço subsidiado pela UNIPAMPA no restaurante universitário da unidade. Isso é um estímulo importante, considerando-se as carências apontadas no fator financeiro. E o tempo de 3 horas de atividades diversificadas nas manhãs de sábados propiciará também um espaço de integração e de socialização entre os alunos, pois essas atividades agregarão alunos de diferentes cursos. Acreditamos plenamente na motivação da comunidade universitária para essa proposta, que representará uma forma especial

de acolhida aos discentes ingressantes, uma demonstração de que a comunidade local está preocupada com o sucesso dos novos alunos.

### **6.1.2 Reforço às monitorias institucionais e criação de monitorias voluntárias em todas as disciplinas do primeiro ano de cada curso**

Além das oficinas gerais, recomendamos o aproveitamento dos sábados pelas manhãs também para reforço às monitorias oficiais de disciplinas (que a UNI-PAMPA já disponibiliza através de editais internos) e criação de monitorias voluntárias (algumas já vêm ocorrendo), que propomos a todas as disciplinas do primeiro ano de cada curso que não tenham sido contempladas com monitorias oficiais da instituição. Isso porque o primeiro ano de cada curso demonstrou ser o de maior concentração da evasão. A contrapartida para o aluno monitor voluntário (de semestre mais avançado e de bom desempenho na disciplina) será a contagem de horas como atividade complementar de graduação, que também integra o currículo obrigatório de seu curso, com atestado a ser emitido pela coordenação acadêmica da unidade. Por meio dessas monitorias, os discentes ingressantes que já estiverem identificando dificuldades em seu aprendizado específico de alguma disciplina serão contemplados.

### **6.1.3 Programa Ação Tutorial**

Retomamos, também associado a propostas para o plano de ações relacionadas ao fator pedagógico, a tese de doutorado de Costa (2016), “A luta pelo Ensino Superior: com a voz, os evadidos”, analisada no estado do conhecimento desta pesquisa, que destaca uma medida alternativa de combate à evasão levantada por aquela tese após o autor entrevistar discentes evadidos. A exemplo da universidade espanhola de Alicante, Costa apontou o Programa Ação Tutorial direcionado para as turmas iniciais.

Nesse programa, duas atividades complementares se realizam, nas quais um professor tutor se responsabiliza por um pequeno grupo de alunos durante o primeiro ano do curso, em uma Tutoria Direta, e um segundo acompanhamento se realiza por alunos tutores rigorosamente selecionados dentre os do último ano dos cursos, em uma Tutoria de Pares. Dessa forma, a

acolhida e recepção aos novos acadêmicos é intensa e efetiva em Alicante – Espanha, em exemplo que pode ser irradiado (COSTA, 2016).

Acessando o Portal da Universidade de Alicante, através do link: <<https://ciencias.ua.es/es/estudios/grados/programa-de-accion-tutorial.html>>, identificamos os objetivos específicos deste Programa: acolhida e inclusão do ingressante, apresentação da universidade em seus aspectos organizativos e de funcionamento, tornar o professor-tutor uma referência para os alunos ingressantes, oferecer apoio e orientação em aspectos relacionados com o rendimento acadêmico, dar orientações curriculares e em temas de interesse do ingressante, entre outros. Avaliamos que o quadro de evasão discente diagnosticado por nossa pesquisa no Campus Itaqi é plenamente condizente com tal proposição e passamos a incluí-la em nosso plano de ações por esse motivo. Também apontamos, para sua execução, a necessidade de voluntários.

A ação que consideramos essencial ser desenvolvida por esse Programa Ação Tutorial é a de monitoramento do desempenho universitário dos alunos desde seu ingresso. Isso exigirá um aprimoramento na comunicação interna do Campus Itaqi. Atualmente, os registros acadêmicos das primeiras avaliações são lançados próximo do fim do semestre letivo no sistema de dados institucional pelos docentes responsáveis, porque eles possuem prazo amplo para isso, já que esse prazo visa somente o encerramento do semestre letivo. Dessa forma, a informação sobre desempenho dos alunos é de conhecimento exclusivo do docente responsável por cada disciplina durante quase todo o semestre letivo. Propomos aos docentes responsáveis pelas disciplinas que, diante do cenário acentuado de evasão imediata que diagnosticamos, eles antecipem aos responsáveis do Programa Ação Tutorial as informações sobre fracos desempenhos de discentes ingressantes desde a primeira avaliação efetuada. E caberá ao Tutor identificar se os problemas de fraco desempenho são específicos do discente em algumas disciplinas ou gerais, em várias. Assim, poderá se tentar identificar as razões desses fracos desempenhos iniciais desde cedo, visando sua reversão como meta coletiva, inclusive através da recomendação de participação em algumas oficinas ou monitorias. Além do desempenho, a assiduidade dos discentes às aulas deverá ser monitorada.

#### **6.1.4 Atividades culturais para integração na universidade**

Outro tipo importante de atividades a serem desenvolvidas nos sábados deve ser o de atividades culturais, pois essas colaboram para a integração e estimulam o desenvolvimento pessoal, além de serem inerentes ao papel transformador que as universidades devem cumprir. Sugerimos, no entanto, que tais atividades culturais não ocorram em horários concomitantes com as demais. Elas poderão ser realizadas após o almoço, próximo ao restaurante universitário, que é terceirizado, como encerramento das atividades do dia. Além do papel de socialização, elas deverão estimular a iniciativa e desinibição dos discentes ingressantes, que devem ser os próprios organizadores e apresentadores das mesmas, colaborativamente com discentes veteranos. Dentre as atividades culturais, recomendamos visitas guiadas de grupos de discentes ao Theatro Prezewoodski e a outros pontos históricos e tradicionais da cidade. Conhecimento da história e integração à cidade devem se constituir em um fator motivacional favorável à permanência dos discentes em Itaquí.

#### **6.1.5 Previsão de espaço de lazer e de integração para ser disponibilizado em breve aos discentes**

Atualmente, os discentes do Campus Itaquí não dispõem de espaço de lazer, nem de área interna aos prédios para integração. Propomos, por conta dos resultados da pesquisa que apontaram as carências estruturais e de infraestrutura da universidade como fator condicionante da evasão, que tal espaço seja previsto como prioridade máxima no prédio administrativo, que está tendo sua obra concluída atualmente. O saguão serviria muito bem para cumprir tal finalidade em nossa sugestão. Esse espaço, por ser amplo, pode se tornar simultaneamente uma área de repouso para os discentes permanecerem após as refeições no restaurante universitário e também no intervalo das aulas, pois há que se considerar a nova realidade em que, após a ativação do restaurante universitário, muitos estudantes permanecem nos turnos da manhã, da tarde e até mesmo da noite no campus universitário.

#### **6.1.6 Ampliação dos espaços de estudos com melhoria das acomodações**

Considerando a conclusão que se aproxima da obra do prédio administrativo,

propomos que sejam ampliadas as áreas e aprimorados os mobiliários das salas de estudos do Campus Itaqui, que hoje são pouco confortáveis e, portanto, pouco convidativas. Também visualizamos a possibilidade de aproveitamento do saguão, talvez compartilhado por divisórias, como opção. No entanto, caberá a discussão à comunidade universitária sobre quais espaços serão mais apropriados. Ressaltamos que a pesquisa apontou que os estudantes precisam iniciar seus estudos imediatamente após o início das aulas. O estímulo a esse novo hábito de estudar continuamente faz parte das primeiras necessidades no combate à evasão. E a apresentação, pela universidade, de espaços aprazíveis, confortáveis, convidativos, silenciosos e apropriados para estudos deve ser exemplar. Recomendamos aquisição de alguns computadores para esse espaço, também. Para os discentes otimizarem o tempo que passam no Campus Itaqui e até mesmo para inspiração a procurarem o mesmo em suas residências após o horário da universidade.

#### **6.1.7 Investimento e criação de áreas para prática de esportes**

O discente ingressante precisa ser estimulado a convívios no âmbito do campus universitário. O Campus Itaqui é dos menores dentre os dez da UNIPAMPA e não possui estrutura para prática de esportes: nem quadras poliesportivas, nem ginásio poliesportivo. Nesse quesito, perdemos em comparação até mesmo para escolas públicas modestas que a cidade de Itaqui possui e que são melhor equipadas.

Em termos estruturais, a UNIPAMPA, ao ser dividida entre 10 campi, apresenta mesmo, em suas unidades menores, uma estrutura e infraestrutura compatíveis com escolas, não lembrando propriamente uma universidade. Com o mesmo intuito que já apontamos, precisamos de um campus universitário aprazível, convidativo para a permanência do discente, que passa nele muitas horas de seu dia, em função até mesmo de atividades com horários entrecortados que possui em sua graduação.

#### **6.1.8 Desenvolvimento e execução de projeto de paisagismo**

Outra necessidade que apontamos para tornar o Campus Itaqui acolhedor é o desenvolvimento e a execução de um projeto de paisagismo para a área externa aos prédios. Atualmente, a situação existente é praticamente a mesma da época de do-

ação dos terrenos pela Prefeitura Municipal, exceto a urbanização realizada por calçamentos e edificações. O campus universitário não é convidativo para caminhadas, passeios e, portanto, também não ajuda a atrair a comunidade universitária em finais de semana. Sabemos já terem sido realizadas discussões institucionais sobre esse tema, mas recomendamos a necessidade urgente desse projeto, tendo em vista que a evasão decorre de um somatório de fatores que interferem na disposição do discente.

### **6.1.9 Gestão pela retomada da obra do prédio acadêmico III**

Recomendamos que a direção do Campus Itaqui gestione junto à Reitoria da UNIPAMPA para obter recursos financeiros para liberação da segunda fase da obra de construção do prédio acadêmico III, que conterà diversos laboratórios de ensino importantes para atividades didáticas dos cursos do Campus Itaqui. Essa obra foi planejada de forma pré-moldada e só teve concluída a primeira fase (externa). A etapa interna não foi licitada por falta de orçamento e está acentuando o estrangulamento do espaço físico do campus (fator apontado pela pesquisa).

### **6.1.10 Divulgação dos cursos universitários junto à comunidade escolar itaquense e de cidades próximas**

Considerando o fator condicionante da intenção inicial dos discentes em seus cursos de graduação, que nos demonstrou muitas distorções com relação a critérios para opção desses cursos, e considerando também que quase metade dos discentes evadidos eram procedentes de Itaqui, recomendamos uma maior integração do Campus Itaqui da UNIPAMPA com as escolas de ensino médio da cidade e da região (as cidades de Maçambará, São Borja e Uruguaiana apresentam quase 20% da procedência de todos os discentes evadidos, totalizando junto com Itaqui quase 70% do total). Já existe o Projeto “Universidade Itinerante”, desenvolvido no Campus Itaqui, que realiza ações de divulgação dos cursos junto a essas escolas de Itaqui. Ele pode ser intensificado junto às maiores escolas públicas das cidades próximas. O esclarecimento, as informações e as apresentações dos cursos são ações essenciais para evitar-se opções equivocadas, como as relatadas nos fatores condicionantes.

### **6.1.11 Apresentação detalhada dos cursos aos discentes ingressantes**

Como ação inerente ao Programa Ação Tutorial, propomos aos docentes responsáveis por acompanhar o desempenho de grupos de discentes que apresentem os cursos de forma mais detalhada aos ingressantes. Tanto seu projeto político pedagógico quanto sua matriz curricular e os projetos que são desenvolvidos de ensino, de pesquisa e de extensão. Embora haja disciplinas introdutórias aos cursos que podem também abordar essas temáticas, elas são ministradas conjuntamente a turmas grandes de alunos, já que são do primeiro semestre letivo. Um detalhamento a grupos menores pode aproximá-los do curso e estimulá-los a realizar questionamentos específicos.

### **6.1.12 Antecipação do período anual de matrículas**

Como parte dos fatores condicionantes da evasão, houve discentes que apontaram o atraso ao iniciar o curso decorrente da demora para serem chamados pelo SiSU (Sistema de Seleção Unificada), do qual a UNIPAMPA participa. Realmente os procedimentos de matrículas ocasionam esse tipo de situação, pois várias chamadas são efetuadas para preenchimento das vagas nos cursos e algumas delas após o início das aulas. Até o aluno se transferir para a cidade e começar a assistir as aulas, ou mesmo o aluno que é da cidade de Itaqui se organizar, já perderam uma etapa inicial muito importante da vida universitária. Propomos que a UNIPAMPA articule com as políticas públicas nacionais de Seleção uma antecipação para seu período de matrículas, pois esse tipo de prejuízo não pode ser imputado ao aluno ingressante, como bem analisa o artigo “Panorama da evasão no ensino superior brasileiro: aspectos gerais das causas e soluções”, do Instituto Lobo para Desenvolvimento da Educação, da Ciência e da Tecnologia, buscado na revisão de literatura realizada, em que Lobo (2012, p. 17) cita Tinto e aponta que:

Temos ainda grande dificuldade de lidar com o novo tipo de aluno que chegou às nossas IES, muitos oriundos de classes econômicas menos favorecidas e, em razão da massificação da Educação Básica e de seus problemas, com claras deficiências acadêmicas. Por isso, Tinto recomenda: “É preciso trabalhar para que nenhum estudante comece as aulas regulares tão atrasado, em relação aos demais, que sua integração no programa acadêmico regular seja impossível”. E vai além: “As IES deveriam considerar,

seriamente, o estabelecimento de programas especiais para os novos alunos que sejam feitos, especialmente, para atender às suas necessidades específicas”

### **6.1.13 Inserção de dados em relatório geral de evasão do sistema acadêmico de dados institucional**

Com relação ao sistema acadêmico de dados institucional, apontamos que uma dificuldade extra para a realização de nossa pesquisa foi a indisponibilidade de dados importantes sobre os discentes evadidos no Relatório Geral de Evasão, como: cidade e estado de naturalidade, ano de conclusão do ensino médio, tipo de escola de ensino médio, cidade e estado da escola, bem como cargas horárias vencidas pelos discentes em cada ciclo do curso superior. A disponibilidade desses dados somente em outros relatórios exigiu muitas horas de trabalho da pesquisa para uma “garimpagem”, porque os outros relatórios não contêm dados somente de discentes evadidos. Sugerimos, portanto, a incorporação desses dados ao Relatório Geral de Evasão, visando facilitar pesquisas futuras, que demandarão atualização de dados.

### **6.1.14 Considerações finais sobre ações propostas relativas ao fator pedagógico**

Seguimos no artigo “Panorama da evasão no ensino superior brasileiro: aspectos gerais das causas e soluções”, para mencionar outra análise de Lobo (2012, p. 16-17):

Vincent Tinto, o mais conhecido autor no tema da evasão e que trabalha no modelo de integração estudante-Instituição de Ensino Superior, relaciona a evasão com a teoria da troca: o ser humano evita comportamentos muito custosos e procura status, relacionamentos, interações e estados emocionais compensadores. Para ele, o estudante aplica a teoria da troca para determinar sua integração acadêmica e social. Se ele perceber que os benefícios que recebe são maiores do que os custos, ele permanece. Caso contrário, ele se vai. Para Tinto, quem tem políticas e desenvolve estudos e ações para ajudar na aprendizagem e integração do aluno está, ao mesmo tempo, combatendo a Evasão.

A preocupação de Tinto com a interação do aluno na IES é reforçada por outros autores. Ele é claro nesse sentido: “As pesquisas mostram que a frequência e a qualidade das interações dos estudantes com professores, funcionários e colegas representam um dos principais indicadores não só da

permanência, mas também do aprendizado estudantil”.

Ou seja, apresentamos importantes considerações de um importante teórico para justificar e encerrar nossas proposições de ações relacionadas ao fator pedagógico analisado e desenvolvido na pesquisa.

## 6.2 PROPOSTAS RELACIONADAS AO FATOR FINANCEIRO

Com relação ao fator financeiro, já mencionamos seu caráter abrangente internacional e nacionalmente, vinculado à crise de um sistema político e econômico vigente. Apresentamos dado divulgado pelo IBGE do agravamento da evasão discente universitária no Brasil em 2017 (48% de aumento em relação a 2016), o que comprova, em nossa opinião, a relação direta entre o agravamento da crise financeira no país e o aumento da evasão.

Esse foi o fator mais apontado como fator determinante da evasão pelo conjunto da amostra que respondeu ao questionário apresentado pela pesquisa. Retomamos o artigo “Panorama da evasão no ensino superior brasileiro: aspectos gerais das causas e soluções”, para mencionar uma análise de Lobo (2012, p. 18), citando Tinto, relacionada a esse tema:

Para finalizar o resumo sobre o que o mestre Tinto nos ensina, segue a confirmação de que a questão financeira não deve ser levada sempre para o primeiro plano: “Embora os estudantes cite frequentemente razões financeiras para a Evasão, estas, na verdade, refletem o produto final e não a origem da decisão de sair. Esta decisão leva em conta as prioridades conflitantes do estudante”.

Concordamos que os alunos muitas vezes são resilientes a diversos fatores (muitos classificamos dentre os condicionantes), mas que sucumbem frente a somatório deles e os fatores financeiro e pedagógico demonstraram-se principais. Lobo concorda com Tinto, afirmando (2012, p. 18): “Existem muitos casos de evasão que decorrem de problemas financeiros, mas raramente eles são causa isolada”.

Com relação aos problemas financeiros apontados pelos discentes evadidos dos cursos pesquisados do Campus Itaquí, observamos que a maioria sequer foi atrás de auxílio institucional ou da comunidade. Observamos ainda que vivenciaram

uma época (de 2012 a 2016), em que o Campus Itaqui não possuía restaurante universitário, que foi ativado posteriormente com almoços subsidiados para todos os discentes universitários. Também não há ainda hoje no Campus Itaqui casas de estudantes universitários. Ou seja, não são disponibilizadas moradias para os estudantes mais carentes e o valor de auxílio-moradia (R\$ 250,00 mensais) é insuficiente, pois são destinados para discentes que vieram de outras cidades e precisam fixar residência em Itaqui.

### **6.2.1 Monitoramento da condição financeira dos discentes pela comissão institucional recentemente criada para o combate à evasão e à retenção**

A UNIPAMPA criou, há poucos meses, em todas as unidades, uma comissão institucional para realizar análises, diagnósticos e avaliar medidas necessárias para o combate à evasão e à retenção, que são intensas. Propomos que essa comissão, no Campus Itaqui, mantenha contatos e acompanhamento dos discentes ingressantes, monitorando sua condição financeira declarada. Isso se torna necessário porque, conforme resultados apresentados pela pesquisa, mesmo aqueles que precisam de auxílios não recorrem muitas vezes à instituição. Apurar o motivo desse fenômeno é uma necessidade. Esse trabalho de acompanhamento deve ser feito em parceria e sob a orientação profissional da assistente social da unidade. Essa comissão poderá identificar se há dificuldades em participar de editais, ou se os discentes a princípio não se consideram financeiramente dependentes de auxílios, etc.

### **6.2.2 Monitoramento da condição financeira e do desempenho acadêmico dos estudantes-trabalhadores**

Outro fator importante de acompanhamento e monitoramento por essa comissão é o caso dos discentes que trabalham simultaneamente à realização do curso, ou seja, dos estudantes-trabalhadores. Verificamos que também são casos comuns dentre os discentes evadidos e, portanto, essa situação pode ser indicativa de maiores dificuldades de obter um bom desempenho acadêmico. Propomos que, juntamente e em parceria com a equipe responsável pelo Programa Ação Tutorial, a comissão institucional de combate à evasão e à retenção monitore a condição financeira juntamente do desempenho acadêmico desses discentes, analisando se reque-

rem alguma medida institucional possível para evitar sua evasão.

### **6.2.3 Avaliar possibilidade de aumentar valor e de ampliar a quantidade de auxílios-moradia dentre os recursos da assistência estudantil**

Essa proposta baseia-se em possível autonomia que a UNIPAMPA possua para gerir e distribuir melhor os recursos da sua assistência estudantil. Lembrando que a reclamação sobre o fator financeiro é maior dentre os estudantes procedentes de outras cidades, vinculamos esse problema à questão da moradia. Ampliar a quantidade de auxílios-moradia, bem como seus valores, torna-se necessário. Analisamos que o fato de a ampla maioria dos discentes evadidos não haver requerido benefícios financeiros junto à universidade pode ser decorrente de não se considerarem os mais necessitados dentre os discentes. Ou por dificuldades de atender aos editais internos. No entanto, para a maior parte deles, a não obtenção de benefícios foi considerada até mesmo determinante para a evasão. Por isso, recomendamos à UNIPAMPA avaliar a importância de aumentar o número de contemplados com o auxílio-moradia, bem como de elevar seus valores, mesmo que para isso seja necessário readequar os recursos da assistência estudantil, reduzindo em outras áreas.

### **6.2.4 Prioridade ao projeto de construção da casa de estudantes no Campus Itaqui**

Também derivado do fato de o fator financeiro ter sido apontado majoritariamente como causa de evasão, especialmente dentre discentes de outras cidades, recomendamos a necessidade de a gestão do Campus Itaqui dar prioridade à busca de verbas junto à reitoria da universidade para construção da casa do estudante universitário, projeto já existente e executado em outras unidades da UNIPAMPA. A construção da casa de estudantes será uma medida necessária para redução da evasão dentre os discentes mais carentes.

### **6.2.5 Equipe institucional voluntária de técnicos-administrativos que estimule, oriente e auxilie os discentes a participar dos editais para obtenção de auxílios/benefícios financeiros**

Essa proposição considera a hipótese provável de que os discentes devem estar enfrentando dificuldades nesse quesito, já que a maioria, incluindo discentes necessitados, não requer benefícios. O Campus Itaqui conta somente com uma assistente social. Um corpo voluntário será necessário nas ocasiões de maior demanda dos benefícios. E, considerando que discentes necessitados não requerem os benefícios e depois evadem, é importante serem estimulados a requerer seus direitos, participando dos editais internos.

O detalhamento dos editais pode ser tema de oficina específica, a exemplo das propostas no fator pedagógico. Propomos equipe de servidores técnico-administrativos por possuírem maior conhecimento dos editais, mas naturalmente as oficinas podem ser organizadas por voluntários interessados de outros segmentos da comunidade universitária (docentes e discentes).

### **6.2.6 Equipe para sondar possibilidade de empregos para estudantes da UNIPAMPA**

A UNIPAMPA, em Itaqui, criou um Fórum Municipal de entidades, pelo qual interage com a comunidade local. Aproveitar o bom relacionamento com a comunidade empresarial pode gerar possibilidade de empregos para discentes ingressantes nos cursos da universidade. Nossa proposição aqui é a de uma equipe voluntária contatar as entidades para saber da possibilidade de empregos com carga horária máxima de 20 horas semanais, preferencialmente com horários flexíveis e perfis relacionados com os cursos da universidade, para cadastrar-se um banco de dados e oferecer aos estudantes interessados.

Em contrapartida, a UNIPAMPA apresentaria às entidades seus estudantes interessados. A proposição de constituição de um banco de dados sobre possibilidade de empregos na cidade já foi apresentada há alguns anos por um coordenador administrativo da unidade, mas não chegou a ser implementada. Consideramos o momento propício para isso.

### **6.2.7 Ampliar as ações solidárias (muitas já executadas no Campus Itaqui)**

São comuns as ações solidárias (campanha do agasalho, troca-troca de livros, auxílio a carentes, etc) e recomendamos a intensificação das mesmas devido aos resultados da pesquisa. Também aqui cabe o recurso a apoio das entidades empresariais de Itaqui, que não é feito diretamente pelos discentes necessitados, conforme resposta que deram a uma das questões apresentadas.

A própria informação de o fator financeiro ser apontado majoritariamente como determinante para as evasões, que são elevadas nos cursos de Itaqui, pode ser repassada para conhecimento das entidades e da comunidade local, visando sensibilizá-la para colaborar no combate a essa causa.

## **6.3 PROPOSTAS RELACIONADAS AO FATOR EVASÃO COM ÊXITO PESSOAL DO DISCENTE**

Como salientamos no transcórre da pesquisa, esse tópico exclui boa proporção de discentes evadidos da “responsabilidade exclusiva” da UNIPAMPA sobre a evasão discente (accountability). São estudantes que tinham desde o início o objetivo de se transferir para outra instituição de outra cidade. Ao atingir seu objetivo pessoal, agravaram o cenário da evasão na universidade. Mas somente a UNIPAMPA lamentou esse tipo de evasão. O estudante comemorou.

Verificamos pela nossa pesquisa que a UNIPAMPA não possui controle dos alunos que se transferem para outras instituições de ensino superior por meio de processos seletivos (e não de transferência oficial entre as instituições). Verificamos pelo estado do conhecimento e pela revisão ampliada de literatura que as demais instituições de ensino também não possuem esse controle.

Como isso ocorre em todas as instituições públicas de ensino superior, recomendamos uma política pública, de gestão educacional abrangente, de caráter nacional, que deveria ser adotada até mesmo pelo Ministério da Educação, mas que pode começar a ser implantada desde agora voluntariamente por universidades que concordarem e se interessarem.

### **6.3.1 Proposição de criação de um sistema nacional integrado de dados sobre trajetórias e auxílios/benefícios financeiros dos discentes**

A começar pelo controle das trajetórias e de auxílios/benefícios financeiros de estudantes universitários, mas podendo ser expandido para estudantes de todos os níveis de ensino, de instituições públicas, o sistema integrado de dados que propomos deve recolher e registrar informações sobre identidade (registro geral, cadastro de pessoas físicas, dentre outras), datas de ingresso e de conclusão ou de evasão de cada discente em toda e qualquer instituição pública de ensino superior. Além dessas, neste sistema deve constar o registro de todo e qualquer benefício ou auxílio financeiro que o discente porventura tenha obtido.

O sistema que propomos aqui deve conter esses dados básicos da trajetória universitária de cada discente. Já dados de desempenho, constantes de histórico escolar, seguem de responsabilidade exclusiva de cada instituição de ensino. Tanto para não sobrecarregar o sistema integrado, quanto porque o que almejamos, com nossa proposição, é a possibilidade de realização de estudos educacionais abrangentes sobre “accountability”, no teor de responsabilização das instituições públicas de ensino superior sobre a evasão e de prestação de contas à sociedade dos investimentos públicos realizados.

O que nos motiva a apresentar essa proposta é o fato de o discente do ensino público, em qualquer nível, gerar custos e exigir investimentos sociais desde que ingressa até o momento em que conclui seus estudos ou evade. E essas informações são, portanto, de interesse social. Assim como hoje os salários dos servidores públicos são informados e podem ser consultados em portal nacional, por política que visa a transparência dos gastos/investimentos públicos, pensamos que os investimentos públicos realizados em auxílios e benefícios aos estudantes universitários também devem ser informados e passíveis de ser consultados em outro portal nacional, que deveria ser vinculado ao Ministério da Educação (MEC). O controle social sobre esses investimentos auxiliaria, inclusive, na fiscalização da correção e da justiça das políticas públicas de distribuição desses recursos. Porque estudantes que concorrerem às verbas saberão que, se beneficiados, terão seus nomes divulgados nacionalmente como detentores dos benefícios e auxílios. Nada mais justo.

Outra questão contida nesta proposta é a possibilidade de as universidades dialogarem entre si sobre as trajetórias de discentes em comum. Atualmente, nem

universidades próximas identificam quais estudantes se transferiram de uma para outra, se eles tiverem prestado nova seleção. Esse desconhecimento impede a identificação de discentes evadidos com êxito pessoal, sobre os quais não cabe responsabilidade à universidade.

Relacionada a essa nossa proposta, identificamos na revisão de literatura, no artigo já mencionado “Panorama da evasão no ensino superior brasileiro: aspectos gerais das causas e soluções”, a seguinte afirmação de Lobo (2012, p. 8):

Os setores mais preocupados em apresentar dados que reflitam a exatidão do fluxo das matrículas sabem como é difícil fazer isso com precisão e de forma confiável, pois seria necessário acompanhar a identidade de cada aluno e tudo o que ocorre com cada um dos milhões de alunos do sistema. Uma vez que uma parte expressiva dos alunos pode abandonar uma IES, mas permanecer no sistema, ou seja, transferir-se para outra IES, há quem defenda outros tipos de cálculo de Evasão, que levem esse fato em consideração de forma precisa, mas esses cálculos acabam se tornando mais difíceis de serem aferidos e auditados.

Não propomos, aqui, acompanhar no sistema integrado de dados “tudo o que ocorre” com cada um dos milhões de alunos do sistema. Propomos acompanhar de forma integrada, entre as instituições públicas, o que ocorre de “essencial” com cada aluno: data de ingresso, data de conclusão ou data de evasão, além de cada auxílio/benefício financeiro obtido.

Recomendamos um sistema de dados semelhante àqueles que constam nos portais Scielo, Capes e Ibict, em que desenvolvemos a pesquisa do estado do conhecimento da presente pesquisa. Eles não armazenam as publicações científicas, somente as monitoram através do controle de metadados (e informam links para seus acessos). Da mesma forma, as informações completas, como avaliações dos discentes, ficarão nos sistemas de dados de cada universidade; somente as consideradas de interesse coletivo serão compartilhadas e disponibilizadas à sociedade por nossa proposição.

Ressaltamos, ainda, que atualmente há muito maior facilidade do que havia em 2012 para carregar e disponibilizar informações através de portais. Citamos como exemplos o próprio Censo da Educação Superior, disponibilizado pelo MEC e, também, o Painel de Preços, criado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que oferece possibilidade de consultas a todos os pregões e licitações de compras públicas realizadas no país. São bancos de dados imensos, extremamente

pesados e que se mostram plenamente operacionais em 2018.

Portanto, em nossa opinião, o MEC poderia dar sua parcela de contribuição ao estudo da evasão no país, implantando este sistema integrado de dados sobre as trajetórias e auxílios/benefícios financeiros de discentes. A alimentação partiria da mesma fonte dos demais dados que o MEC exige às universidades: dos representantes institucionais habilitados/cadastrados.

De qualquer forma, sem esperar pela adesão de nenhuma outra instituição, propomos que a UNIPAMPA a adote para ter controle próprio sobre as trajetórias e auxílios/benefícios financeiros concedidos a seus discentes. Hoje, o controle sobre as trajetórias é inexistente e o controle sobre os auxílios/benefícios financeiros é esparsos, distribuído entre diferentes setores, devido às naturezas e procedências dos benefícios serem também diferentes. Uma universidade que assuma o controle centralizado sobre esses processos servirá de exemplo e de inspiração a outras, em nossa avaliação. Recomendamos que a UNIPAMPA seja a primeira.

### **6.3.2 Diferenciação necessária de evasão com êxito pessoal do discente para evasão com desistência**

Esta proposição parte das análises realizadas de que as universidades não podem ser responsabilizadas por evasões decorrentes de intenção inicial dos discentes nos cursos: sua transferência para outro curso/outra instituição. A diferenciação entre as situações é um instrumento necessário de defesa das universidades, que estão sendo castigadas até mesmo por redução de orçamentos de custeio, relacionado ao número total de alunos evadidos. A compreensão da diferença desse tipo de situação exige monitoramento e inclusão no discurso de defesa institucional por parte dos gestores maiores.

## **6.4 PROPOSTAS RELACIONADAS AO FATOR PESSOAL DO DISCENTE**

Não há muito que a universidade possa interferir quando a razão para evasão é pessoal do discente, além do acompanhamento e eventual disponibilidade de auxílio que for possível. Os problemas mais apontados foram de saúde pessoal ou de familiar e de transferência de familiar (pai ou cônjuge) por motivo profissional. Muitos discentes somente apontaram problema pessoal, sem especificar qual. De qualquer

forma, optamos por recomendar algumas ações que a nosso ver têm relação com essa situação.

#### **6.4.1 Necessidade de reduzir esta parcela da accountability**

A nosso ver, também não é responsabilidade das universidades quando problemas pessoais de seus discentes geram a evasão. Esse é, portanto, outro fator a ser monitorado, diferenciado e inserido nos discursos dos gestores em defesa das universidades.

#### **6.4.2 Monitoramento quantitativo**

Propomos um monitoramento quantitativo, pelo Campus Itaqui da UNIPAMPA, do total de alunos com problemas pessoais que possam acarretar em evasão, através da comissão institucional recentemente constituída para combate à evasão e retenção.

#### **6.4.3 Intensificação do contato com os discentes ingressantes**

Recomendamos a ampliação da relação da UNIPAMPA, através de seus serviços e setores de trabalho, com os discentes ingressantes por meio de redes sociais. As redes sociais se mostraram muito mais eficazes na etapa de coleta de dados desta pesquisa e foi por meio delas que houve maior interação com os discentes evadidos. Já o uso de e-mails se mostrou frio, distante e impessoal. Outra possibilidade importante é o desenvolvimento de questionários, também para se aplicar por meio delas, como foi feito nesta pesquisa, para se ter conhecimento da expectativa e das avaliações iniciais de alunos sobre a universidade e sobre os cursos em que ingressaram. Essa tarefa de monitoramento da satisfação dos discentes com os cursos também caberá, recomendamos, à comissão institucional de combate à evasão e à retenção.

## 7 PRODUTO FINAL DA PESQUISA – PLANO SISTEMATIZADO DE AÇÕES PARA REDUÇÃO DA EVASÃO DISCENTE

FATOR ESTRATÉGICO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADORES DA PESQUISA EM RELAÇÃO A ESSE FATOR
7.1 PROPOSTAS RELACIONADAS AO FATOR PEDAGÓGICO.	Reduzir as evasões discentes decorrentes de problemas pedagógicos.	<p>173 discentes evadidos entre 2012 e 2016 responderam ao questionário (21,87% de um total de 791). Os percentuais que passamos a indicar são relativos à essa amostra da pesquisa (173).</p> <p>FATORES DETERMINANTES DA EVASÃO:  Descontentamento com o curso iniciado: 23,12%;  Dificuldades com o nível de exigência do curso: 7,52%.</p> <p>FATORES CONDICIONANTES DA EVASÃO:  - Quanto à dificuldade do curso:  81,49% considerou seu curso de graduação difícil;  6,36% o considerou muito difícil.  - Quanto ao maior problema do curso:  31,79% afirmaram serem problemas na relação ensino aprendizagem;  27,17% afirmaram serem problemas de falta de estrutura/infraestrutura para atender as necessidades do curso;  19,07% afirmaram serem problemas relacionados à metodologia de ensino.  - Quanto aos motivos das dificuldades:  32,96% afirmaram ter sido falta de base teórica na formação escolar anterior à universidade;  25,44% afirmaram ter sido as dificuldades para compreender a metodologia de ensino dos docentes;  17,91% apontaram dificuldades no processo ensino aprendizagem.</p>

<b>PROGRAMAS E AÇÕES</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO</b>	<b>OBJETIVOS</b>	<b>PARTICIPANTES</b>
7.1.1 Oficinas voluntárias para acolhida, estímulo aos estudos e nivelamento dos ingressantes.	Indicadores da pesquisa; “Marco conceptual sobre el Abandono” (Enríquez, 2013); “La implantación del espacio europeo de educación superior y su impacto sobre el abandono universitario” (Andoaín, 2013).	Adaptação a estudos em nível superior e nivelamento dos ingressantes em conhecimentos e habilidades gerais e em competências transversais.	Docentes, técnicos-administrativos e discentes em nível avançado de cursos do Campus Itaqui da UNIPAMPA (voluntários).
7.1.2 Reforço às monitorias institucionais e criação de monitorias voluntárias em todas as disciplinas do primeiro ano de cada curso.	Indicadores da pesquisa.	Reforço em estudos específicos de disciplinas iniciais do curso que geram dificuldades especiais aos discentes ingressantes.	Docentes responsáveis pelas disciplinas e discentes em nível avançado de cursos do Campus Itaqui (voluntários).
7.1.3 Programa Ação Tutorial.	Indicadores da pesquisa; Tese de Doutorado: “A luta pelo Ensino Superior: com a voz, os evadidos” (Costa, 2016); Universidade de Alicante – Espanha: <a href="https://ciencias.ua.es/es/estudios/grados/programa-de-accion-tutorial.html">https://ciencias.ua.es/es/estudios/grados/programa-de-accion-tutorial.html</a> .	Acompanhamento efetivo de desempenho dos discentes ingressantes desde os primeiros momentos nos cursos.	Docentes responsáveis pelas disciplinas e discentes em nível avançado de cursos do Campus Itaqui (voluntários).
7.1.4 Atividades culturais para integração na universidade.	As atividades culturais podem conter caráter pedagógico de integração, atendendo aos indicadores da pesquisa.	Integração social.	Toda a comunidade universitária interessada.
7.1.5 Previsão de espaço de lazer e de integração para ser disponibilizado em breve aos discentes.	A falta de espaços físicos e de infraestrutura adequados aos cursos foram fatores condicionantes da evasão (indicadores da pesquisa).	Definição de uma área de lazer e de integração dos discentes de todos os cursos do Campus Itaqui.	Direção e Conselho do Campus Itaqui.
7.1.6 Ampliação dos espaços de estudos com melhoria das acomodações.	A falta de espaços físicos e de infraestrutura adequados aos cursos foram fatores condicionantes da evasão (indicadores da pesquisa).	Ampliação de uma área para estimular estudos desde o início do curso.	Direção e Conselho do Campus Itaqui.
7.1.7 Investimento e criação de áreas para prática de esportes.	A falta de espaços físicos e de infraestrutura adequados aos cursos foram fatores condicionantes da evasão (indicadores da pesquisa).	Criação de áreas para prática de esportes, visando convivência.	Direção, Conselho do Campus Itaqui e Reitoria da UNIPAMPA.

<b>PROGRAMAS E AÇÕES</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO</b>	<b>OBJETIVOS</b>	<b>PARTICIPANTES</b>
7.1.8 Desenvolvimento e execução de projeto de paisagismo.	A falta de espaços físicos e de infraestrutura adequados aos cursos foram fatores condicionantes da evasão (indicadores da pesquisa).	Criação de áreas verdes, aprazíveis para passeios e caminhadas.	Direção, Conselho do Campus Itaqui e Reitoria da UNIPAMPA.
7.1.9 Gestão pela retomada da obra do prédio acadêmico III	A falta de espaços físicos e de infraestrutura adequados aos cursos foram fatores condicionantes da evasão (indicadores da pesquisa).	Instalação de laboratórios para atividades didáticas dos cursos do campus.	Direção do Campus Itaqui e Reitoria da UNIPAMPA.
7.1.10 Divulgação dos cursos universitários junto à comunidade escolar itaquense e de cidades próximas.	Indicadores da pesquisa; Distorções com relação às opções de cursos; Projeto “Universidade Itinerante” já em execução.	Apresentação de projetos e dos cursos do Campus Itaqui, facilitando a opção futura dos alunos de escolas públicas.	Toda a comunidade universitária interessada.
7.1.11 Apresentação detalhada dos cursos aos discentes ingressantes.	Ação inerente ao Programa Ação Tutorial, quando os responsáveis apresentarão a grupos menores de discentes os cursos, seus projetos pedagógicos, suas matrizes curriculares e os projetos de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos.	Estimular os discentes ingressantes a um engajamento mais efetivo com seus cursos de graduação.	Docentes, técnicos-administrativos e discentes de semestres avançados voluntários, integrantes do Programa Ação Tutorial.
7.1.12 Antecipação do período anual de matrículas.	Indicadores da pesquisa.	Todos os ingressantes iniciarem aulas juntos.	Pró-reitoria de Graduação/UNIPAMPA.
7.1.13 Inserção de dados em relatório geral de evasão do sistema acadêmico de dados institucional – SIE.	Dados como: cidade e estado de naturalidade, ano de conclusão do ensino médio, tipo de escola de ensino médio, cidade e estado da escola, bem como cargas horárias vencidas pelos discentes em cada ciclo do curso superior devem ser agregados a esse relatório, otimizando o tempo de busca dos mesmos, já que outros relatórios (onde constam atualmente) não contém somente discentes evadido, exigindo muitas horas de trabalho para “garimpagem”.	Facilitação de acesso e construção de dados para pesquisadores.	Divisão de Tecnologia da Informação e Comunicação da UNIPAMPA.

FATOR ESTRATÉGICO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADORES DA PESQUISA EM RELAÇÃO A ESSE FATOR
7.2 PROPOSTAS RELACIONADAS AO FATOR FINANCEIRO.	Reduzir as evasões discentes decorrentes de problemas financeiros.	<p>173 discentes evadidos entre 2012 e 2016 responderam ao questionário (21,87% de um total de 791). Os percentuais que passamos a indicar são relativos à essa amostra da pesquisa (173).</p> <p>FATORES DETERMINANTES DA EVASÃO:  Dificuldades financeiras pessoais: 31,21%;  Dificuldade em conciliar o trabalho com o estudo: 5,20%.</p> <p>FATORES CONDICIONANTES DA EVASÃO:  Não receberam nenhum auxílio/benefício financeiro: 79,2%;  Não buscaram auxílio da UNIPAMPA nem da comunidade: 76,88%;  Retomamos dados do perfil dos discentes evadidos para comparar que, quando estudavam em Itaqui, somente 34,10% dos discentes conseguia trabalhar conjuntamente e, após a evasão, esse índice de trabalhadores subiu para 59,53%. Isso confirma a informação dada por muitos discentes que apontaram o fator financeiro como determinante para sua evasão.</p>

<b>PROGRAMAS E AÇÕES</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO</b>	<b>OBJETIVOS</b>	<b>PARTICIPANTES</b>
7.2.1 Monitoramento da condição financeira dos discentes pela comissão institucional recentemente criada para o combate à evasão e à retenção.	Indicadores da pesquisa: o maior percentual geral apontou o fator financeiro como principal determinante para sua evasão.	Identificar os motivos de discentes mesmo necessitando não buscarem auxílios/benefícios financeiros.	Comissão institucional de combate à evasão e à retenção.
7.2.2 Monitoramento da condição financeira e do desempenho acadêmico dos estudantes-trabalhadores.	Indicadores da pesquisa: o maior percentual geral apontou o fator financeiro como principal determinante para sua evasão.	Identificar as dificuldades específicas de estudantes-trabalhadores, avaliando possibilidades de apoio.	Comissão institucional de combate à evasão e retenção e do Programa Ação Tutorial.
7.2.3 Avaliar possibilidade de aumentar valor e de ampliar a quantidade de auxílios-moradia dentre os recursos da assistência estudantil.	Indicadores da pesquisa: o percentual maior que considerou a questão financeira como fator determinante foi o de discentes procedentes de outras cidades.	Realocação de recursos destinados à assistência estudantil, dando ênfase a auxílios-moradia para amenizar evasão.	Direção do Campus; Pró-reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários da UNIPAMPA (PRAEC).
7.2.4 Prioridade ao projeto de construção da casa de estudantes no Campus Itaqui.	Indicadores da pesquisa: o percentual maior que considerou a questão financeira como fator determinante foi o de discentes procedentes de outras cidades; Já existe o projeto, executado em outras unidades universitárias.	Proporcionar moradia no próprio campus para os estudantes mais carentes da universidade.	Direção do Campus; Pró-reitoria de Planejamento da UNIPAMPA (Proplan); Reitoria da UNIPAMPA.
7.2.5 Equipe institucional voluntária de técnicos-administrativos que estimule, oriente e auxilie os discentes a participar dos editais para obtenção de auxílios/benefícios financeiros.	Indicadores da pesquisa: maioria de discentes carentes evadidos não recebeu nem buscou auxílios/benefícios financeiros.	Estimular a participação de maior número de discentes nos editais internos que oferecem auxílios/benefícios financeiros.	Técnicos-administrativos (voluntários).
7.2.6 Equipe para sondar possibilidade de empregos para estudantes da UNIPAMPA.	Indicadores da pesquisa; Necessidade de empregos com carga horária reduzida.	Contatar setores comerciais e empresariais de Itaqui para verificação da oferta.	Docentes e técnicos-administrativos (voluntários).
7.2.7 Ampliar as ações solidárias (muitas já são executadas no Campus Itaqui).	Indicadores da pesquisa; Panorama da evasão no ensino superior brasileiro: aspectos gerais das causas e soluções” (Tinto, apud Lobo, 2012, p. 18).	Colaborar com agasalhos para discentes que vêm de outras regiões e com colaborações para carentes.	Toda a comunidade universitária interessada e solidária.

FATOR ESTRATÉGICO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INDICADORES DA PESQUISA EM RELAÇÃO A ESSE FATOR
<p>7.3 PROPOSTAS RELACIONADAS AO FATOR EVASÃO COM ÊXITO PESSOAL DO DISCENTE.</p>	<p>Proposição de uma política pública de gestão educacional de caráter nacional, que controle de forma individual a trajetória escolar dos discentes e torne de conhecimento público todos os auxílios e benefícios financeiros obtidos por eles, já que representam investimentos e custos sociais.</p> <p>Exclusão do percentual de discentes evadidos com êxito pessoal da “accountability” em educação, por não haver responsabilidade das universidades sobre os fatos.</p>	<p>173 discentes evadidos entre 2012 e 2016 responderam ao questionário (21,87% de um total de 791). Os percentuais que passamos a indicar são relativos à essa amostra da pesquisa (173).</p> <p>FATORES DETERMINANTES DA EVASÃO: 14,45% afirmaram ter evadido por obter transferência para outro curso de outra instituição de ensino em outra cidade.</p> <p>FATORES CONDICIONANTES DA EVASÃO: 69,37% afirmaram que iniciaram outro curso em outra instituição após sair da UNIPAMPA; Resgatamos o fator intenção inicial, onde havíamos identificado que 20,2% desejavam essa transferência já ao iniciar seu curso; Retomamos dados do perfil dos discentes evadidos para comparar que, quando estudavam em Itaqui, somente 34,10% dos discentes conseguia trabalhar conjuntamente e, após a evasão, esse índice de trabalhadores subiu para 59,53%. Isso, aliado à busca de outro curso de graduação, demonstra não ter havido acomodação dos discentes após a evasão.</p>

PROGRAMAS E AÇÕES	FUNDAMENTAÇÃO	OBJETIVOS	PARTICIPANTES
7.3.1 Proposição de criação de um sistema nacional integrado de dados sobre trajetórias e auxílios/benefícios financeiros dos discentes.	Indicadores da pesquisa. Estado do conhecimento da pesquisa. Dificuldade de obtenção de dados para a pesquisa.	Proposição de uma política pública de gestão educacional de caráter nacional, que controle de forma individual a trajetória escolar dos discentes e torne de conhecimento público todos os auxílios e benefícios financeiros obtidos por eles, já que representam investimentos e custos sociais.	Universidades interessadas. Proposição de política pública de caráter nacional, que poderia ser adotada pelo MEC.
7.3.2 Diferenciação necessária de evasão com êxito pessoal do discente para evasão com desistência.	Indicadores da pesquisa.	Adoção em defesa da universidade do discurso que percebe essa diferença, excluindo esse fator da responsabilização (negativa) da universidade.	Gestores da UNIPAMPA.

FATOR ESTRATÉGICO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INDICADORES DA PESQUISA EM RELAÇÃO A ESSE FATOR
7.4 PROPOSTAS RELACIONADAS AO FATOR PESSOAL DO DISCENTE.	<p>Reduzir esta parcela da “accountability” em educação.</p> <p>Monitoramento quantitativo desse tipo de problema.</p>	<p>173 discentes evadidos entre 2012 e 2016 responderam ao questionário (21,87% de um total de 791). Os percentuais que passamos a indicar são relativos à essa amostra da pesquisa (173).</p> <p>FATORES DETERMINANTES DA EVASÃO:</p> <p>Verificou-se haver uma parcela total de 12,72% dos discentes que apresentou razões pessoais e externas à UNIPAMPA para evadir. Problemas de saúde pessoais ou familiares ou transferência de familiares por motivo de trabalho que implicaram em necessidade de acompanhamento e conseqüente evasão foram mencionados. Muitos casos não foram especificados, mas afirmados como pessoais.</p>

PROGRAMAS E AÇÕES	FUNDAMENTAÇÃO	OBJETIVOS	PARTICIPANTES
7.4.1 Necessidade de reduzir esta parcela da “accountability” (no sentido de responsabilização negativa da universidade).	Indicadores da pesquisa.	Adoção em defesa da universidade do discurso que percebe essa diferença, excluindo esse fator da responsabilização (negativa) da universidade.	Gestores da UNIPAMPA.
7.4.2 Monitoramento quantitativo.	Indicadores da pesquisa.	Monitorar em termos quantitativos a evasão que ocorre por motivos assumidamente pessoais dos discentes.	Comissão institucional de combate à evasão e à retenção discentes.
7.4.3 Intensificação do contato com os discentes ingressantes.	Indicadores da pesquisa.	Melhor aproveitamento das redes sociais para aplicação de enquetes de opinião.	Comissão institucional de combate à evasão e à retenção discentes.



## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da atuação profissional no Campus Itaqui da UNIPAMPA, observamos uma elevada evasão discente em seus cursos de graduação como parte das rotinas acadêmica e administrativa da unidade. Por ser um campus universitário pequeno, instalado em região economicamente carente, de fronteira com a Argentina, no interior do Rio Grande do Sul, compreendemos que a evasão discente representava grave problema que atentava contra os objetivos de ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional, conforme determinado pela lei de criação da UNIPAMPA. Atentava também contra a sustentabilidade e a prestação de contas da universidade para a sociedade, por conta dos altos investimentos realizados. Planejamos, então, buscar os fatores intervenientes da evasão discente, visando a elaboração de um plano de ações para combatê-la, no intuito de colaborar com a consolidação dos cursos, do Campus Itaqui e da universidade.

Para realização dessa análise, planejamos fazer levantamentos de dados quali-quantitativos da evasão que nos permitissem diagnosticar com precisão o quadro da realidade, juntamente com o perfil dos discentes evadidos. Determinamos, para nossa pesquisa, o período compreendido entre os anos de 2012 e 2016, período anterior ao início da pesquisa e de acirramento da evasão. Optamos pela metodologia histórico-crítica, de natureza dialética, visando a construção da totalidade da situação, partindo de suas especificidades. Nossa intenção foi construir essa totalidade considerando a realidade histórica vivenciada pelos discentes evadidos dos cursos de graduação com 4 e 5 anos de duração do Campus Itaqui, e com base nos principais aspectos sociais e educacionais.

Explica Mészáros, analisando o conceito de dialética em Lukács (2015, posição 1125-1145):

As categorias centrais da dialética de Lukács são os conceitos intimamente interrelacionados de “totalidade” e “mediação”. [...] Ele afirma que “a totalidade concreta é, portanto, a categoria fundamental da realidade” e a concretiza como “processo histórico-social”, além de formular a tarefa da superação da fragmentação teórico-intelectual-artística como uma dimensão necessária da unificação prática entre “sujeito e objeto”.

E Lefebvre (2016, p. 28-29) detalha:

As contradições no pensamento humano (que se manifestam em todas as partes e a cada instante) apresentam um problema essencial. Elas têm origem, pelo menos parcialmente, nas deficiências do pensamento humano, que não pode captar de uma só vez todos os aspectos de uma coisa e precisa quebrar (analisar) o conjunto em suas partes constituintes antes de poder compreendê-lo. Mas essa unilateralidade de todo pensamento não basta para explicar as contradições: é preciso admitir que as contradições têm um fundamento nas próprias coisas e que estas são o ponto de partida. Em outros termos, as contradições do pensamento e das consciências subjetivas dos homens apresentam um fundamento objetivo e real. Se existem “prós e contras”, “sim e não”, é porque as realidades apresentam não somente aspectos múltiplos, mas facetas mutáveis e contraditórias. Desse modo, o pensamento humano, que não consegue captar de uma só vez as coisas reais, se vê obrigado a tatear e caminhar através de suas próprias dificuldades e contradições até atingir as realidades moveáveis e instáveis e as contradições reais.

Procurando identificar os fatores intervenientes da elevada evasão discente de cursos de graduação do Campus Itaqui, problema que nos motivou, optamos por adotar como sujeitos da pesquisa os próprios discentes evadidos. Foram 791 discentes evadidos entre 2012 e 2016, período demarcado pela pesquisa, dos cinco cursos pesquisados: Agronomia, Ciência e Tecnologia de Alimentos, Engenharia de Agrimensura, Matemática (Licenciatura) e Nutrição. Buscamos insistentemente o contato direto com eles, considerando essa a melhor forma de conhecer suas razões para evasão.

Houve dificuldade para mantermos contato com discentes evadidos porque os e-mails que constavam no sistema da universidade não estavam atualizados, pois os discentes já haviam perdido contato. A própria UNIPAMPA, a exemplo de outras universidades públicas, conforme detectamos na literatura, não mantém contato com seus discentes após a evasão. Essa dificuldade de comunicação foi superada, por nossa pesquisa, mediante o uso das redes sociais.

Tivemos acesso autorizado e facilitado pela direção do Campus Itaqui da UNIPAMPA diretamente ao sistema acadêmico de dados da unidade, onde pudemos realizar consultas a relatórios de dados quantitativos e de desempenho acadêmico desses discentes evadidos. Não tivemos autonomia para realizar processamentos de dados por razão compreensível de segurança institucional. Identificamos que o relatório mais abrangente disponível com dados de discentes evadidos não contém várias informações importantes. Essas precisaram ser buscadas em outros

relatórios que, por não conterem somente os discentes evadidos, exigiram “garimpagem”, demandando muitas horas de trabalho para nossa pesquisa. Deixamos como uma das recomendações da nossa pesquisa, portanto, a inserção desses dados naquele relatório, visando facilitar a realização de pesquisas futuras sobre evasão.

Através de um questionário contendo 26 questões, que elaboramos com base nos principais temas relacionados à evasão debatidos pela literatura e em desdobramentos de um pré-teste que realizamos, caracterizamos o perfil dos 173 discentes que responderam (amostra que correspondeu à 21,87% da população total de evadidos), juntamente com a identificação, por análise de conteúdo, dos fatores intervenientes da evasão: fatores condicionantes e fatores determinantes. Comparamos, ao perfil dos 173 discentes que responderam, algumas informações, como procedência (cidade, estado e natureza da escola de ensino médio) de todos os 791 discentes evadidos, que extraímos do sistema acadêmico de dados do Campus Itaquí, juntamente com uma análise de desempenho desses discentes em seus cursos. Esses cruzamentos de dados possibilitaram uma análise esmiuçada de todos os fatores.

Para realização da análise dos dados, seguimos e relembramos aqui a opção metodológica feita para gerar categorias gerais e específicas de análise, seguindo as etapas recomendadas por Bardin (2009, p. 121): “pré-análise, exploração do material e tratamento de resultados por inferência e interpretação”. Porém, sempre atentando para a opção feita pela metodologia histórico-crítica, procurando-se “articular texto e contexto, analisando os documentos históricos que se constituem em fontes para nosso trabalho numa perspectiva dialética” (CORSETTI, 2010, p. 87).

Com relação ao perfil e a algumas caracterizações dos discentes evadidos, identificamos trataram-se de jovens cuja maioria deveria estar em seu primeiro curso de graduação; que havia uma divisão nítida e tradicional entre sexos de acordo com a opção do curso de graduação; que aproximadamente metade deles era procedente da própria cidade de Itaquí, que aproximadamente 20% deles era procedente de três cidades vizinhas (Maçambará, São Borja e Uruguaiana); que aproximadamente 20% deles era procedente de outras cidades mais distantes do Rio Grande do Sul e que aproximadamente 10% deles era procedente de outros estados do Brasil. Identificamos, por análise de desempenho escolar, que a evasão discente ocorreu sem que vencessem, em média, os créditos propostos em disciplinas para o primeiro semestre letivo em 4 cursos (Ciência e Tecnologia de Alimentos, Engenharia de Agri-

mensura, Matemática – Licenciatura e Nutrição) e sem que vencessem, também em média, os créditos propostos em disciplinas para o primeiro ano do Curso de Agronomia.

Observamos que os discentes, após evadir dos cursos de Itaqui, em aproximadamente 70% retomaram seus estudos em outros cursos de graduação. Observamos, ainda, que boa parte deles passou a conciliar estudo e trabalho, também após a evasão. Caracterizamos, portanto, que não houve acomodação. Esperávamos encontrar discentes frustrados, decepcionados ou acomodados após a evasão, mas tivemos nossa expectativa revertida com relação a esse aspecto. Houve, em geral, uma continuidade da luta pela qualidade de vida, com rearranjo e reordenação de seu dia a dia, com a qual a UNIPAMPA pode até mesmo ter contribuído culturalmente. Isso não exime nem diminui a responsabilidade de a universidade buscar combater cada um dos fatores apontados por esses discentes como determinante de sua evasão. Também nos surpreendeu a avaliação majoritariamente positiva dos cursos de graduação que fizeram os discentes evadidos. Esperávamos maior criticidade ou mesmo indignação com relação aos seus cursos, mas encontramos reconhecimento com relação à qualidade. Nesse quesito, somente a dificuldade pedagógica para avançar nos estudos (que relacionaram à metodologia de ensino, ou ao processo ensino aprendizagem, ou à educação básica, ou à opção de curso) foi ressaltada como determinante para muitas evasões.

Outro aspecto que nos surpreendeu, da pesquisa, foi a proporção de discentes evadidos que era procedente da própria cidade de Itaqui: quase metade. Esperávamos maior proporção de outras regiões, prevendo maior intensidade de evasão por razões financeiras. Os discentes procedentes de Itaqui apontaram como determinante de sua evasão o fator pedagógico como preponderante. E os de fora da cidade confirmaram nossa previsão de o fator financeiro ser, para eles, o determinante em maior proporção.

A contextualização do cenário da elevada evasão discente em cursos de graduação do Campus Itaqui da UNIPAMPA com o momento histórico nacional de intensificação da expansão e interiorização da Educação Superior, ocorrida especialmente na esfera pública a partir de 2003, foi uma característica dialética desenvolvida ao longo desta pesquisa. O aumento da oferta de vagas em instituições privadas e públicas abriu aos discentes mais possibilidades de migração entre diferentes cursos, instituições, cidades e regiões.

Essa contextualização foi estendida também ao cenário internacional. Analisamos e relacionamos a crise financeira, um dos fatores essenciais identificados na pesquisa, como decorrente de um sistema político e econômico em crise mundial, com impacto nacional. Por meio do estado do conhecimento, identificamos o Projeto Alfa GUIA, que demonstrou ser a evasão discente do ensino superior uma realidade em diversos países de diferentes continentes, após a fase de expansão.

Martin Trow, em seu trabalho “Reflections on the Transition from Elite to Mass to Universal Access: Forms and Phases of Higher Education in Modern Societies since WWII” (2005, p. 2-3, em tradução livre do autor da pesquisa), asseverou:

A Segunda Guerra Mundial representou um divisor de águas para o ensino superior nas sociedades democráticas modernas. [...] A demanda que cresceu nessas sociedades para acesso ao nível superior de educação se estendeu a grupos e estratos que não planejavam estudar em universidade antes da guerra. Essas demandas resultaram em uma expansão muito rápida dos sistemas de ensino superior, começando na década de 1960 e se desenvolvendo muito rapidamente, embora de forma desigual, nos anos 70 e 80. O crescimento da educação superior se manifesta por pelo menos três maneiras diferentes, e cada uma deu origem a diferentes conjuntos de problemas. Houve primeiro a taxa de crescimento: em muitos países da Europa Ocidental o número de estudantes no ensino superior dobrou dentro de períodos de cinco anos durante a década de sessenta e duplicou novamente em sete, oito ou dez anos em meados da década de 1970. Em segundo lugar, o crescimento naturalmente afetou o tamanho absoluto de todos os sistemas e instituições individuais. Em terceiro, o crescimento se refletiu em mudanças na proporção do grupo etário relevante matriculado em instituições de ensino superior. Cada manifestação de crescimento carregava seus próprios problemas peculiares. Por exemplo, uma taxa de crescimento elevada causou grandes tensões nas estruturas existentes de administração, e acima de tudo de socialização. [...] Quando um corpo docente ou departamento cresce de, digamos, 5 a 20 membros dentro de três ou quatro anos, e quando a nova equipe é predominantemente homens e mulheres jovens, recém-formados em estudos de pós-graduação, então eles definem amplamente as normas e padrões da vida acadêmica naquela faculdade.

Embora em termos europeus identifiquemos aqui um resgate histórico do século passado, podemos relacioná-lo efetivamente ao tempo presente no Brasil. Verificamos, no desenvolvimento desta pesquisa, que a expansão da educação superior, especificamente da esfera pública, se intensificou no país partindo da força motriz, que foi o Plano Nacional de Educação (versão 2001-2010), e das políticas educacionais adotadas pelo 1º Governo Luiz Inácio Lula da Silva a partir de 2003.

A UNIPAMPA foi criada como fruto dessas políticas a partir de 2006. A fase em que se encontra hoje, em muitas unidades, a exemplo do Campus Itaqui, é de

consolidação de seus cursos de graduação com adequação da estrutura, da infraestrutura e com a chegada ainda de muitos docentes novos, muitos deles doutores recentes, situações mencionadas por Trow. Somada à juventude da própria UNIPAMPA, essa juventude do corpo docente faz com que relacionem as normas, rotinas e metodologias acadêmicas da UNIPAMPA muitas vezes às das suas instituições de origem, tomando essas últimas por referência. Seu modo de agir e de ensinar muitas vezes se volta a modelos mais tradicionais e, ao enfrentar uma situação decorrente da expansão e de interiorização da educação superior, que atinge um público socialmente mais carente e com maiores deficiências provenientes da educação básica, deparam, provavelmente, com seus primeiros problemas profissionais. O fator pedagógico, apontado como grave problema pelos discentes evadidos, é um deles.

Trow elucida, nesse mesmo trabalho, conforme discutimos através de outras produções no estado do conhecimento desta pesquisa, três fases de expansão do ensino superior: sistema de elite, sistema de massa e sistema de acesso universal. Caracteriza as transições entre eles de acordo com percentuais de acesso sobre a idade recomendada para o ensino superior, mas analisa que a passagem de uma fase para outra não exclui diretamente características da fase anterior. Pelo contrário, identifica que há características mistas. Aponta, problematiza e questiona Trow (2005, p. 36), em tradução livre do autor desta pesquisa:

Deve ser enfatizado que o movimento de um sistema de elite para o ensino superior de massa ou de massa para o ensino superior universal não significa necessariamente que as formas e padrões da fase ou fases anteriores desaparecem ou são transformadas. Pelo contrário, a evidência sugere que cada fase sobrevive em algumas instituições e parcialmente em outras, enquanto o sistema como um todo evolui para o maior número de estudantes e as funções mais amplas e diversificadas da próxima fase. Suas mais novas - e gradualmente, suas mais importantes - instituições têm as características da próxima fase. Assim, em um sistema de massa, as instituições de elite podem não apenas sobreviver, mas florescer; enquanto as funções de elite continuam a ser realizadas dentro das instituições de massa. [...] Mas esta observação aponta para um problema característico de todos os sistemas de fases mistas: o problema decorrente das tensões inerentes à existência contínua de formas de educação superior baseada em princípios fundamentalmente diferentes e orientada para tipos bastante diferentes de funções. A pergunta é a seguinte: com que sucesso e através de quais instituições e mecanismos, um sistema continua a executar funções de elite, quando a ênfase do sistema mudou para as formas e funções da educação superior de massa? Quão bem sucedido pode um sistema executar diversas funções que exigem estruturas, valores e relacionamentos bem diferentes especialmente quando as agências do governo central são pressionadas, tanto por regras burocráticas que visam política igualitária, para tratar

instituições e indivíduos de maneira igual e padronizada? A análise das fases de desenvolvimento do ensino superior não significa que os elementos e componentes de um sistema de ensino superior mudem a taxas iguais, nem que um sistema se mova uniformemente em direção às formas características da próxima fase. De fato, o desenvolvimento é muito desigual.

No estado do conhecimento, manifestamos concordância com a visão de outros teóricos de que o Brasil não avançou solidamente para o sistema de massa, apesar do crescimento em matrículas que vem ocorrendo desde a expansão e interiorização da educação superior. No entanto, relacionamos a situação vivida no Brasil e na UNIPAMPA, incluído o Campus Itaqui, com as características mistas desses dois sistemas: sistema de elite e sistema de massa, apontadas por Trow.

A UNIPAMPA e o Campus Itaqui vivem no seu dia a dia as contradições dessa transição por que passa o sistema de educação superior no país e precisam debater seus caminhos e fazer suas opções. A fase atual é de início das discussões sobre um novo Plano de Desenvolvimento Institucional da universidade para o período 2019-2023. Cabe à UNIPAMPA discutir seus problemas, entre eles a elevada evasão discente de seus cursos de graduação e a necessidade de adaptação estrutural à fase de expansão das matrículas em seus cursos, como relata Trow ter havido intensamente na Europa também, na ocasião da expansão que analisou no mesmo trabalho recém mencionado. Cabe discutir formas alternativas de financiamento, visando sua consolidação nesta fase crítica de crise econômica (outra preocupação amplamente debatida por Trow, que também ocorreu nas universidades europeias).

Apontamos também, ao longo da pesquisa, a necessidade de caracterização e posicionamento da UNIPAMPA frente ao papel de uma universidade popular, com um projeto educacional inclusivo, compatível com uma universidade pública, gratuita e democrática, criada visando o desenvolvimento de uma região de fronteira. Recomendamos essa discussão, já que a pesquisa documental apontou que a UNIPAMPA não se apresenta nem se reivindica como universidade popular.

Nossa pesquisa não encontrou respostas a toda problemática da evasão discente, como já esperava não encontrar, mas identificou fatores essenciais determinantes da evasão discente em cursos de graduação com 4 e 5 anos de duração no Campus Itaqui da UNIPAMPA e espera contribuir mediante as ações propostas para sua redução, estimulando também novas pesquisas e atualização constante sobre a

situação dos discentes e da universidade.

A análise realizada por cruzamento de dados, a correlação com a literatura pesquisada e as vivências do autor da pesquisa no próprio Campus Itaqui, onde atua profissionalmente, possibilitaram a elaboração do plano de ações para redução da evasão discente que apresentamos como produto final da pesquisa. Ele contém propostas relacionadas aos principais fatores determinantes da evasão discente: financeiro, pedagógico, evasão com êxito pessoal dos discentes e pessoal. E será entregue à Direção e ao Conselho do Campus Itaqui da UNIPAMPA para apreciação.

Nossa proposta contempla tentativas de resolver, ou pelo menos de reduzir intensamente, os principais problemas vivenciados e enfrentados pelos discentes evadidos no Campus Itaqui da UNIPAMPA. O cenário observado da evasão compõe um quadro de contrariedade com a meta de inclusão social que a universidade possui, voltada para uma população econômica e socialmente mais carente, da fronteira do Estado do Rio Grande do Sul. Identificamos diversas limitações que impossibilitam o cumprimento da meta de propiciar formação superior aos jovens dessa região. Muitas delas requerem intervenção direta da universidade para reversão. Concor damos com Bertaiolli e Almeida, quando resgatam (2014, p. 135):

Para Marx, segundo Netto (2011), o conhecimento teórico é o conhecimento do objeto de estudo em sua essência, ou seja, em sua estrutura e em sua dinâmica, sendo a teoria, portanto, a relação dialética entre o objeto estudado, o sujeito que o pesquisa e o contexto onde tal processo se constitui. Assim, não se concebe a possibilidade de neutralidade científica, como almejavam os positivistas uma vez que o conhecimento teórico constituiu-se no âmbito da práxis social dos indivíduos.

O cenário de exclusão social gerado pela elevada evasão discente e as razões apontadas pelos discentes evadidos conduziram-nos a uma tomada de posição em busca de melhores condições de permanência, de ambientação, de integração social, de bem-estar, de estudo (especialmente), de acompanhamento, de orientação, de supervisão pedagógica, de prática de esportes e de motivação para os discentes ingressantes permanecerem até a conclusão de seus cursos no Campus Itaqui. Seguimos, dessa forma, a proposição de Tello (2014, p. 28, em tradução livre pelo autor):

Portanto, pensar a política educacional seja no campo da investigação como na ação política educacional “para” o oprimido, por mais “salvadora” e redentora que pareça, não é mais que posicionar-se contra uma antropogênia da injustiça e a legitimação de uma cultura dominante. Pelo contrário, a política educacional DO oprimido se posiciona como política educacional para a justiça sócio-educacional, que está em busca da perspectiva do oprimido, de sua visão epistemológica e política de mundo, como um espaço de si mesmo COM o outro. O ser humano não pode pensar em si mesmo sozinho, sem os outros.

Nesse sentido, existe um “pensamos” que prevalece ao “penso”. Temos que ir atrás da ciência do oprimido, da música do oprimido, da literatura do oprimido, etc., não somente por generosidade e compromisso político com os “esfarrapados do mundo”, mas também por clareza epistemológica e necessidade ontológica de realização de nossa humanidade (ROMÃO, 2006, p. 11).

Ressaltamos que, sendo a evasão discente elevada no Campus Itaqui já há tantos anos, ela tornou-se um problema que sensibiliza o conjunto da comunidade universitária local (docentes, técnicos-administrativos e discentes). Em nosso plano de ações para redução dessa evasão, contamos necessariamente com a colaboração profissional, mas também voluntária, dessa comunidade. Sem engajamento coletivo, inclusive dos gestores do Campus Itaqui, para enfrentamento dessa realidade, não haverá perspectivas de sucesso.

Trazemos aqui a proposição de compromisso colaborativo de equipe apresentada para uma nova governança em Educação por Bolívar (2016, p. 53, em tradução livre do autor):

Pretende-se favorecer o compromisso como padrão organizacional de uma escola, incrementada a autonomia das escolas ao mesmo tempo em que se promovem comunidades profissionais com valores e metas compartilhadas. Essa estratégia se expressa em um trabalho em colaboração e equipe, com relações que possibilitem a autonomia profissional junto à integração dos membros na organização. O trabalho diário e a agenda comum de atividades se sustentam em um conjunto de valores compartilhados e em relações interpessoais positivas, mais além do espaço privado da aula (Hargreaves y Fullan, 2014). Uma “cultura de colaboração” se expressa na interdependência dos membros no trabalho como atividade conjunta. Além de respeitar a individualidade, ajuda cada um a compreender melhor seu próprio ensino e a aprender dos demais. E dota a escola de um sentido de comunidade (Bolívar, 2000). O desenho e desenvolvimento local do currículo podem, com efeito, provar um maior compromisso e capacidade para transformar as escolas.

Consideramos a proposição de Bolívar para escolas plenamente aplicável ao Campus Itaqui da UNIPAMPA na situação que vivencia.

Ressaltamos o aprendizado do pesquisador no transcorrer do curso de mestrado profissional onde em diferentes disciplinas foram abordados temas como metodologia científica, construção do estado do conhecimento, planejamento estratégico, além da orientação diretamente recebida para esta dissertação. Todos esses aprendizados foram decisivos para elaborar a proposição aqui apresentada.

Assim, consideramos cumprido o objetivo inicial da pesquisa: realizar uma investigação aprofundada em busca dos fatores intervenientes da elevada evasão discente em cursos de graduação do Campus Itaquí com o intuito de elaborar um plano de ações para reduzi-la efetivamente, colaborando dessa forma com a consolidação dos cursos, do Campus Itaquí e da universidade.

Acreditamos que nossa proposição de criação de um sistema nacional integrado de dados acadêmicos relacionados às trajetórias escolares (ingresso, tempo de permanência, data de conclusão ou de evasão, auxílios, bolsas e benefícios recebidos, dentre outros) de todos os discentes de escolas e universidades públicas, onde se cadastre o Registro Geral, o Cadastro de Pessoas Físicas e o nome completo dos mesmos, é plenamente viável atualmente, como demonstram sistemas muito mais “pesados” utilizados pelas esferas administrativas das universidades. Não admitimos, numa era de transparência pública, de controle social (com a sociedade como agente ativo), de acesso à informação, de “accountability” em educação, no sentido de responsabilização e de prestação de contas das instituições, que as universidades não tenham conhecimento, entre si, que o aluno de uma migrou para a outra. É o que ocorre sempre que o aluno presta novo processo seletivo. Também não admitimos que as universidades não tenham controle sobre o investimento total que fazem ou fizeram em auxílios, bolsas e benefícios financeiros a seus alunos atuais ou àqueles que evadiram. Essas informações, mais do que acessíveis, devem estar disponíveis, por nossa sugestão, à toda sociedade brasileira. O acesso público a elas poderá auxiliar, inclusive, a coibir solicitações de auxílios que possam estar sendo feitas por parte de quem não necessita. Em Itaquí, identificamos casos contrários: alunos que evadiram por carência, mas não solicitaram auxílios financeiros. Talvez por não se considerarem os mais necessitados. Essa é, portanto, uma proposição de política pública de gestão educacional que fazemos como parte desta dissertação que é de um curso de mestrado profissional em políticas públicas e gestão educacional. Em nível maior, consideramos nossa maior contribuição.

Consideramos relevante para a continuidade de estudos sobre evasão a per-

manente atualização teórica, além de melhor uso de sistemas de tecnologia da informação, que possibilite acesso e processamento automático de dados, inclusive por aplicação de questionários de avaliação a alunos durante sua passagem pela universidade e não somente após evadir. Também consideramos importante a análise dos fatores locais por qualquer estudo de evasão, que associados à realidade nacional e internacional produzirão as opções de ações para redução.

Com relação aos 791 discentes evadidos entre 2012 e 2016, eles cumpriram parte de sua história pessoal no Campus Itaqui da UNIPAMPA. Essa história foi mesclada com a história da expansão e da interiorização do ensino superior no Brasil. Foi mesclada, também, com a história de implantação da UNIPAMPA em uma região de fronteira, carente economicamente, do Estado do Rio Grande do Sul. Foi simultânea, ainda, à história da crise financeira internacional e nacional do sistema capitalista. Eles enfrentaram suas dificuldades, muitas diretamente relacionadas à UNIPAMPA, uma instituição de ensino jovem; outras, relacionadas com outros fatores, como analisamos. Por um motivo ou outro, refizeram suas opções de curso e de vida. Continuam suas lutas por melhoria da qualidade de vida e muitos nada lamentaram. A colaboração desses discentes evadidos fica para as próximas gerações de estudantes que virão a Itaqui, pois eles fizeram, além da sua história de vida pessoal, a história de uma universidade em implantação.

[...] Mas há quem propõe a inutilidade da História, como uma ciência supérflua, como pretendem alguns pensadores que se encontram entre os ditos pós-modernos. Por fim, há os que acreditam que o estudo da História é uma espécie de dever para com a espécie, pois é na História e pela História que o homem supera as condições de alienação e as contradições sociais [...] (ALMEIDA, 2014, p. 7)

Serão essas novas gerações de discentes que deverão lutar, a nosso ver, por novas conquistas, por transformações sociais, por novos investimentos governamentais na Educação (hoje congelados por emenda constitucional), pela consolidação da estrutura do Campus Itaqui, pelos novos prédios e espaços físicos, por ambientes aprazíveis para estudos no interior do campus universitário, por áreas verdes e esportivas, pela sua permanência até o final do curso e pelo que mais desejarem. Que esta dissertação os auxilie, como um instrumento dessa luta social.



## REFERÊNCIAS

AFONSO, A. J. Nem tudo o que conta em educação é mensurável ou comparável. Crítica à accountability baseada em testes estandardizados e rankings escolares. **Rev. Lusófona da Educação**, v. 13, n. 13, p. 13-29, 2009. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/issue/view/57>>. Acesso em: 14 nov. 2017.

AGUIAR, V. Um balanço das políticas do governo Lula para a educação superior: continuidade e ruptura. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, PR, v. 24, n. 57, p. 113-126, mar. 2016. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782016000100113&script=sci\\_arttext&tlng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782016000100113&script=sci_arttext&tlng=en)>. Acesso em: 14 nov. 2017.

ALMEIDA, M. L. P. **Epígrafe**. In: BERTAIOLLI, C. A.; ALMEIDA, M. L. P. **As concepções de História na proposta curricular catarinense: entre o ecletismo teórico e a utopia (trans)formadora**. Curitiba: CRV, 2014.

ANDOAÍN, A. G. La implantación del espacio europeo de educación superior y su impacto sobre el abandono universitario. In: SANTOS, B.S.; ANDOAÍN, J.A.G.; MOROSINI, M.C. (Org.). **Una visión integral del abandono**. p. 61-78. Porto Alegre: EdipucRS, 2013.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo - SP: edições 70, 2016.

BARLEM, J. G. T. et al. Opção e evasão de um curso de graduação em enfermagem: percepção de estudantes evadidos. **Rev. Gaúcha Enfermagem**, Porto Alegre, RS, v. 33, n. 2, p. 132-138, jun. 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1983-14472012000200019](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-14472012000200019)>. Acesso em: 14 nov. 2017.

BENZAQUEN, J. F. A universidade popular dos movimentos sociais: entrevista com o prof. Boaventura de Sousa Santos. **Rev. Educ. Soc. [online]**, Campinas, SP, v. 33, n. 120, p. 917-927, jul.-set. 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_issuetoc&pid=0101-733020120003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0101-733020120003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 15 nov. 2017.

BERTAIOLLI, C. A.; ALMEIDA, M. L. P. A proposta curricular de Santa Catarina na (contra) mão da história. Cap. 4. In: **As concepções de História na proposta curricular catarinense: entre o ecletismo teórico e a utopia (trans)formadora**. Curitiba: CRV, 2014.

BOLÍVAR, A. Nueva gobernación em educación y dinámicas para la mejoría: presión versus compromiso. Cap. 1. In: ALMEIDA, M.L.P.; SCHNEIDER, M.P. e VÁZQUEZ, J.M. (orgs.) **Estado, políticas públicas e educação**. Campinas: Mercado de Letras, 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 15 nov. 2017.

BRASIL. Decreto nº 6096, de 24 de abril de 2007. Institui o REUNI. 2007. Brasília: Presidência da República. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm)>. Acesso em: 14 nov. 2017.

BRASIL. Governo Federal. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Brasil em Síntese. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/bage/panorama>>. Acesso em: 14 nov. 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 17 jul. 2018.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília: Presidência da República. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.640, de 11 de Janeiro de 2008**. Institui a Fundação Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA e dá outras providências. Brasília: Presidência da República. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2007-2010/2008/Lei/L11640.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2008/Lei/L11640.htm)>. Acesso em: 14 nov. 2017.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília: Presidência da República. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2018.

CHAVES, V. L. J. Política de financiamento e a expansão da educação superior no Brasil: o público e o privado em questão. **Rev. Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 17, n. 2, p. 427-441, mai./ago. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8635212/7085>>. Acesso em: 14 nov. 2017.

CORROCHANO, M. C. Jovens trabalhadores: expectativas de acesso ao ensino superior. **Rev. Avaliação (Campinas) [online]**, Campinas, SP, v. 18, n. 1, p. 23-44, mar. 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772013000100003&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772013000100003&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 14 nov. 2017.

CORSETTI, B. A metodologia histórico-crítica e a reflexão sobre a questão do rendimento escolar no Brasil. p. 87-105. In: MARTINS, A.M.; WERLE, F.O.C. (Orgs.). **Políticas educacionais: elementos para reflexão**. Porto Alegre: Redes, 2010. 142 p.

COSTA, S. L. da. **A luta pelo Ensino Superior: com a voz, os evadidos**. 2016. 222 p. Tese (Doutorado em Sociologia da Educação)—Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2016. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-18082016-155145/pt-br.php>>. Acesso em: 14 nov. 2017.

DIOGO, M. F. et al. Percepções de coordenadores de curso superior sobre evasão, reprovações e estratégias preventivas. **Rev. Avaliação (Campinas) [online]**, Cam-

pinas, Sorocaba, SP, v. 21, n. 1, p. 125-151, mar. 2016. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772016000100125&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772016000100125&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 14 nov. 2017.

ENRÍQUEZ, C. H. **Proyecto ALFA-III “Gestión Universitaria Integral del Abandono”**. Hacia la construcción colectiva de un marco conceptual para analizar, predecir, evaluar y atender el abandono estudiantil en la educación superior. Universidad de Antioquia: 2013.

FERREIRA, N. S. de A. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. **Rev. Educação & Sociedade**, Campinas, SP, ano XXIII, n. 79, p. 257-272. ago./2002. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0101-73302002000300013&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0101-73302002000300013&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 14 nov. 2017.

FIGUEIREDO, A. C. **Processos de integração e afiliação à vida acadêmica de estudantes de camadas populares no contexto de expansão universitária**. 2015. 175 p. Dissertação (Mestrado em Educação: Conhecimento e Inclusão Social)–Universidade Federal de Minas Gerais, BH, 2015. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUBD-9V5R3V>>. Acesso em: 14 nov. 2017.

FONSECA, L. R. da S. C. M. **Sociedade civil, esfera pública e hegemonia: um estudo sobre a criação da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA**. 2013. 246 p. Tese (Doutorado em Serviço Social)–Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/550>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1987.

GOMES, A. M.; MORAES, K. N. de. Educação superior no Brasil contemporâneo: transição para um sistema de massa. **Rev. Educ. Soc. [online]**, Campinas, SP, v. 33, n. 118, p.171-190, jan./mar. 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302012000100011&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302012000100011&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 14 nov. 2017.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. 230 p.

LEFEBVRE, H. **Marxismo: uma breve introdução**. Porto Alegre: L&PM, 2016.

LIMA JÚNIOR, P.; SILVEIRA, F. L. da; OSTERMANN, F. Análise de sobrevivência aplicada ao estudo do fluxo escolar nos cursos de graduação em física: um exemplo de uma universidade brasileira. **Rev. Brasileira de Ensino de Física**, v. 34, n. 1, p. 1403-1 a 1403-10, 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1806-11172012000100014&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1806-11172012000100014&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 14 nov. 2017.

LIMA, P. G. Políticas de educação superior no Brasil na primeira década do século XXI: alguns cenários e leituras. **Rev. Avaliação (Campinas) [online]**, Campinas, SP, v. 18, n. 1, p. 85-105, 2013. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772013000100006&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772013000100006&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 14 nov. 2017.

LOBO, M. B. C. M. **Panorama da evasão no ensino superior brasileiro: aspectos gerais das causas e soluções.** Mogi das Cruzes - SP: Instituto Lobo para Desenvolvimento da Educação, da Ciência e da Tecnologia, 2012.

MANCIBO, D.; SILVA JUNIOR, J. dos R.; SCHUGURENSKY, D. A educação superior no Brasil diante da mundialização do capital. **Rev. Educ. em rev. [online]**, Belo Horizonte, MG, v. 32, n. 4, p. 205-225, out./dez. 2016. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982016000400205&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982016000400205&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 14 nov. 2017.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas S. A., 2003.

MARIANO, D. A. **Novos modelos de educação superior: um estudo sobre as matrizes institucional e curricular da Universidade Federal da Fronteira Sul sob a ótica da inclusão da diversidade cultural e epistemológica.** 2016. 345 p. Dissertação (Mestrado em Educação)–Universidade Nove de Julho, São Paulo, SP, 2016. Disponível em: <<http://bibliotecatede.uninove.br/bitstream/tede/1406/2/Donizete%20Antonio%20Mariano.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

MENDES, C. M. A pesquisa on-line: potencialidades da pesquisa qualitativa no ambiente virtual. **Rev. Hipertextus – rev. dig.**, Recife, PE, n. 2, jan. 2009. Disponível em: <<http://www.hipertextus.net/volume2/Conrado-Moreira-MENDES.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2017.

MÉSZÁROS, I. **O conceito de dialética em Lukács.** E-book. São Paulo: Boitempo, 2015.

MOHR, N. E. R.; MONTEIRO, F. M.; COSTA, J. G.; OLIVEIRA, J. C. de. A expansão das fronteiras da educação pública superior: uma análise da experiência da Universidade Federal da Fronteira Sul em Laranjeiras do Sul. **Rev. Bras. Est. Pedag.** Brasília, DF, v. 93, n. 235, p. 791-817, set./dez. 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2176-66812012000400013&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2176-66812012000400013&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 14 nov. 2017.

MORAES, R. C. C. Expansão do ensino superior: o que isso nos ensina sobre o vínculo entre as relações sociais e as políticas de educação. **Rev. Educ. Soc. [online]**, Campinas, SP, v. 36, n. 130, p. 197-218, 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302015000100197&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302015000100197&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 14 nov. 2017.

MOROSINI, M. C. et al. A evasão na Educação Superior no Brasil: uma análise da produção de conhecimento nos periódicos Qualis entre 2000-2011. In: CONFERENCIA LATINOAMERICANA SOBRE EL ABANDONO EM LA EDUCACIÓN SUPERIOR, 1., 2011, Managua-Nicaragua. Anais... Managua: CLABES, 2011. p. 1-10.

PARRA, V. Compositora da Música “Me Gustan los Estudiantes”, consagrada na voz de Mercedes Sosa. Letra traduzida para o Português por Maurício no Site “Músicas ao pé do ouvido: letras de músicas”. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/mercedes-sosa/63317/traducao.html>. Acesso em: 17 jul. 2018).

PEROSA, G. S.; COSTA, T. de L. e. Uma democratização relativa? Um estudo sobre o caso da expansão da Unifesp. **Rev. Educ. Soc. [online]**, Campinas, SP, v. 36, n. 130, p.117-137, 2015. Acessível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302015000100117&script=sci\\_abstract&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302015000100117&script=sci_abstract&lng=pt). Acesso em: 14 nov. 2017.

REIS, M. S. A. **Expansão e interiorização da Educação Superior: o caso singular do município de Jataí – GO.** 2014. 415 p. Tese (Doutorado em Educação)– Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, 2014. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/3402>. Acesso em: 14 nov. 2017.

RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. **Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: 2. ed., 2002. Índice de Desenvolvimento Socioeconômico – IDESE (dados atualizados em 2014). Disponível em: <http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/indice-de-desenvolvimento-socioeconomico-novo-idese>. Acesso em: 14 nov. 2017.

RIOS, R. **Análise do Plano de Permanência de Estudantes da UNIPAMPA.** 2016. 182 p. Dissertação (Mestrado em Gestão de Organizações Públicas)– Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/9631>. Acesso em: 14 nov. 2017.

ROMÃO, J. E. Paulo Freire e a Universidade. **Rev. Lusófona de Educação**, [S. l.], v. 24, n. 24, p. 89-105, dez. 2013. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/4195>. Acesso em: 14 nov. 2017.

SANTOS, B. S.; SANTOS, P. K e DAVOGLIO, T. R. A percepção dos estudantes sobre o abandono e a permanência na educação superior. In: SANTOS, B.S.; ANDOAÍN, J.A.G.; MOROSINI, M.C. (Org.). **Una visión integral del abandono.** p. 95-114. Porto Alegre: EdipucRS, 2013.

SANTOS, E.; SILVA, M. P. da. Equidade e igualdade na reconfiguração da educação superior brasileira – governos FHC e Lula. **Rev. Poiésis**, Tubarão, SC, v. 6, n. 10, p. 452-478, 2012. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poiesis/article/view/1319>. Acesso em: 14 nov. 2017.

SCHNEIDER, M. P.; NARDI, E. L. Accountability em educação: mais regulação da qualidade ou apenas um estágio do estado-avaliador? **ETD – Educ. Temat. Digit.**, Campinas, v. 17, n. 1, p. 58-74, jan./abr. 2015.

SGUISSARDI, V. Regulação estatal e desafios da expansão mercantil da educação superior. **Rev. Educ. Soc. [online]**, Campinas, SP, v. 34, n. 124, p. 943-960, 2013.

Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302013000300015&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302013000300015&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 14 nov. 2017.

SILVA, C. O. da. **Programa REUNI: ampliação do acesso ao ensino superior?** 2014. 163 p. Dissertação (Mestrado em Educação)–Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/132423>. Acesso em: 14 nov. 2017.

SILVA FILHO, R. L. L. et al. A evasão no Ensino Superior Brasileiro. **Rev. Cad. de Pesq.**, São Paulo, SP, v. 37, n. 132, p. 641-659, set./dez. 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742007000300007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742007000300007). Acesso em: 14 nov. 2017.

SOBRINHO, J. D. Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. **Rev. Educ. Soc. [online]**, Campinas, SP, v. 31, n. 113, p. 1223-1245, Out./dez. 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302010000400010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302010000400010). Acesso em: 14 nov. 2017.

SOUSA, A. da S. Q.; MACIEL, C. E. Expansão da Educação Superior: permanência e evasão em cursos da Universidade Aberta do Brasil. **Rev. Educ. em Rev.**, Belo Horizonte, MG, v. 32, n. 04, p. 175-204, Out./dez. 2016. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982016000400175&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982016000400175&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 14 nov. 2017.

SOUZA, J. M. de; WESCHENFELDER, H. C.; TOASSI, R. F. C. Expansão da Educação Superior no Brasil a partir do REUNI: o curso noturno de Odontologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Rev. Gestão Univ. na América Latina – GUAL**, Florianópolis, SC, v. 7, n. 1, p. 63-78, jan. 2014. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/101849/000915535.pdf?sequence...>. Acesso em: 14 nov. 2017.

TAVARES, M. A Universidade e a pluridiversidade epistemológica: a construção do conhecimento em função de outros paradigmas epistemológicos não ocidentocêntricos. **Rev. Lusófona de Educação**, v. 24, n. 24, p. 53-79, dez. 2013. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/4177>. Acesso em: 15 nov. 2017.

TELLO, C. G. **Prefácio**. In: BERTAIOLLI, C.A.; ALMEIDA, M.L.P. **As concepções de História na proposta curricular catarinense: entre o ecletismo teórico e a utopia (trans)formadora**. Curitiba: CRV, 2014.

TREVISOL, J. V. Movimentos sociais e universidade popular no Brasil: a experiência de implantação da UFFS. **Anais... X ANPED SUL**, Florianópolis, out. 2014. Disponível em: [http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq\\_pdf/978-0.pdf](http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/978-0.pdf). Acesso em: 15 nov. 2017.

TREVISOL, J. V.; NIEROTKA, R. L. Os jovens das camadas populares na universidade pública: acesso e permanência. **Rev. Katálysis [online]**, Florianópolis, SC, v.

19, n.1, p. 22-32, 2016. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802016000100022&script=sci\\_abstract&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802016000100022&script=sci_abstract&lng=pt)>. Acesso em: 15 nov. 2017.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação – o positivismo, a fenomenologia, o marxismo. 1. ed. São Paulo: Atlas S. A., 1987. 175 p.

TROW, M. A. **Reflections on the transition from elite to mass to universal access**: forms and phases of higher education in modern societies since WWII. International Handbook of Higher Education. Kluwer, 2005. Disponível em: <<https://escholarship.org/uc/item/96p3s213>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

UNIVERSIDADE DE ALICANTE. Programa de Ação Tutorial. **Portal**. Disponível em: <<https://ciencias.ua.es/es/estudios/grados/programa-de-accion-tutorial.html>>. Acesso em: 17 jul. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Portal da UFSM. **Fundação de apoio à tecnologia e ciências**. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/programati/articles.php?id=5&page=4>>. Acesso em: 17 jul. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Manual de Dissertações e Teses da UFSM**: estrutura e apresentação. 88 p. Santa Maria, 2015. Disponível em: <[http://w3.ufsm.br/biblioteca/phocadownload/Manual\\_de\\_Dissertacoes\\_e\\_Teses-2015.pdf](http://w3.ufsm.br/biblioteca/phocadownload/Manual_de_Dissertacoes_e_Teses-2015.pdf)>. Acesso em: 14 nov. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Estatuto**. Disponível em: <<http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/consuni/files/2016/03/ESTATUTO-ATUALIZADO.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Plano de Desenvolvimento Institucional (2014-2018)**. Disponível em: <[http://porteiros.s.unipampa.edu.br/pdi/files/2015/08/PDI\\_Unipampa\\_v19\\_compressed.pdf](http://porteiros.s.unipampa.edu.br/pdi/files/2015/08/PDI_Unipampa_v19_compressed.pdf)>. Acesso em: 14 nov. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Portal do Campus Bagé**. Bagé, 2017. Disponível em: <[http://porteiros.unipampa.edu.br/bage/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2305&Itemid=178](http://porteiros.unipampa.edu.br/bage/index.php?option=com_content&view=article&id=2305&Itemid=178)>. Acesso em: 14 nov. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Projeto Institucional, de 16 de agosto de 2009**. Disponível em: <[http://www.unipampa.edu.br/portal/arquivos/PROJETO\\_INSTITUCIONAL\\_16\\_AGO\\_2009.pdf](http://www.unipampa.edu.br/portal/arquivos/PROJETO_INSTITUCIONAL_16_AGO_2009.pdf)>. Acesso em: 14 nov. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Projeto Pedagógico do Curso de Agronomia do Campus Itaqui**. Disponível em: <[http://porteiros.unipampa.edu.br/itaqui/index.php?option=com\\_docman&Itemid=75](http://porteiros.unipampa.edu.br/itaqui/index.php?option=com_docman&Itemid=75)>. Acesso em: 15 nov. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Projeto Pedagógico do Curso de Ciên-**

**cia e Tecnologia de Alimentos do Campus Itaqui.** Disponível em: [http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/tecnologiaagroalimentar/pagina\\_fixa/ppc/](http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/tecnologiaagroalimentar/pagina_fixa/ppc/). Acesso em: 15 nov. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia de Agrimensura do Campus Itaqui.** Disponível em: [http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/engenhariadeagrimensura/pagina\\_fixa/ppc/](http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/engenhariadeagrimensura/pagina_fixa/ppc/). Acesso em: 15 nov. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Projeto Pedagógico do Curso de Matemática – Licenciatura do Campus Itaqui.** Disponível em: [http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/licenciaturaemmatematicaitaqui/pagina\\_fixa/ppc/](http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/licenciaturaemmatematicaitaqui/pagina_fixa/ppc/). Acesso em: 15 nov. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Projeto Pedagógico do Curso de Nutrição do Campus Itaqui.** Disponível em: [http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/nutricao/pagina\\_fixa/ppc/](http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/nutricao/pagina_fixa/ppc/). Acesso em: 15 nov. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Pró-reitoria de Planejamento.** Relatórios de Dados Institucionais. Bagé, 2017. Disponíveis em: <http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/proplan/files/2016/07/alunos-2016.pdf>, <http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/proplan/files/2016/07/ALUNOS-2015.pdf>, <http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/proplan/files/2016/07/ALUNOS-2014.pdf>, <http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/proplan/files/2016/07/ALUNOS-2013.pdf>, <http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/proplan/coordenadoria-de-planejamento-e-desenvolvimento/planejamento/matriz-de-custeio/>. Acesso em: 17 jul. 2018.

VARGAS, H. M.; PAULA, M. de F. C. de. A inclusão do estudante-trabalhador e do trabalhador-estudante na Educação Superior: desafio público a ser enfrentado. **Rev. Avaliação (Campinas) [online]**, Campinas, SP, v. 18, n. 2, p. 459-485, jul. 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772013000200012&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772013000200012&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 14 nov. 2017.

VEJA. São Paulo: Abril, 2018. Semanal. Edição 2584, ano 51, n. 22, p. 38.

VICTOR, K.; GOMEZ, M. V. A universidade popular na perspectiva de Michel Onfray. **Rev. Bras. Estud. Pedagóg.**, Brasília, DF, v. 94, n. 238, p. 881-884, set./dez. 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2176-66812013000300012](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-66812013000300012). Acesso em: 14 nov. 2017.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015. 290 p.

ZAGO, J. O. L. **A implementação do Programa Expansão (2003) e do REUNI (2007) na Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM.** 2013. 134 p. Dissertação (Mestrado em Educação)–Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13944>. Acesso em: 14 nov. 2017.

## APÊNDICE A – Questionário aplicado aos discentes evadidos



Está com problemas para ver ou enviar este formulário?

[PREENCHER NO FORMULÁRIOS GOOGLE](#)

Este é um convite para você preencher o formulário:

[Questionário "Motivos da desistência de alunos da Unipampa - Campus Itaqui"](#)

Prezado(a) ex-aluno(a) da Unipampa,  
Sou Felipe Batista Ethur, servidor do Campus Itaqui da UNIPAMPA e aluno do Curso de Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria. Desenvolvo um projeto de dissertação relacionado com a Evasão Discente na UNIPAMPA em Itaqui. Sua participação, por meio de resposta anônima a estas questões objetivas e breves, será essencial para analisarmos as razões da desistência. Ao responder este questionário (tempo estimado de 10 minutos), você estará autorizando a utilização dos dados (sem identificação) e colaborando para a realização da pesquisa. Agradeço imensamente!

**1- Você concorda em participar desta pesquisa, sentindo-se livre e esclarecido(a) a respeito de seu objetivo? \***

- a) SIM
- b) NÃO

**2- Confirma que foi aluno(a) de curso de graduação do Campus Itaqui da Unipampa e desistiu sem concluí-lo? \***

- a) SIM
- b) NÃO

**3- Curso de graduação do Campus Itaqui da Unipampa que iniciou e não concluiu: \***

- a) Agronomia
- b) Ciência e Tecnologia de Alimentos
- c) Nutrição
- d) Matemática - Licenciatura
- e) Engenharia de Agrimensura

**4- Estado civil atual: \***

- a) Solteiro(a)
- b) Casado(a)
- c) União estável
- Outro:

**5- Data de nascimento: \***

**6- Sexo: \***

- a) Feminino
- b) Masculino

**7- Ano em que INGRESSOU no curso: \***

**8- Ano em que DESISTIU do curso: \***

**9- Atividade profissional atual:**

**10- Atividade profissional quando estudava na Unipampa:**

**11- Cidade e estado em que morou antes de Itaqui: (se não é procedente de Itaqui)**

**12- Quando iniciou o curso de graduação que não terminou, você: \***

- a) Desejava outro curso, mas optei por este considerando meu desempenho no ENEM
- b) Planejava cursá-lo integralmente em Itaqui
- c) Almejava transferência para outro curso, outra instituição ou outra cidade
- Outro:

**13- No período em que estudou na Unipampa, recebeu algum tipo de auxílio/benefício financeiro para sua permanência? (Esta questão permite mais de uma resposta) \***

- a) Não recebi nenhum auxílio/benefício financeiro
- b) Auxílio-moradia
- c) Auxílio-alimentação
- Outro:

**14- Como avalia a cidade de Itaqui? \***

- a) Superou as expectativas
- b) Correspondeu às expectativas
- c) Ficou abaixo das expectativas
- Outro:

**15- Se não morava em Itaqui, quais as principais dificuldades que enfrentou ao mudar-se para Itaqui?**

- a) Distância / localização / difícil acesso
- b) Custo de aluguel / dificuldade de achar apartamento ou casa
- c) Situação financeira pessoal difícil
- Outro:

**16- Como avalia o Campus Itaqui da Unipampa? \***

- a) Superou as expectativas
- b) Correspondeu às expectativas
- c) Ficou abaixo das expectativas
- Outro:

**17- Quais os principais problemas e obstáculos que observou no Campus Itaqui da Unipampa? \***

- a) Localização do Campus Itaqui (em relação à cidade)
- b) Atraso nas obras (deficiência de laboratórios, de área de lazer, de restaurante universitário)
- c) Problemas de infraestrutura (internet insatisfatória, segurança insuficiente, falta de rede de água potável)
- Outro:

**18- Como avalia seu curso de graduação em termos de QUALIDADE? \***

- a) Superou as expectativas
- b) Correspondeu às expectativas
- c) Ficou abaixo das expectativas
- Outro:

**19- Como avalia seu curso de graduação em termos de DIFICULDADE? \***

- a) Muito difícil
- b) Difícil - acima das expectativas
- c) Difícil - mas de acordo com as expectativas
- Outro:

**20- A que fatores atribui as dificuldades que encontrou no curso? \***

- a) Dificuldades no processo ensino aprendizagem
- b) Dificuldades para compreender a metodologia de ensino dos docentes
- c) Falta de base teórica na formação escolar anterior a Universidade
- Outro:

**21- Quais foram os principais problemas e obstáculos do seu curso de graduação? \***

- a) Problemas em relação a metodologia de ensino
- b) Problemas na relação ensino aprendizagem
- c) Falta de infraestrutura da Universidade para com as exigências do curso
- Outro:

**22- No caso de não ser procedente de Itaqui, apresentou dificuldades para se relacionar e integrar com a comunidade local?**

- a) Sim, especialmente com a população da cidade
- b) Sim, especialmente com professores ou técnicos-administrativos da UNI-PAMPA
- c) Sim, especialmente com colegas (alunos) da UNIPAMPA
- Outro:

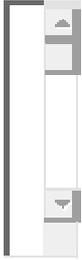
**23- Procurou auxílio na cidade e/ou na universidade, visando continuar seu curso? Qual(is)? \***

- a) Sim, junto a setores da Unipampa
- b) Sim, junto a comunidade itaquense
- c) Não busquei auxílio
- Outro:

**24- Quais foram os principais motivos que levaram você a desistir do curso? \***

- a) Dificuldades financeiras pessoais
- b) Dificuldades com o nível de exigência do curso
- c) Descontentamento com o curso iniciado
- Outro:

25- Após desistir de seu curso em Itaqui, iniciou outro? Em caso afirmativo, qual e onde?



26- No caso de haver iniciado outro curso em outro campus ou em outra instituição após sair de Itaqui, quanto tempo decorreu entre o fim do curso em Itaqui e o início deste outro?

- a) Iniciei imediatamente após sair de Itaqui
- b) Iniciei um semestre após sair de Itaqui
- c) Iniciei um ano após sair de Itaqui
- d) Iniciei mais de um ano após sair de Itaqui

**Enviar**

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.